



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**CLÉLIO CRISTIANO DOS SANTOS**

**TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES RURAL-URBANO DESENCADEADAS  
POR GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS:  
reflexões a partir de Petrolândia - PE**

**Recife**

**2019**

**CLÉLIO CRISTIANO DOS SANTOS**

**TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES RURAL-URBANO DESENCADEADAS  
POR GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS:  
reflexões a partir de Petrolândia - PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edvânia Torres Aguiar Gomes

**Recife**

**2019**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237t Santos, Clélio Cristiano dos.  
Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos: reflexões a partir de Petrolândia – PE / Clélio Cristiano dos Santos. – 2019.  
270 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edvânia Torres Aguiar Gomes.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2019.  
Inclui referências e apêndices.

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-247)



**CLÉLIO CRISTIANO DOS SANTOS**



**TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES RURAL-URBANO DESENCADEADAS  
POR GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS:**

**reflexões a partir de Petrolândia - PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 30 / 08 / 2019

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (UFPE)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (UFRPE)  
Primeira Examinadora

---

Prof. Dr. Ruskin Marinho de Freitas (UFPE)  
Segundo Examinador

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Martins Sobral (UFPE)  
Terceira Examinadora

---

Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade (UFPB)  
Quarta Examinadora

---

Profa. Dra. Onilda Gomes Bezerra (UFPE)  
Quinta Examinadora

A minha irmã Gleice Cristina dos Santos (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho acadêmico, apesar de ser feito a duas mãos, sempre envolve a participação de muitas outras pessoas. Assim, agradeço a todas as pessoas que disponibilizaram parte do seu tempo e puderam contribuir para a realização desta pesquisa.

À minha família, por estar presente em todos os momentos, constituindo o alicerce da minha história de vida. Minha mãe Marinete Ferreira dos Santos, meu filho Clélio Henrique Souza dos Santos e, em especial, minha esposa, companheira e parceira intelectual na realização dessa tese, Diana Cecília de Souza.

À professora Edvânia Torres Aguiar Gomes, minha orientadora e amiga, por compartilhar seus conhecimentos e experiências, aspectos fundamentais em minha formação acadêmica desde a graduação.

Aos meus ex-alunos e ex-orientandos, atuais amigos, Júlio César Felix da Silva, Rosiane Elias de Macêdo, Danilo de Araújo Silva, Cleiton de Almeida Silva, Silmara Lopes de Souza e Marcos Antônio Leite Pimentel, por terem se disponibilizado a me dar o suporte necessário para que eu pudesse cursar as disciplinas do curso de doutorado.

À Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e a Universidade de Pernambuco – UPE, instituições onde leciono, por terem possibilitado as condições necessárias ao meu processo de qualificação profissional.

A todos os colegas do Grupo de Pesquisa NEXUS da UFPE, em especial, Guilherme, Wilma, Anderson, Thaís, Thamires, Daniel Raposo e Maurílio, pela convivência e pela possibilidade de poder compartilhar saberes e histórias de vida.

Às amigas colombianas, Margarita e Olga, pelo compartilhamento de experiências, numa rápida, mas intensa convivência.

Aos membros do projeto INNOVATE, pelas experiências interdisciplinares compartilhadas, através do trabalho em grupo. Em especial à professora Maria do Carmo Sobral.

Aos Docentes e Técnicos que integram o PRODEMA, em especial, a secretária Solange, pela oportunidade de poder integrar esse programa interdisciplinar em rede e de discutir, enquanto geógrafo, a questão ambiental sob o viés sócio-espacial.

A todos os meus colegas de turma no doutorado, Valério, Alexandro, Michel, Renata, Yenê, Igor e Diana, pelo prazer de ter podido conhecê-los e também pela possibilidade de dividir com vocês a experiência de um processo de doutoramento.

À população petrolandense, aos membros do Polo Sindical e aos técnicos da CHESF e da CODEVASF, pela disponibilidade e valorosa contribuição para a realização dessa pesquisa.

Aos companheiros da Associação dos Docentes da Universidade de Pernambuco - ADUPE, pelo apoio e pela oportunidade de lutar ao lado de vocês em defesa da democracia nesses tempos sombrios.

Por fim, a todos os meus amigos e familiares por compreenderem as minhas ausências e por me apoiarem, de diferentes formas, ao longo dessa trajetória. A todos, os meus mais sinceros agradecimentos, obrigado.

## RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, as relações campo-cidade passaram por profundas transformações que resultaram em novas dinâmicas sócio-territoriais e a necessidade de se discutir as ressignificações dos conteúdos de rural e urbano. No Brasil, o acelerado processo de industrialização desencadeou uma série de investimentos em infraestrutura e os grandes empreendimentos hidrelétricos (GEH) foram considerados indispensáveis e tecnicamente os mais adequados para atender as demandas por energia elétrica. No Semiárido, os vales úmidos do submédio São Francisco vivenciaram, de forma pioneira, a inserção de GEH e a difusão da agricultura científica que desencadearam transformações na organização sócio-espacial dos municípios. Insere-se, assim, o município de Petrolândia - PE, localizado no submédio São Francisco, que em 1988 teve uma parte do seu território alagado pelas águas do reservatório de Itaparica. Diante disso, defende-se a tese de que os GEH se constituem nos principais vetores das transformações da dinâmica sócio-territorial da Região Semiárida, tornando as relações campo-cidade mais complexas, com novas interdependências e complementaridades, cujos modos de vida urbano e rural extrapolam os seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se articulam e caracterizam a escala municipal. Analisou-se as transformações sócio-territoriais desencadeadas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na escala municipal da Região Semiárida, através do estudo de urbanidades e de ruralidades. Partiu-se de uma abordagem crítica, embasada no materialismo histórico dialético, através de uma pesquisa explicativa de natureza quali-quantitativa. Os métodos procedimentais histórico, comparativo, estatístico, espacial e o estudo de caso, associados à pesquisa bibliográfica e documental, à aplicação de formulários, à realização de entrevistas informais e de registros fotográficos possibilitaram apreender o tema em estudo a partir de um quadro de referência marxista. Constatou-se que a construção da Usina Itaparica desencadeou as maiores transformações sócio-espaciais nos municípios sob sua área de influência, em especial no município de Petrolândia. As relações campo-cidade se intensificaram, em razão do aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias e capital entre esses espaços, que, apesar de distintos e até antagônicos, estabelecem complexas relações que se dão de maneira interdependente e complementar, cujos conteúdos sociais, rural e urbano, extrapolam possíveis limites territoriais de abrangência, fazendo emergir ruralidades e urbanidades tanto no campo quanto na cidade.

Palavras – chave: Campo. Cidade, Ruralidades. Urbanidades. Semiárido.

## ABSTRACT

From the second half of the XX century, the countryside-city relations underwent profound transformations that resulted in new socio-territorial dynamics and the need to discuss the resignifications of rural and urban contents. In Brazil, the accelerated industrialization process triggered a series of investments in infrastructure and large hydroelectric projects (LHP) were considered indispensable and technically the most appropriate to meet the demands for electricity. In the Semiárido, the humid valleys of the sub-medium São Francisco pioneered the insertion of LHP and the spread of scientific agriculture that triggered transformations in the socio-spatial organization of the municipalities. Thus, the municipality of Petrolândia - PE is inserted, located in the sub-medium São Francisco, that in 1988 had a part of its territory flooded by the waters of Itaparica reservoir. In view of this, it is argued that the LHP constitute the main vectors of the transformations of the socio-territorial dynamics of the Semiarid Region, making the countryside-city relations more complex, with new interdependencies and complementarities, whose urban ways of life and rural extrapolate their spaces of origin, manifesting urbanities and ruralities that articulate and characterize the municipal scale. Analyzed the socio-territorial transformations triggered by the large hydroelectric projects about the countryside-city and rural-urban relations at the municipal scale of the Semiarid Region, through the study of urbanities and ruralities. It started from a critical approach, based on dialectical historical materialism, through an explanatory research of qualiquanti nature. The procedural methods historical, comparative, statistical, spatial and case study associated with bibliographic and documentary research, the application of forms, the conduction of informal interviews and photographic records made it possible to grasp the subject under study from a Marxist frame of reference. It was found that the construction of the Itaparica Plant triggered the largest socio-spatial transformations in the municipalities under its area of influence, especially in the municipality of Petrolândia. The countryside-city relations intensified, due to the increase in the flow of people, goods and capital between these spaces, which, although distinct and even antagonistic, establish complex relationships that occur in an interdependent and complementary way, whose social, rural and urban contents, extrapolate possible territorial limits of coverage, giving rise to ruralities and urbanities in both the countryside and in the city.

Key words: Countryside. City. Ruralities. Urbanities. Semiárido.

## LISTA DE FIGURAS

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Figura 1 -  | Localização do Município de Petrolândia   | 28  |
| Figura 2 -  | Contorno do Semiárido Brasileiro  | 83  |
| Figura 3 -  | Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco   | 87  |
| Figura 4 -  | Nova Delimitação das Regiões Fisiográficas da Bacia do rio São Francisco  | 88  |
| Figura 5 -  | Área de Atuação da Chesf em 1945  | 104 |
| Figura 6 -  | Principais Reservatórios da Bacia do Rio São Francisco  | 109 |
| Figura 7 -  | Perímetros de Irrigação do Sistema Itaparica  | 114 |
| Figura 8 -  | Vista aérea da Cidade de Petrolândia  | 132 |
| Figura 9 -  | Delimitação das Quadras que constituem a Cidade de Petrolândia  | 133 |
| Figura 10 - | Delimitação dos Bairros de Petrolândia  | 136 |
| Figura 11 - | Expansão da Cidade de Petrolândia   | 137 |
| Figura 12 - | Localização do Perímetro Irrigado Apolônio Sales  | 147 |
| Figura 13 - | Localização do Perímetro Icó-Mandantes  | 148 |
| Figura 14 - | Localização do Perímetro Irrigado Barreiras Bloco 1   | 149 |
| Figura 15 - | Linha do tempo com as três grandes fases que caracterizam o processo de constituição do território de Petrolândia | 154 |
| Figura 16 - | Roteiro da visita de Dom Pedro II ao Sertão do Nordeste em 1859   | 169 |
| Figura 17 - | Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso   | 171 |
| Figura 18 - | Estações ao Longo do Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso  | 172 |
| Figura 19 - | Cais Dom Pedro II   | 174 |
| Figura 20 - | Estação de Petrolândia  | 175 |
| Figura 21 - | Planta da Futura Cidade de Jatobá de 1883   | 176 |
| Figura 22 - | Propostas de Localização da Nova Petrolândia  | 200 |
| Figura 23 - | Localização da Nova cidade de Petrolândia em Relação às Rodovias e à Borda do Lago de Itaparica                   | 209 |
| Figura 24 - | Planta da nova cidade de Petrolândia e seus equipamentos  | 210 |

## LISTA DE MAPAS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Mapa 1 -  | Localização do Município de Petrolândia                | 29  |
| Mapa 2 -  | Município de Petrolândia                               | 30  |
| Mapa 3 -  | Delimitação do Semiárido                               | 84  |
| Mapa 04 - | Regiões Imediatas e Intermediárias de Pernambuco       | 122 |
| Mapa 5 -  | Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco     | 123 |
| Mapa 6 -  | Meso e Microrregiões de Pernambuco                     | 124 |
| Mapa 7 -  | Localização dos Perímetros de Irrigação de Petrolândia | 214 |

## LISTA DE FOTOS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Foto 1 -  | Casas de Alvenaria em Petrolândia  | 130 |
| Foto 2 -  | Casa de taipa em Petrolândia   | 130 |
| Foto 3 -  | Bairro Nova Esperança  | 135 |
| Foto 4 -  | Avenida dos Três Poderes   | 139 |
| Foto 5 -  | Rua João Rocha Lima, Q 3   | 139 |
| Foto 6 -  | Descarte inadequado de embalagens de agrotóxicos - Proximidades da Agrovila 4 – Bloco 03 | 145 |
| Foto 7 -  | Mergulho Esportivo   | 235 |
| Foto 8 -  | Passeio de Catamarã  | 235 |
| Foto 9 -  | Ilha de Rarrá  | 236 |
| Foto 10 - | Trilha Ecológica   | 236 |
| Foto 11 - | Tanques de Piscicultura  | 238 |
| Foto 12 - | Comércio agropecuário na Agrovila 10 – Icó-Mandantes                                     | 239 |
| Foto 13 - | Comércio Agrovila 03 – Icó-Mandantes   | 239 |
| Foto 14 - | Centro Comercial   | 242 |
| Foto 15 - | Feira-livre de Petrolândia   | 242 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
| Gráfico 1 -  | Tipo de saneamento   | 131 |
| Gráfico 2 -  | Dinâmica dos Domicílios Particulares Permanentes                             | 134 |
| Gráfico 3 -  | Frota Municipal de Veículos  | 140 |
| Gráfico 4 -  | Comparação da utilização das terras em Petrolândia 1985-2017                 | 141 |
| Gráfico 5 -  | Comparação do uso da terra por lavouras em Petrolândia                       | 142 |
| Gráfico 6 -  | Percentual de Escolhas das Opções Oferecidas à População Atingida            | 203 |
| Gráfico 7 -  | Distribuição da População Economicamente Ativa segundo os Setores Produtivos | 212 |
| Gráfico 8 -  | Comparação da Taxa de crescimento anual 2010-2018                            | 228 |
| Gráfico 9 -  | Evolução da população de Petrolândia 1980-2010                               | 229 |
| Gráfico 10 - | Setores do PIB de Petrolândia - 2016   | 233 |
| Gráfico 11 - | Comparação da distribuição da População Economicamente Ativa 1980-2016       | 234 |
| Gráfico 12 - | Domicílios rurais com bens duráveis - 2010                                   | 240 |

## LISTA DE QUADROS

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| Quadro 1 - | Características das Principais Abordagens Analíticas sobre as Relações Campo-Cidade                | 44  |
| Quadro 2 - | Características Perímetros Irrigados Pernambuco  | 115 |
| Quadro 3 - | Região Geográfica Intermediária de Serra Talhada e suas Regiões Imediatas                          | 125 |
| Quadro 4 - | Mesorregião do São Francisco Pernambucano  | 126 |
| Quadro 5 - | Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica   | 128 |
| Quadro 6 - | Quadro síntese dos principais eventos do processo de constituição do município de Petrolândia - PE | 227 |
| Quadro 7 - | Estabelecimentos agropecuários na cidade de Petrolândia - 2014                                     | 237 |

## LISTA DE TABELAS

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Tabela 1 -  | Condição do Produtor no Município de Petrolândia - 2017   | 142 |
| Tabela 2 -  | Comparação dos percentuais de uso de fertilizantes e tratores nos estabelecimentos agropecuários de Petrolândia – 1985 - 2017   | 144 |
| Tabela 3 -  | Principais Mercadorias Importadas EFPA e Recife-São Francisco (em toneladas)  | 178 |
| Tabela 4 -  | Principais Mercadorias Exportadas EFPA e Recife-São Francisco (em toneladas)  | 178 |
| Tabela 5 -  | População Residente por Situação de Domicílio. Município de Petrolândia. Censos de 1940 – 1950 - 1960   | 188 |
| Tabela 6 -  | Volume e Produção dos Principais Produtos Agrícolas. Município de Petrolândia - 1954  | 189 |
| Tabela 7 -  | População Residente por Situação de Domicílio, Taxa de Crescimento Anual, Município de Petrolândia, Censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980                                     | 191 |
| Tabela 8 -  | Distribuição da População Ocupada por Setores de Atividades. Cidade de Petrolândia - 1981   | 196 |
| Tabela 9 -  | Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Bancários. Cidade de Petrolândia - 1978, 1980, 1981  | 197 |
| Tabela 10 - | População Residente por Situação de Domicílio, Taxa de Crescimento Anual, Município de Petrolândia. Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996 (Contagem Populacional) | 221 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |  |
|---------------|--|
| ACAMP         | Associação dos Colonos Agropecuários do Município de Petrolândia |
| ADUPE         | Associação dos Docentes da Universidade de Pernambuco            |
| AIS           | Área Integrada de Segurança                                      |
| ANA           | Agência Nacional da Águas  |
| ASA           | Articulação Semiárido Brasileiro                                 |
| ATER          | Assistência Técnica e Extensão Rural                             |
| ATER          | Assistência Técnica e Extensão Rural                             |
| BID           | Banco Interamericano de Desenvolvimento                          |
| BIRD          | Banco Mundial  |
| BNB           | Banco do Nordeste do Brasil                                      |
| Cemig         | Centrais Elétricas de Minas Gerais                               |
| CFURH         | Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos      |
| Chesf         | Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco                    |
| CIRETRAN      | Circunscrição Regional de Trânsito                               |
| CODEVASF      | Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco            |
| CONDEL        | Conselho Deliberativo da SUDENE                                  |
| CONDEPE/FIDEM | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco       |
| Correios      | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos                      |
| CTPPP         | Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos                   |
| CVSF          | Comissão do Vale do São Francisco                                |
| DETRAN        | Departamento Estadual de Trânsito                                |
| DIR           | Departamento de Implantação de Reservatórios                     |
| DNAEE         | Departamento Nacional de águas e Energia                         |
| DNOCS         | Departamento Nacional de Obras Contra a Seca                     |
| EFPA          | Estrada de Ferro Paulo Afonso                                    |
| EFPA          | Estrada de Ferro Paulo Afonso                                    |
| Eletronbras   | Centrais Elétricas Brasileiras S.A.                              |
| ENENORDE      | Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste                        |
| GAT           | Grupo de Acompanhamento Técnico                                  |
| GEH           | Grandes Empreendimentos Hidrelétricos                            |
| GEIDA         | Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola     |
| Geres         | Gerência Regional de Saúde                                       |
| GISF          | Grupo de Irrigação do São Francisco                              |

|          |   |
|----------|---|
| GTDN     | Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística   |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária   |
| IFOCS    | Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca   |
| INNOVATE | Interação entre múltiplos usos da água de reservatórios por meio da conexão de ciclos inovadores em ecossistemas aquáticos e terrestres |
| INSS     | Instituto Nacional de Seguridade Social   |
| IOCS     | Inspetoria de Obras Contra a Seca   |
| IPTU     | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  |
| ITR      | Imposto Territorial Rural   |
| OeM      | Operação e Manutenção   |
| PA – I   | Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso - I  |
| PA – II  | Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso - II   |
| PA – III | Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso - III  |
| PA – IV  | Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso - IV   |
| PEA      | População Economicamente Ativa  |
| PIB      | Produto Interno Bruto   |
| PMCMV    | Programa Minha Casa Minha Vida  |
| PNMA     | Política Nacional de Meio Ambiente  |
| ProRural | Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural  |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste   |
| RDs      | Regiões de Desenvolvimento  |
| REGIC    | Regiões de Influência das Cidades   |
| Sebrae   | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  |
| SEHAB    | Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco   |
| STR      | Sindicatos de Trabalhadores Rurais  |
| SUDENE   | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste   |
| SUVALE   | Superintendência do Vale do São Francisco   |
| TK       | Tépida Calaariana   |
| UFPE     | Universidade Federal de Pernambuco  |
| UHE      | Usina Hidrelétrica  |
| UPE      | Universidade de Pernambuco  |
| VMT      | Verba de Manutenção Temporária  |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>19</b> |
| <b>2</b> | <b>CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>   | <b>25</b> |
| 2.1      | METODOLOGIA   | 25        |
| 2.2      | RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E URBANO-RURAL: UMA BREVE REVISÃO  | 33        |
| 2.2.1    | Abordagem Dicotômica Campo-Cidade   | 34        |
| 2.2.2    | Abordagem do Continuum Rural-Urbano   | 36        |
| 2.2.3    | Abordagem da Permanência das Ruralidades  | 40        |
| 2.2.4    | Articulando Entendimentos   | 44        |
| <b>3</b> | <b>APONTAMENTOS TEÓRICOS</b>  | <b>47</b> |
| 3.1      | ESPAÇO E DINÂMICAS SÓCIO-TERRITORIAIS   | 47        |
| 3.1.1    | Aproximações a partir do conceito de Espaço Geográfico  | 47        |
| 3.1.2    | Do Território ao Território Usado   | 54        |
| 3.2      | CAMPO-CIDADE: ENTRE RURALIDADES E URBANIDADES   | 61        |
| 3.2.1    | Cidade e Urbano – Campo e Rural: a partir dos critérios político-administrativos                                      | 64        |
| 3.2.2    | Campo e Cidade – Rural e Urbano: aproximações conceituais   | 69        |
| 3.2.3    | Urbanidades e Ruralidades   | 80        |
| <b>4</b> | <b>A REGIÃO SEMIÁRIDA E OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS</b>  | <b>83</b> |
| 4.1      | SEMIÁRIDO BRASILEIRO: TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO   | 83        |
| 4.1.1    | Aspectos Físico-Naturais do Semiárido   | 86        |
| 4.1.2    | Uso do Território no Semiárido  | 91        |
| 4.2      | OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS DO SÃO FRANCISCO: CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA | 100       |
| 4.2.1    | Os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos do Rio São Francisco   | 103       |
| 4.2.2    | Usina Hidrelétrica Itaparica: Concepção e Implantação   | 110       |

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| <b>5</b>     | <b>RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA - PE</b>   | <b>118</b> |
| 5.1          | DESVENDANDO OS ESPAÇOS URBANO E RURAL DE PETROLÂNDIA   | 119        |
| 5.2          | RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  | 153        |
| <b>5.2.1</b> | <b>Do Povoamento Indígena do Grupo Linguístico Macro-Jê no século XVII ao Processo de Colonização no século XVIII</b>  | <b>155</b> |
| <b>5.2.2</b> | <b>Da Chegada da Ferrovia em 1883 à Construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica em 1979</b>  | <b>168</b> |
| 5.2.2.1      | A Chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso à Petrolândia   | 168        |
| 5.2.2.2      | Das Primeiras Iniciativas de Aproveitamento das Águas do São Francisco às Intervenções das Instituições Federais na Região   | 180        |
| 5.2.2.3      | A Chegada da Chesf em Petrolândia e a Construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica  | 190        |
| <b>5.2.3</b> | <b>Da Conclusão das Obras da Usina Hidrelétrica de Itaparica e o Reassentamento da População Atingida em 1988 ao Início do Funcionamento dos Perímetros Irrigados de Petrolândia nos anos 1990</b> | <b>207</b> |
| 5.3          | RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: ENTRE RURALIDADES E URBANIDADES NO TERRITÓRIO PETROLANDENSE   | 228        |
| <b>6</b>     | <b>CONCLUSÃO</b>   | <b>244</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>250</b> |
|              | <b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO POPULAÇÃO URBANA</b>  | <b>263</b> |
|              | <b>APÊNDICE B – FORMULÁRIO POPULAÇÃO RURAL</b>   | <b>266</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, as relações campo-cidade passaram por profundas transformações, que resultaram em novas dinâmicas sócio-territoriais<sup>1</sup> entre esses espaços e a necessidade de discutir as ressignificações dos conteúdos de rural e urbano. Com os avanços da técnica e a sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica sócio-espacial vem se tornando cada vez mais complexa no atual período histórico, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é urbano do que é rural.

No Brasil, a retomada dos estudos e das reflexões sobre as relações campo-cidade, ocorrida a partir do início dos anos 1990, encontra-se associada tanto ao debate sobre a tendência à urbanização da sociedade, em razão do processo de modernização tecnológica e científica ocorrido no campo, ampliando as relações entre agricultura e indústria, quanto ao processo de revalorização do campo, associado à presença de atividades não agrícolas, como o turismo, fazendo emergir novas ruralidades.

Na Região Semiárida, a expansão capitalista no campo vem transformando, de forma seletiva, os tradicionais espaços rurais nordestinos. Os vales úmidos do submédio São Francisco vivenciaram, de forma pioneira, a difusão da agricultura científica associada à inserção de grandes empreendimentos hidrelétricos que desencadearam grandes transformações na organização sócio-espacial dos municípios nordestinos.

O Brasil, em meados da década de 1950, iniciou um acelerado processo de industrialização que demandava grandes investimentos em infraestrutura básica voltada para embasar o crescimento da indústria nacional. Surgiram, então, políticas setoriais e planos de investimentos como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte, concebidos tanto com o propósito de implementar a infraestrutura necessária à industrialização como para difundir o desenvolvimento nas regiões em que foram instalados.

A implantação de grandes projetos, sob o discurso da interiorização do desenvolvimento econômico, pautado na ideia de crescimento e progresso, e de garantia da segurança nacional, não foi acompanhada da realização de estudos sobre a influência local/regional e nem de análises sobre as transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que desencadeariam nas regiões. Segundo Bortoleto (2001), o que se pode constatar com a implantação desses grandes projetos foi uma nova ocupação territorial, a

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho, à luz das proposições do geógrafo Marcelo Souza (2013), faz-se necessário esclarecer a diferença de grafia de algumas palavras a partir do uso do hífen, a exemplo de sócio-territorial ao invés de socioterritorial ou sócio-espacial ao invés de socioespacial. Nesse caso, o termo “sócio”, longe de qualificar o “territorial” ou o “espacial”, é um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais. Sendo assim, sempre que se desejar manter a noção de composição, em que os dois adjetivos preservam a sua individualidade semântica, o hífen será usado, apesar da última reforma ortográfica.

partir de uma apropriação política e econômica dos recursos regionais pelo centro econômico, sem a participação das “regiões sede”, consolidando dessa forma as desigualdades regionais preexistentes.

Nesse contexto, os grandes empreendimentos hidrelétricos foram considerados indispensáveis e tecnicamente os mais adequados para a produção de energia elétrica no Brasil, haja vista que o país dispõe de uma grande oferta de recursos hídricos, que possibilita o seu amplo aproveitamento hidrelétrico. As grandes hidrelétricas, além de servirem de apoio ao processo de industrialização brasileira, tornaram-se o meio de expansão de novas técnicas para a produção nacional (BORTOLETO, 2001).

Os desdobramentos da implantação desses grandes empreendimentos, entretanto, são considerados bastante complexos, sobretudo em razão da grande amplitude dessas obras, que acabam ultrapassando, em muito, os limites da área de abrangência da hidrelétrica, transformando toda a dinâmica sócio-espacial anteriormente existente na região. Assim, ao invés de integrar os interesses locais, os grandes empreendimentos hidrelétricos impuseram uma série de transformações às sociedades locais.

No caso da Região Semiárida, historicamente caracterizada por uma estrutura agrária concentrada, marcada pela existência de latifúndios e minifúndios, e por uma elevada concentração da riqueza e da renda gerada, o discurso do Estado de promover o desenvolvimento nacional e regional, através das grandes usinas hidrelétricas, foi bem aceito pelos governantes locais e pelos agentes econômicos, que sempre acumularam patrimônio, renda e poder à custa da população pobre do Semiárido.

Assim, aproveitando o potencial hídrico do rio São Francisco, a concepção e a implementação de grandes usinas hidrelétricas no Semiárido ficaram a cargo da Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco (Chesf), constituída em 1945, e cujo objetivo principal pressupunha o desenvolvimento regional da bacia do rio São Francisco com produção energética. Segundo Sanches, a expansão do parque elétrico brasileiro na década de 1950 obedeceria ao modelo implementado na Chesf, isto é, concentrar a produção em grandes usinas e suprir de energia os sistemas distribuidores regionais a cargo dos governos estaduais (2011 apud SANTOS, R., 2015).

No âmbito dessas políticas voltadas para modernizar a região Semiárida, através de grandes projetos, é que em meados do século XX teve início a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no rio São Francisco, onde se encontram atualmente nove Usinas Hidrelétricas ao longo do curso desse rio, quais sejam: Complexo Paulo Afonso I (1949-1954), II (1955-1961), III (1966-1971), IV (1972-1979) e Moxotó (1971-1977), Sobradinho (1973-1979), Luiz Gonzaga (1979-1988), Xingó (1987-1994) e Três Marias

(1957-1962), sendo esta última a única que não foi construída pela Chesf e não está localizada no Semiárido nordestino.

Considerados verdadeiros enclaves, por se caracterizarem como processos exógenos aos interesses da região, a implantação desses grandes empreendimentos hidrelétricos desencadeou significativas transformações sócio-espaciais ao longo do curso do rio, cujas consequências são sentidas direta ou indiretamente pelas sociedades locais atingidas, quer seja no campo ou na cidade. O fato é que os interesses locais não integram o processo de elaboração desses projetos, sendo negligenciada a forma como cada localidade reage diferentemente ao processo de implantação dessas usinas hidrelétricas, o que impossibilita apreender a complexidade dos reflexos desencadeados por esses grandes empreendimentos hidrelétricos na escala local.

Emergem ainda, problemas relacionados ao uso da água, conflitos entre usos prioritários, incluindo o abastecimento urbano, e usos econômicos da água no Semiárido, pois com a implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos, ampliaram-se as desigualdades sócio-espaciais na Região. Assim, em contrapartida ao direito do sertanejo ribeirinho, a água dos reservatórios das hidrelétricas é intensamente explorada, com fins econômicos, por muitos empreendedores da agroindústria, contrariando a prioridade do abastecimento humano e da dessedentação dos animais, estabelecida pela Lei 9.433/97, a lei dos Recursos Hídricos (MALVEZZI, 2013).

Como resultado desses diferentes usos da água no campo do Semiárido, é possível distinguir áreas irrigadas, onde se desenvolvem atividades produtivas integradas ao mercado nacional e internacional, de grandes áreas dependentes dos condicionantes físico-naturais, onde as atividades econômicas e as possibilidades de intensificação das atividades agropecuárias são limitadas. Constatando-se, desta forma, que, através das ações desses grandes projetos, reforçam-se as tradicionais desigualdades que caracterizam o Semiárido, haja vista que a implantação desses empreendimentos não contempla as populações locais, estando voltada, sobretudo, para atender aos interesses de grupos econômicos e políticos que buscam manter o seu poder hegemônico na região.

Além do campo, a questão do abastecimento hídrico também se revela nas cidades. Segundo Malvezzi (2013), a insegurança hídrica nas cidades tem se constituído um problema até mais grave que no campo, haja vista que a maior parte da população do Semiárido reside no espaço urbano e também por este ser o local onde se concentram a administração pública, o comércio, os serviços e as indústrias, atividades muito dependentes da regularidade do abastecimento d'água.

Diante do exposto, observa-se que o estudo da relação campo-cidade na Região Semiárida ganhou uma nova complexidade com a implantação, em meados do século XX, de grandes usinas hidrelétricas, que, no âmbito da revolução técnico-científica, intensificaram os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura. Um processo que, embora tenha ocorrido de forma seletiva, vem reconfigurando os tradicionais espaços rurais do Semiárido, sobretudo os vales úmidos do submédio São Francisco, impondo-lhes uma nova dinâmica, ao diversificar os serviços urbanos e intensificar os fluxos de transporte e comunicações, reestruturando as interações dos espaços rurais com os espaços urbanos.

É nesse contexto que se insere o local de estudo empírico dessa pesquisa, o município de Petrolândia - PE, localizado às margens do Rio São Francisco, no Sertão de Pernambuco. Petrolândia, em 1988, teve parte do seu território alagado, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, atual Luiz Gonzaga. A sede do município foi deslocada do seu sítio original, sendo reconstruída de forma planejada pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), como medida compensatória às perdas que seriam submetidas à população e a base econômica local (Brasil, 2006).

No espaço rural de Petrolândia foram implantados três perímetros de irrigação, Apolônio Sales, Barreiras – Bloco 1 e Icó-Mandantes – Blocos 3 e 4, nos quais, a exceção do Projeto Apolônio Sales, onde as famílias residem nos próprios lotes, foram edificados 18 blocos de Agrovilas<sup>2</sup> para abrigar a população reassentada. As agrovilas, enquanto aglomerados urbanos, foram dotadas de infraestrutura de escolas, postos de saúde, sistema de eletrificação, sistema de abastecimento de água e nos lotes de terra foram implantados sistemas de irrigação, sob a supervisão da CHESF (SANTOS et al., 2017).

Em Petrolândia, a maior parte da população reside no espaço urbano, o município apresenta uma taxa de urbanização de 72,7%. Segundo o censo de 2010, a população petrolandense é de 32.492 habitantes, tendo 23.621 pessoas residindo na cidade e/ou aglomerados urbanos e 8.871 residindo no espaço rural (IBGE, 2018).

Essa nova dimensão do urbano e do rural, isto é, das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, exige a compreensão de que esses recortes territoriais devem ser pensados, enquanto totalidade, como espaços interdependentes e complementares. O estudo da relação campo-cidade, portanto, torna-se essencial para a compreensão da dinâmica sócio-espacial, pois, apesar do rural e do urbano caracterizar especificamente cada um desses espaços, seus conteúdos podem extrapolar seus recortes de

---

<sup>2</sup> Das 18 Agrovilas construídas nos perímetros, apenas a Agrovila 6 do Bloco - 4 não está localizada no município de Petrolândia.

origem, combinando-se em cada espaço, seja na escala local ou regional, constituindo-se em ruralidades e urbanidades.

Emerge, assim, os questionamentos norteadores dessa pesquisa: quais as principais transformações sócio-territoriais desencadeadas pelos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na escala municipal da Região Semiárida? Como se caracterizam as relações campo-cidade e rural-urbano ao longo do processo histórico de constituição desse município? Que aspectos caracterizam as atuais relações campo-cidade e rural-urbano em Petrolândia? Como se manifestam as urbanidades e as ruralidades presentes no território petrolandense?

Diante disso, parte-se da hipótese de que os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos se constituem nos principais vetores das transformações da dinâmica sócio-territorial da Região Semiárida, tornando as relações campo-cidade mais complexas, com novas interdependências e complementaridades, cujos modos de vida urbano e rural extrapolam os seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se articulam e caracterizam a escala municipal.

Nesse contexto, a abordagem do hibridismo espacial argumenta que há uma permanência de diferentes ruralidades e urbanidades derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais, ultrapassando uma visão político-administrativa dicotômica e destacando relações e processos sociais no espaço.

A proposta desta pesquisa é analisar as transformações sócio-territoriais desencadeadas pelos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na escala municipal da Região Semiárida, através do estudo de urbanidades e de ruralidades. Para tanto, busca-se, mais especificamente, apreender a atual dinâmica sócio-territorial das relações campo-cidade e rural-urbano em Petrolândia; resgatar as relações campo-cidade e rural-urbano que caracterizam o processo histórico de constituição do município; e revelar as urbanidades e as ruralidades que caracterizam a dinâmica do território petrolandense.

O trabalho se encontra organizado em três partes inter-relacionadas, iniciando com a abordagem dos caminhos metodológicos, na qual se apresenta a metodologia e uma breve revisão bibliográfica do tema em estudo. Em seguida, disserta-se sobre os apontamentos teóricos, destacando-se o conceito de espaço e a compreensão das dinâmicas sócio-territoriais, aproximando-se da noção de território usado. Em outro momento, discute-se as nuances do debate acerca da relação campo-cidade e rural-urbano, enfatizando a abordagem das ruralidades e urbanidades.

A etapa seguinte discute o papel dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos na Região Semiárida. Para tanto, aborda-se, inicialmente, os aspectos fundamentais que caracterizam o Semiárido enquanto um território em transformação. Em seguida, examina-se a ação transformadora desses empreendimentos hidrelétricos do Rio São Francisco, destacando-se o processo de concepção e implantação da UHE Itaparica, atual Luiz Gonzaga.

A última etapa compreende a análise das relações campo-cidade e rural-urbano no município de Petrolândia, a partir do estudo, inicialmente, da atual dinâmica sócio-territorial do município, apreendendo as complementaridades e as interdependências das relações campo-cidade e rural-urbano. Em seguida, passa-se ao exame do processo de constituição do território petrolandense, descortinando as principais transformações vivenciadas ao longo do tempo. E por fim, revela-se as novas relações que caracterizam a dinâmica do território petrolandense, expressas em urbanidades e ruralidades.

Os novos relacionamentos entre o rural e o urbano, portanto, retratam interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial. Essas novas relações possibilitam que o campo e a cidade não percam suas identidades social, econômica e cultural.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa são constituídos por diversos componentes epistemológicos, metodológicos e procedimentais, que envolvem o paradigma e a natureza da pesquisa, os procedimentos, a descrição de instrumentos e técnicas de pesquisa, dentre outros elementos.

Isto posto, discute-se neste tópico os principais aspectos que caracterizam a metodologia desenvolvida na pesquisa e uma breve revisão bibliográfica acerca das relações campo-cidade e rural-urbano.

### 2.1 METODOLOGIA

A partir de uma abordagem crítica, a pesquisa se encontra fundamentada no método de abordagem dialético, isto é, no materialismo histórico dialético. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. O materialismo consiste em toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo.

Segundo Netto (2011), Marx considera que o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações, assim, quanto mais se refletem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reflete a sua riqueza real. As “determinações mais simples” estão postas no nível da universalidade, na imediaticidade do real, elas se mostram como singularidades. O conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade.

O fundamental na pesquisa científica para Marx seria descobrir as dinâmicas que regeriam e modificariam os fenômenos estudados. Dinâmicas que atuariam nas condições e interesses materiais, inclusive no âmbito do próprio pensamento. O método implica uma perspectiva, do sujeito pesquisador, que o permita extrair do objeto as suas múltiplas determinações, que acontece conforme se avança no estudo. A pesquisa para Marx tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima e só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (BARBOSA, 2016).

Marx apresenta, portanto, o método dialético dentro de uma configuração racional, empírica e materialista. Suas pesquisas se movimentam do particular para o geral e vice-versa, buscando apreender dinâmicas e formular conceitos por meio de estudos comparados dos

fenômenos sociais, esforçando-se para demonstrar a coesão entre o que anda nas cabeças e as bases materiais sobre as quais se localizam os pés e coloca a temporalidade dos fenômenos sociais no centro do seu pensamento (BARBOSA, 2016).

Para Marconi e Lakatos (2003), o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Neste processo, o sujeito deve utilizar-se dos mais variados instrumentos e também técnicas de pesquisa, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, coleta de dados, quantificação etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para se apoderar da matéria, mas não devem ser de forma alguma identificados com o método (NETTO, 2011).

A propensão por se trabalhar com o materialismo histórico dialético se justifica pela presente pesquisa se propor a analisar as transformações sócio-territoriais desencadeadas pelos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano, através do estudo de urbanidades e de ruralidades na escala local.

Parte-se do entendimento do espaço geográfico, enquanto totalidade, considerando-se campo e cidade como formas espaciais produzidas por relações sociais, cujos conteúdos rural e urbano constituem o modo de vida específico para cada espaço, isto é, os conteúdos que dão vida a essas formas, mas que podem extrapolar os limites dos seus espaços de origem, constituindo urbanidades e ruralidades que se combinam em cada um desses espaços.

Nesse sentido, campo e cidade, rural e urbano constituem pares dialéticos que, embora apresentem conteúdo social e histórico específicos, devem ser compreendidos historicamente enquanto totalidade do modo de produção capitalista.

Para tanto, recorre-se as fundamentações teórico-metológicas do professor Milton Santos em relação à constituição e dinâmica do espaço geográfico, concebido como um sistema de objetos e um sistema de ações, e também das suas proposições analíticas acerca da categoria território usado, enquanto o nosso quadro de vida.

A pesquisa também se encontra embasada nas noções de “urbanidades e ruralidades”, uma proposta que busca ultrapassar a tradicional cisão rural/urbano a partir do estudo de novas territorialidades, que conduziriam a ruralidades e a urbanidades, vinculadas à dimensão cultural/identitária de indivíduos e grupos sociais.

Quanto à natureza dos dados, trata-se de uma pesquisa qualiquanti, caracterizada pela necessidade de dados que possibilitam tanto uma análise estandardizada da realidade, embasada em dados estatísticos, quanto uma análise processual, descritiva e discursiva,

alicerçada na observação direta através de entrevistas, questionários e/ou formulários, entre outros instrumentos e técnicas de pesquisa.

Neste âmbito, os métodos procedimentais histórico, comparativo, estatístico, espacial e o estudo de caso, associados às técnicas de coleta de dados como pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de formulários, realização de entrevistas informais e de registros fotográficos, e o mapeamento dos fenômenos, possibilitaram apreender o objeto de estudo a partir de um quadro de referência marxista.

O local de estudo empírico dessa pesquisa é o município de Petrolândia – PE, o qual abrigou, inicialmente, o escritório da CHESF, a vila operária e o canteiro de obras da então denominada UHE Itaparica. Em 1988, quando da conclusão das obras, Petrolândia teve parte do seu território alagado, a sua sede foi reconstruída, de forma planejada, em outro sítio e no campo foram implantados perímetros de irrigação e agrovilas para abrigar a população rural atingida. Hoje, o território de Petrolândia é a sede da atualmente denominada UHE Luiz Gonzaga.

O município de Petrolândia está localizado no Sertão de Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, integrando respectivamente as Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Serra Talhada e a Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica. Petrolândia ocupa uma superfície territorial de 1.056.595 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com o município de Floresta, ao sul com o município de Jatobá, a leste com o município de Tacaratu e a oeste com o estado da Bahia (Figura 1 e Mapa 1).

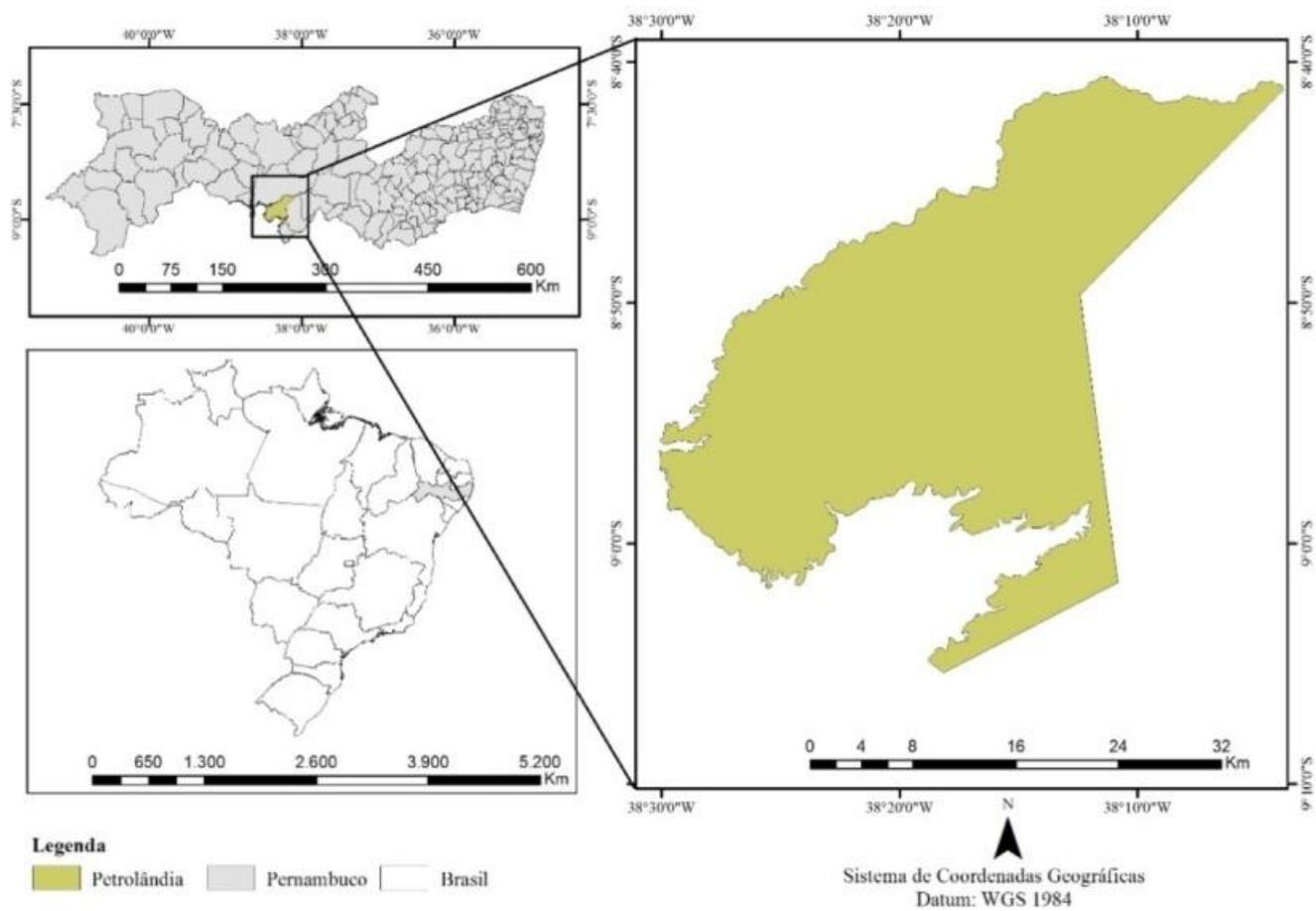
De acordo com a Lei Estadual nº 11.256 de 28 de setembro de 1995, o município de Petrolândia é constituído pelo seu distrito sede e por 17 povoados, isto é, as agrovilas dos perímetros irrigados (CONDEPE/FIDEM, 2008). Distanto cerca de 420 km em relação à capital do Estado, Recife, o distrito sede está localizado na porção sudeste do município, às margens do Lago de Itaparica, ocupando uma área de aproximadamente 3,77 km<sup>2</sup>. A cidade é constituída por quadras de traçado ortogonal, sendo 17 quadras residenciais, 01 (uma) quadra de serviços e 01 (uma) quadra central.

No campo petrolandense foram implantados 03 (três) perímetros de irrigação (Mapa 2), Apolônio Sales, Icó-Mandantes (Blocos 3 e 4) e Barreiras (Bloco 1). Esses perímetros ocupam uma área aproximada de 33 mil ha, sendo constituídos por 18 agrovilas<sup>3</sup>, a exceção do Projeto Apolônio Sales, no qual as famílias residem nos lotes. Nesses aglomerados urbanos, implantados no campo, residem cerca de 900 famílias rurais reassentadas.

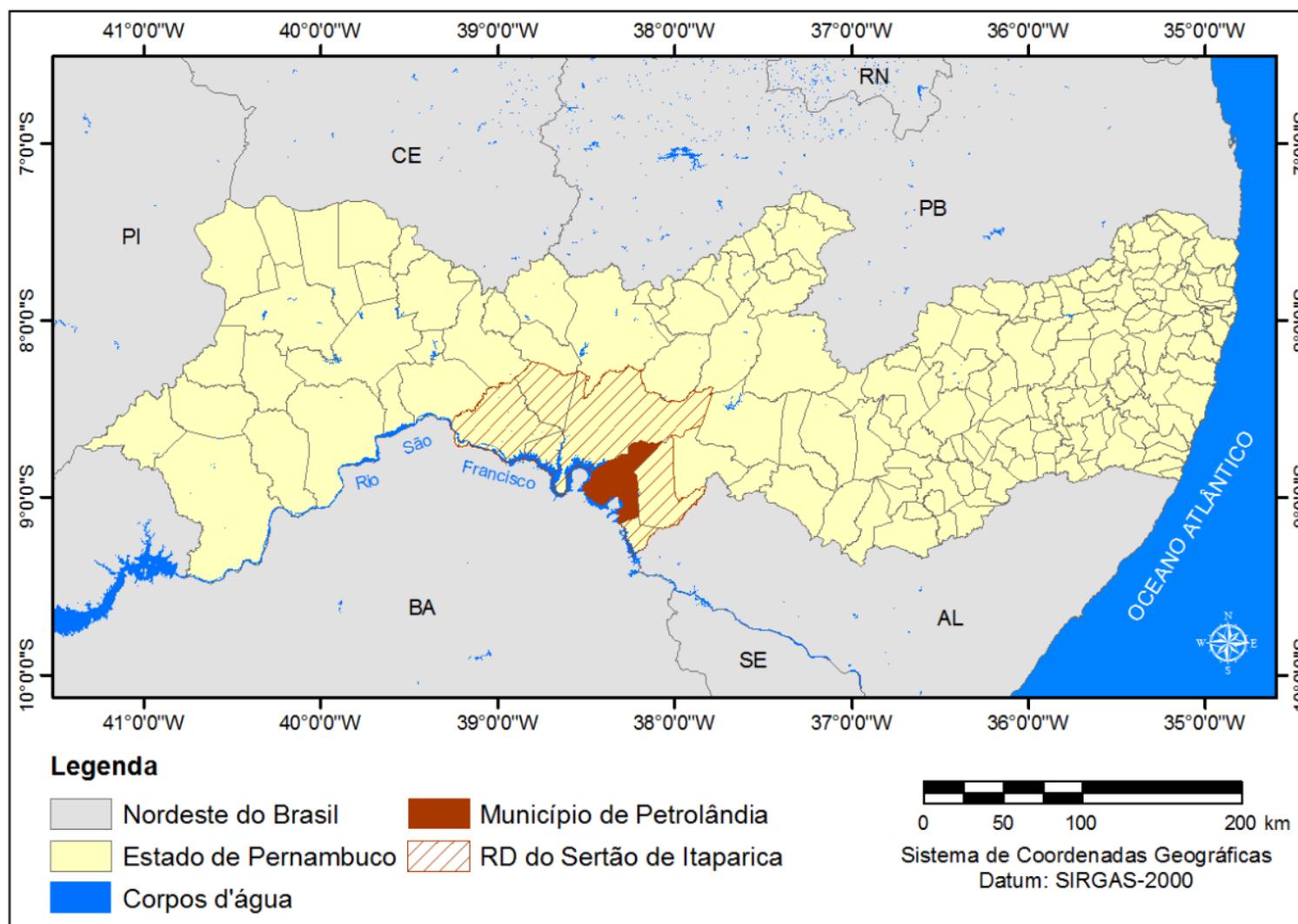
---

<sup>3</sup> Em Icó-Mandantes a Agrovila 6 do Bloco 4 está localizada no município de Floresta – PE.

Figura 1 - Localização do Município de Petrolândia

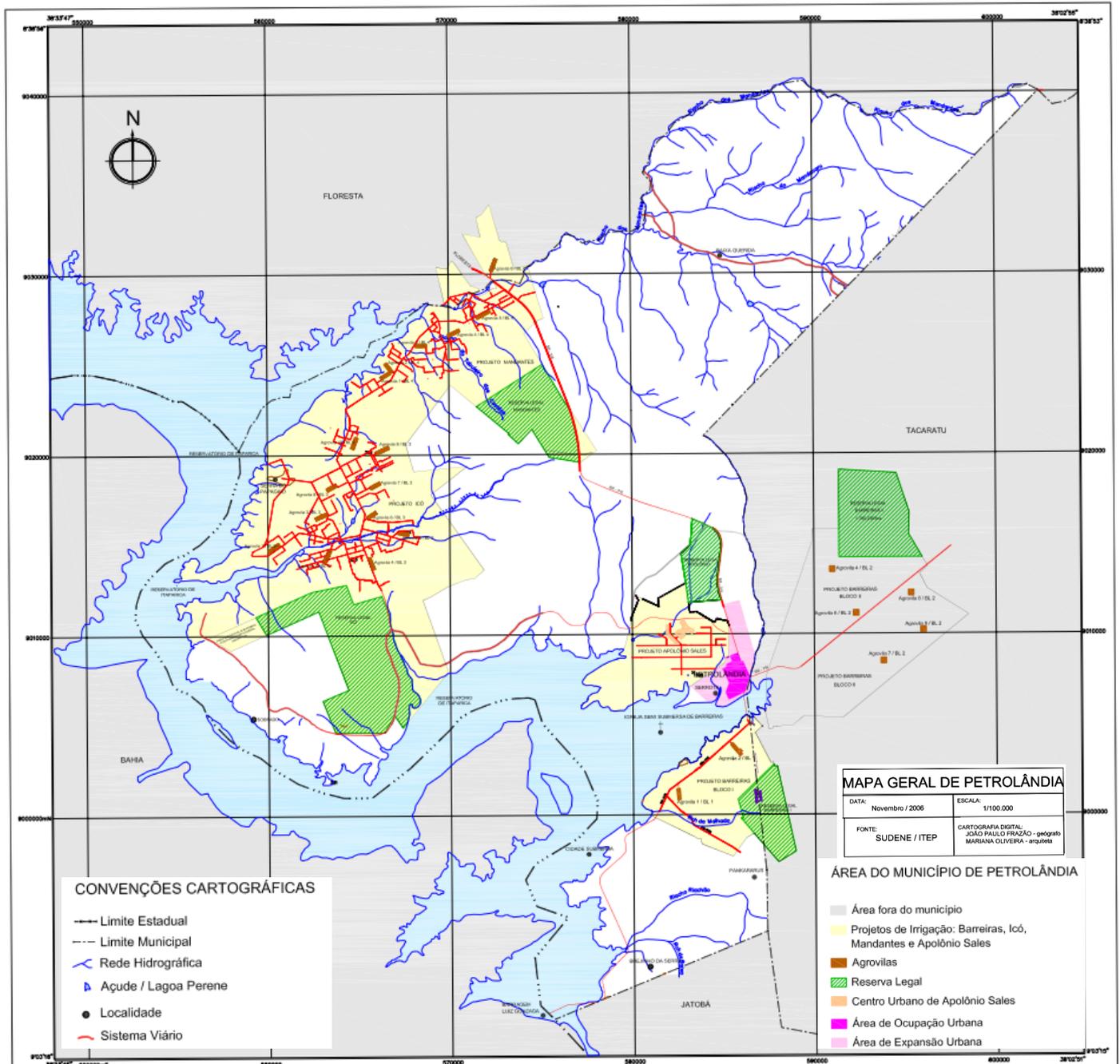


Mapa 1 – Localização do Município de Petrolândia



Fonte: Araújo, 2017

Mapa 2– Município de Petrolândia



Fonte: Petrolândia, Plano Diretor, 2006  
Adaptado pelo autor, 2018

De acordo com o censo de 2010, a população do município, é de 32.492 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 30,75 hab./km<sup>2</sup>. Em 2010, Petrolândia apresentava uma taxa de urbanização de 72,7%, com 23.621 pessoas residindo no espaço urbano e 8.871 residindo no espaço rural. O município possuía 8.572 domicílios permanentes, sendo 6.305 urbanos e 2.267 rurais (IBGE, 2018).

A área de estudo foi visitada pela primeira vez nos dias 28 e 29 de abril de 2013, ocasião em que, participando das oficinas de aplicação da metodologia de Análise de Constelação do Projeto INNOVATE, realizou-se um levantamento exploratório da dinâmica sócio-espacial dos reassentamentos. Nos dias das oficinas foram realizadas entrevistas informais com moradores dos perímetros, pescadores, técnicos agrícolas, indígenas e sem-terra. A presente pesquisa se insere no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto INNOVATE, que buscavam analisar a interação entre múltiplos usos da água de reservatórios em ecossistemas aquáticos e terrestres na Região do Semiárido.

Em outro momento, no período de 03 a 06 de setembro de 2015, realizou-se uma nova visita ao município em estudo para observação e coleta de dados, ocasião em que foram realizados registros fotográficos, entrevistas informais e a aplicação de formulários junto à população urbana e rural de Petrolândia. Os trabalhos foram desenvolvidos em parceria com os pesquisadores do Grupo Nexus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com pesquisadores da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Garanhuns.

Foram aplicados 45 formulários junto à população urbana e 42 formulários aos moradores dos perímetros irrigados. Optou-se por uma amostragem não probabilística, sem rigor matemático ou estatístico, com o intuito de apreender, de forma qualitativa, os principais aspectos relacionados aos objetivos específicos da pesquisa.

Quanto ao perfil da população urbana consultada, 65% era do sexo masculino, na faixa de idades entre 31 e 60 anos, apresentando ensino fundamental incompleto e renda entre dois e três salários mínimos<sup>4</sup>. A maioria atuava no setor de prestação de serviços, apresentando distintas ocupações.

A população rural, por sua vez, também era constituída majoritariamente por pessoas do sexo masculino, representando 67% dos consultados, na faixa etária entre 31 e 50 anos de idade, com ensino fundamental incompleto e renda entre um de dois salários mínimos. As pessoas que se disseram agricultores representou 81% do público consultado.

---

<sup>4</sup> Em 2015 o salário mínimo era de R\$ 780,00.

Nos dois primeiros dias, os formulários foram aplicados, de forma aleatória, junto aos frequentadores do mercado público e do comércio da sede do município, abarcando, sobretudo, os moradores da cidade. Nos outros dois dias, foram realizadas visitas aos perímetros de irrigação, oportunidade em que foram aplicados os formulários da população do campo.

O conteúdo das informações coletadas através dos formulários e das entrevistas se encontram diluídos e incorporados às outras fontes de dados e materiais que integram o escopo analítico dessa pesquisa. Em relação às entrevistas, registre-se que as mesmas foram realizadas de forma desestruturada, buscando-se obter uma visão geral do problema estudado.

Na primeira parte da pesquisa, realizou-se uma pesquisa exploratória sobre o tema em estudo, “Relações Campo-Cidade e Rural-Urbano”, destacando-se, a partir de um levantamento bibliográfico, os principais aspectos teóricos que fundamentam a teoria das “Ruralidades e Urbanidades” e os conceitos de espaço geográfico, território usado, campo, cidade, urbano, rural, urbanidades e ruralidades.

Na etapa seguinte, desenvolveu-se pesquisas descritiva e explicativa, com base em dados bibliográficos e documentais, buscando-se apreender os principais aspectos relacionados à Região Semiárida e à inserção dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos, com destaque para a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, atual Luiz Gonzaga.

Na última parte do trabalho, levantou-se dados secundários e primários, através de atividades de gabinete e de campo, com o intuito de apreender a atual dinâmica, o processo histórico e as ruralidades e as urbanidades que caracterizam a relação campo-cidade e rural-urbano na escala local.

Para tanto, realizou-se visitas técnicas a órgãos públicos (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e a Prefeitura Municipal de Petrolândia – PE) e a instituições privadas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia e Comerciantes Locais), nas quais se levantou dados estatísticos e documentais e se entrevistou representantes desses locais visitados. Visitou-se também os espaços urbano e rural do município de Petrolândia, com destaque para os perímetros irrigados e algumas de suas Agrovilas, nos quais se observou a dinâmica desses espaços, fez-se registros fotográficos, entrevistas e aplicou-se formulários junto à população petrolandense.

## 2.2 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO: UMA BREVE REVISÃO

O debate sobre a relação campo-cidade e rural-urbano, ao longo das últimas décadas, tornou-se um tema crescente nas ciências humanas e sociais. Esse tema vem sendo discutido sob diferentes perspectivas, sendo recorrente a discussão sobre a definição dos espaços urbano e rural, considerando-se diversos fatores estruturais e materiais ou simbólicos e imateriais.

É no âmbito da Sociologia, principalmente nos Estados Unidos, que os estudos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano tiveram maior expressividade. No início do século XX, as primeiras interpretações eram de cunho dualista, os pesquisadores contrapunham as características próprias e isoladas do espaço urbano e do espaço rural.

Segundo Marques (2002, p. 101) citando Martins (1986), “[...] a sociologia surge como uma modalidade de conhecimento contida no bojo do pensamento conservador, constituindo-se a partir de idéias-elementos conservadoras que respondem a idéias-elementos do pensamento burguês e liberal da fase de formação da sociedade capitalista”.

No âmbito da Geografia, especificamente, sobretudo a partir da década de 1990, as discussões versavam sobre as análises espaciais da relação campo-cidade e rural-urbano e sua dinâmica populacional, econômica, cultural, política e ambiental. Segundo Alves e Vale (2013, p.33), essa preocupação sobre a relação campo-cidade e rural-urbano advém, sobretudo, da Geografia Agrária, “[...] devido à tendência da urbanização e da disseminação do modo de vida urbano, transformando as áreas rurais em espaços híbridos e disputa territorial”.

No bojo das discussões sobre a complexidade e os distintos níveis e graus de intensidade que as relações campo-cidade e rural-urbano assumiram ao longo do tempo, existem, de uma forma geral, três grandes abordagens: a dicotômica, a de *continuum* e a de permanência das ruralidades (MOTA; SCHMITZ, 2002; HESPANHOL, 2013).

A proposta desse texto, como já expressa o seu título, é dissertar, de forma breve, sobre os principais aspectos que caracterizam as abordagens analíticas acima expostas, elencando os autores mais proeminentes em cada uma delas, sem, contudo, pretender abarcar a enorme quantidade de análises produzidas sobre o tema.

### 2.2.1 Abordagem Dicotômica Campo-Cidade

A tradicional abordagem dicotômica de análise da relação campo-cidade e rural-urbano marcou grande parte das discussões nas ciências humanas e sociais. Essa abordagem se vincula a uma visão marcadamente setorial, considerando o campo restrito à produção agropecuária e a cidade voltada à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços à população residente na própria cidade e seu entorno (HESPANHOL, 2013).

Ressaltam-se as principais diferenças do espaço rural em relação ao espaço urbano, aceitando-se a ideia de que as cidades se constituem a partir de uma base econômica rural e também a visão do rural como um resíduo. Os estudos, sob essa visão dualista, abordam a cidade e o campo como áreas contrapostas, espaços com características próprias e isoladas. Segundo Marques (2002, p. 100), o campo, na abordagem dicotômica, “[...] é pensado como meio social distinto, que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços”.

Nesse âmbito, os estudos de Marx sobre as relações cidade-campo, de alguma forma, corroboraram para uma abordagem dicotômica: adiantado/atrasado, cujo rural está relacionado ao atraso em relação à primazia da cidade, uma imagem retrógrada, que constitui o campo como o outro da cidade (BOTELHO, 2008 apud RUA, 2005). Segundo Marx e Engels, “[...] a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento, e a dispersão” (1998, p.55 apud RUA, 2005, p. 46).

A separação campo-cidade representa para Marx a maior divisão do trabalho material e intelectual. A cidade é o lugar do trabalho intelectual, é onde se dirige, se administra e se regulamenta. É a cidade que emana o controle financeiro e ideológico, as orientações material, moral, religiosa e a formação da consciência de sociedade, ou seja, a relação de poder da cidade sobre o campo (REMY; VOYÉ, 1976 apud LOCATEL, 2013).

É nos estudos de Ferdinand Tönnies (1887) sobre as diferenças entre comunidade e sociedade que se encontram o embasamento teórico dessa visão (ARAÚJO; SOARES, 2009). Esse autor, no final do século XIX, ressaltou o contraste conceitual entre o comunitário e o não comunitário, através dos termos *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade). A antítese “comunidade-sociedade” estaria ligada à antítese “tradicional-moderno” e transferida para a oposição campo-cidade (MARQUES, 2002).

Com a Revolução industrial se acentuam as diferenças entre campo e cidade, em razão do desenvolvimento tecnológico e a menor dependência do homem em relação às condições

naturais. A cidade passou a ser apreendida como o lugar do moderno e do progresso, dada a maior presença do ambiente construído, artificializado e da utilização mais intensa da tecnologia, ao passo que o campo passou a ser considerado como arcaico e atrasado, devido a sua maior proximidade com a natureza e menor incorporação tecnológica.

O desenvolvimento tecnológico e produtivo contribuiu também, no dizer de Lefebvre (1999), para construir outra realidade, na qual os bens raros se tornaram abundantes e os bens abundantes se tornaram raros. Apropriada pelo capital, essa nova raridade remodela os espaços e as relações. Assim, diante de uma realidade caótica das cidades, o descanso e o lazer se transforma em objetos de desejo.

Com a intensificação do processo de urbanização e o agravamento dos problemas urbanos, emergem visões idealizadas de um campo harmonioso e uma cidade conflituosa. O campo é valorizado em relação aos aspectos da natureza, à beleza, ao sossego e à tranquilidade. Essas idealizações, segundo Hespanhol (2013), contribuíram para a criação de novos mitos e o fortalecimento da dicotomia entre campo e cidade.

Segundo Marques (2002), a abordagem dicotômica possibilita oscilar entre a valorização do moderno, baseando-se na ideia de progresso, ou a valorização do tradicional, idealizando-se o passado. Registra-se, a partir do final da década de 1970, “[...] uma retomada da abordagem dicotômica relacionada a uma redefinição da relação cidade-campo resultante da ‘crise urbana’ e da degradação geral das condições de vida na cidade”.

No Brasil, essa visão dicotômica predominou até a década de 1980 e na atualidade ainda se faz presente em certas instituições, agências e políticas, nas quais o espaço rural é entendido de forma restrita, estando associado ao local onde se realiza a produção agropecuária.

### 2.2.2 Abordagem do *Continuum* Rural-Urbano

A abordagem do *continuum* rural-urbano argumenta que a ampliação dos processos de industrialização e globalização acarretou a urbanização geral da sociedade e a tendência a homogeneizar os espaços urbano e rural. Defende-se “[...] que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana” (MARQUES, 2002, p. 100).

Nesse âmbito, destaca-se o trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin, publicado em 1929, considerado uma referência fundamental na teoria do *continuum* rural-urbano. Para eles, a polarização antagônica passou a ser substituída por um gradiente de variações espaciais em uma espécie de estágio gradativo, passando da realidade rural para a urbana (BIAZZO, 2008; ARAÚJO; SOARES, 2009).

Posteriormente, o antropólogo Robert Redfield (1956) aprofunda a perspectiva do *continuum*, fomentando, entretanto, a concepção de que o meio rural estaria cada vez mais sob influência do meio urbano. Gerando, conseqüentemente, a ideia de progressiva extinção de sociedades, modos de vida ou espaços rurais.

O conceito de *continuum* rural-urbano expressa o fim do isolamento entre as cidades e o campo, pois permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano. (WANDERLEY, 2000; 2001).

Com o avanço do processo de urbanização e com a industrialização da agricultura, a partir da segunda metade do século XX, emergiram estudos, embasados nessa concepção do *continuum* rural-urbano, que defendem o fim do rural e afirmam a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização do campo e a destruição de formas arcaicas. De acordo com Kayser (1990 apud MARQUES, 2002), são representativos desta abordagem os trabalhos realizados por H. Mendras (1967) na França e por R. E Pahl (1966) nos Estados Unidos.

Maria Wanderley (2000), por sua vez, resgata a visão “urbano-centrada”, proposta por Rambaud em 1973, a qual aponta para a homogeneização espacial e social, e para o fim da realidade rural.

[Essa visão] privilegia o pólo urbano do continuum como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. [...] Levada às últimas conseqüências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana (WANDERLEY, 2000, p. 32-33).

Rimbaud (1973 apud Wanderley, 2000), entretanto, apesar de defender a tese de urbanização do rural, defendia que esta não se constituiria necessariamente em urbanização física, mas, sobretudo, uma urbanização ideológica, pois argumentava que a urbanização do campo corresponderia ao controle das cidades sobre o campo.

Essa abordagem do *continuum*, também denominada por Rua (2005) de “Abordagem Clássica”, reuniria um determinado grupo de autores integrados a uma visão crítica da sociedade capitalista, cujas análises se fundamentariam nas idéias de Marx. Com leituras centradas na cidade e no urbano, como bases organizativas do espaço contemporâneo, estão reunidos, muito embora com posicionamentos significativamente diferentes, Octavio Ianni, José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefebvre, autores que discutem a ideia de urbanização do rural.

Com relação às formulações dos autores Octavio Ianni e José Graziano da Silva, algumas críticas enfatizam que elas

[...] não contemplam as diferenças existentes no próprio processo de modernização deixando de perceber as especificidades e contradições nele contidas; atribuem uma racionalidade comum a todas as estratégias que estão por trás e práticas idênticas; não enfatizam as continuidades históricas entre os processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade (RUA, 2005, p. 49).

Para Ianni (2001, p. 48), a sociedade e o mundo agrário decrescem de importância ou deixam de existir. A cidade se impõe sobre o campo, subordinando-o e absorvendo-o.

Acontece que faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade-campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados.

Ianni (2001) assume uma posição radical em relação à questão urbano-rural em tempos de globalização, ao decretar a dissolução do mundo agrário e a incorporação da urbanização como modo de vida. Para ele, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e da urbanização, o que determina o fim da contradição cidade e campo.

José Graziano da Silva (1997, p. 43-44), por sua vez, argumenta que o crescimento de atividades não-agrícolas tem desencadeado uma urbanização do meio rural, tanto nas áreas de produção agrícola modernizada quanto nas áreas tradicionais. O “[...] meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”. Defende a criação de povoados rurais urbanizados nos espaços rurais agropecuários do país e propõe o uso do conceito de “rurbano” para o estudo desse rural urbanizado.

O conceito de “rurbano”, apresentado por Graziano da Silva, faz referência a uma urbanização física do rural, em função da inserção de novas atividades econômicas, sobretudo as não agrícolas, que vêm conduzindo ao “novo rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008). Segundo Graziano da Silva (1997), ocorre no campo brasileiro um duplo processo de urbanização, que se caracteriza pela expansão da produção urbana nos setores modernizados da agricultura e pela expansão de atividades tipicamente urbanas para áreas de agricultura modernizada.

Para Rua (2005), há um exagero na análise de Graziano da Silva sobre a generalização homogeneizadora do que ele denomina de “Novo Rural” e na forma positiva que divulga a substituição de uma reforma agrária de caráter estrutural por medidas compensatórias, uma forma de ocupação do campo que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

O geógrafo Milton Santos é outro autor incluído nessa abordagem e que ao estudar a urbanização brasileira, apresentou a diversificação e a complexidade do processo de difusão do urbano no território. Enfatizava a constante modernização e tecnicização da agricultura como elemento que aproxima o campo da cidade. “Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 2009, p. 227).

Segundo Santos (2008a), após um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva, atingiu-se a urbanização da sociedade e do território brasileiro. Argumenta que a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano não mais contempla a atual realidade e o que melhor refletiria seria a divisão entre um Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas.

No tocante ao filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, suas análises são marcadas pela ideia “[...] de que a industrialização promovera a urbanização da sociedade e, no movimento de construção da urbanidade, havia também forças que uma nova revolução deveria libertar (a revolução urbana)” (RUA, 2005, p. 50). Ao interpretar o pensamento de Marx, Lefebvre

(1999, p. 49) nos diz que “[...] o Sujeito da história é incontestavelmente a Cidade. [...] A cidade [...] *concentra* não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade”.

No entanto, é o próprio Rua (2005) quem reconhece que às análises do Lefebvre, sobre as relações urbano-rural e cidade-campo, não cabem exatamente a rotulação “urbanização do rural”. Para Rua, a concepção de tecido urbano, expressa no livro “A Revolução Urbana”, já explicitaria essas diferenças.

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido prolifera, estendendo-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano” não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pelo no campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Além disso, Rua (2005) também frisa que o urbano de Lefebvre é um projeto societário, que permite integrar as escalas mais amplas às escalas mais locais. É, também, com a ideia de sociedade urbana como devir, como possível e virtual, que o urbano ultrapassa a cidade e se instala na escala do território.

As análises sobre a abordagem do *continuum* rural-urbano, portanto, revelam uma concepção dualista da realidade, em razão dela considerar o rural e o urbano como polos extremos em uma escala de gradação. Essa vertente concebe a sociedade rural como um estágio social e economicamente atrasado que precisa ser superado, isto é, se modernizar, que resultaria na urbanização geral da sociedade (MARQUES, 2002; LOCATEL, 2013; HESPANHOL, 2013).

Nessa vertente, as práticas sócio-econômicas, os modos de vida e a cultura urbano-industrial deveriam ser difundidos, pois o rural atrasado precisa ser modernizado. Segundo Rua (2005, p. 51), com a expansão do capitalismo o rural se urbaniza, “[...] adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização”.

### 2.2.3 Abordagem da Permanência das Ruralidades

Essa abordagem argumenta sobre a permanência de diferentes ruralidades decorrentes das particularidades de cada lugar e da forma como cada fração do espaço participa de processos sócio-econômicos. Os autores dessa vertente se opõem ao entendimento de uma integração homogeneizadora urbano-rural e de uma iminente e irreversível urbanização do rural.

De acordo com Wanderley (2000), nessa abordagem se considera o conceito *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos. E mesmo ressaltando-se as semelhanças e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não acabam com as particularidades e, conseqüentemente, não representam o fim do rural.

A socióloga Maria Wanderley é contra a ideia de urbanização física do espaço rural, mas considera que o campo está cada vez mais condicionado aos interesses da cidade, que hoje exerce um domínio financeiro, administrativo e cultural. No entanto, também defende o meio rural como um espaço suporte de relações específicas, um singular espaço de vida. “A afirmação da permanência do rural como espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se leva em conta as representações sociais a respeito do meio rural” (WANDERLEY, 2001, p. 33). Assim, para a maioria da população urbana, contrapondo-se ao artificialismo da vida urbana, a imagem do rural como próximo à natureza passa a desempenhar um importante papel nas representações da sociedade moderna.

Sobre esse posicionamento de Wanderley, no tocante às especificidades das relações sociais no meio rural, Candiotto e Corrêa (2008) questionam a ênfase dada ao meio rural, pelo fato da população rural e do próprio espaço rural serem condicionados ao estabelecimento de relações com o espaço urbano e com o meio técnico-científico-informacional como um todo. Afirmam que a construção do espaço rural não decorre somente de indivíduos, grupos e firmas vinculados ao rural.

Apesar das transformações que atingiram o meio rural, desencadeando uma progressiva ampliação do fluxo de pessoas, matérias-primas e informações no campo, o rural, para Mota e Schmitz (2002, p. 393), ainda é uma relevante categoria de análise do social, em razão das “[...] particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais”. O espaço rural, apesar da diversificação de atividades econômicas, possui características que o diferencia do meio urbano e há uma memória social

relativa às diferenças entre as sociedades urbana e rural. Sendo mais apropriado se falar, portanto, em “ruralidades”.

Essa abordagem é denominada por Rua (2005, p. 51) de “[...] vertente analítica das ‘novas ruralidades’”. Os autores agrupados nessa vertente, Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, apesar de apresentarem uma enorme diversidade, defendem a relevância do estudo do rural, priorizando a ideia de “novas ruralidades”.

Carneiro (1998) concebe o rural como uma categoria social e discorda da concepção de que o processo de expansão da racionalidade urbana resultaria na dissolução do agrário e na transformação uniformizadora das condições de vida no campo. Defende uma maior interação entre os ambientes culturais rural e urbano que, ao invés de ocasionar o fim do rural, poderia reforçar a ruralidade.

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Essa autora fala do “renascimento” do rural, enfatizando a multifuncionalidade e a pluriatividade, ou seja, o uso variado das unidades rurais associado às atividades não-agrícolas, como estratégias de sobrevivência da família rural, marcando a atual dinâmica das trocas sociais e econômicas entre o campo e a cidade.

Com relação aos aspectos elencados por Carneiro sobre o rural, Candiotto e Corrêa (2008, p. 227) argumentam que eles são originariamente urbanos, “[...] sendo condicionantes da urbanização física, mas, principalmente, da urbanização ideológica que se instala no campo e carrega consigo a racionalidade técnica”.

O especialista em economia rural Roberto José Moreira é outro autor incluído nessa vertente analítica, pois destaca a construção de identidades múltiplas no rural, percebendo o rural em suas multiplicidades e virtualidades. O autor afirma que é uma realização da cultura a natureza concebida como espaço rural e que os valores culturais relacionados a esse espaço estão integrados à cultura hegemônica que (re)constrói, num permanente processo de ressignificação, uma outra ruralidade. O rural se torna, portanto, um rural-natureza, símbolo da civilidade contemporânea, associada às novas ruralidades. “Para esse autor, o rural se manteria como recriação do urbano em que as ruralidades seriam identidades abertas e

múltiplas, integradas a assimetrias de poder associadas aos processos sociais” (RUA, 2005, p. 52).

Para Moreira (1999, p. 54), nos defrontamos com um universo social, no qual o rural e o urbano estão interconectados e não mais correspondem a realidades distintas.

Vivencia-se a incorporação de populações urbanas no espaço rural, de maneira que [...] o território se constitui na incorporação de elementos simbólicos e materiais urbanos no espaço rural. O território refere-se aos contextos sociais, culturais e espaciais em que acontece a interconexão entre o urbano e o rural, isto é, quando não é possível considerar o urbano sem o rural e vice-versa.

Rua (2005) também incluiu nessa vertente das “novas ruralidades” os autores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, que têm os seus estudos sobre o rural no Brasil embasados no modelo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE. Esses autores, em detrimento às dimensões simbólica, cultural e natural, exigidas em uma análise integradora do território, enfatizam, em demasia, a dimensão político-administrativa.

Veiga (2001 apud RUA, 2005), a partir da premissa de que se aprofundaram as diferenças entre o urbano e o rural e que esta diferenciação espacial é importante para as estratégias de desenvolvimento, não atrela o desenvolvimento rural à urbanização e combina densidade demográfica e tamanho populacional, para dizer que pode haver uma área rural que se desenvolva, sem deixar de ser rural. Ele afirma que está ocorrendo uma forte valorização da ruralidade, ao invés da sua supressão e da completa urbanização, e que a histórica contradição urbano-rural não está desaparecendo. Também destaca a importância dos serviços e da indústria na economia rural e chama a atenção para o mito do Brasil hiperurbanizado. (VEIGA, 2004 apud RUA, 2005).

Abramovay (2000), por seu turno, ao discutir funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, combate a ideia de que o rural é residual em relação ao urbano. Ele lembra que é preciso definir o meio rural a partir das suas especificidades, considerando os fatores que determinam sua dinâmica, isto é, sua relação com as cidades, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de urbanização. A noção de desenvolvimento, portanto, só pode ser aplicada ao meio rural se as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias aos seus próprios habitantes e aos das cidades.

A noção de desenvolvimento rural apóia-se no entendimento de que a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. A noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado, ganhando força as políticas e as práticas produtivas. “A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do

progresso e da urbanização” (ABRAMOVAY, 2000, p. 26). A ruralidade é um valor para as sociedades contemporâneas, haja vista, as três principais características do rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e a inserção em dinâmicas urbanas.

O sociólogo Sérgio Schneider é outro autor citado nessa abordagem das ruralidades. Ele discute a importância do território para o desenvolvimento rural, baseando-se no alargamento da abrangência espacial, ocupacional e setorial do rural. A sua abordagem busca um novo enfoque para o desenvolvimento rural, a partir do conceito de território e critica o uso normativo e operacional da abordagem territorial.

Para Schneider (2004, p. 98), o desenvolvimento rural visa induzir mudanças sociais, econômicas e ambientais no espaço rural, através de um processo evolutivo que se manifesta no plano territorial.

[...] o desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. [...] o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Outro autor inserido nessa vertente das especificidades do rural é o geógrafo Paulo Alentejano. Ele considera que o rural ainda é um elemento de descrição e explicação da realidade, mas que o seu significado mudou. As transformações desencadeadas pelo capital sobre o campo, a exemplo do turismo rural e da produção agroecológica, têm gerado interpretações sobre um novo rural e um novo urbano. Atualmente, existe uma coexistência espacial entre o urbano e o rural, pois a difusão dos meios de comunicação tem integrado as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades.

Alentejano (2003, p. 31), no entanto, defende uma dinâmica própria do rural e ressalta que há diferenças entre o urbano e o rural. Essas diferenças estariam associadas às relações que o urbano e o rural desenvolvem com a terra e também com a intensidade das territorialidades. Assim, “[...] enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra”. E no tocante a intensidade da territorialidade que distingue o rural do urbano, “[...] o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa”.

Para Candiottto e Corrêa (2008), apesar de convincentes os argumentos apresentados por Alentejano, esse vínculo com a terra e a intensidade da territorialidade precisam ser

relativizados e constatados empiricamente, pois é necessário considerar a heterogeneidade de atores sociais no espaço rural e as relações que a população rural apresenta com as cidades e a ideologia urbana.

#### 2.2.4 Articulando Entendimentos

Considerando-se as abordagens expostas (Quadro 1), evidencia-se que, nos últimos anos, a tradicional dicotomia urbano-rural, em razão da inserção de novos eventos e ações, vem sendo substituída por novos relacionamentos entre o urbano e o rural. Intensificaram-se as relações entre os espaços rurais e urbanos, modificando o entendimento que se tinha do rural ou do urbano, revelando a impossibilidade das tradicionais análises dicotômicas de explicar a nova realidade territorial. Constata-se interdependências espaciais e funcionais entre o campo e a cidade, embora continuem apresentando particularidades e especificidades, e a necessidade de uma maior integração e complementaridade territorial.

Quadro 1 – Características das Principais Abordagens Analíticas sobre as Relações Campo-Cidade

| Abordagens Analíticas        | Características  | Principais Autores   |
|------------------------------|--|--|
| Dicotômica Campo-Cidade      | Aborda a cidade e o campo como áreas contrapostas, espaços com características próprias e isoladas.  | Marx; Engels (1998)<br>Remy; Voyé (1976)<br>Tönnies (1887)   |
| Continuum Rural-Urbano       | Aborda um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.   | Sorokin; Zimmerman; Galpin (1929)<br>Redfield (1956)<br>Mendras (1967)<br>Pahl (1966)<br>Rambaud (1977)<br>Ianne (2001)<br>Graziano da Silva (1997; 2001)<br>Milton Santos (1993; 1998)<br>Lefebvre (1999; 2001) |
| Permanências das Ruralidades | Aborda a permanência de diferentes ruralidades decorrentes das particularidades de cada lugar e da forma como cada fração do espaço participa de processos sócio-econômicos. Opõe-se ao entendimento de uma integração homogeneizadora urbano-rural e de uma iminente e irreversível urbanização do rural. | Carneiro (1998)<br>Moreira (1999; 2005)<br>Veiga (2001;2004)<br>Abramovay (2000)<br>Schneider (2004)<br>Alentejano (2003)  |

Elaborado pelo autor, 2018.

Entretanto, segundo Rua (2005, p. 53), as abordagens teóricas do *continuum* e a da permanência das ruralidades, cada uma, isoladamente, com suas análises parciais, também não consegue contemplar a atual complexidade que caracteriza o rural, participante das múltiplas escalas da ação social. “Para um grupo de autores a análise centra-se na cidade e no urbano, enquanto para outros, o foco, desloca-se para o campo e para as especificidades do rural”.

Diante disso, o geógrafo João Rua (2005; 2006) apresenta uma proposta integradora, a qual dialoga com as formulações, aparentemente contraditórias, das vertentes do *continuum* e da permanência das ruralidades. Ele propõe o estudo das “urbanidades no rural”, que, em linhas gerais, constituem as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais.

O autor registra que apesar de fortemente influenciado pela tese de urbanização da sociedade, proposta pelo Lefebvre, reconhece que os autores da vertente das ruralidades têm razão em ressaltar a diversidade do processo de urbanização e a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano. Rua (2005; 2006) argumenta que o rural é um espaço integrado ao urbano, que guarda especificidades, mas que não está sendo destruído pela urbanização homogeneizadora.

Rua (2005; 2006) aponta a existência de uma urbanização física e de uma urbanização ideológica, destacando que a urbanização ideológica, cultural, extensiva, difusa, denominada por ele de urbanidades, é mais ampla e impactante que a urbanização física-formal. Para ele, há uma urbanização ideológica multiescalar que abrange tanto a escala mais ampla do território quanto às particularidades dos acontecimentos na escala local.

Influenciada pela televisão e por outras mídias, a urbanização ideológica do campo consistiria, segundo Rua (2005), na incorporação de hábitos de consumo urbanos no meio rural, não sendo necessária e imprescindível a ocorrência de uma urbanização física no espaço rural. Assim, embasando-se nas novas territorialidades vinculadas à dimensão cultural-identitária de indivíduos e grupos sociais, que levam a ruralidades e a urbanidades, Rua busca superar a tradicional cisão rural-urbano.

Para Rua (2005, p. 53), ao invés da análise centrar-se na cidade/urbano ou no campo/rural, “[...] desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza”.

Diante disso, a presente pesquisa se encontra, em parte, embasada nas proposições teórico-metodológicas do João Rua (2005, 2006), no tocante às urbanidades e ruralidades,

haja vista o intuito de refletir sobre a multiplicidade de interações urbano-rurais que caracterizam as transformações das relações campo-cidade no atual período histórico.

Também embasam esta pesquisa, as reflexões do geógrafo Milton Santos (2009) acerca do conceito de espaço geográfico, enquanto totalidade, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, isto é, um espaço híbrido, uma forma-conteúdo, que pressupõe uma interação entre objetos e práticas sociais. Considera-se, assim, campo e cidade como formas espaciais, dotadas de conteúdos sociais, o urbano e o rural, que não se limitam aos seus espaços de origem, extrapolando-os e se manifestando através de ruralidades e urbanidades em uma única espacialidade.

Convém ainda registrar que, mesmo considerando a influência do processo de urbanização sobre o campo, compreende-se que o espaço rural mantém características, identidades e territorialidades. Nesse sentido, mesmo dialogando com a concepção de urbano e a noção de sociedade urbana do filósofo Henri Lefebvre, não se partilha a perspectiva de uma urbanização total da sociedade.

Analisa-se, portanto, as transformações sócio-territoriais desencadeadas por Grandes Empreendimentos, em especial os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos, sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na Região Semiárida do Nordeste brasileiro, através do estudo de urbanidades e de ruralidades na escala local, isto é, na escala municipal.

### **3. APONTAMENTOS TEÓRICOS**

#### **3.1 ESPAÇO E DINÂMICAS SÓCIO-TERRITORIAIS**

A proposta desse tópico, a partir da discussão do conceito do espaço geográfico, sob a perspectiva crítica do geógrafo Milton Santos, é apreender, a princípio, a natureza do espaço em sua totalidade, uma forma-conteúdo, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Um espaço híbrido que une a forma e a função, o processo e o resultado, o passado e o futuro, o natural e o social, sendo o fenômeno técnico uma das suas principais condições históricas de transformação.

Em seguida, discute-se o conceito de território, entendido não apenas como limite político administrativo, mas também como um espaço usado por diversos agentes, quer seja a sociedade, as empresas e as instituições, incluindo o Estado, isto é, um território utilizado. Essa categoria de análise, enquanto objeto de análise social, é um híbrido constituído de objetos e ações, sinônimo de espaço habitado. O território usado é o nosso quadro de vida, sendo simultaneamente espaço material e espaço social. O uso do território impõe à necessidade de se analisar sistematicamente a constituição do território, buscando-se compreender o papel das formas materiais e o das formas sociais, políticas e jurídicas, impregnadas de ciência, técnica e informação.

##### **3.1.1 Aproximações a partir do Conceito de Espaço Geográfico**

A noção de espaço se constitui num conceito-chave fundamental para se analisar a ação humana modelando a superfície terrestre, isto é, no entendimento das ações da sociedade se apropriando e transformando o território. O espaço geográfico, segundo Corrêa (2007, p. 44), constitui-se a morada do homem, um espaço multidimensional, quando se considera as ações dos diversos grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar.

No âmbito de uma abordagem crítica, fundamentada no materialismo histórico e na dialética, o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, reprodução da sociedade. De acordo com Léfèbvre (1976 apud CORRÊA, 2007), do espaço não se pode dizer que seja um produto, um objeto, uma coisa, uma mercadoria, um instrumento ou o pressuposto de toda produção e todo o intercâmbio. O espaço está essencialmente vinculado à reprodução das relações sociais de produção.

Esta concepção de espaço social marcou profundamente os debates acerca da natureza e do significado do espaço, inspirando, ainda que não de modo exclusivo, as obras dos autores que adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. Nesse contexto, destacam-se as reflexões do geógrafo Milton Santos em relação à compreensão do espaço em sua totalidade (SANTOS, C., 2002).

Milton Santos concebe, na década de 1970, o conceito de Formação Sócio-Espacial. Santos (2008c), inspirado no conceito de Formação Sócio-Econômica, cunhado por Marx, argumenta que não se pode falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria espaço. Trata-se da categoria de Formação Econômica, Social e Espacial. “Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são Sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou” (SANTOS, 2008c, p. 22).

Segundo Santos (2002), não há Formação Social independente do espaço. Sem as formas geográficas a sociedade não pode se tornar objetiva. E, por outro lado, os objetos que constituem a paisagem orientam a evolução da própria sociedade. Para Corrêa (2007, p. 26), o mérito do conceito de Formação Sócio-Espacial “[...] reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”.

Milton Santos, inicialmente, definiu a natureza do espaço geográfico como sendo um conjunto de fixos e fluxos. Em outro momento, definiu essa natureza como sendo um conjunto de configurações espaciais e dinâmicas sociais. E avançando nos estudos sobre a natureza e o significado do espaço, definiu, posteriormente, o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 2002; 2008d; 2009). “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p. 63).

Os objetos que constituem o espaço geográfico, enquanto toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou, são tudo o que existe na superfície terrestre. Esses objetos são essa exterioridade que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. Objetos móveis e imóveis, existentes numa extensão contínua, como sistemas, tais como uma cidade, uma barragem, uma estrada, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago ou uma montanha. No dizer de Santos (2009), a utilidade

atual, passada ou futura desses objetos, advém do seu uso combinado pelos grupos humanos que criaram ou que os herdaram das gerações anteriores.

A presença desses objetos técnicos atribui ao espaço um conteúdo extremamente técnico e hoje, o espaço é “[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes” (SANTOS, 2009, p. 63).

As técnicas exercem um papel fundamental, pois elas constituem a principal forma de relação entre o homem e o meio. “As técnicas são o conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p. 29).

Deve-se buscar uma relação abrangente entre o espaço e o fenômeno técnico, abarcando todas as manifestações da técnica. Max Sorre sugere que se leve “[...] em conta, simultaneamente, as técnicas da vida social, as técnicas da energia, as técnicas da conquista do espaço e da vida de relações e as técnicas da produção e da transformação das matérias-primas” (1948, p. 6-7 apud SANTOS, 2009, p. 35).

Sob esse enfoque, torna-se essencial a noção de objeto técnico, compreendido como “[...] todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica” (SERIS, 1994, p. 22 apud SANTOS, 2009, p. 38). A própria técnica constitui um meio, um novo meio natural, que inclui o homem e os objetos naturais, considerando-se o critério de uso possível (SANTOS, 2009).

Assim, para se entender a produção e a transformação do meio geográfico, a partir do fenômeno técnico, como também as condições de organização social e geográfica, é preciso considerar que o objeto técnico define ao mesmo tempo os atores e um espaço (AKHRICK, 1987 apud SANTOS, 2009). As noções de técnica e meio, portanto, são inseparáveis, haja vista que os objetos técnicos precisam ser estudados juntamente com o seu entorno. Santos (2009, p. 40) afirma “[...] que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente”. E, apesar de suas vocações originais, é o espaço que redefine os objetos técnicos.

As ações, em seu turno, constituem o próprio homem e resultam de necessidades naturais ou criadas. Apenas o homem, por ter objetivo e finalidade, tem ação. Todavia, as ações não se restringem aos indivíduos, incluem também as empresas e as instituições. As ações também são subordinadas as normas, escritas ou não, formais ou informais. As necessidades, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas, levam os homens a agir e

conduzem a funções, realizadas através de formas sociais que levam à criação e ao uso de objetos (SANTOS, 2009).

É importante ressaltar a inseparabilidade entre ação e objeto, pois segundo Santos (2009), embasado na tese de intencionalidade de Hägerstrand (1989), a ação humana é uma projeção da matéria, a ação é ação em um espaço e é o espaço que dá forma a ação. Assim, à intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos e, atualmente, ambas dependem da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.

Os resultados da ação, entretanto, não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há também uma quota de imprevisibilidade nos resultados, devido à natureza humana e ao caráter humano do meio, denominada de autonomia da ação por Ricoeur (1986 apud SANTOS, 2009).

Nesse sentido, o evento seria uma interpretação dessa autonomia, mas que só se completa quando integrado no meio. “Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente” (SANTOS, 2009, p. 95). Os eventos ocupam lugar central na interpretação dos fenômenos sociais, pois como a ação não se dá sem que haja um objeto, esta quando exercida, acaba por se redefinir e por redefinir o objeto.

É a partir dessa interação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, portanto, que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Os sistemas de objetos, de um lado, condicionam a forma como se dão as ações e os sistemas de ações, de outro lado, levam à criação de novos objetos ou se realizam sobre os objetos preexistentes.

Latour (1991 apud SANTOS, 2009) reafirma essa inseparabilidade dos objetos e das ações, ao lembrar que a sociedade só adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e conteúdo dos objetos. E os objetos só se individualizam e ganham expressão e significado, quando a serviço da sociedade.

Diante disso, observa-se que a natureza do espaço geográfico se constitui na dialética entre a inércia e a dinâmica, entre o inerte e o prático, entre a forma e o conteúdo, entre o espaço material e o espaço social. O espaço geográfico é uma totalidade do mundo, necessária para a compreensão das escalas da formação sócio-espacial e do cotidiano (QUEIROZ, 2015).

Impõe-se, a cada novo momento, captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. E é a partir do conteúdo técnico dos objetos que começamos o seu aprendizado e enfrentamos a tarefa de sua compreensão. Contudo, apesar da forma nos dar um ponto de partida para se alcançar o conhecimento, ela está longe de nos dar um ponto de chegada, não conseguindo oferecer sozinha uma explicação. Para Simmel (1980

apud SANTOS, 2009), forma e vida devem ser tomadas em sua unidade, pois apesar da forma ser indispensável ao conhecimento da vida, a sua linguagem é incompleta.

Sobre a inseparabilidade da forma e do conteúdo, Ledrut (1984 apud SANTOS, 2009) diz que a separação destrói a unidade de ambos, abstrações que só reencontram o seu valor quando visto em conjunto. Essa relação difunde uma influência do futuro sobre o presente, do virtual sobre o atual. O conteúdo constitui o sistema das virtualidades, do potencial, das forças em movimento, enquanto as formas somente constituem o sistema da atualidade porque as ações nelas existentes são sempre atuais e as renovam. Assim, como resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, o enfoque do espaço geográfico possibilita transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente.

Nesse sentido, é preciso entender que as épocas se distinguem uma das outras, tanto pela evolução das etapas do processo de trabalho e das relações sociais, quanto pelas mudanças da morfologia, das funções e dos processos que ocorrem no espaço geográfico.

Um período histórico se caracteriza por um elenco correspondente de técnicas e por uma família correspondente de objetos. Mas, ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Existe também, em cada período, um novo arranjo de objetos e novas formas de ação, pois um novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. “Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (SANTOS, 2009, p. 96).

Milton Santos (2009), a partir das variáveis que caracterizam o espaço em cada período da história da humanidade, propõe a divisão da história do espaço geográfico em três períodos: o natural, o técnico e o técnico-científico-informacional. Assim, ao longo da história, a natureza selvagem, formada por objetos naturais, vai sendo substituída por uma natureza artificial, constituída por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e cibernéticos, cujo funcionamento se assemelha a uma máquina. As coisas, produto de uma elaboração natural, quando utilizadas pelos homens, a partir de um conjunto de interações sociais, passam a ser objetos, produtos de uma elaboração social. A natureza deixa de ser um sistema de coisas e se transforma em um sistema de objetos.

Nesse âmbito, é preciso lembrar que as técnicas se propagam de forma desigual no espaço. O processo de difusão das técnicas e de sua implantação não ocorre uniformemente ou de modo homogêneo, pois os objetos técnicos “[...] se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço” (SANTOS, 2009, p. 39).

Numa mesma fração do território, convivem subsistemas técnicos com distintas datações, que se combinam formando uma situação e são uma existência num dado lugar. Esses sistemas técnicos constituem o substrato no qual as ações humanas se realizam. “Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história de sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações” (SANTOS, 2009, p. 48).

O enfoque das técnicas auxilia na compreensão das relações entre o tempo e o espaço. As técnicas, ao longo da história, se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. As técnicas são datadas e incluem tempo e é por intermédio delas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo. Em cada época, o trabalho supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas.

Nesse sentido, é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, haja vista que há uma operação simultânea de várias e diferentes técnicas. Essas técnicas são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território, também diverso em sua constituição material técnica. Os lugares, portanto, redefinem as técnicas. “A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (SANTOS, 2009, p.56).

No atual período histórico, já não é mais possível ao homem comum distinguir com clareza as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e se inicia o puramente social. A realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político.

A partir desse entendimento da inseparabilidade dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que constituem o espaço, Santos (2009), com base nas ideias de Latour (1991), propõe que se trabalhe com conceitos híbridos ao invés dos conceitos puros herdados da modernidade. Para Godelier (1966, p. 254-255 apud SANTOS, 2009, p. 102), “todo sistema e toda estrutura devem ser abordados como realidades ‘mistas’ e contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente”.

Para tanto, Santos (2009, p. 103) propõe a noção de forma-conteúdo, o correlato em geografia da ideia de mistos ou híbridos. “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações”.

Assim, enquanto instância social, a natureza desse espaço é a forma-conteúdo. A sua totalidade está presente na indissociabilidade entre forma e conteúdo, pois cada forma tem seu conteúdo, que pode ser subdividido em estruturas, processos e funções. Outrossim, na inseparabilidade entre produção, distribuição, troca e consumo que constituem os circuitos espaciais produtivos (QUEIROZ, 2014).

A forma é o aspecto visível do espaço, o arranjo ordenado dos objetos materiais. Uma estrutura técnica ou objeto responsável pela realização de determinada função. Ela pode ou não abranger mais de uma função. A forma também desempenha funções, pois é produto e produtora, condiciona e é condicionada, subordina e é subordinada. A função constitui uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Ela é a atividade elementar de que a forma se reveste. A estrutura corresponde à natureza das formas, envolvendo o modo de organização ou construção que interrelaciona todas as partes de um todo. Por fim, o processo é uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado, envolvendo os conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Ele é o fluxo, a dinâmica, a ação histórica e presente, que tem a sua origem, é destinado, ou ocorre no interior de cada forma. O processo tanto se origina da forma quanto do processo que origina a forma (SANTOS, 2008e; QUEIROZ, 2014).

Segundo Saquet e Silva (2008, p. 39), “[...] o espaço é um híbrido composto de formas-conteúdos, formas-funções, objetos-ações, processos e resultados, sendo o fenômeno técnico uma das principais condições históricas de transformação do espaço, juntamente com outros processos econômicos, culturais e políticos”.

O espaço é, portanto, um conjunto de formas mais a vida que as anima. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. O espaço resulta da intrusão da sociedade em formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. O espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.

### 3.1.2 Do Território ao Território Usado

O conceito de território é bastante usado nas ciências humanas e em especial na Geografia. Apreendê-lo, entretanto, não é tarefa fácil, haja vista a diversidade de significados relacionados ao seu uso dentro e fora do âmbito acadêmico.

Pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, com frequência, recorrem à Geografia, atraídos pela sua capacidade de interpretar o espaço geográfico. E o uso do conceito de território contribui para estender o campo de interação e troca de saberes disciplinares (STÜRMER, 2017).

Os geógrafos, no entanto, alertam para erros no uso do conceito de território, destacando um excessivo uso retórico do termo, que indicam visões parciais ou distorcidas da realidade. O território, por vezes, é considerado um conjunto material de coisas sem atores ou o inverso, e às vezes, um passivo receptor de efeitos decorrentes de um agir social, econômico e político (DEMATTEIS, 2008, p. 33 apud STÜRMER, 2017).

O conceito de território, contudo, também é suscetível a variações de significado no âmbito da Geografia. A questão reside no fato do conceito de território ser confundido com o conceito de espaço. Segundo Raffestin (2011, p. 128), “[...] os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo, que justamente por isso se privam de distinções úteis e necessárias”.

Para Raffestin (2011), embasado na obra de Lefebvre, *La production de l'Espace*, de 1974, o território é posterior ao espaço, que lhe serve de matéria prima. É a partir do espaço que o território se forma. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 2011, p. 128).

Sobre este aspecto da obra de Raffestin (2011, p. 129), que afirma que “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, Haesbaert (2009) adverte sobre uma armadilha conceitual e argumenta sobre a alusão que Raffestin faz a Lefebvre em relação à passagem do espaço ao território.

[...] Raffestin acaba se confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre, como se este também partilhasse dessa “passagem” do espaço ao território. Ao contrário, para Lefebvre (1986) o espaço também – e sobretudo – é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um “a priori” (uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder (HAESBAERT, 2009, p. 104).

Na verdade, não se trata, no dizer de Haesbaert (2009, p. 105), de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço e território, pois não há território sem espaço. O espaço, “[...] num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um ‘outro olhar’, mais amplo e abstrato, e cuja ‘problemática’ específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial”.

O ponto fundamental da diferenciação entre espaço e território, portanto, é a perspectiva ou o olhar que se dá para o fenômeno, pois eles são elementos do mesmo fenômeno e só podem ser separados no nível ontológico (ALMADA, 2014).

Nesse sentido, houve um tempo em que as discussões nos meios geográficos se preocuparam em indicar a precedência entre espaço e território. Todavia, segundo Santos (2009), essas discussões, “o espaço vem antes” ou “o que vem antes é o território”, não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. O autor afirma que renunciou à busca dessa distinção entre espaço e território e que passou a usar os termos espaço ou território, alternativamente, definindo o que quer dizer com cada um deles.

Em outra passagem, Santos (2004, p. 34) diz que a palavra “[...] território tem uma força maior do que a palavra espaço, sobretudo porque a palavra espaço você usa como quiser, e território tem uma força, tanto que eu recuso o debate da diferença entre uma coisa e outra. É indiferente, desde que você defina”.

A palavra território, em um sentido mais restrito, é o nome político para o espaço de um país. “Em outras palavras, a existência de um país supõe um território” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 19).

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... (SOUZA, 2007, p. 81).

Essa relação entre território e Estado-nação na Geografia, deve-se, em grande parte, a influência do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que em 1887, com a publicação *Politiche Geographie*, passou a pensar as relações existentes entre o Estado e o solo.

[O] vínculo estreito entre o Estado e o solo – que pode ser compreendido como território construído por uma sociedade através da sua história; o enraizamento da sociedade e do Estado ao solo, que se torna continente de signos e símbolos socialmente construídos e valorizados como patrimônio comum de um povo (CASTRO, 2005, p. 68).

Nesse sentido, Sposito (2004, p.111) nos diz que a principal característica do território advém do seu legado histórico. Para a Geografia “[...] não se pode pensar o território a-historicamente, pois sempre que ele é estudado, a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária”. O território não é inerte, estático, está sempre se transformando, pois a cada momento da história novas relações são tecidas (ALMADA, 2014).

O Território, em seu sentido mais clássico, “[...] compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam” (SPOSITO, 2004, p. 112). O território, dessa forma, está sempre associado ao Estado e ao substrato material construído historicamente pelo trabalho humano. Uma produção que envolve relações em um campo de poder.

O território, no entanto, não precisa e nem deve ser reduzido à escala nacional ou à associação com a figura do Estado. “Atualmente, a conceituação de território não ignora a referência ao exercício do poder por um sujeito (pessoa, grupo ou nação) sobre determinada porção do espaço (extensão micro ou macro), identificada por limites e fronteiras (físicas ou não)” (STÜRMER, 2017, p. 83). É possível apreender o território em diversas escalas e em diferentes temporalidades.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2007, p. 78).

O território é um conceito que se distingue dos demais conceitos geográficos pelo exercício do poder sobre uma determinada área. Concebe-se o território a partir da relação de poder de um ator com o espaço. O território pressupõe a existência de um poder – que irá se impor, ocupar, fixar limites, vigiar fronteiras, organizar e adotar ordenamentos, enfim, gerir o território. “O território é uma porção do espaço geográfico construído pelas relações de poder de acordo com as contradições das territorialidades dos grupos sociais, a cada momento da história novas relações são tecidas [...]” (ALMADA, 2014, p. 8).

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e um espaço (SOUZA, 2007, p. 78).

Souza (2009) esclarece à necessidade de se considerar em primeiro lugar a dimensão política para se estudar o território, pois é ela que, mesmo sem desconsiderar a cultura e a economia, define o perfil do território, o poder. O autor também argumenta sobre a questão da materialidade não ser importante em relação ao poder. Os recortes territoriais, as fronteiras e os limites, enquanto projeções espaciais de relações de poder, podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material as práticas espaciais mudem. O “[...] território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2007, p. 97).

No atual período histórico, com a maior complexidade das relações de poder, que passam a envolver ciência e técnica, não é mais possível apreender o território tão somente como uma área circunscrita por um limite político administrativo. O exercício do poder passa a ser mediado pela técnica e pela informação, haja vista que o conteúdo técnico adere aos espaços e territórios.

O conhecimento do território, de acordo com Souza (2003, p. 17), é indispensável no mundo contemporâneo, dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação. “O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas”.

Avançando nesse entendimento, Santos (2006, p. 247) nos diz que, ao considerarmos o espaço geográfico como questão histórica, o território, em si mesmo não constitui uma categoria de análise. “A categoria de análise é o território utilizado”. O uso do território, enquanto objeto da análise social, é uma forma impura, um híbrido, uma noção que carece de constante revisão, mas cujo caráter permanente advém do fato de ser o nosso quadro de vida (SANTOS, 2008c).

O espaço contém o território modelado, configurado; o território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como *negação da natureza natural*. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território. Este é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 39).

O território usado, para Santos (2008c), não é constituído apenas de formas, mas de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A ideia é incluir todos os agentes em um permanente diálogo com o território usado e saber que “[...] esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (SANTOS, 2009, p. 26).

Sinônimo de espaço geográfico, o território usado aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. É preciso considerar “[...] a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (SANTOS, 2006, p. 247).

Nesse sentido, o território-forma é o espaço material e o território usado é simultaneamente espaço material e espaço social. “O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas” (QUEIROZ, 2014, p. 157).

Ao problematizar sobre o conceito de território, Milton Santos objetivava desvinculá-lo da simples compartimentação ou extensão, para considerá-lo também como uma totalidade, tal qual o espaço geográfico (COLLISCHONN, 2007, p. 27 apud ALMADA, 2014). A noção de totalidade é um elemento indispensável para se conhecer e analisar a realidade em sua integridade. “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2009, p. 116).

No meio geográfico contemporâneo, busca-se compreender o papel das formas materiais e o papel das formas sociais, jurídicas e políticas, todas impregnadas de ciência, técnica e informação. O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, ou seja, pelos sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS, 2006).

A complexidade do período atual requer uma ampliação do potencial explicativo do conceito de território, passando a considerar a dinâmica do mundo. Com a globalização, o espaço geográfico adquire novos contornos e o território se constitui compartimentado e fragmentado. O território passa a exercer um papel ativo na formação da consciência e os agentes globais passam a se deparar com a cultura, a sociedade e a economia locais, formas de resistência que envolvem identidade e pertencimento.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem, O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2008b, p. 96-97).

A nova realidade do território é a interdependência universal dos lugares, uma comunhão global dos lugares com o universo. Vivemos, hoje, uma dialética do mundo concreto, uma noção pós-moderna de transnacionalização do território, muito embora nem tudo seja estritamente transnacionalizado, pois o território habitado, dado o seu papel ativo, impõe-se ao mundo.

O território, hoje, poder ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que forma o espaço banal. São os mesmo lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas (SANTOS, 2008c, p. 139).

De acordo com Queiroz (2014, p. 158), Milton Santos atribui ao território um status de escala geográfica. A primeira escala, a totalidade dos modos de produção ou do mundo, é o espaço geográfico; a segunda escala, a totalidade da formação sócio-espacial, é o Estado e seu território; e a terceira escala, o lugar, é a da totalidade do cotidiano. “O lugar-mundo deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar”.

O lugar passa a ocupar uma posição central, impondo a necessidade de encontrar os seus novos significados. O lugar, simultaneamente materialidade e imaterialidade, é a dimensão espacial do cotidiano. “No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 2009, p. 322).

Em razão dessa nova construção do espaço e desse novo funcionamento do território, encontra-se, hoje, dois novos recortes espaciais, as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades são as “[...] extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na tradicional região”. As verticalidades constituem “[...] pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 2009, p. 284).

Emerge, assim, um conflito entre um espaço local vivido por todos os vizinhos, as horizontalidades, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante, as verticalidades. “As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto

as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2008c, p. 139).

Nesse contexto, Milton Santos resgata a noção de espaço banal, legada por François Perroux, o espaço de todos, todo o espaço, em oposição à noção de rede, que constitui apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. “Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns” (SANTOS, 2008c, p. 142).

Ocorre, assim, graças aos avanços da ciência e da técnica, um acontecer simultâneo, entre lugares contíguos e lugares em rede, criando novas solidariedades. Um acontecer solidário, que se apresenta sob três formas no atual território: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico, apesar de todas as formas de diferença, entre pessoas e entre lugares.

O território, no caso dos acontecimentos homólogo e complementar, é marcado por um cotidiano compartilhado através de regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Há uma prevalência das formas com a relevância das técnicas, já que estas produzem as formas utilizadas. De maneira oposta, temos, no caso do acontecer hierárquico, um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação que é secreta e é poder. Há uma prevalência das normas com a relevância da política e não mais da técnica (SANTOS, 2008c).

Contrapõem-se, assim, o território todo, o espaço banal, e algumas de suas partes, as redes. De um lado, os agentes hegemônicos desenvolvem relações de verticalidades que integram os acontecimentos hierárquicos e de outro, os agentes hegemônizados e não hegemônicos manifestam horizontalidades que compõem as formas de acontecer complementares e homólogas.

“As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2009, p. 270). E é o Mundo, do mercado universal e dos governos mundiais, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes. O mundo, hoje, é o mercado que, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas.

O território, em suas diversas dimensões e escalas, é a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil. E o lugar, apesar da tendência atual de união vertical, é a sede da resistência da sociedade civil, que generaliza, frente ao mercado, que singulariza. É no lugar onde ocorre a dialética do território entre as redes e os lugares contínuos. “No lugar, ocorre a

dialética das escalas no território: entre as redes e os lugares, entre os lugares em redes e os lugares contíguos, entre o local e o global” (QUEIROZ, 2014, p. 158).

Afirma-se, assim, que o território usado é humano, uma dialética do território, uma dialética das escalas, que é a dialética da totalidade. “Essa dialética se afirma mediante um controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (SANTOS, 2008c, p. 141).

Diante disso, o território usado, diferente do território demarcado por limites rígidos e fronteiras imóveis, estáticas, fornece as ferramentas necessárias para se analisar o espaço geográfico. Essa categoria possibilita apreender a complexidade do espaço, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e a dinâmica dos processos que lhe estruturam.

A partir do território usado, é possível compreender o espaço geográfico, em sua totalidade, a partir das formas e dos conteúdos – estruturas, processos e funções. Um espaço, ao longo do tempo, em constante transformação, que a cada nova forma de uso do território cria ou refuncionaliza formas-conteúdo.

### 3.2 CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO: ENTRE RURALIDADES E URBANIDADES

A partir da compreensão de que a sociedade está em constante movimento e de que, em razão disto, a realidade se apresenta dinâmica, complexa e pautada em relações dialéticas que transformam o espaço, Milton Santos (2009, p. 62) nos diz que “[...] o espaço reúne a materialidade e a vida que o anima”.

Neste sentido, compreende-se o espaço geográfico como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]” (SANTOS, 2009, p. 63). Assim, tomados em conjunto, esses sistemas atuando em uma dinâmica unitária, constituem e afirmam a indissociabilidade entre a materialidade e a vida que a anima. (SOUZA; FREITAS, 2016).

De acordo com Milton Santos (2009), a história das relações entre sociedade e natureza é a da substituição de um meio natural, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, um meio sucessivamente instrumentalizado pela sociedade. O aprofundamento e a difusão, de forma diferenciada, das técnicas nos espaços revelam a capacidade do homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em relação às condições naturais (SANTOS, 2008b). A história do meio geográfico, portanto, pode ser dividida em três etapas, observando-se a crescente incorporação de objetos produzidos pela sociedade ao espaço

geográfico: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009).

Assim, no atual período histórico, o meio técnico-científico-informacional, há uma profunda interação da ciência e da técnica, sob a égide do mercado que se torna global. Para Milton Santos (2009, p. 238), “[...] a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”.

No Brasil, a partir dos anos 1970, com a emergência e a expansão do meio técnico-científico-informacional, em razão dos avanços da técnica e de sua expansão no espaço geográfico, a dinâmica sócio-espacial vem se tornando cada vez mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano. “Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural” (SANTOS, 2009, p. 238-239).

Impõem-se remodelações tanto no meio rural quanto no meio urbano, mudam a composição técnica do território, pelos maciços aportes de investimentos em infraestruturas, e a composição orgânica do território, em razão da cibernética, das biotecnologias, das novas químicas, da informática e da eletrônica.

À proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, [...] o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (SANTOS, 2008a, p. 54).

A constante modernização e tecnicização da agricultura aproximam o campo da cidade, pois os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornam mais numerosos e fortes. A agricultura moderna demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima (SANTOS, 2009).

Neste sentido, além da cidade ter um papel relevante no tipo de produção agrícola, ao demandar determinados produtos, está em função das técnicas disponíveis para a produção, armazenamento, acondicionamento e circulação do que é cultivado no campo, influencia as formas de trabalho, produção e comercialização no meio rural (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 220).

A cidade para Milton Santos, enquanto condicionante das transformações sócio-espaciais no meio rural, é obrigada a se adaptar às demandas do campo, tornando-se o lócus

da regulação do que se faz no campo. A cidade assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, respondendo às demandas das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, em razão do nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar respostas imediatas às demandas prementes da produção (SANTOS, 2008a).

Também se verificam profundas transformações na dinâmica de ocupação do território, impulsionadas pelo processo de industrialização e pelo expressivo processo de urbanização. Segundo Milton Santos (2008a, p.9), a urbanização praticamente se generaliza. “O turbilhão demográfico e a terciarização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana”. Ocorre, assim, um significativo crescimento demográfico e uma migração em massa para as cidades em busca de empregos.

Ocorre uma aceleração da urbanização e o crescimento numérico e territorial das cidades. A urbanização se interioriza, desencadeando inúmeras transformações nas áreas mais remotas do país. Isto se refletiu na organização do território brasileiro e na sua dinâmica demográfica. O resultado, segundo Elias (2005, p. 14), é uma nova divisão territorial e social do trabalho.

Quanto maior e mais extensa se torna sua divisão do trabalho, mais intenso e complexo seu processo de urbanização. Paralelamente, ocorre um grande crescimento populacional, culminando numa nova divisão territorial e social do trabalho e, assim, numa nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens no território do país.

Neste contexto, campo e cidade passaram por profundas transformações que resultaram em novas dinâmicas sócio-territoriais (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes espaciais, exigindo a necessidade de discutir os significados dos conteúdos de rural e urbano (HESPANHOL, 2013).

De acordo com Machado e Albuquerque (2016, p. 115), os conceitos de campo e cidade e rural e urbano sofrem transformações com a dinâmica da globalização. Campo e Cidade “[...] são modificados pelas relações entre fixos e fluxos que se estabelecem em diferentes escalas e com a inserção de novas técnicas e tecnologia, como também novas funções, porém com resistências e permanências”.

Diante dessa maior complexidade do espaço geográfico, torna-se cada vez mais difícil identificar e delimitar os espaços urbano e rural, bem como é cada vez mais difícil separar o que é rural do que é urbano. O atual debate acadêmico em torno das interpretações dos

conceitos de campo e cidade e rural e urbano “[...] vem sendo renovado a partir de novos eventos e ações que vão se inserindo e modificando o que até então, era facilmente entendido como rural ou como urbano” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 215).

Assim, diante da necessidade de revisão e atualização de conceitos e categorias de análise, busca-se apresentar os principais aspectos que caracterizam e rediscutem os significados e os conteúdos dos conceitos campo, cidade, rural, urbano, ruralidades e urbanidades no atual período histórico.

### **3.2.1 Cidade e Urbano – Campo e Rural: a partir dos critérios político-administrativos**

A partir da constatação de que o espaço urbano e o espaço rural passaram por um conjunto de transformações, faz-se necessário compreender o que é campo, o que é cidade, o que é rural e o que é urbano no atual período histórico. Esses conceitos, bastante comuns no cotidiano do senso comum, com usos e significados distintos, têm sido objetos de intensos debates, a partir dos anos 1970, nos países centrais e no meio acadêmico brasileiro, sobretudo, a partir dos anos 1990.

Todavia, antes de adentrar nos meandros do debate acadêmico, convém discutir os aspectos que caracterizam a maneira como o campo, a cidade, o rural e o urbano são definidos pelo Estado brasileiro. Segundo Biazzo (2008), o rural e o urbano são vocábulos fundamentais para o planejamento territorial em diversas escalas e para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: social, econômica, cultural, política e ambiental.

No Brasil, a delimitação de espaços urbanos e rurais ocorre por meio de legislação específica e o seu estabelecimento tem implicações no controle do território. O marco legal dessa diferenciação é o Decreto Lei nº 311 de 02 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil. A partir desse decreto, as Unidades Federadas deveriam informar os municípios e os distritos existentes naquele momento e os que fossem criados a partir de então deveriam seguir os novos critérios estabelecidos (BRASIL, 1938; LIMA, 2016).

Esse Decreto Lei estabeleceu, a partir de uma definição político-administrativa, critérios objetivos para a diferenciação entre cidades e vilas. Todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes de distritos. Ao passo que o espaço rural corresponderia a todas as áreas que não fossem enquadradas como urbanas (BRASIL, 1938; IBGE, 2017b).

A partir desse decreto, regulamentou-se uma distinção, que até então não existia, entre cidade e vila, estabelecendo que os seus nomes fossem, respectivamente, os mesmos do

município e do distrito que os sediavam. Estabeleceu-se, também, um número mínimo de moradias para cidades e vilas e a realização do mapeamento de todos os municípios.

Apesar das críticas, sobretudo à concepção do espaço rural como resíduo do urbano, definiu-se uma base de dados mais sistematizada e mais consistente sobre o território brasileiro. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão federal responsável pelas estatísticas oficiais, compete seguir o estabelecido por este dispositivo legal, de caráter político-administrativo, para classificar os espaços urbanos e rurais do País e sua população (LIMA, 2016; IBGE, 2017b).

A partir de um critério político-administrativo, considera-se urbana toda sede de município, cidade, e de distrito, vila. O IBGE considera área urbanizada toda área de cidade ou de vila, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos urbanos, e aquelas reservadas à expansão urbana. Nessa classificação, o espaço rural é definido em oposição aquilo que não é urbano.

O Decreto nº 311/1938 também estabeleceu os critérios para criação de novos municípios e distritos no país. Para se criar um novo município, exigia-se que o quadro urbano da sua sede apresentasse o mínimo de 200 moradias e para criação de um novo distrito, estabelecia-se uma previa delimitação dos quadros urbanos e suburbanos da sede, onde deveria haver ao menos 30 moradias (BRASIL, 1938).

Nesse contexto, ressalta-se a importância dos municípios enquanto base da organização administrativa e judiciária, sendo compostos por um ou mais distritos, formando uma área contínua. Aos governos municipais competem estabelecer as delimitações de cada um dos perímetros urbanos de todas as cidades e vilas e por exclusão as áreas rurais, podendo variar conforme a necessidade local, a depender de suas leis.

O município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, constituído pelo distrito -sede, que é a cidade, e, também, pelo espaço rural em seu entorno, que pode ser dividido em distritos, cuja maior povoação é denominada de vila. O distrito é uma subdivisão do município, que tem a vila como sede, e só pode ser criado por meio de lei municipal, a partir dos critérios estabelecidos por lei estadual (PINTO, 2003 apud PINA; LIMA; SILVA, 2008).

Nenhum outro documento, apesar das críticas, alterou o estabelecido por essa legislação quanto ao significado de urbano e de rural, mantendo-se por mais de oito décadas o entendimento de que as cidade e vilas são urbanas, e que o espaço rural é o que lhes é externo. Essa concepção resistiu a três Constituições Federais do Brasil (1946; 1967; 1988) e ao Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, alterando-se apenas as exigências

do número mínimo de moradias para cidades e vilas, substituídas pelo número de população a partir da Constituição de 1967 (LIMA, 2016).

A Constituição Federal de 1967, através da Lei Complementar nº 1 de 09 de novembro de 1967, estabeleceu critérios para a emancipação de novos municípios em todo o Brasil. Os requisitos estabelecidos, ao exigir uma população superior a 10 mil habitantes na área do futuro município, sendo 10% de eleitores, cinco milésimos da receita estadual de impostos e a existência de 200 moradias, negavam as dimensões territoriais do país e as suas grandes desigualdades, determinando um tamanho mínimo para se criar uma cidade em todo território nacional. Essa legislação vigorou até a promulgação da Constituição de 1998 (LIMA, 2016).

A partir dos anos 1980, com a redemocratização do país, a Constituição Federal do Brasil de 1988 delegou aos Estados a autonomia de definir os requisitos necessários à emancipação de seus municípios, proporcionando diferenças quantitativas e qualitativas entre essas unidades federativas. Também manteve a competência dos Estados de determinar os critérios e os procedimentos obrigatórios à criação de distritos, muito embora, em alguns Estados, essa competência tenha sido delegada aos próprios municípios.

A Constituição de 1988 ao delegar aos estados a competência de estabelecer os critérios de criação de novos municípios, acabou com a homogeneidade desses critérios ao nível nacional, passando a haver uma grande variação nos valores em cada Estado (IBGE, 2017b).

Os Estados mantiveram, com pequenas variações, a exigência de um número mínimo de população. Também mantiveram o parâmetro do percentual de eleitores na população e a exigência da geração de renda mínima para a área a ser emancipada, na maioria das vezes, um percentual sobre o valor da receita tributária ou da receita oriunda de impostos do Estado. Além disso, havia exigências quanto ao número mínimo de casas, construções para abrigar a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, as escolas, os postos de saúde e demais serviços necessários ao funcionamento da nova sede municipal (LIMA, 2016).

Essa situação se manteve até 1996, quando a reinterpretação da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro, implementou duas importantes mudanças em relação ao processo de emancipação municipal. A primeira estabeleceu que a lei estadual de criação de municípios passaria a depender de prazo estipulado por Lei Complementar federal, que nunca foi elaborada, e a segunda foi que a realização obrigatória de plebiscito, requisito básico de criação de um município, também abrangesse a área remanescente do(s) município(s) de origem (BRASIL, 1996 apud LIMA, 2016).

Na prática, desde 1996, já que a lei federal que deveria determinar o período para a apresentação de leis estaduais para a criação de novos municípios nunca foi elaborada, não deveria ter havido nenhuma nova emancipação municipal no País. Todavia, muitos municípios foram criados nesse período de forma juridicamente irregular, criando uma complexa situação que aguarda parecer do Supremo Tribunal Federal.

A partir do exposto, constata-se que o processo de emancipação de um município é determinado por legislações federal e estadual, contando com a aprovação das populações envolvidas e dos deputados estaduais. À legislação municipal, por seu turno, compete estabelecer o perímetro urbano da cidade e das vilas e por exclusão, as áreas não urbanas são legalmente rurais. Um processo que envolve grande número de agentes locais, instâncias políticas e instituições públicas.

O limite entre o rural e o urbano passou a ser feito pelas Prefeituras em seus municípios, através de lei específica para esse fim. Os critérios passaram a ser definidos arbitrariamente pelos poderes municipais, muitas vezes, objetivando apenas interesses fiscais. A partir da delimitação do perímetro urbano, divide-se o município em setor urbano ou rural.

Diante disso, o IBGE define as situações urbana e rural segundo a localização do domicílio no município. A situação urbana corresponde às pessoas e os domicílios localizados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abarca a população e os domicílios que se encontram em toda a área situada fora dos limites urbanos, incluindo os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Todavia, as principais críticas aos critérios brasileiros de determinação de espaços urbanos apontam para a inadequação de pequenos aglomerados receberem o título de cidades e serem considerados urbanos. A discussão central é a identificação mais precisa das categorias de cidade e de espaço urbano. Nesse sentido, Lima (2016) questiona se os críticos de determinação de espaços urbanos estariam propondo o fim da diferenciação entre os pequenos aglomerados e o campo?

Diante disso, Reis (2006) argumenta sobre a falta de precisão na delimitação do perímetro urbano dos municípios brasileiros, o que causa distorções no contexto territorial. O autor também destaca as dificuldades de se definir o que seja urbano e rural e afirma que são remotas as possibilidades de alcance real desses conceitos no território brasileiro.

Nesse contexto, retoma-se o entendimento de que a sociedade está em constante movimento e de que a realidade é dinâmica, complexa e pautada em relações dialéticas que transformam constantemente o espaço. Assim, no atual período histórico, com a emergência e

a expansão do meio técnico-científico-informacional, em razão dos avanços da técnica e de sua expansão no espaço geográfico, a dinâmica sócio-espacial vem se tornando cada vez mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano. Hoje, sob a égide do mercado que se torna global, há uma profunda interação da ciência e da técnica, que impõe mudanças à composição técnica e orgânica do território, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

No campo, à proporção que a agricultura se moderniza e se tecniciza, o consumo produtivo passa a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas. A cidade passa a se adaptar às demandas do campo, tornando-se o lócus da regulação do que se produz nas áreas agrícolas. Os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornam mais numerosos e fortes, em razão do nexo do consumo produtivo estar ligado à necessidade das demandas da produção da agricultura moderna de encontrar respostas imediatas na cidade mais próxima (SANTOS, 2008a; SANTOS, 2009).

A dinâmica de ocupação do território também sofreu profundas transformações impulsionadas pelo processo de industrialização e pelo expressivo processo de urbanização. A urbanização se interiorizou transformando as áreas mais remotas do país. Havendo, assim, um significativo crescimento demográfico e uma expressiva migração para as cidades em busca de empregos.

O atual debate acerca das interpretações dos conceitos de cidade, campo, urbano e rural revela que é cada vez mais difícil identificar e delimitar os espaços urbano e rural e também separar o que é urbano do que é rural. O espaço geográfico, em razão de profundas transformações sócio-territoriais, tornou-se cada vez mais complexo a partir de novos eventos e ações que vão se inserindo e modificando o que antes era facilmente entendido como rural ou urbano.

### 3.2.2 Campo e Cidade - Rural e Urbano: aproximações conceituais

No âmbito acadêmico, a geógrafa Sandra Lencioni (2008, p. 110) diz que os conceitos servem “[...] para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”. Para a autora, a existência de um conceito prescinde de uma definição e, para tanto, faz-se necessário palavras em forma de linguagem.

De acordo com Batista (2015, p. 103), a palavra é um conceito, “[...] uma abstração dotada de generalização, sentido e significado, todo conceito carrega consigo o caráter subjetivo da interpretação, que no entanto, é bastante influenciado pelo meio social”.

No tocante aos conceitos de cidade, campo, urbano e rural, objeto desse texto, a compreensão dos seus significados exige a incorporação da perspectiva histórica, ou seja, requer que esses conceitos estejam relacionados a uma sociedade e a um território específico, no caso o Brasil. Nesse sentido, ressalta-se que não se pretende conceituar ou apresentar definições e delimitações estanques, mas apresentar reflexões teóricas que contribuam para o entendimento das transformações sócio-espaciais que ocorreram no território brasileiro.

Como ponto de partida, Lencione (2008) propõe que se examine os sentidos das palavras na língua portuguesa, pois as palavras constituem a base sensorial dos conceitos, auxiliando na compreensão dos seus significados.

Etimologicamente a palavra cidade tem sua origem no latim *civitas*, que significava “condição de cidadão”. *Civitas*, por sua vez, deriva de *Cives* e pode ser compreendido como “homem que vive na cidade” ou “cidadão”. Também derivam desse vocábulo as palavras civil, civilidade, civilização e civilizar, conceitos que denotam qualidades de polidez, cortesia e boa educação. Eles expressam uma suposta relação de superioridade do morador da cidade em relação ao morador do campo. O termo urbano, por sua vez, tem sua origem no latim *urbanus*, que significa “pertencente à cidade”. A palavra urbano está relacionada à vida na cidade e aos indivíduos que nela habitam, em oposição a palavra rural, que se refere à vida no campo.

Assim, em oposição à palavra cidade, o termo campo, do latim *campum*, pode significar, dentre as suas várias acepções, “extensão de terra cultivável” ou “terreno fora das cidades: morar no campo, ir para o campo”. Nesse mesmo sentido, o vocábulo rural, do latim *ruralis*, de *rus*, significa “campo, terra para agricultura”. Refere-se também ao que é próprio do campo, o que está situado no campo, à vida no campo, sendo utilizado para denotar os

rudes, os rústicos, a plebe, o campesinato, isto é, um modo de viver, pensar e agir rural, visto como atrasado, incivilizado e rústico.

Construiu-se uma ideologia na qual, o campo e o modo de vida rural passaram a ser relacionados ao atraso enquanto a cidade e o modo de vida urbano passaram a ser relacionados ao novo, ao moderno. A ruralidade seria substituída pela urbanidade num processo de civilização no qual o objetivo era “civilizar o campo” (BATISTA, 2015, p. 104).

No bojo dessas discussões de caráter antagônico, do campo relacionado ao atraso e a cidade ligada ao progresso, estão às interpretações associadas a uma visão dualista e dicotômica, de oposição entre o campo e a cidade, espaços com características próprias e isoladas. “Ao campo cabia a função de produção agrícola que pudesse abastecer o crescente contingente populacional das cidades, enquanto que a essas foram determinadas as funções administrativas, políticas, militares e relativas à elaboração do conhecimento” (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 204).

Trata-se de uma visão marcadamente setorial, que considera que o campo está restrito à produção agropecuária e a cidade voltada à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços para a população que nela reside e o seu entorno. Essa abordagem ressalta as principais diferenças do espaço rural em relação ao espaço urbano, que constituem um alicerce para a formulação de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano.

Com a Revolução Industrial, ocorre um maior desenvolvimento tecnológico e uma menor dependência do homem em relação às condições naturais, ampliam-se as associações do campo ao atraso e da cidade ao progresso. Assim, a cidade em razão da maior presença do ambiente construído, artificializado e do uso mais intenso da tecnologia, passa a ser apreendida como o lugar do moderno e do progresso, ao passo que o campo, considerando-se a sua maior proximidade com a natureza e menor incorporação tecnológica, passou a ser visto como arcaico e atrasado.

Tradicionalmente, a separação e a distinção entre campo e cidade foram pautadas no critério econômico. O campo e o rural foram associados às atividades agrícolas, ao isolamento, a dispersão e ao atraso, enquanto que à cidade e o urbano foram associados, contraditoriamente, as atividades comerciais, industriais e de serviços, a aglomeração e a modernidade (ARAÚJO; SOARES, 2009)

Posteriormente, com a intensificação do processo de urbanização e o agravamento dos problemas urbanos, surgem visões idealizadas do campo, valorizando-o em relação aos aspectos ligados à natureza, ao sossego, a tranquilidade e a beleza. O rápido crescimento das

cidades industrializadas, associado aos problemas decorrentes da falta de planejamento urbano e infraestrutura para receber os grandes contingentes populacionais advindos do campo, desencadearam um processo de idealização da vida rural e do campo como um lugar de vida natural, tranqüilo e repleto de belezas (HESPANHOL, 2013; BATISTA, 2015).

De acordo com Bagli (2006), essas visões idealizadas, baseadas no romantismo e na obsessiva ideia de recuperar a unidade perdida entre homem e natureza, contribuíram para a criação de novos mitos e o fortalecimento da dicotomia entre um campo harmonioso e uma cidade conflituosa. À vida nas cidades, passou a ser associada ao caos, à ambição e aos problemas sociais, em contraposição à virtuosidade da vida no campo.

De um modo geral, temos “[...] a idealização da cidade e do modo de vida urbano, seguida da idealização do campo e do modo de vida rural e uma reafirmação do modo de vida urbano, civilizado, sempre com a predominância do caráter dicotômico” (BATISTA, 2015, p. 105).

Todavia, a partir das transformações sócio-espaciais decorrentes da reprodução do capital, que intensificou a interação estabelecida entre o campo e a cidade, emergiram estudos que, em contraposição as antagônicas análises sobre o rural e o urbano, passaram a abordar uma ideia de homogeneização desses espaços, marcada por um gradativo estágio de passagem da realidade rural para a urbana.

Essa homogeneização resultaria do processo de expansão da racionalidade urbana sobre o campo que levaria à destruição do mundo rural e de suas especificidades, aproximando e/ou igualando as condições de vida no campo às praticadas na cidade. “Em uma visão urbanocêntrica, o urbano dominaria completamente o rural, tornando-o um espaço residual. As fronteiras existentes entre o campo e a cidade seriam suprimidas, constituindo um *continnum*, marcado pela homogeneização dos espaços” (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 216).

Destacam-se no Brasil os estudos realizados por José Graziano da Silva que enfatizam uma urbanização física do rural, em razão da inserção de novas atividades econômicas, sobretudo as não agrícolas, que conduziriam ao “novo rural”. Para ele a urbanização do campo é um processo dotado de iminência e irreversibilidade, as quais suprimirão as especificidades do rural.

As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc) (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 44).

Numa outra perspectiva, ressalta-se a necessidade de se analisar as transformações no espaço rural sem associar o desenvolvimento rural ao processo de urbanização. Considera-se que o *continnum* rural-urbano aproximou o campo e a cidade. As particularidades dos polos urbano e rural, apesar das semelhanças entre os dois extremos, não são destruídas na relação que estabelecem entre si e, assim, não representam o fim do rural.

Os autores dessa abordagem que enfatiza o rural, através da ideia de “novas ruralidades”, defendem que a presença de elementos e práticas urbanas no universo rural é apenas uma manifestação do processo de globalização, que não destrói as condições de vida do mundo rural. Eles se contrapõem a ideia de “urbanização do campo” e argumentam que esse processo contribui para a disseminação do processo de “urbanização no campo”, favorecendo a maior integração entre o campo e a cidade (RUA, 2005).

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998, p. 54).

O rural, de acordo com Alentejano (2003), ainda é um elemento de descrição e explicação da realidade, mas é preciso considerar que o seu atual significado mudou, pois existe uma coexistência espacial entre o urbano e o rural, gerando interpretações sobre um novo urbano e um novo rural. É nesse novo rural, marcado pela diversidade, que o capital avança sobre novas realidades, a exemplo do turismo rural e da produção agroecológica, buscando se apropriar delas.

Carneiro (1998) enfatiza a multifuncionalidade e a pluriatividade como estratégias de sobrevivência da família rural graças às atividades não-agrícolas a ela associadas e ao uso variado das unidades rurais. Para ela, o rural é uma categoria social e não um recorte espacial, não sendo possível entender a ruralidade hoje apenas a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que tradicionalmente se definia como rural, mas também através do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais próprias do mundo rural.

No bojo dessas discussões, sobre as análises estarem centradas na cidade e no urbano ou no campo e nas especificidades do rural, Rua (2005; 2006) apresenta a noção de “urbanidades no rural”, uma visão que se propõe integradora e que busca dialogar com a complexidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações vivenciadas pelo

rural atualmente. O autor argumenta que mesmo sendo influenciado pela tese da urbanização da sociedade, do rural, integrada à lógica capitalista, reconhece a importância de se considerar a diversidade desse processo e a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano.

De acordo com Rua (2005), o capitalismo integra sem homogeneizar, assim o rural não está sendo destruído pela urbanização homogeneizadora. No entanto, o autor considera exagerada a supervalorização do rural diante do urbano, realizada pelos autores que discutem as “novas ruralidades”, pois é o urbano que comanda o processo de reestruturação espacial no mundo contemporâneo.

Assim, em razão de uma crescente dependência do rural pelo urbano, Rua (2005; 2006) entende o rural como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo de urbanização, integrado ao urbano, mas guardando especificidades. Para o autor, é essa interação estabelecida entre o rural e o urbano que possibilita a presença de urbanidades no campo, não podendo ser interpretadas apenas como novas ruralidades, mas sim, como a presença do urbano no campo, sem que as marcas de cada espacialidade sejam perdidas. “As ‘urbanidades no rural’ seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos” (RUA, 2005, p. 57).

Rua (2005; 2006) não vê como necessária e imprescindível a existência de uma urbanização física no espaço rural, compreendendo que a urbanização do campo consistira na incorporação de hábitos de consumo urbanos no meio rural. O autor propõe que se diferencie a urbanização física/material da urbanização ideológica, cultural, extensiva e difusa, haja vista que essa última, a urbanização cultural, antecipa-se à urbanização material. Presente nos indivíduos e grupos que vivem no rural, a urbanização ideológica, também chamada de urbanidades, manifesta-se primeiro na dimensão social e política e só posteriormente se materializa por meio de ações e objetos técnicos de caráter urbano.

Associado a isto, Rua (2005; 2006) ressalta a existência de duas escalas de ação da urbanização, uma global, mais ampla, e uma local mais restrita. Na primeira, abrangendo todo o território, ocorre à urbanização ideológica, fruto da razão global. Na segunda, abarcando os acontecimentos locais, acontecem as leituras particulares dos movimentos mais gerais e a materialização dessa urbanização ideológica.

A proposta de Rua procura ultrapassar a tradicional cisão rural/urbano a partir do estudo de novas territorialidades, que conduziriam a ruralidades e a urbanidades, vinculadas à dimensão cultural/identitária de indivíduos e grupos sociais. Para Rua (2005, p.53), “[...] desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa

integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza”.

A partir de uma abordagem territorial, a ênfase das análises de Rúa recai sobre as particularidades e as singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano, isto é, o urbano e o rural se mesclam a partir das territorialidades. Essa abordagem advém do reconhecimento de que os atores sociais presentes nesses dois espaços, vivenciam e produzem múltiplas territorialidades por meio das diferentes escalas de ação (local/regional/global), marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural.

Ao propor a noção de urbanidades, Rúa (2005; 2006) busca uma perspectiva multiescalar das relações cidade-campo, na qual território e escala constituem importantes ferramentas para rerepresentar a multiplicidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações que ocorrem no rural nos dias atuais. As fronteiras entre o rural e o urbano são cada vez mais tênues, pois no mundo globalizado os sujeitos sociais podem interagir não apenas com a escala local, mas também como a escala regional e global.

Acredita-se que a partir dessa abordagem proposta por Rúa seja possível apreender a complexidade das relações cidade-campo e rural-urbano, superando as visões que tradicionalmente associam esses espaços a visões de oposição e distinção ou de subordinação do campo à cidade, suprimindo suas especificidades e homogeneizando-o. Ressalta-se a necessidade de se apreender o urbano e o rural enquanto espacialidades interdependentes e complementares, que se mesclam e constituem um híbrido.

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, [...], mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre cidade e campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades (RUA, 2006, p. 85-86).

Diante disso, faz-se necessário discutir as noções de cidade, campo, urbano e rural, à luz das contribuições dos principais autores que embasam essa vertente analítica das “urbanidades no rural”, que busca incorporar as atuais lógicas que marcam o espaço, como

um todo, com novas territorialidades, híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar.

No âmbito dessas discussões sobre a presença de urbanidades no campo, destacam-se as proposições do geógrafo Milton Santos e as do filósofo Henri Lefebvre que possibilitam refletir, a partir de outra perspectiva, sobre o rural e o urbano, considerando-se as múltiplas territorialidades e as diferentes escalas de ação que constituem espaços híbridos, muito embora não se compartilhe desses autores as concepções de “urbanização total” ou de “urbanização inevitável” da sociedade e da ampliação da oposição urbanidade - ruralidade ao invés do seu desaparecimento.

É a partir da concepção de espaço do Milton Santos (2009, p. 63), segundo a qual, “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”, que RUA remete a ideia de espaço híbrido no intuito de propor uma outra forma de ver o rural e o urbano, oposto aquele embasado em dois polos.

Inspirado em Bruno Latour (1991 apud SANTOS, 2009), que em seus estudos sobre a relação sociedade e natureza propõe que se trabalhe com conceitos híbridos, ao invés da ideia, herdada da modernidade, de se trabalhar com conceitos puros, Santos concebe o espaço como um híbrido, um misto, composto de formas-conteúdo, que participa igualmente da condição do social e do físico.

Em geografia, a noção de forma-conteúdo é o correlato dessa ideia de mistos ou híbridos. “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 103).

Nesse sentido, RUA (2005; 2006) diz que é possível rever o rural em sua inerente multiplicidade, considerando-o como uma variedade de híbridos, que atualmente não mais permite a percepção pura da distinção entre o rural e o urbano, se é que algum dia essa “pureza” já existiu, fundindo o rural e o urbano em uma única espacialidade.

Essa ideia de hibridez, [...], vai ser essencial para a busca da identidade do rural na contemporaneidade. Uma série de “mistos” que vão definir tal identidade em que o rural não é (mais) plenamente rural por que incorpora ‘urbanidades’ que com ele vão interagir e dar lugar a territorialidades outras, que resta por definir (RUA, 2005, p. 49-50).

No tocante a Lefebvre, Rua destaca que, apesar de discordar de alguns dos seus posicionamentos, foi com as suas ideias que ele mais dialogou acerca do carácter da “urbanização da sociedade” e as suas escalas de manifestação no território. Segundo Rua (2005; 2006), é, parcialmente, na concepção de urbano demonstrada por Lefebvre em suas várias obras, que baseamos a nossa concepção de “urbanidades no rural”. É, também, com a ideia de sociedade urbana como devir, como possível e virtual, que trabalharemos para perceber a “urbanização da sociedade”, em que o urbano ultrapassa a cidade e se instala na escala do território.

A cidade para Lefebvre representa valor de uso e valor de troca. O valor de uso se refere à vida urbana, ao tempo urbano, ao desfrutar da cidade. O valor de troca se relaciona aos espaços comprados e vendidos, ao consumo de produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. Contudo, segundo Lefebvre (2001), a cidade constantemente vem perdendo o seu valor de uso, passando a predominar o valor de troca, em detrimento do direito à cidade, à vivência desta, enquanto valor de uso, por seus habitantes.

Lefebvre, apesar de defender a hipótese da urbanização total da sociedade, concebe que a sociedade urbana se caracteriza pelo usufruto da cidade enquanto valor de uso por seus moradores, constituindo-se numa sociedade a se buscar, construir. Lefebvre (1999) considera a sociedade urbana, resultante da urbanização completa da sociedade, mais que um fato consumado, uma tendência, uma orientação, uma virtualidade, que se concretizará no futuro.

A cidade como valor de uso é o lugar portador da possibilidade de superar a lei do valor de troca, no qual o urbano se faz pouco presente. No entanto, apesar da cidade está morta e não ser nada mais que um objeto de consumo, Lefebvre (2001, p. 105) afirma que “[...] ‘o urbano’ persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade”

Assim, o urbano pode ser entendido como uma virtualidade, um projeto que não estará nunca inteiramente presente e atual, hoje, diante de nossa reflexão. “O urbano (abreviação de ‘sociedade urbana’) define-se portanto como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 1999, p. 28).

O urbano, contudo, embora disperso pelo território, além das amarras da cidade, precisa de uma base material. A vida urbana, a sociedade urbana ou em uma única palavra o urbano, não pode dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. O urbano não é uma alma, um espírito ou uma entidade filosófica. Para o autor, a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático sensível,

arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento (LEFEBVRE, 2001).

De acordo com Rua (2005), o urbano de Lefebvre não é resultado da ação de uma cidade específica sobre o espaço, é um projeto societário, é um vir-a-ser que se constitui em um espaço-tempo renovado. Uma topologia distinta ao espaço-tempo agrário (cíclico, que justapõe as particularidades locais). O urbano, segundo Lefebvre (1999), contrapõe-se ao espaço-tempo industrial, que ainda predomina, e que leva à homogeneidade. Ele permite, em escalas diversas, a heterogeneidade – a heterotopia em que os lugares são relativos uns aos outros no conjunto urbano.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do urbano de Lefebvre, é preciso entender a noção de tecido urbano, um instrumento ou meio de expansão do urbano, o suporte de um modo de viver.

A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

A noção de tecido urbano em Lefebvre, o diferencia dos demais autores que defendem a urbanização do espaço rural, pois o autor sugere a permanência de espaços rurais envoltos ao tecido urbano. Para Batista (2015, p. 117), Lefebvre “[...] constata que entre as malhas do tecido urbano, persistem ilhotas e ilhas de ruralidades ‘pura’, e que a relação ‘urbanidade-ruralidade’ não desaparece, pelo contrário, intensifica-se”.

Diante dessa relatividade entre os lugares no conjunto urbano, Rua (2005; 2006) afirma que não há contradição aparente entre a visão do urbano como projeto ou como virtual e as escalas locais de análise. Revela-se, assim, o caráter híbrido do território, no qual o rural interage com o urbano, mas sem deixar de ser rural. O rural se transforma, mas não é extinto.

Nesse sentido, Rua recorre às contribuições de autores vinculados à vertente da “urbanização no rural”, que enfatizam as “novas ruralidades”, com o intuito de apreender as especificidades do espaço rural, destacando-se, entre outros, os autores Maria José Carneiro e Roberto José Moreira por admitirem a possibilidade de convivência da cultura rural com a cultura urbana no mesmo espaço, reforçando a ideia da presença de “urbanidades no rural”. Para Carneiro e Moreira, “[...] rural e urbano correspondem a representações sociais alteradas,

re-elaboradas (ressignificadas, como prefere Moreira), consoante o universo simbólico a que estejam referidas” (RUA, 2006, p. 92).

Rua (2006) destaca três aspectos que diferenciam a sua proposta de “urbanidades no rural” em relação à ideia de “urbanização no rural”, são os seguintes: o primeiro é a exagerada ênfase dada ao rural, pois é o urbano que domina a relação entre o urbano e o rural, sobretudo na atual construção de territorialidades; o segundo é a existência de duas escalas de ação da urbanização ideológica, uma escala de ação mais ampla que domina o espaço, e uma escala mais restrita que processa soluções locais; e o terceiro aspecto se refere às múltiplas territorialidades e as diferentes escalaridades da ação que marcam o surgimento de espaços híbridos fruto da interação entre o urbano e o rural.

O espaço híbrido que resulta dessas interações, não é o urbano ruralizado nem um rural urbanizado. As urbanidades que decorrem dessa interação não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas (RUA, 2006).

A ressignificação do rural inclui representações que caracterizam este espaço como um outro rural. Um rural concebido, primordialmente, na cidade, como uma nova mercadoria, comportando a face “natural” da natureza e portando uma virtualidade, que se torna real. Essa ressignificação do rural, contudo, não é apenas fruto de criações urbanas, mas também das leituras particulares dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes “rurais” e “urbanos (RUA, 2006).

Nesse âmbito, entende-se que a complexidade inerente ao rural e ao urbano deve ser compreendida através de uma abordagem territorial. Uma abordagem que busque abranger a materialidade e a imaterialidade presentes no espaço e no cotidiano das pessoas. “As diferenças e similitudes, as oposições e as complementaridades, as particularidades e as generalidades do campo e da cidade expressas em seus conteúdos rurais e urbanos materializam-se espacialmente, mas também se manifestam simbolicamente nos habitantes destes espaços” (BATISTA, 2015, p. 116).

Campo e cidade, rural e urbano constituem pares dialéticos que, embora apresentem conteúdo social e histórico específicos, devem ser compreendidos historicamente enquanto totalidade do modo de produção capitalista. Corroborando como esse entendimento, Marques (2002) diz que além dos diferentes conteúdos assumidos pelo campo e a cidade ao longo do tempo histórico, o período atual também abraça o diverso. No campo e na cidade, segmentos de uma totalidade dialética, a lei do desenvolvimento desigual e combinado remete a

diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam entre e internamente a esses espaços.

De acordo com Gomes (2014), no contexto de uma industrialização plena e inexorável da sociedade como um todo, não se pode falar de supremacia da cidade sobre o campo. Como se as atividades dos segmentos relativos ao campo tivessem subsumido. Campo e cidade são pares dialéticos, que, dependendo da realidade em estudo revelam articulações e subordinações.

Ao longo do tempo, as relações campo e cidade se alteraram enquanto expressões de amplos contextos produtivos e de organização da sociedade. Campo e cidade são espaços distintos que se relacionam de forma complexa em razão da dependência existente entre eles, cuja compreensão das oposições e idealizações deve considerar os contextos sociais, econômicos e culturais que os originam.

Diante disso, constata-se que apesar das articulações entre cidade e campo terem se intensificado no atual período histórico, esses espaços continuam apresentando características que lhes são específicas, particulares, como fragmentos do espaço geográfico. Nesse sentido, a partir do entendimento do espaço geográfico, enquanto totalidade, como proposto por Santos (2009), considera-se campo e cidade, sinônimos respectivamente de espaço rural e espaço urbano, como formas espaciais produzidas por relações sociais, cujos conteúdos rural e urbano constituem as relações sociais que configuram o modo de vida específico para cada espaço, isto é, os conteúdos que dão vida a essas formas. Entretanto, esses conteúdos podem extrapolar os limites dos seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se combinam em cada um desses espaços.

De acordo com Araújo e Soares (2009), em razão da intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, percebe-se que a realidade social manifestada e associada a cada espaço ultrapassa os limites de cada um, mas mantendo a influência mútua entre eles. Na verdade, são os sujeitos, definidos ora como rurais ora como urbanos, que imprimem significados aos espaços onde vivem, dotando-os de elementos que possibilitam a identificação e a distinção entre os mundos rural e urbano.

Segundo Biazzo (2008, p. 144),

[...] campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente da sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região.

Campo e cidade, portanto, realidade material, caracterizam-se por serem espaços distintos cujas complexas relações se dão de maneira interdependente e complementar em razão das próprias diferenças existentes entre eles. As categorias rural e urbano, seus conteúdos sociais, extrapolam possíveis limites físico-territoriais de sua abrangência, ocorrendo que as ruralidades e as urbanidades podem estar presentes tanto no campo quanto na cidade.

### **3.2.3 Urbanidades e Ruralidades**

De acordo com Candiotto e Corrêa (2008), os conceitos de ruralidade e urbanidades vêm sendo trabalhados como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, sejam elas socioculturais, econômicas e/ou políticas, assim como a objetos e a ações característicos do espaço rural ou urbano.

Com relação à ruralidade, Candiotto e Corrêa (2008) destacam a existência de duas vertentes de interpretação: uma nova ruralidade concebida e implantada por agentes exógenos e uma ruralidade construída e incentivada por agentes endógenos.

A primeira se refere à ideia de nova ruralidade, entendida como um processo geral de revalorização do rural, influenciada por atores responsáveis pela reprodução do capital como as instituições globais que defendem o discurso sobre a redução da pobreza e das desigualdades sociais, através de financiamentos e de políticas públicas. Contudo, essas instituições têm como interesse implícito a ampliação das relações capitalistas no campo por meio de novas atividades agrícolas e não agrícolas.

A nova ruralidade, nessa abordagem, não é algo construído socialmente pela população rural, mas uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e difundida por pesquisadores como novos aspectos da realidade do campo

A segunda vertente aborda a ruralidade relacionada à realidade empírica, construída e incentivada por atores endógenos. As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, destacando-se as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

No âmbito dessas discussões, Moreira (2005) propõe que se discuta ruralidades globais e locais, ao invés de uma nova ruralidade. Ela apresenta uma visão mais ampla de ruralidades, compreendendo-as como manifestações representativas do espaço rural, traduzidas em política públicas, instituições, legislações, interesses, objetos técnicos e

identidades características do rural. Esse autor parece entender as ruralidades como as diferentes interpretações de grupos sociais e instituições sobre o rural, bem como o território de atuação/influência de cada uma dessas instituições.

Para Carneiro (1998), a ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações entre a cidade e o campo. A ruralidade não é mais definida com base na oposição à urbanidade, mas pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

É importante ressaltar que, enquanto fenômenos resultantes do rural e do urbano, as ruralidades e as urbanidades podem estar presentes, de forma imbricada, tanto na cidade como no campo. Nesse sentido, Candiotto e Corrêa (2008, p. 230) explicam que

[...] além da existência de atores, objetos técnicos e ações de caráter urbano no meio rural, conduzindo a urbanidades no espaço e na sociedade rural, existem ações e objetos técnicos característicos do rural que acabam se inserindo no urbano (estilo country, músicas, festas, hortas), levando ruralidades no espaço e na sociedade urbana.

Destaca-se a influência da mídia e de agentes interessados no rural como mercadoria, vendendo a ideia de rural como natureza e como espaço de vida mais saudável. Neste sentido, a população urbana apresenta ruralidades ligadas, sobretudo, ao seu interesse por um rural idealizado.

Quanto à população rural, além dela possuir suas ruralidades, que se modificam a partir das relações que estabelecem com as técnicas e com o urbano, ela também apresenta urbanidades fortemente influenciadas pela mídia, isto é, na incorporação de valores urbanos pela população rural, seja por meio da televisão, do marketing e da internet.

Com relação às urbanidades, que constituem manifestações do urbano no campo, Rua (2005) esclarece que essas manifestações ocorrem sem que os espaços rurais se tornem urbanos, pois, apesar da intensa interação, ambos os espaços mantêm suas particularidades, sem perder suas marcas. Para Rua (2006), o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado e nem um rural urbanizado, é algo novo que exige dos pesquisadores o desafio de definí-los.

Para Rua (2006), a proposta de urbanidades se propõe a abarcar o pluralismo, de modo que o turismo e o veraneio, a pluriatividade, os movimentos organizados e as reivindicações dos habitantes rurais vão confirmar a expansão das urbanidades nas áreas rurais.

De acordo com Rua (2006), a pluriatividade é um elemento oriundo da nova ruralidade e que se integra a uma série de urbanidades no rural. A pluriatividade é exercida por um ou mais membros das famílias rurais que praticam atividades não agrícolas, de maneira que venha a servir de complemento na renda ou mesmo oportunidade de emprego para muitos que se encontram desempregados.

Para Candiotto e Corrêa (2008), Rua vai além da ideia de ruralidade/urbanidade como exclusiva da dimensão identitária, pois inclui objetos técnicos, e novas atividades agrícolas e não agrícolas como condutoras de urbanidades. Rua atribui as urbanidades as novas territorialidades. Todavia, estes objetos e ações modificam a percepção da população rural, suas representações do rural, podendo alterar suas identidades rurais.

Segundo Rua (2005), as urbanidades no rural não se apresentam como oposição às ruralidades, mas se integram às novas ruralidades apontadas por Carneiro (1998). Esses autores privilegiam a dimensão identitária das ruralidades e urbanidades, entendendo-as como territorialidades. Mesmo assim, Carneiro também aponta para o material como elemento fundamental das ruralidades, pois os objetos técnicos rurais contribuem para a identidade dos indivíduos em relação ao espaço rural.

Diante disso, Candiotto e Corrêa (2008) entendem que as ruralidades e as urbanidades são decorrentes tanto do material, como dos objetos técnicos característicos do urbano ou do rural, quanto dos valores subjetivos em relação ao que caracteriza o urbano e o rural. Eles destacam a diferença entre a territorialidade sociocultural/identitária (vinculada às relações sociais de um indivíduo e ao sentimento de pertencimento a um grupo ou espaço) e a territorialidade econômica e política, que corresponderia à área de influência/atuação de um indivíduo, grupo ou firma. Para os autores, um agricultor possui tanto uma territorialidade identitária/cultural como uma territorialidade econômica/política. Já uma instituição ou firma não costuma possuir essa territorialidade cultural, mas, sim, uma territorialidade econômica/política determinada pelas suas relações comerciais e seu espaço de influência

Dessa forma, constata-se, de maneira abrangente, que o rural apresenta um novo, dinâmico, diverso e, acima de tudo, estreito vínculo com o urbano. Para Biazzo (2008), há urbanidades e ruralidades que, combinadas, ensejam as territorialidades particulares de cada localidade, município ou recorte regional.

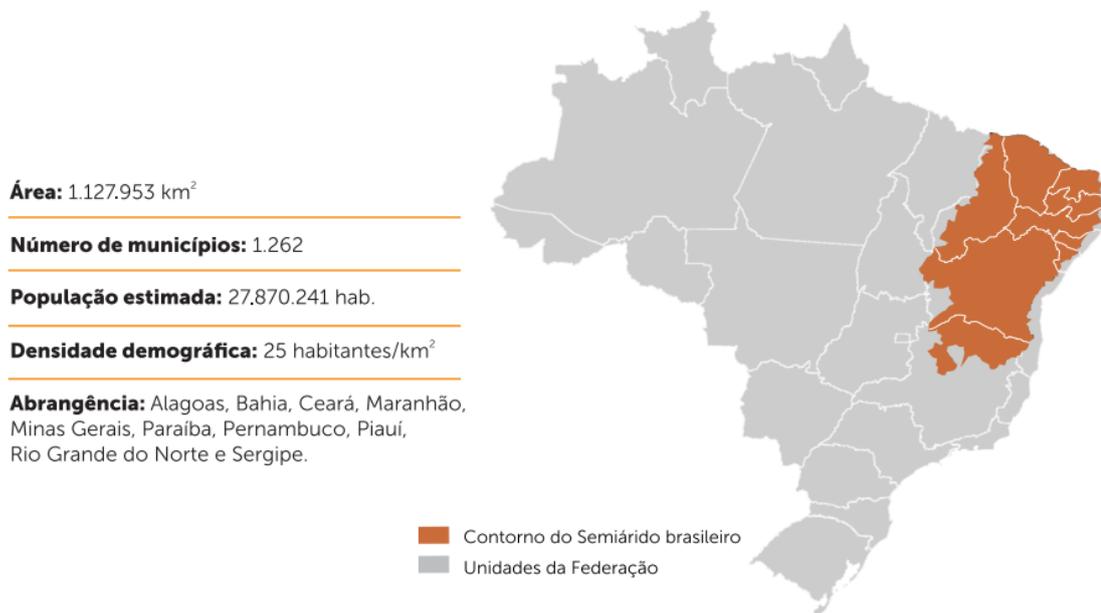
## 4. A REGIÃO SEMIÁRIDA E OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

### 4.1 SEMIÁRIDO BRASILEIRO: TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO

A Região Semiárida é composta por 1.262 municípios distribuídos nos nove estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e também no norte de Minas Gerais, ocupando 1.127.953 km<sup>2</sup>, isto é, 12% do território nacional (Figura 2; Mapa 3). Em número de municípios, considerando a atual delimitação definida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da Resolução nº 115 de 23 de novembro de 2017, os Estados com maior quantidade são: Bahia (278), Paraíba (185), Ceará (175), Rio Grande do Norte (147) e Pernambuco (123) (ASA, 2018).

Segundo estimativa do IBGE (2017), a população do Semiárido era de 27,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 13,4% da população brasileira e a 48,65% da Região Nordeste, cuja densidade demográfica era de 25 hab./km<sup>2</sup> (MEDEIROS, 2018).

Figura 2 – Contorno do Semiárido Brasileiro



Fonte: Medeiros, 2018.

Mapa 3 – Delimitação do Semiárido



O Semiárido brasileiro, quando comparado a outras regiões do planeta, é considerado a maior área semiárida contínua em um só país e a mais densamente povoada do mundo. A sua população se distribui de forma difusa pelo território, apresentando, segundo dados do IBGE (2010), 8,5 milhões de pessoas residindo no campo e uma população urbana de 13,5 milhões, com uma taxa de urbanização de 62% (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

O Semiárido foi delimitado pela primeira vez em 27 de setembro de 1989, através da Lei nº 7.827, sendo definido como a região inserida na área de atuação da SUDENE com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm. Em 1995, ocorre a primeira atualização dessa delimitação, por meio da Portaria da SUDENE nº 1.181. Posteriormente, constituiu-se o primeiro Grupo de Trabalho (GT-2005) interministerial incumbido de empreender uma nova delimitação. Em 09 de março de 2005, a Portaria Interministerial nº 01 definiu novos critérios para a inclusão de municípios no Semiárido: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; índice de aridez de até 0,5 entre o período 1961-1990; e risco de seca maior que 60%. A metodologia proposta preservou a contiguidade da Região e redefiniu a sua composição em 1.135 municípios (BRASIL, 2017a).

Em 27 de maio de 2014, o Ministério da Integração Nacional, seguindo a recomendação de revisar a delimitação da Região a cada 10 anos, criou um novo Grupo de Trabalho (GT-2014), que manteve os critérios definidos pelo GT-2005 e atualizou a composição da Região para 1.189 municípios. O relatório conclusivo do GT-2014 foi apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL<sup>5</sup>) da SUDENE em 27 de junho de 2017. Nesse mesmo ano, o CONDEL, acolhendo as proposições do GT-2014 e sugestões dos Estados, aprovou a Resolução nº115 de 23 de novembro que redefiniu a composição do Semiárido em 1.262 municípios (BRASIL, 2017a).

Constata-se que, apesar das marcantes limitações de recursos naturais e da escassez dos recursos hídricos que caracterizam o Semiárido, o homem não abandonou a sua terra. A Região Semiárida brasileira, dentre outras áreas semiáridas, é a mais povoada do mundo, o lar de mais de mais de 40% da população do Nordeste.

---

<sup>5</sup>O Conselho Deliberativo (CONDEL) da SUDENE é criado em 03 de janeiro 2007, através da Lei Complementar nº 125, com a competência para fixar critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido.

#### 4.1.1 Aspectos Físico-Naturais do Semiárido

O clima é um dos principais fatores que caracterizam as paisagens do Semiárido do Nordeste do Brasil. “Ao clima estão adaptados a vegetação e os processos de formação do relevo, com predomínio de um processo sobre outro e de acordo com a época do ano, período seco ou chuvoso; os solos são, em geral, pouco desenvolvidos em função das condições de escassez das chuvas, tornando os processos químicos mitigados” (ARAÚJO, 2011, p. 90).

O clima do Semiárido se caracteriza por apresentar elevadas temperaturas, com médias anuais acima dos 26° C. A maior parte da Região Semiárida está localizada na zona intertropical, nas baixas latitudes próximas ao Equador, apresentando temperaturas com mínimas de 15° C e máximas que podem atingir 40° C (ARAÚJO, 2011). Também se encontram áreas que, em razão do relevo mais elevado e da exposição a ventos úmidos, apresentam temperaturas médias mais baixas, os chamados brejos de altitude.

O clima do Semiárido é do tipo Tropical Semiárido, quente e seco, uma derivação do tropical que apresenta aridez sazonal, deficiência hídrica e precipitações concentradas no verão e no outono. A irregularidade das chuvas e a alta evaporação constituem o problema central do Nordeste, podendo em épocas de irregularidades, ocorrerem longos períodos de estiagem (PIRES; FERREIRA, 2012).

O Semiárido apresenta, em geral, precipitações escassas e irregulares, variando entre 280 a 800 mm de médias anuais. A exceção das serras úmidas, os brejos, que excedem as médias anuais de precipitações, a maior parte da Região não ultrapassa os 800 mm. As chuvas se concentram em três ou quatro meses por ano, podendo ocorrer enxurradas com trovoadas. No Semiárido sempre ocorreram grandes eventos extremos de seca e não é rara a ocorrência de grandes enchentes (MARENGO, 2006 apud CORREIA et al., 2011).

O déficit hídrico é outro aspecto que caracteriza o Semiárido, pois os elevados níveis de radiação solar que incidem nessa Região aumentam o potencial de evapotranspiração em relação ao de precipitações. Nesse contexto, “[...] as plantas adaptaram-se ao longo de milhares de anos a essa variação das condições ambientais, permanecendo vivas, mas como estivessem ‘mortas’, em um período de latência, esperando para florir e se mostrarem frondosas na época das chuvas” (ARAÚJO, 2011, p. 91).

Associados a essas características climáticas, os rios do Semiárido são, em sua maioria, intermitentes e condicionados ao período chuvoso, quando se tornam rios superficiais expostos à ação da massa de ar quente e seca predominante na Região, a *Tépida Calaariana* (TK), que evapora a água dos rios, dos solos e de onde mais houver água. Já no período seco,

os rios parecem se extinguir, ficando submersos nos aluviões dos vales, abastecendo o lençol freático.

As águas superficiais do Semiárido estão distribuídas em cinco regiões hidrográficas brasileiras, a saber: a bacia do Tocantins-Araguaia; Atlântico Nordeste Ocidental; Parnaíba; Atlântico Nordeste Oriental; Atlântico Leste e São Francisco (ANA; SPR, 2006). Dentre essas, destaca-se a bacia do São Francisco, considerada a principal região hidrográfica do Nordeste que ocupa uma área de 640 mil km<sup>2</sup> formada pelos rios São Francisco e seus afluentes (ANA; CGEE, 2012).

A bacia hidrográfica do rio São Francisco corresponde a 8% do território nacional, uma vasta área que integra as regiões Nordeste e Sudeste (Figura 03). O rio São Francisco tem sua nascente localizada na Serra da Canastra em Minas Gerais, de onde se estende por 2.863 km, percorrendo 505 municípios, em seis estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco Alagoas e Sergipe), além do Distrito Federal, até o Oceano Atlântico, onde deságua, na divisa dos estados de Alagoas e de Sergipe (CBHSF, 2016).

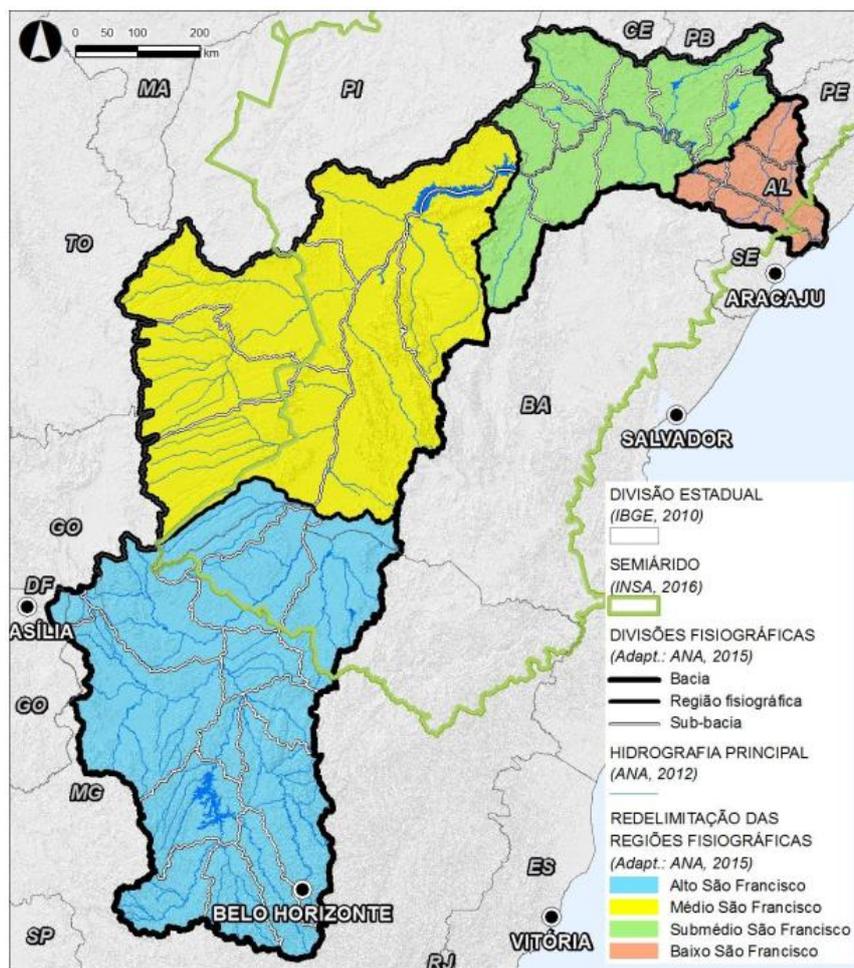
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: CBHSF, 2016, p. 14

A bacia hidrográfica do rio São Francisco pode ser dividida em quatro regiões fisiográficas (Figura 4): Alto São Francisco – 40% da área da bacia; Médio São Francisco – 39% da área da bacia; Submédio São Francisco – 17% da área da bacia; Baixo São Francisco – 5% da área da bacia. Trata-se de uma nova divisão fisiográfica da bacia, alterando os limites das regiões, aprovada na reunião da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) / Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) de 28 e 29 de janeiro de 2016 em Maceió - AL (CBHSF, 2016).

Figura 4 – Nova Delimitação das Regiões Fisiográficas da Bacia do rio São Francisco



Fonte: CBHSF, 2016, p. 17

O rio São Francisco é um dos principais mananciais brasileiros, fornecendo uma vazão total de 8,3 m<sup>3</sup>/s para 128 sedes urbanas em cinco estados do Nordeste (ANA; CGEE, 2012). O São Francisco, por não possuir sua nascente no Semiárido, constitui-se no principal rio perene do Semiárido, cujo potencial hídrico vem sendo amplamente explorado para a geração de energia elétrica e o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Além do clima, outro aspecto que também não contribui para a existência de rios perenes no Semiárido é a sua constituição geológica, caracterizada pelo predomínio de terrenos cristalinos com solos rasos ou pouco profundos e com baixa permeabilidade. A maior parte dos solos do Semiárido, dadas às dificuldades de infiltração, não absorve bem a água, quando da ocorrência de chuvas concentradas, o que possibilita o escoamento superficial e a erosão. Para Rebouças, “[...] a combinação dos aspectos climáticos com os geológicos, formado por embasamentos cristalinos, resulta na formação de cursos d’águas temporários, o que colabora para a visão de aridez total e pobreza” (1997 apud PIRES; FERREIRA, 2012, n.p).

Jacomine, com relação à geologia, dividiu o Semiárido em três áreas de acordo com a natureza do material originário: áreas do cristalino, áreas do cristalino recobertas por materiais arenosos e áreas sedimentares (1996 apud CORREIA et al., 2011). Nessas áreas sedimentares, em especial, encontram-se grandes extensões de solos jovens, evoluídos e profundos. No entanto, essas áreas não apresentam, em geral, fontes abundantes de água, o que impossibilita a existência de rios perenes.

No Semiárido, quatro ordens de solo (Latosolos, Neossolos Litólicos, Argissolos e Luvisolos) ocupam 66% da área sob a Caatinga. Os solos, na maior parte da Região, apresentam um baixo potencial produtivo, seja por limitações de fertilidade, de profundidade do perfil ou de drenagem e elevados teores de sódio (CORREIA et al., 2011). Em geral, são solos que não absorvem totalmente a água, mesmo quando ocorrem às enxurradas, pois apresentam um horizonte “B” textural, argiloso, que impermeabiliza o solo e impede que os demais horizontes recebam a água que deveriam receber. Há também o caso dos solos compactados pelo pisoteio do gado, impedindo a infiltração e facilitando o escoamento superficial das águas (ARAÚJO, 2011).

O relevo da Região é muito variável, apresentando-se de plano a ondulado, com vales abertos onde se destacam formas abauladas esculpidas em rochas graníticas e/ou metamórficas. A Depressão Sertaneja é o compartimento regional do relevo que ocupa a maior parte do Semiárido, constituindo-se numa superfície de pediplanação elaborada durante fases bem secas do cenozóico, na qual ocorrem cristas e inselbergues. A altitude média varia entre 400 m e 500 m, podendo atingir 1.000 m nas áreas de maior elevação do relevo (CORREIA et al., 2011).

Na Depressão Sertaneja se encontram os lugares mais secos do Semiárido, a exemplo do Raso da Catarina, da Depressão Sanfranciscana e do Sertão do Jatinã, onde as chuvas não ultrapassam os 500 mm anuais de média. Todavia, é também na Depressão Sertaneja onde as

irregulares chuvas, características da região, possibilitam o aparecimento dos rios e a acumulação de água por diferentes tipos de vegetação, que irão exibir o verde característico do período chuvoso (ARAÚJO, 2011).

A Região Semiárida é composta pelos biomas do Cerrado e da Caatinga, presentes em 1/3 do território nacional e ocupando mais 50% dos estados brasileiros. Esses biomas, contudo, apresentam-se bastante alterados pelas atividades humanas (CORREIA et al., 2011; ASA, 2018).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, sendo conhecido como “berço das águas”, por possuir as maiores reservas subterrâneas de água doce do planeta. A vegetação nativa do Cerrado é responsável por alimentar os lençóis profundos que abastecem as grandes bacias hidrográficas da América do Sul. No entanto, o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do mundo, pois com a introdução da monocultura, soja e eucalipto, e da pecuária extensiva, boa parte da sua vegetação já foi extinta impactando diretamente no funcionamento dos corpos hídricos.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, sendo considerado uma das 37 grandes regiões naturais do planeta. A Caatinga é de grande importância para a biodiversidade do planeta, pois 1/3 de suas plantas e 15% de seus animais são espécies exclusivas desse bioma, não existindo em nenhuma outra parte do mundo (ASA, 2018).

A formação vegetal da Caatinga é a mais característica da região, cuja flora é composta por árvores e arbustos caracterizados pela rusticidade, tolerância e adaptação às condições climáticas do Semiárido. A Caatinga, originalmente, abrangia uma área de aproximadamente 1 milhão de km<sup>2</sup>, mas, atualmente, sua área remanescente é de 734.478 km<sup>2</sup>, sendo considerado um dos biomas menos protegidos do país, pois apenas 5% de sua área estão protegidos em Unidades de Conservação Federais (ASA, 2018). Esse bioma vem sendo sistematicamente reduzido pelas atividades humanas, sobretudo pela retirada de lenha, uma das principais atividades que contribuem para a seca, a desertificação e a perda da biodiversidade.

A partir do exposto, observa-se que os aspectos físicos naturais que caracterizam o Semiárido, apesar de gerarem dificuldades à vida, exigindo mais empenho e racionalidade na gestão dos recursos naturais, sobretudo da água, não podem ser responsabilizados pelo quadro de contradições, injustiças e pobreza que caracteriza essa Região. Segundo Andrade (2005), é preciso desmistificar os períodos de seca como desestruturadores da economia e da sociedade do Nordeste.

#### 4.1.2 Uso do Território no Semiárido

O processo de ocupação e uso das terras do Semiárido, marcado pela formação histórica da Região Nordeste, iniciou-se na época do Brasil colonial com a inserção e a expansão da pecuária bovina, visando atender às demandas dos senhores de engenhos da zona da mata e litoral. A economia açucareira utilizava a força dos animais na produção do açúcar e no transporte da produção para os entrepostos comerciais. O gado também abastecia de carne e couro os núcleos urbanos do litoral do Nordeste.

Nessa época, desenvolvia-se uma pecuária ultraextensiva, com o gado sendo criado solto em campo aberto e se alimentando da vegetação da Caatinga. Associada a essa atividade, implantou-se, em pequenos roçados, cercados por varas, uma agricultura de subsistência, voltada para alimentar a população que trabalhava com o gado, que se caracterizava pelos cultivos de feijão, milho, fava e mandioca, plantados no período chuvoso.

Posteriormente, os grandes proprietários de terras, criadores de gado, passaram a ceder áreas das suas fazendas para pequenos agricultores explorarem, como arrendatários e/ou parceiros, na condição de lhes pagarem com a metade da produção e o restolho das culturas de subsistências, como o milho e o feijão ou as folhas do cultivo do algodão para complementar a alimentação do gado (ANDRADE, 2005).

Nesse período, a pecuária se consolida como uma das principais atividades econômicas do Semiárido e, apesar de ter se interiorizado de forma dispersa, exerceu importante papel no processo de ocupação do espaço sertanejo, propiciando, ao longo dos caminhos percorridos pelo gado, o surgimento de muitas vilas e povoados que posteriormente se desenvolveram e se transformaram em importantes cidades.

Outra importante atividade que caracterizou o processo de ocupação do Semiárido foi o cultivo do algodão, que durante todo o século XIX e início do século XX, constituiu-se numa das principais atividades econômicas dessa Região, destacando-se nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. O algodão podia ser associado à agricultura de subsistência, em especial o milho e o feijão, e à pecuária bovina. Também propiciou o surgimento de fábricas de tecidos (ANDRADE, 2005).

A exploração da cultura algodoeira era a principal geradora de emprego e renda nos espaços rural e urbano da Região, o denominado ciclo do ouro branco. No campo, o algodão era explorado majoritariamente em grandes latifúndios. Nas cidades, funcionavam as unidades fabris, tanto para o beneficiamento do fio como para a extração do óleo (CARVALHO, 1988 apud CORREIA et al., 2011).

O sistema produtivo gado-algodão-policultura alimentar se embasava em uma estrutura agrária marcada pela elevada concentração da propriedade da terra, as grandes fazendas, e pelo binômio latifúndio – minifúndio. Um sistema que, apesar da resistência, sempre foi vulnerável ao fenômeno das secas, cujas ocorrências periódicas desencadeavam calamidade social e econômica, que contribuem para consolidar a imagem do Semiárido como um território seco, pobre, atrasado e sem perspectivas (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Segundo Furtado, apesar das dificuldades impostas pelos eventos climáticos, a pobreza foi criada e reproduzida por fatores de natureza política e econômica. A concentração de poder nas mãos das oligarquias locais bloqueava as alternativas de transformações estruturais das políticas públicas, apropriando-se dos recursos direcionados para o combate à seca e para a promoção do desenvolvimento regional, utilizando-os como mecanismo de manutenção do poder e para viabilizar um projeto de modernização parcial e socialmente excludente (1980 apud BUAINAIN; GARCIA, 2013).

As atividades econômicas desenvolvidas no Semiárido, portanto, estiveram, durante quase quatro séculos, assentadas em relações de produção atrasadas, marcadas pela elevada concentração da riqueza e da renda gerada pela aglutinação da população em atividades de baixíssima produtividade, insuficientes para assegurar os meios de subsistência básicos para as famílias, sobretudo no campo (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Nas primeiras décadas do século XX, a atuação do Estado no Semiárido se caracterizou por frequentes ações voltadas para o aumento da oferta de água, através da construção de açudes, a denominada fase hidráulica. Nesse período, criou-se em 21 de outubro de 1909, a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), através do Decreto nº 7.619, depois transformada, em 1919, pelo Decreto nº 13.687, na Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e finalmente, em 28 de dezembro de 1945, modificada, através do Decreto Lei nº 8.486, para o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)<sup>6</sup> (BRASIL, 2016). A atuação do DNOCS, entretanto, sofreu diversas críticas relacionadas à “indústria da seca”, o desvio de verbas, a política dos açudes e a manutenção das condições de vida das populações menos assistidas (PIRES; FERREIRA, 2012).

Nesse contexto, acreditava-se que o desenvolvimento do Nordeste dar-se-ia pelo combate à seca. Para tanto, inseriu-se na Constituição Federal de 1934 um artigo que destinava 4% da receita tributária para a defesa contra os efeitos das secas no Nordeste. Depois, na Constituição de 1946, esse artigo foi alterado, sendo o percentual para o combate

---

<sup>6</sup> Em 01 de junho de 1963, através Lei nº 4.229, o DNOCS foi transformado em uma autarquia federal.

aos efeitos da seca reduzido para 3% e destinado 1% para o desenvolvimento do Vale do São Francisco (PAES, 2009 apud MELO, 2015).

A partir disso, as intervenções públicas no Nordeste se voltaram para o desenvolvimento do Vale do rio São Francisco, priorizando-se o potencial para a geração de energia e o aproveitamento dos recursos hídricos para a irrigação. Em 03 de outubro de 1945, através do Decreto Lei nº 8.031, é criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e em 15 de dezembro de 1948, pela Lei nº 541, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (MELO, 2015).

Nesse contexto, a problemática nordestina deixa de ser uma questão puramente climática para ser abordada sob uma perspectiva econômica. O Estado passa a ter acesso às estimativas de renda do produto nacional do Brasil e o planejamento passa a ocupar um papel central na elaboração de políticas públicas. Em 1952, o Governo cria o Banco do Nordeste do Brasil – BNB para financiar a infraestrutura da Região (SÁ, 2000).

No final dos anos 1950, a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) marcou uma ruptura com a concepção hidráulico-institucional hegemônica nesse período. Elaborado por Celso Furtado, o GTDN buscou resolver o problema da estagnação econômica da Região através de uma visão mais abrangente acerca da realidade do Semiárido e da problemática da seca (SÁ, 2000; DOMINGUES, 2017).

Com a criação da SUDENE, em 15 de dezembro de 1959, através da Lei nº 3.692, o Estado passou a intervir no Nordeste com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da Região. A instituição da SUDENE também envolveu a definição do objeto da ação governamental, o espaço que seria compreendido como Nordeste. Essa Superintendência, guiada pelo planejamento, buscou fortalecer os mecanismos de apoio à economia nordestina, visando diminuir as diferenças entre o Nordeste o Centro-Sul do país. No entanto, segundo a análise do sociólogo Francisco de Oliveira, a SUDENE falhou, pois nada mudou no Nordeste (OLIVEIRA, 2017).

O advento da agricultura irrigada, na década de 1960, marca outro grande momento do uso da terra no Semiárido. A SUDENE cria em 1960 o Grupo de Irrigação do São Francisco (GISF) para realizar, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o levantamento de solos de área da Caatinga para fins de irrigação. É a partir da SUDENE que a CVSF, transformada na Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) por meio do Decreto Lei nº 292 de 28 de fevereiro de 1967, passou a investir na agricultura irrigada em grande escala, implantando projetos públicos de irrigação (SILVA, 2012).

No final dos anos 1960, a política de irrigação passa a ser uma estratégia de intervenção do Estado no Semiárido, sendo criados vários programas de incentivo ao desenvolvimento regional. Em 1968 é criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que realizou o levantamento de áreas irrigáveis para a reestruturação agrícola da Região, cujo relatório indicou a viabilidade técnico-econômica para a criação de 73 projetos de irrigação, e traçou as diretrizes de uma política de irrigação que constituíram a primeira fase do Plano Nacional de Irrigação (ALBANO, 2018).

Posteriormente, com a expansão dos projetos públicos de irrigação, é criada, em substituição a SUVALE, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)<sup>7</sup>, através da Lei Federal nº 6.088 de 16 de junho de 1974. A Companhia priorizava a agricultura irrigada, colaborando com a SUDENE para viabilizar o estabelecimento de vários perímetros de irrigação no Vale do São Francisco (CARVALHO, 2009).

Nesse contexto, Correia et al. (2011, p. 34) destaca que:

[...] a irrigação, além de livrar os produtores dos riscos climáticos, notadamente da escassez e da irregularidade de distribuição de água, que é o principal fator limitante da agricultura de sequeiro, integrou-os totalmente no circuito do capital, visto que aqueles passaram a realizar uma agricultura de mercado.

Corroborando com esse pensamento, Andrade (1985) afirmava que a agricultura irrigada esteve mais voltada para a produção de artigos destinados aos mercados internacionais do que ao mercado local ou regional, acentuando a tendência colonial exportadora da economia brasileira e desvalorizando a produção para o mercado interno.

No outro vértice das intervenções governamentais no Nordeste, a criação da Chesf representou o marco inaugural do envolvimento direto do Estado no setor elétrico. Primeira empresa pública de eletricidade do país, a Chesf foi constituída, inicialmente, com o objetivo de promover o aproveitamento do potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso (BRANDI, 2009).

A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Paulo Afonso era considerada uma obra-chave para o desenvolvimento do Nordeste. Tida como uma solução definitiva para o problema energético da Região, a sua construção visava deter o acelerado desequilíbrio entre o Nordeste e o Centro-Sul do País. O plano original de construção da usina previa o

---

<sup>7</sup> Em 06 de janeiro de 2000, por meio da Lei Federal nº 9.954, a CODEVASF ampliou a sua área de atuação, passando a abarcar também o Vale do Parnaíba. Atualmente, denomina-se Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

aproveitamento múltiplo das águas do São Francisco, associando a produção de energia a projetos de irrigação e navegação (BRANDI, 2009). Muito embora, segundo Andrade (1985), tenha se maximizado a produção de energia, deixando em segundo plano as demais formas de aproveitamento do rio.

A usina de Paulo Afonso começou a ser construída em 1949, sendo inaugurada em 1954, com três unidades geradoras em pleno funcionamento, com capacidade total de produzir 180.000 KW (BRANDI, 2009). A maior parte da energia gerada foi destinada, prioritariamente, às capitais e às maiores cidades situadas na área de abrangência da empresa. Associado a isso, emergiu um movimento nacionalista que exaltava uma nova era de progresso para o Nordeste.

A instituição da Chesf inaugurou um novo estágio no desenvolvimento do setor elétrico no Nordeste, no qual o Estado deixou de se preocupar com a seca apenas numa perspectiva assistencialista, passando a adotar ações de planejamento para a Região. As estratégias de desenvolvimento se embasavam tanto no processo de industrialização como na implantação de modernos sistemas agrícolas (DOMINGUES, 2017).

Na década de 1950, com o fortalecimento do setor energético, a energia produzida passou a ser destinada não apenas para o abastecimento das cidades, mas também para a iluminação, a agricultura e as instalações das futuras indústrias locais. Implantavam-se, assim, as bases para o desenvolvimento de um processo de industrialização no Nordeste.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, cresce a demanda por eletricidade na Região e o governo determina a construção de mais três hidrelétricas<sup>8</sup> no rio São Francisco. No Submédio São Francisco, a Chesf construiu as usinas de Paulo Afonso II e Paulo Afonso III e no Alto curso do rio, a Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig construiu a usina de Três Marias (BRANDI, 2009). Nesse período, em razão do papel que a energia elétrica desempenhava no processo de desenvolvimento e do reconhecimento da competência técnico-administrativa da Chesf no setor elétrico, a Companhia de energia elétrica passou a ser confundida com a Companhia de desenvolvimento (DOMINGUES, 2017).

Os anos 1970 e 1980 marcam a ênfase do Estado na construção de grandes hidrelétricas. A política de produção de energia dos governos militares, embasada num projeto desenvolvimentista, privilegiava aspectos econômico-financeiros, negligenciando a questão sócio-ambiental, em nome da modernidade técnica e do progresso. As ações

---

<sup>8</sup> A usina de Paulo Afonso II foi construída no período de 1955 a 1961; Paulo Afonso III foi construída no período de 1967 a 1971; e Três Marias foi construída no período de 1957 a 1962.

empreendidas pelo Governo para modernizar o Nordeste, em meio a um contexto ditatorial, caracterizaram-se por desconsiderarem os anseios da população.

Andrade (1985, p. 55-56) afirmava que na implantação de grandes obras não só se desconsiderava os interesses da população, como também se reprimia as eventuais resistências.

[...] as grandes obras são implantadas sem levar em consideração os interesses do grosso da população, que é muitas vezes reprimida ao oferecer resistência aos atos que a prejudicam. Faz-se então uma apologia do progresso, da alta tecnologia que está sendo empregada nas obras de engenharia, na necessidade de importação de máquinas e de acessórios estrangeiros, de técnicas altamente especializadas, da alta rentabilidade do empreendimento e se afirma, com o maior desprezo pela pessoa humana, que o progresso exige sacrifícios, que bons patriotas devem sacrificar-se pelo progresso da nação e que o país está em vias de se transformar numa grande potência.

As ações do Estado no Nordeste, em especial no Semiárido, ao longo do século XX, caracterizaram-se, em geral, pela ausência de diálogo e pela imposição de um projeto modernizador, segundo o qual era preciso transformar as paisagens sertanejas para se abandonar a imagem de um território pobre e atrasado. As intervenções governamentais para modernizar a região, eram decisões que vinham de cima para serem implantadas no lugar, alterando a dinâmica local, com reflexos regionais, mas que não estavam em consonância com os desejos da população.

Nesse contexto, foram inauguradas, na década de 1970, as usinas<sup>9</sup> de Moxotó, Paulo Afonso IV, Sobradinho e Itaparica (atual Luiz Gonzaga). E em 1994, entrou em operação Xingó, a maior usina do sistema Chesf (BRANDI, 2009). A implantação desses grandes empreendimentos técnicos, associados aos projetos de irrigação, existentes na Região do Submédio São Francisco, atraíram empresas e indústrias voltadas tanto para o beneficiamento agrícola, quanto para a implementação de equipamentos e maquinarias para a irrigação. Domingues (2017, p. 11) destaca que a influência das ações do setor elétrico pode ser analisada a partir das escalas local e regional.

Na dimensão local, foi incentivada a atração de empresas totalmente vinculadas à agricultura irrigada. Na escala regional, também por meio da SUDENE, deveria ser incentivada a transferência de parte do capital industrial do Sudeste para o Nordeste, deslocando, para essa região, atividades que certamente liderariam o crescimento industrial, possibilitando o dinamismo na área.

---

<sup>9</sup> A usina de Moxotó foi construída no período de 1971 a 1977; Paulo Afonso IV foi construída no período de 1972 a 1979; Sobradinho foi construída no período de 1973 a 1979; Itaparica foi construída no período de 1979 a 1988; e Xingó foi construída no período de 1987 a 1994.

A geração de energia hidrelétrica, através do uso das águas do rio São Francisco, era considerada de vital importância para a economia do Nordeste. Com uma estratégia de planejamento regional centrada na industrialização, o Governo Federal se utilizou da disponibilidade de energia elétrica em abundância e da política de isenção de impostos e incentivos fiscais, via SUDENE, para atrair empresas e indústrias para a Região, em especial, para o Submédio São Francisco.

Os anos 1980, entretanto, apesar dos esforços do Governo Federal em promover um desenvolvimento induzido, foram desalentadores para a Região. O Nordeste sofreu com a mais prolongada seca da história, uma estiagem que durou sete anos, atingindo todos os Estados nordestinos, deixando um rastro de miséria e fome: lavouras perdidas, animais mortos e uma população faminta e desesperada que saqueava feiras e armazéns para sobreviver.

Nesse mesmo período, a ruptura do sistema gado-algodão-policultura alimentar, provocada pela praga do bicudo, destruiu as lavouras de algodão de milhares de pequenos estabelecimentos, eliminando uma das mais importantes fontes de trabalho e renda do Semiárido. Simultaneamente, a economia da Região também foi atingida pela crise macroeconômica que abateu o país nos anos 1980, trazendo inflação, endividamento externo e pacotes econômicos (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

O Semiárido, diante desse quadro, mesmo considerando as intervenções modernizadoras do Governo Federal, não conseguiu se desvencilhar da imagem da seca e da pobreza, que o fizeram manter o status de Região problema, um território recorrentemente pautado na agenda de políticas desenvolvimentistas do Estado. Os indicadores sócio-econômicos do Semiárido revelavam a incapacidade da economia local e das prefeituras de enfrentar a pobreza.

A situação e as condições sócio-econômicas do Semiárido, entretanto, vêm passando por um lento e perceptível processo de transformação. Segundo Buainain e Garcia (2013), essas mudanças têm sido impulsionadas por um amplo conjunto de fatores, que incluem o adensamento populacional, a democratização, a descentralização política e econômica, estabelecida pela Constituição de 1988, a acumulação e a maturação de investimentos públicos, indutores de iniciativas privadas, e a maior integração à economia nacional.

As recentes transformações no Semiárido vêm sendo induzidas por um conjunto de investimentos em infraestrutura e atividades produtivas, obras de grande impacto estrutural que introduzem novas atividades que se irradiam sobre os tradicionais sistemas produtivos, abrindo novas perspectivas de expansão, gerando profundas transformações na estrutura sócio-econômica do Nordeste.

Nesse contexto, Lima destaca que vários polos de dinamismo se consolidaram, nos últimos anos, no Semiárido, a exemplo dos polos da agropecuária, da fruticultura irrigada, da cadeia produtiva de mel, das bacias leiteiras, da avicultura, da policultura alimentar, entre outros (2004 apud BUAINAIN; GARCIA, 2013).

No Nordeste do século XXI, está em curso uma série de obras de infraestrutura que visam estimular a produção e o escoamento de *commodities*. Consistem em projetos de redistribuição de água, de escoamento de produção e de geração de energia termelétrica, nuclear, eólica e solar, cujos altos investimentos e consequências têm provocado controvérsias e debates. Projetos que, de uma forma geral, reproduzem a ideia de que é preciso transformar a realidade local, modernizando-a, para que o Semiárido possa abandonar a imagem do atraso (AQUINO, 2014).

Os pesquisadores destacam que, apesar das diversas iniciativas de convivência com o Semiárido, esses projetos ainda procuram modernizar a Região, através da transformação das paisagens sertanejas. Essas grandes obras se caracterizam pela ausência de diálogo e imposição de mentalidades, desencadeando, a luz do ocorrido com as hidrelétricas, uma série de impactos sócio-econômicos que alteram o modo de vida do sertanejo (AQUINO, 2014). São projetos que não se articulam com as novas políticas e tecnologias de convivência da população local com o Semiárido.

De acordo com Malvezzi (2013), existe um confronto de leituras do Semiárido. De um lado, a indústria da seca, dos velhos e novos coronéis, alimentada pelos grandes projetos de combate à seca. De outro, o novo paradigma da convivência com o Semiárido, um leque de novas políticas e tecnologias que indicam caminhos para essa convivência.

A velha indústria da seca, alimentada por grandes projetos que não chegam ao cotidiano das populações, mas que são do interesse dos grupos econômicos e políticos, esforça-se para manter seu projeto hegemônico como se ele fosse a solução. A introdução das cisternas de polietileno pelo Ministério da Integração Nacional deve ser vista como uma tentativa de derrubar o novo paradigma da convivência com o Semiárido, construído com diversos apoios, mas feito na ponta pela própria população local (MALVEZZI, 2013, p. 2).

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) vem implantando uma malha de pequenas obras hídricas na Região, construindo, em parceria com a população, cisternas, próximas às casas e desenvolvendo um trabalho educativo de compreensão das características desse espaço onde essa população vive. As ações da ASA potencializam a intuição e os saberes já acumulados pelo povo. Muitas famílias, entretanto, ainda enfrentam dificuldades

em tempos de longas estiagens, haja vista que o número de cisternas de produção existentes no Semiárido mal ultrapassa a quantidade de 10 mil cisternas (MALVEZZI, 2013).

O Semiárido apresenta, atualmente, uma realidade dinâmica, marcada por velhos e novos desafios. A agropecuária ainda é a principal atividade econômica e a base da sociedade rural da maioria dos pequenos municípios da Região. Em 2018, registrou-se mais de 1,8 milhões de estabelecimentos agropecuários no Semiárido, ocupando 52,7 milhões de ha. Cada estabelecimento tem, em média, 29 ha de área, mas em vários municípios da Região o tamanho mínimo é de 40 ha (MEDEIROS, 2018).

Embora a Região Semiárida continue sendo, em termos espaciais, a mais rural do país, é grande o número de cidades, 1.262 municípios, onde vive a maior parte da população do Semiárido. Com uma população estimada em 27 milhões de pessoas, mais de 60% vivem nas sedes dos municípios (MALVEZZI, 2013; MEDEIROS, 2018).

Com a crise das atividades produtivas no Semiárido, a população, em busca de oportunidades de sobrevivência, passou a residir nas cidades. O crescimento demográfico nas cidades, contudo, passou a se dar em um ritmo superior à capacidade do Estado de prover os serviços básicos à população, dificultando o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao lazer e à informação, o que reduz a tênue fronteira que separa os mundos rural e urbano nas pequenas cidades. Além disso, sem as redes de infraestrutura de conexão interurbana dos polos de concentração demográfica, a rede urbana da Região se concentrou em cidades médias e grandes (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, Malvezzi (2013) argumenta que os desafios do Semiárido não podem mais ser analisados apenas como uma questão rural, muito embora seja a população do campo quem viva em situação de maior vulnerabilidade. Atualmente, com o crescimento da população das cidades sertanejas, o problema de abastecimento hídrico da Região tem exigido do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que garantam também a segurança hídrica da população urbana.

O problema da insegurança hídrica nas cidades pode ser tão ou mais grave que no meio rural. É nos centros urbanos que reside grande parte da população e onde estão os serviços de saúde e educação, o comércio, a administração pública e a indústria. [...] quando falta água nas cidades tudo entre em falência: o abastecimento humano, o comércio, a indústria, o saneamento e tudo que dependa do uso da água. É uma verdadeira tragédia social (MALZAZZI, 2013, p. 3).

A questão do abastecimento hídrico urbano se tornou, assim, tão fundamental quanto o rural. Um diagnóstico realizado pela Agência Nacional de Águas (ANA) previa que, num

período projetado entre 2015 e 2025, uma série de cidades do Semiárido poderia entrar em colapso hídrico caso os serviços de abastecimento de água desses municípios não fossem ampliados. Diante disso, o paradigma da convivência com o Semiárido precisa, a partir de um olhar mais sistêmico e integrado sobre a realidade da Região, incluir as reivindicações por serviços de abastecimento d'água para o meio urbano a sua pauta política de lutas e as suas ações de implantação de novas tecnologias de convivência com o Semiárido, já desenvolvidas no meio rural (MALVAZZI, 2013).

Dessa forma, além do explícito conflito entre os usos prioritários da água, ações de convivência com a seca, e os usos econômicos da água, grandes projetos de combate à seca, no Semiárido, a sociedade civil organizada, voltada prioritariamente para pensar os problemas do meio rural, precisa também incluir as questões do meio urbano em suas estratégias de ação (MALVAZZI, 2013). Espaços que, apesar de distintos e até antagônicos, estabelecem complexas relações que se dão de maneira interdependente e complementar, cujos conteúdos sociais, rural e urbano, extrapolam possíveis limites territoriais de abrangência, fazendo emergir ruralidades e urbanidades tanto no campo quanto na cidade.

#### 4.2 OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS DO SÃO FRANCISCO: CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAPARICA

O rio São Francisco, na perspectiva do colonizador, tornou-se conhecido em 1501, quando João de Nova, tendo Américo Vespúcio como companheiro, o avistou pela primeira vez em 04 de outubro, no dia de São Francisco. Para os indígenas que viviam ao longo do seu curso, entretanto, o rio se chamava, em razão do seu tamanho, de “Pará”, isto é, “o mar”. Considerado “o mais brasileiro dos rios”, o rio São Francisco percorre, em toda a sua extensão, amplas áreas do território nacional, até desaguar em território e águas brasileiras. (SÁ, 2000).

O rio São Francisco, de grande representação para a Região Nordeste, constitui uma importante conexão no processo de constituição do território brasileiro. De povoamento antigo, o Rio dos Currais, como também é conhecido, integra os caminhos dos sertões. O São Francisco, em razão da sua localização e do seu processo de povoamento, desde o século XVII já havia despertado os interesses do Governo, quer seja da Coroa de Portugal, assim como dos Governos pós-independência do Brasil.

Nesse sentido, datam do primeiro Governo provisório da República, as primeiras tentativas de utilização econômica e social das águas do rio São Francisco. Em 29 de

novembro de 1890, o presidente Mal. Deodoro da Fonseca, através do Decreto nº 1.113, concedeu a primeira autorização para aproveitamento hidráulico das águas da cachoeira de Paulo Afonso. A proposta, entretanto, não foi levada adiante e a concessão expirou.

Em 1910 ocorre uma nova solicitação de concessão, na qual o inglês Richard Reidy pleiteou o aproveitamento exclusivo da cachoeira de Paulo Afonso e demais cachoeiras do rio São Francisco. No entanto, como o presidente Mal. Hermes da Fonseca não concordava com a concessão de terras às margens do rio, o requerimento foi indeferido. Em 1911, esse mesmo presidente negou mais uma solicitação de exploração e curiosamente, em 05 de fevereiro de 1914, concedeu autorização de aproveitamento da força hidráulica da corredeira do salto Angiquinho ao engenheiro Francisco Pinto Brandão e 13 dias depois revogou essa autorização, alegando falta de idoneidade do requerente (SÁ, 2000).

A primeira iniciativa de aproveitamento hidrelétrico do São Francisco ocorreu em janeiro de 1923, quando o industrial Delmiro Gouveia inaugurou a pequena usina hidrelétrica de Angiquinho, situada na margem alagoana do rio. Dispondo de 1.500 HP de potência, Angiquinho foi a primeira obra destinada a aproveitar o potencial hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso e uma das primeiras hidrelétricas do Nordeste, cuja finalidade era acionar as máquinas da Companhia Agro Fabril Mercantil, localizada no município alagoano de Pedra, e fornecer energia elétrica à vila operária dessa fábrica (MUCCINI; MALTA, 2007).

O segundo empreendimento hidrelétrico do São Francisco foi a pequena Usina Hidrelétrica de Itaparica, que se localizava na cachoeira de Itaparica, nos limites dos estados da Bahia e de Pernambuco, próxima à antiga cidade de Petrolândia. A sua concepção data do início dos anos 1920, no âmbito de uma proposta de aproveitamento integral do rio São Francisco apresentada pela Companhia Agrícola de Pastoril do Rio São Francisco S.A. Mas, o início da sua construção só veio a ocorrer em 1932, sendo as suas obras concluídas apenas em 1944. A energia produzida por essa pequena usina, dispondo de 1.000 HP de potência, destinava-se, principalmente, ao abastecimento de energia elétrica do Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco, no município de Petrolândia (SÁ, 2000; AZEVEDO, 2008).

O último empreendimento que antecedeu a construção das grandes hidrelétricas edificadas pela Chesf no São Francisco, foi a Usina Piloto com 2.500 kW de potência. Construída pela própria Chesf, em 1949, na cachoeira de Paulo Afonso, a energia produzida por essa Usina se destinava, sobretudo, ao abastecimento do canteiro de obras da primeira hidrelétrica do “Complexo de Paulo Afonso” (MUCCINI; MALTA, 2007; AZEVEDO, 2008).

É a partir dos anos 1940 que o Estado volta as suas atenções para o Vale do São Francisco, dando continuidade à denominada fase hidráulica, caracterizada pelo combate à seca através da construção de açudes na Região. A atuação da Inspeção Federal de Obras com a Seca (IFOCS), nessa época, caracterizou-se por uma preocupação dominante de contenção dos efeitos da seca no Semiárido, restringindo-se à política de construção de açudes que serviriam como centro difusor para a construção de obras de irrigação pela iniciativa privada (ARAÚJO, 1990 apud SÁ, 2000). Em 1945, a IFOCS é transformada no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e apesar de manter a perspectiva das soluções hidráulicas para o problema da seca, sofre algumas alterações em suas atribuições e passa a ser responsável também pela implantação de perímetros públicos de irrigação nas áreas ribeirinhas do São Francisco.

Em 1948, o governo Dutra, dando continuidade às metas de integração nacional, funda a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em consequência do dispositivo expresso na Constituição de 1946, que determinava que 1% da arrecadação da União seria empregado no desenvolvimento do Vale. A CVSF ficou encarregada de promover a colonização e o desenvolvimento da bacia do São Francisco, regularizar o curso do rio para fins de navegação, controle de inundações, irrigação e produção de energia elétrica.

Nos anos 1940, a política econômica adotada pelo Estado para o desenvolvimento do São Francisco percebia na industrialização o caminho para o desenvolvimento e a integração nacional. Numa perspectiva capitalista, atendia-se aos interesses de grandes empresas do Centro-Sul, em detrimento dos interesses da população local (ANDRADE, 1984 apud SÁ, 2000).

Nesse período também é fundada, em 1948, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Estabelecida como sociedade mista, cabendo ao Governo a maior parte das ações, a Chesf ficou encarregada de aproveitar o potencial da cachoeira de Paulo Afonso. A criação da Chesf constitui a primeira intervenção direta do Governo brasileiro na construção de uma usina hidrelétrica no Brasil.

No âmbito de uma política desenvolvimentista do Estado, portanto, a orientação era combater o subdesenvolvimento regional, através da produção de energia elétrica e da implantação de perímetros de irrigação, um projeto de caráter nacional traduzido para a área do Vale do São Francisco. Nesse contexto, estimulou-se, no final dos anos 1950, a política de construção de grandes barragens nas áreas de cachoeiras do rio São Francisco.

#### 4.2.1 Os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos do Rio São Francisco

O setor hidrelétrico nacional, até 1945, era predominantemente dominado pelo capital estrangeiro, cujo fornecimento de energia era realizado através de pequenas usinas hidrelétricas. Entretanto, era difícil a situação de abastecimento de energia elétrica no Brasil, particularmente no Nordeste, onde eram frequentes os racionamentos de energia, em razão, sobretudo, da produção de energia estar voltada para o consumo do setor industrial. Associada a essa crise, havia também uma noção generalizada de que o país não podia se subordinar aos interesses das empresas privadas de geração de energia.

Em meio a esse período de crise e de forte nacionalização, o Governo Federal, cria a Chesf, haja vista o interesse da União de desenvolver projetos de grande envergadura. Em 03 de outubro de 1945, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto – Lei nº 8.031, autoriza o Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, a organizar a empresa. A constituição da Chesf, entretanto, foi retardada pela deposição de Vargas em outubro de 1945, só vindo a ocorrer em 15 de março de 1948, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra autorizou o estabelecimento da primeira empresa pública de eletricidade do país (BRANDI, 2009).

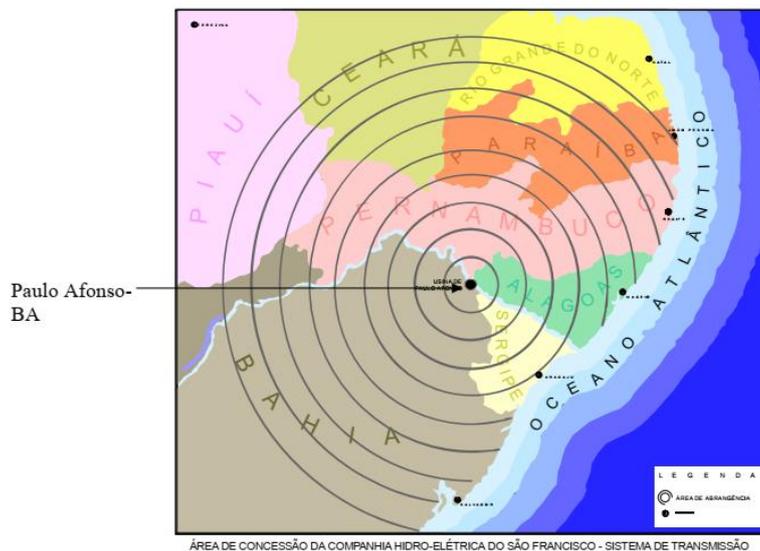
O Decreto nº 19.706 concedeu a Chesf a licença, pelo prazo de 50 anos, para efetuar o progressivo aproveitamento industrial da energia hidráulica do São Francisco no trecho entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), assim como autorização para fornecer energia elétrica aos concessionários de serviços públicos e realizar a distribuição direta de eletricidade para uma grande parte do Nordeste. Esse mesmo decreto também fixou atribuições, obrigações e delimitou a área de atuação da Companhia. A área delimitada compreendia um círculo de 450 km de raio em torno de Paulo Afonso (Figura 5), abarcando 347 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, constituindo 516 km<sup>2</sup> (AZEVEDO, 2008).

A Chesf, cuja sede funcionou no Rio de Janeiro até 1975, iniciou a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso (PA – I) em fevereiro de 1949, tendo a frente dos trabalhos os engenheiros Otávio Marcondes Ferraz e Antônio José Alves de Souza. A construção dessa grande UHE no Sertão nordestino foi marcada por vários desafios.

Um dos principais desafios enfrentados foi o desvio do rio, em seu trecho encachoeirado, em razão do grande volume de água que deveria ser contido. Para tanto, os engenheiros propuseram uma solução subterrânea para o aproveitamento das águas de Paulo Afonso.

Seu projeto compreendia a construção de duas barragens de pequena altura (15 m) em forma de funil, uma toma d'água no vértice das barragens, túneis de adução escavados na rocha, uma casa de máquinas subterrânea com três unidades de 60 megawatts (MW) e, finalmente um túnel de descarga, desaguando no cânion do São Francisco (BRANDI, 2009, n.p).

Figura 5 – Área de Atuação da Chesf em 1945



Fonte: Relatório da Chesf, 1945  
 Extraído de Azevedo, 2008, p. 52

A proposta apresentada previa que as barragens projetadas fossem aproveitadas em futuras ampliações do sistema, mediante a construção de mais duas tomadas d'água e as respectivas casas de máquinas também subterrâneas. A medida se revelou acertada tanto do ponto de vista econômico, com o preço do kW calculado em 110 dólares, um valor abaixo do praticado no mercado, como técnico, haja vista que posteriormente foram construídas as hidrelétricas Paulo Afonso II e III.

As obras da UHE foram concluídas em setembro de 1954, com o represamento do rio e o início do enchimento do reservatório. Em dezembro, entraram em operação as duas primeiras unidades geradoras, iniciando-se a distribuição de energia. Em 15 de janeiro de 1955, o presidente João Café Filho inaugura oficialmente a UHE Paulo Afonso, com capacidade total instalada de 180 mW (AZAVEDO, 2008). A energia gerada foi destinada, prioritariamente, às capitais e às maiores cidades nordestinas (Recife, Salvador, Aracaju, Maceió, Campina Grande e João Pessoa) situadas na área de atuação inicial da Chesf.

Em meados dos anos 1950, o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização, que exigiu grandes investimentos em infraestrutura básica para auxiliar o crescimento da indústria nacional. Surgem, então, as políticas setoriais e os planos de

investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte, a exemplo das hidrelétricas, e que foram elaborados como forma de implementar a infraestrutura necessária à industrialização e, também, como meio de levar o desenvolvimento às regiões em que foram instalados (BORTOLETO, 2001).

Nesse contexto, em razão do aprofundamento das desigualdades advindas do processo de acumulação, ganhou relevância a questão regional no Brasil. Dessa forma, fazia-se necessário o controle do território para assegurar a hegemonia do desenvolvimento nacional, cuja efetivação passou a ocorrer a partir da gestão das regiões.

Iniciou-se, assim, o planejamento regional no Brasil com a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, seguida pela criação de outras superintendências nas demais regiões brasileiras. A fundação dessas instituições visava reduzir as desigualdades regionais, mediante políticas de incentivos fiscais e financeiros às atividades que fossem implantadas na região (BORTOLETO, 2001). Os vários planos de desenvolvimento nacional, entretanto, não evidenciavam uma real preocupação com as desigualdades do processo de desenvolvimento, haja vista que a proposta desses planos era proporcionar o crescimento econômico do país.

Diante desse quadro, o setor elétrico, cuja potência instalada de energia hidráulica em 1956 era de 2.875 mW, tratou de promover medidas para ampliar a capacidade de geração e transmissão de energia. A Chesf deu continuidade ao processo de expansão de seu parque gerador com a construção da segunda usina, a Paulo Afonso II (PA – II). As obras tiveram início em 1955, mas foi só em 1961, quando o sistema já enfrentava problemas de sobrecarga, que duas unidades geradoras da usina, com 75 mW cada, entraram em operação. A capacidade total instalada da usina só veio a ser alcançada em 1968, adicionando ao sistema 480 mW. Esse pleno aproveitamento foi garantido pelo reservatório de Três Marias (MG), construído pela Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) no curso superior do rio São Francisco (AZEVEDO, 2008; BRANDI, 2009).

Em 1962 é fundada a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), subordinada ao Ministério de Minas e Energia, e a Chesf, outrora diretamente ligada ao Governo Federal, passa a condição de subsidiária dessa *holding* do sistema elétrico nacional. Nesse período, as empresas do setor hidrelétrico foram expandidas, acentuando a participação do setor público. O Estado passou a intervir em todos os segmentos da indústria de energia elétrica, contribuindo para o reordenamento dos serviços de distribuição de eletricidade no Nordeste e estimulando a formação de empresas públicas estaduais.

Em 1964, o Brasil vivenciou uma turbulenta fase da sua história, com a instalação de uma crise político-institucional e financeira, que culminou com a deposição do Governo do presidente João Goulart e a implantação do regime militar no país, caracterizado pelo autoritarismo repressivo e pelo controle institucional. Nesse mesmo ano, o presidente Humberto Castelo Branco amplia a área de atuação da Chesf, passando a abranger as localidades situadas no círculo de 700 km de raio em torno de Paulo Afonso. Em 1965, a energia gerada pela Chesf chegou a Fortaleza e em 1969 o fornecimento de eletricidade chegou ao Parnaíba no Piauí.

No final dos anos 1960, o planejamento regional brasileiro, baseado na teoria dos polos de desenvolvimento, buscou atingir todo o território nacional, através do desenvolvimento de uma política centralizada de implantação de programas especiais de inserção regional. Na década seguinte, anos 1970, foram criados programas especiais que geraram fortes impactos sócio-espaciais. Datam desse período, o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Polo Cloro químico de Alagoas, o Polo de Alumínio no Maranhão, os Projetos Carajás e Calha Norte na Amazônia, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste (PROTERRA) e os Projetos de Culturas Irrigadas no Vale do São Francisco (AZEVEDO, 2008; BORTOLETO, 2001).

Diante disso, fazia-se necessário expandir a oferta de energia elétrica e a construção de hidrelétrica foi amplamente estimulada pelo Estado. Assim, enquanto infraestrutura necessária ao processo de industrialização, as grandes hidrelétricas foram consideradas indispensáveis e tecnicamente mais adequadas para a produção de energia elétrica, em razão da abundância dos recursos hídricos brasileiros que possibilitava um amplo aproveitamento hidrelétrico.

As hidrelétricas, enquanto integrantes dos grandes projetos, além da produção de energia elétrica, tornaram-se o meio de expansão de novas técnicas para a produção nacional. Todavia, apesar desses grandes empreendimentos terem sido difundidos sob o prisma da modernização e do desenvolvimento, o que se constata são seus graves efeitos, desencadeando problemas econômicos, sociais e ambientais.

Nesse contexto, cresce a demanda de energia para o Nordeste, provocando a expansão do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. Em 1966, a Chesf inicia a construção da Usina Paulo Afonso III (PA – III). Em 1971 entram em funcionamento as primeiras unidades da usina PA – III, fazendo a Chesf superar a marca de um milhão de quilowatts de potência instalada. A usina foi oficialmente inaugurada em 1972, mas foi só em 1974 que foi concluída a montagem do conjunto de máquinas, atingindo a capacidade instalada de 864 mW (AZEVEDO, 2008; BRANDI, 2009).

A Chesf, ainda nesse período, constrói mais duas usinas e consolida a formação do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. A construção da usina de Moxotó teve início em 1971, com a construção da barragem e a formação de um reservatório para a regularização da vazão do rio São Francisco. A usina entrou em operação em 1977, com 440 mW de potência. Em 1972 teve início à construção da maior usina subterrânea do País, a Paulo Afonso IV (PA – IV), constituída por um pequeno reservatório de compensação ligado ao lago de Moxotó por um canal de 5 km de extensão escavado na rocha. Inaugurada em 1979, a usina demorou, entretanto, quatro anos para completar sua capacidade total de 2.460 mW (BRANDI, 2009).

Em paralelo à construção da usina PA – IV, a Chesf empreendeu a construção UHE Sobradinho, cujas obras tiveram início em 1973 e demoraram cerca de cinco anos para serem concluídas. A barragem de Sobradinho formou um dos maiores reservatórios do mundo, desencadeando o deslocamento de quase 64 mil pessoas e a reconstrução de várias cidades e localidades. Em 1978 ocorreu o enchimento do reservatório, permitindo a regularização plurianual da descarga do rio São Francisco. A usina entrou em operação em 1979, mas a sua capacidade total só foi completada em 1982, atingindo 1.050 mW (BRANDI, 2009).

Nos anos 1970 teve início também à construção da UHE Itaparica, cujas obras iniciadas em 1979 se inseriram num contexto mundial de escassez energética e de necessidade do Estado militar de suprir o aumento das demandas de energia elétrica das indústrias brasileiras (SÁ, 2000). As obras da usina, entretanto, seguiram um ritmo lento, marcado por paralisações, somente sendo retomados os trabalhos a partir dos anos 1980, já adentrando o período de redemocratização do país. As obras só foram concluídas em 1988, ocasião em que ocorreu o fechamento da barragem e o enchimento do reservatório. Em junho desse mesmo ano, entraram em operação as primeiras máquinas, mas a usina só alcançou sua potência máxima de 1.500 mW em 1990 (BRANDI, 2009; CARVALHO, 2009).

A década de 1970, marcada pela Conferência de Estocolmo, também registrou a ocorrência de um duplo fenômeno, a emergência do movimento ambientalista e o interesse dos órgãos financiadores internacionais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), em minimizar os impactos desses grandes empreendimentos hidrelétricos. Nesse sentido, em contraponto às perspectivas desenvolvimentista e de crescimento zero, desenvolveu-se a proposição do desenvolvimento sustentável, segundo a qual o desenvolvimento deve ser entendido pela eficiência econômica, equilíbrio ambiental e equidade social (SÁ, 2000).

Esses organismos financiadores passaram a condicionar a concessão e a manutenção de linhas de financiamento para infraestrutura a adoção de instrumentos de planejamento e

gestão ambiental. No Brasil, a partir dessas exigências, foi criada, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938, principal marco regulatório que passou a amparar o planejamento e a gestão ambiental brasileira, que em seu Art. 9, inciso III, estabeleceu a exigência de avaliação de impacto ambiental para licenciar um empreendimento hidrelétrico. Instituído-se, assim, a avaliação de impacto ambiental como um processo metodológico atrelado ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividade potencialmente ou efetivamente causadores de significativa degradação ambiental (MORETTO et al., 2012).

A partir dos anos 1980, portanto, o país passou a estabelecer, de forma gradativa, uma série de mecanismos regulatórios, novos condicionantes para os processos decisórios acerca do planejamento espacial de usinas hidrelétricas. Assim, em atendimento à exigência legal de realização de estudos de impactos ambientais, desenvolveu-se em 1986, de forma pioneira no Nordeste, o estudo de impacto ambiental da UHE Itaparica (SOBRAL, 1992 apud SOBRAL et al., 2006). A barragem de Itaparica inundou uma grande área de 150 km de extensão, cobrindo uma superfície territorial de 834 km<sup>2</sup>, e atingindo diretamente cerca de 40 mil pessoas.

No plano econômico, a década de 1980 foi marcada pela retração da dinâmica da economia e pela desaceleração de investimentos em infraestrutura. O Estado, mediante o agravamento da crise econômica interna e internacional, encontrava-se fragilizado, do ponto de vista financeiro, tendo que desacelerar investimentos em infraestrutura, como por exemplo, a construção de grandes hidrelétricas.

Nesse contexto, a situação econômico-financeira da Chesf e das demais empresas de energia que integram a *holding* Eletrobras, foi bastante afetada pela política de contenção tarifária do Governo Federal e pelo esgotamento dos mecanismos de captação de recursos externos. A Chesf precisou reduzir o ritmo de trabalho ou paralisar várias de suas obras, o que sobrecarregou o seu sistema hidrelétrico, culminando em um rigoroso racionamento de energia em todo o Nordeste. O racionamento teve início em 1987 e só foi contornado em junho de 1988, quando as primeiras máquinas geradoras de energia elétrica da UHE Itaparica entraram em operação.

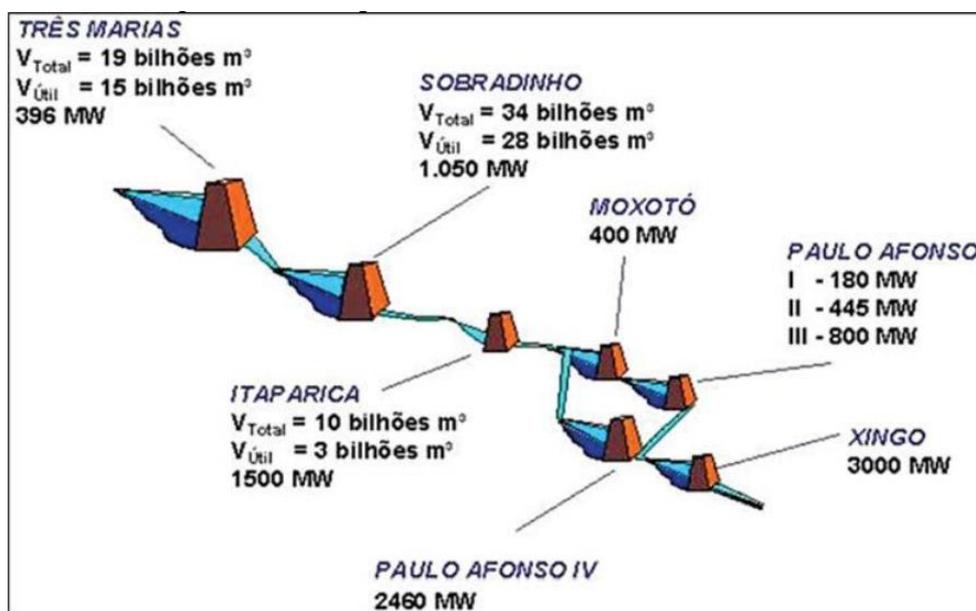
A construção da UHE Xingó, por sua vez, também foi marcada por uma série de contratemplos. As suas obras foram iniciadas em 1987, tendo sofrido várias interrupções e retomadas, definitivamente, em 1990. Considerada de vital importância para o mercado de energia elétrica nordestino, Xingó era tida, na época, como o maior investimento da Eletrobras, apesar da crise financeira e dos escassos recursos financeiros da *holding*. A sua

construção apresentou a particularidade de um baixo custo de implantação, com impacto social quase nulo, haja vista que as águas do seu reservatório inundaram áreas praticamente desabitadas e sem exploração agrícola. (AZEVEDO, 2008; BRANDI, 2009).

Localizada no trecho final do cânion do rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe, Xingó, a maior usina do sistema Chesf, teve as suas obras concluídas em dezembro de 1994, mas só alcançou a sua capacidade total instalada de 3.000 mW de potência em 1997. A construção da UHE Xingó representou o fim do ciclo de construção de grandes obras hidrelétricas no rio São Francisco (BRANDI, 2009).

A exceção da UHE Três Marias, construída pela Cemig em Minas Gerais, a Chesf edificou ao longo do curso do rio São Francisco 08 (oito) usinas hidrelétricas, cuja potência total instalada é de 9.971 mW (Figura 6). Grandes empreendimentos hidrelétricos impostos às sociedades locais, cujos projetos se constituem em enclaves que não expressam os interesses das forças sociais, políticas e econômicas das regiões onde foram implantados.

Figura 6 – Principais Reservatórios da Bacia do Rio São Francisco



Fonte: ANA, 2004  
 Extraído de Melo, 2015

Difundidas sob o prisma da modernização e do desenvolvimento, as usinas hidrelétricas, entretanto, não foram capazes de reduzir as disparidades regionais, restando às regiões receptoras os complexos impactos gerados por esses grandes empreendimentos, cujos limites ultrapassam a área de implantação. A instalação desses grandes projetos, ao invés de integrar os interesses locais, impôs transformações às áreas receptoras, como por exemplo, a

desestruturação das atividades preexistentes, o desordenamento do crescimento populacional e a degradação ambiental. Emergindo, nesse sentido, a necessidade de refletir criticamente sobre essas transformações, seja no campo ou na cidade, haja vista que cada área receptora reage de forma diferenciada à instalação desses grandes empreendimentos hidrelétricos.

#### **4.2.2 Usina Hidrelétrica Itaparica: concepção e implantação**

A primeira proposta de aproveitamento da Cachoeira de Itaparica para a geração de energia hidrelétrica data de 1923, quando o engenheiro Francisco Brandão Cavalcanti, visando à exploração hidroagrícola do Vale do São Francisco, propôs a construção de uma pequena usina hidrelétrica na Cachoeira de Itaparica, no *canyon* do São Francisco, 3 km ao sul da antiga cidade de Petrolândia. O processo de construção dessa usina, entretanto, arrastou-se por mais duas décadas, desde a apresentação inicial da proposta, tendo as suas obras sido iniciadas em 1932 e a sua conclusão ocorrida só em 1944. Tratava-se de uma pequena unidade geradora de energia, dotada de um motor de 1.000 HP, cuja principal finalidade era fornecer energia para o Núcleo Colonial Agro Industrial do São Francisco (SÁ, 2000; MENEZES, 2014).

Posteriormente, em 1968, no âmbito da política de planejamento regional brasileiro, baseada na implantação de grandes projetos, emergiu, no âmbito do Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste (ENENORDE) da Eletrobras, a proposta de construir uma grande hidrelétrica na cachoeira de Itaparica. O projeto de construção da UHE Itaparica, entretanto, foi descartado, haja vista que em relação ao projeto da UHE Sobradinho, os custos de realocação e as repercussões políticas e sociais seriam muito mais vultosos (CHESF, 1985).

Contudo, o Governo brasileiro, diante da crise mundial de energia, desencadeada no segundo semestre de 1973 e da crescente demanda das indústrias por energia, revisou as diretrizes estabelecidas pelo ENENORDE e em 1975 o projeto de construção da UHE Itaparica voltou a integrar o conjunto de obras de geração de energia a serem empreendidas pela Chesf. Assim, “[...] o Brasil em geral e o Nordeste em especial voltaram a ter planejamento do atendimento às suas necessidades de energia elétrica suportado, enquanto fosse possível, quase integralmente na geração hidrelétrica” (CHESF, 1985, p. 3-4).

O projeto da UHE Itaparica previa a formação de um grande reservatório, o Lago de Itaparica, que se estenderia a partir da barragem de Itaparica, entre os municípios de Petrolândia (PE) e de Glória (BA), até os municípios de Belém do São Francisco (PE) e de Barra do Tarrachil (BA), ocupando uma área de 834 km<sup>2</sup>. Esse Lago é o segundo maior

reservatório da bacia do São Francisco, com capacidade de acumulação de 10,7 bilhões de metros cúbicos de água.

As obras da usina foram iniciadas em 1979, um processo marcado por uma série de protestos e paralisações, que só foi concluído em 1988, com o fechamento das comportas da barragem e o enchimento do lago do reservatório. Nesse mesmo ano entraram em operação as primeiras máquinas, mas só em 1990 a usina alcançou a potência máxima instalada de 1.500 mW. Em 1989, em homenagem ao “rei do baião nordestino”, a usina passou a se chamar Luiz Gonzaga.

As águas do Lago de Itaparica atingiram uma área de 150 km de extensão, abarcando, de forma diferenciada, o território dos municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco e o território dos municípios baianos de Glória, Rodelas e Chorrochó. Nesse contexto, 05 (cinco) sedes municipais foram destruídas pelas águas, Petrolândia, Itacuruba, Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória, e precisaram ser reconstruídas (CHESF, 1985; CODEVASF, 2010).

Os impactos desse grande empreendimento envolveram a desapropriação da área de inundação e o reassentamento de populações rural e urbana, atingindo 10.500 famílias, das quais 4.600 residiam nos espaços urbanos e 5.900 nos espaços rurais desses municípios diretamente atingidos, incluindo-se 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. Cerca de 40 mil pessoas foram atingidas pela construção da barragem, sendo 19 mil moradoras das cidades e 21 mil residentes no campo. E, considerando a população indiretamente atingida de todos os municípios sob a região de influência da UHE Itaparica, esse quantitativo salta para cerca de 120 mil pessoas (CARVALHO, 2009; CODEVASF, 2010).

A UHE Luiz Gonzaga apresenta a particularidade de ter sido concebida no âmbito dos governos militares e a sua construção num marco de reabertura política do País. Uma encruzilhada político-administrativa entre as práticas autoritárias dos órgãos executores das políticas públicas federais e o período de redemocratização que se instalara no país a partir de 1985 com a Nova República.

A Chesf, até então, adotara a estratégia territorial patrimonial que consistia na criação do vazio demográfico para a instalação das barragens. Reduzia-se o problema à dimensão patrimonial legal, na qual a empresa se eximia dos custos sociais referentes à população que não era proprietária. As práticas da desinformação e da negociação individual dificultavam a organização coletiva dos atingidos, impossibilitando-os de apreender os desdobramentos e a complexidade dos projetos. Impedia-se, dessa forma, que as questões sociais geradas pelos empreendimentos extrapolassem os limites das áreas atingidas e que outros segmentos sociais

da sociedade se envolvessem ou se interessassem pelo problema (VAINER; ARAÚJO, 1990 apud SÁ, 2000).

A partir da construção da UHE Luiz Gonzaga, entretanto, o Governo Federal teve que lidar com uma realidade diferente, era preciso negociar com os representantes das populações a serem atingidas, em especial, com o movimento dos trabalhadores rurais da região a ser inundada. A estratégia empreendida pelo movimento dos atingidos por barragens, em contraponto ao setor elétrico, adotara a informação como meio de conscientização e mobilização, o deslocamento enquanto questão social e a negociação coletiva. A partir de então, passou-se a se discutir e negociar as estratégias de remoção e deslocamento da população, assim como as políticas compensatórias sobre os impactos.

Datam de 1976 as primeiras ações do movimento dos atingidos pela barragem de Itaparica, uma série de protestos em locais dispersos. Os agricultores, cientes do desastroso processo de remoção de Sobradinho e das perdas da população rural, iniciaram a luta de “terra por terra na margem do lago”. Apoiados pelos setores progressistas da Igreja católica, pelo movimento sindical, por partidos políticos e por organizações não governamentais, iniciaram suas ações de mobilização e resistência, desencadeando um processo de organização e crescimento do movimento sindical rural na região. (SCOTT, 2009).

Em 1979, os representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios atingidos, reunidos no III Encontro do Vale do São Francisco, decididos a centralizar a luta do movimento dos atingidos pela barragem, criaram o Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco, reunindo 13 sindicatos e com sede em Petrolândia. O Polo Sindical, como o fórum coordenador dos sindicatos da região, estabeleceu como objetivos: fortalecer a luta pelo reassentamento das famílias desalojadas, combater a grilagem, os conflitos de terra entre índios e posseiros e os problemas causados pelas secas (IICA, 2001 apud CARVALHO, 2009; SCOTT, 2009).

O Polo promoveu uma série de ações coletivas, sempre documentadas com o apoio de organizações não-governamentais, como manifestos de denúncias e concentrações nas obras, visando ampliar “[...] o movimento para que este se tornasse uma luta não só por justas indenizações, como também pela garantia da infra-estrutura básica de produção, de moradia e, genericamente, pela reforma agrária” (SCOTT, 2009, p. 56).

Em 1984, o Polo sindical formulou o documento que serviria de base para o processo de reassentamento, intitulado: “Diretrizes básicas para o reassentamento”. Esse documento reivindicava indenizações justas e alertava sobre a importância dos aspectos sociais envolvidos no processo de remoção forçada das famílias. “Exigia-se o mapa do reservatório, o

acesso à informação e definiam-se, paralelamente, as estratégias do movimento, que, no tocante ao reassentamento, se revelam nas diretrizes” (ARAÚJO; SÁ, 2000, p. 60).

A Chesf, no âmbito desse processo de redemocratização do país, procurou assumir compromissos em relação às políticas de desenvolvimento e os seus desdobramentos, principalmente as suas implicações sociais. Buscando se redimir de procedimentos anteriores, a Companhia se comprometeu em adotar uma nova postura em seus empreendimentos, seja os em andamento ou os futuros. Nesse sentido, a Chesf elaborou, em 1985, o Plano de Desocupação da região afetada pela barragem de Itaparica, um relevante instrumento de compromisso da Companhia com as populações das áreas atingidas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos. Esse documento expressava o interesse do Estado em dialogar e assegurar a participação da população diretamente interessada na execução desses empreendimentos (CHESF, 1985; SÁ, 2000).

Apesar do poder público ter se comprometido a ouvir e negociar com a população os termos do deslocamento e do reassentamento, ocorreram sucessivos impasses nas negociações, devido a descumprimentos de acordos e promessas dos representantes dos órgãos públicos na área. Diante disso, o Polo sindical voltou a mobilizar os agricultores e trabalhadores rurais para irem às ruas reivindicarem, um movimento que culminou com a ocupação do canteiro de obras da Usina, em dezembro de 1986. A ocupação paralisou as obras por seis dias, o que levou Chesf a negociar um acordo estabelecendo as condições de remoção e reassentamento da população (SÁ, 2000, SCOTT, 2009; CARVALHO, 2009).

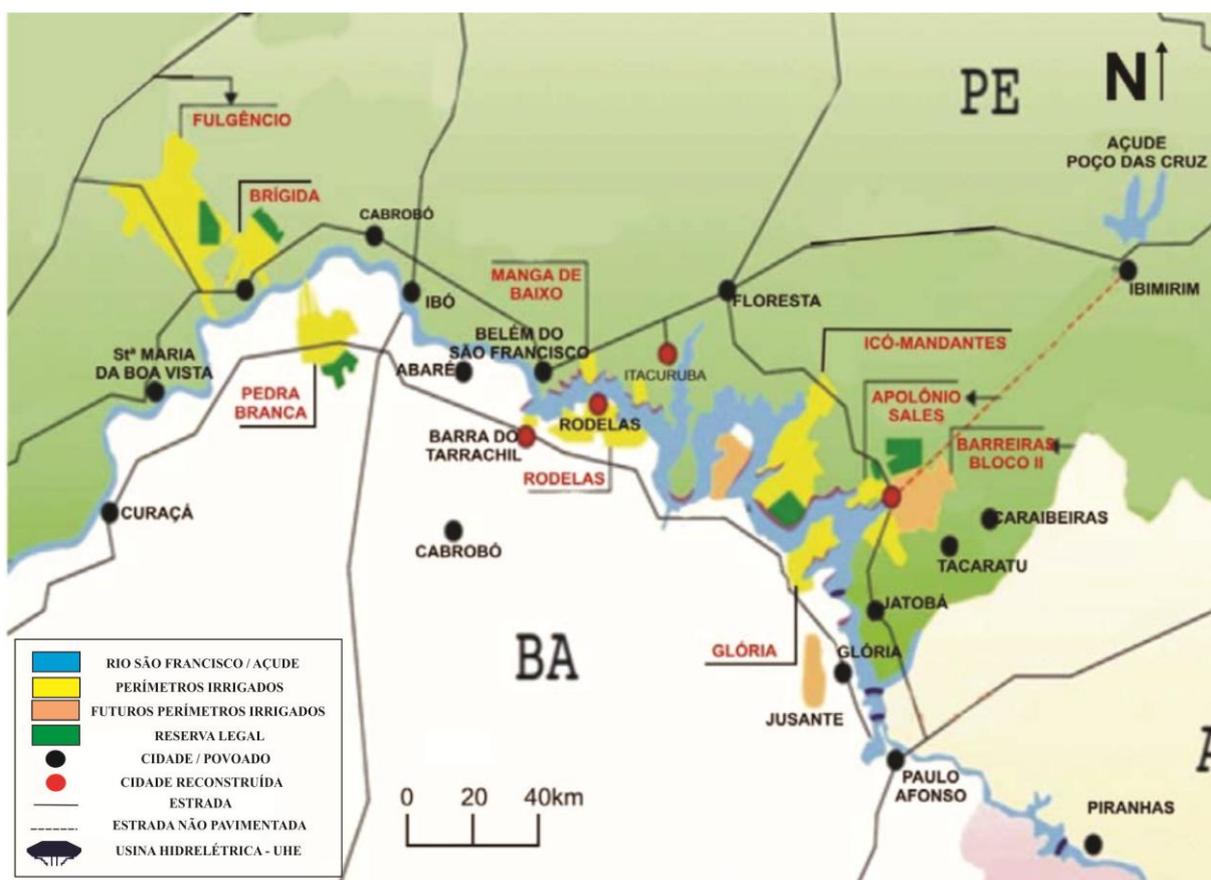
O denominado “Acordo de 6 de dezembro de 1986” certificou o compromisso assumido pelo Estado de minimizar os custos sociais da construção da UHE Itaparica. Uma salvaguarda escrita do compromisso do Estado com os reassentados. Uma garantia de que a população rural seria reassentada em áreas dotadas de infraestrutura para a irrigação. O Acordo foi assinado por representantes da Chesf, do Polo sindical, de organizações de trabalhadores na agricultura e de sindicatos rurais da região, e endossado por um representante do Ministério de Minas e Energia (IICA, 2001 apud Carvalho, 2009).

De acordo com Scott (2009, p. 58), as principais questões incluídas no acordo foram as seguintes:

- a) provisões protetoras contra o desmembramento prejudicial da família;
- b) detalhes sobre o cálculo da força de trabalho familiar e seu direito à área irrigada;
- c) direito sobre área para agricultura de sequeiro e criatório;
- d) direito à remuneração de 2,5 salários mínimos desde a transferência até a comercialização da primeira colheita;
- e) assistência técnica, creditícia e comercial por cinco anos;
- f) participação continuada e ativa das comunidades e entidades sindicais em todas as fases do reassentamento; e
- g) enchimento do reservatório somente após equacionar o reassentamento.

A partir desse acordo, o Polo Sindical, objetivando fortalecer a agricultura familiar na região, assegurou a implantação de projetos de irrigação para os pequenos produtores e os trabalhadores rurais da região atingida pela construção do reservatório. A Chesf construiu, enquanto política compensatória, 10 perímetros irrigados para reassentar as famílias de agricultores das áreas afetadas (Figura 7). Em Pernambuco, foram construídos os perímetros de Caraíbas, Brígida, Icó-Mandantes (Blocos 3 e 4), Barreiras (Bloco 1 e Bloco 2), Manga de Baixo e Apolônio Sales (Quadro 2). Na Bahia, foram edificadas os perímetros de Pedra Branca, Glória, Rodelas (R1, R2 e R3) e Jusante (CODEVASF, 2010).

Figura 7 – Perímetros de Irrigação do Sistema Itaparica



Fonte: Chesf, 2006

Extraído de Azevedo, 2008, p. 108

Adaptação: Clélio Santos, 2018

Quadro 2 – Características Perímetros Irrigados Pernambuco

| Projetos              | Ano Implantação | Área Total (ha) | Área irrigável (ha) | Famílias | Município                | Agrovilas |
|-----------------------|-----------------|-----------------|---------------------|----------|--------------------------|-----------|
| Barreiras - Bloco 1   | 1993            | 3.599           | 316,5               | 70       | Petrolândia              | 2         |
| Barreiras - Bloco 2   | 2010            |                 | 462                 | 98       | Tacaratu                 | 5         |
| Apolônio Sales        | 1993            | 3.506           | 808                 | 101      | Petrolândia              | -         |
| Icó-Mandantes Bloco 3 | 1994            | 26.097          | 1355                | 397      | Petrolândia              | 6         |
| Icó-Mandantes Bloco 4 | 1998            |                 | 875                 | 260      | Petrolândia e Floresta   | 10        |
| Manga de Baixo        | 1987            | 830             | 93                  | 26       | Belém do São Francisco   | 1         |
| Caraíbas (Fulgêncio)  | 1998            | 33.437          | 4.389               | 1.456    | Santa Maria da Boa Vista | 47        |
| Brígida               | 1994            | 8.684           | 1.425               | 439      | Orocó                    | 10        |

Fonte: Carvalho, 2009; CODEVASF, 2011  
Adaptado pelo autor, 2019

Para viabilizar a construção desses perímetros, a Chesf contou com o financiamento do Banco Mundial, o principal financiador das obras, o que representou uma mudança de concepção desses grandes empreendimentos hidrelétricos. O Banco Mundial, de acordo com as suas diretrizes na época, condicionava o financiamento à adoção de políticas em que se considerasse a dimensão social dos impactos de grandes projetos. Assim, a UHE Itaparica se constituiu no primeiro empreendimento hidrelétrico no qual as famílias atingidas foram reassentadas em projetos de irrigação e não apenas indenizadas em dinheiro (GALIZA; MEDEIROS, 2000; CARVALHO, 2009).

O Plano de reassentamento também contemplou a remoção das populações urbanas afetadas para as novas cidades, dotadas de toda infraestrutura urbana moderna, a serem reconstruídas em outros sítios. Posteriormente, em parceria com os Governos Estaduais, foram elaborados, com a participação da população, os planos urbanísticos das novas cidades, incluindo além das residências, prédios públicos, igrejas, áreas verdes e de lazer, vias de circulação, iluminação pública e saneamento básico.

No tocante ao processo de remanejamento da população, um dos grandes erros da Chesf, apontados por vários segmentos envolvidos, deveu-se ao fato da remoção das populações urbanas ter ocorrido primeiro que o reassentamento das populações rurais, desencadeando uma ruptura das relações campo-cidade nos municípios, haja vista que as atividades econômicas das cidades da região mantinham uma forte interação com o campo

(SÁ, 2000). Nesse sentido, o Plano Urbanístico da cidade de Petrolândia, por exemplo, advertia e indicava cuidados com as vias de acesso, para que a circulação de mercadorias, que abasteceria a cidade, não fosse prejudicada até que se restabelecesse a produção agrícola do município (PERNAMBUCO, 1986).

Em 1986 teve início o processo de remoção das populações urbanas para os novos sítios. Essa transferência, entretanto, só se intensificou com a proximidade da data de enchimento do reservatório, ao longo dos meses de dezembro de 1987 a março de 1988. O remanejamento da população rural, por sua vez, iniciou-se em outubro de 1987 e se estendeu até as vésperas do dia previsto para o fechamento da barragem, em 22 de fevereiro de 1988. Todavia, em nenhum dos perímetros o reassentamento das famílias nas agrovilas coincidiu com a retomada das atividades produtivas, haja vista que os equipamentos de irrigação não haviam sido instalados (ARAÚJO et al., 2000; SÁ, 2000; CARVALHO, 2009).

Em janeiro de 1988, em face desse descompasso entre o reassentamento das famílias e a instalação do sistema de irrigação no lotes, a Chesf, cumprindo uma das cláusulas do “Acordo de 1986”, determinou o pagamento da verba de manutenção temporária (VMT) aos reassentados, cujo valor na época equivalia a dois salários mínimos. O pagamento da VMT seria suspenso seis meses após os perímetros irrigados começassem a produzir (SCOTT, 2009; CARVALHO, 2009).

Os primeiros projetos, entretanto, só entraram em operação em 1993, seis anos depois do início do reassentamento das famílias nas Agrovilas. Um processo lento, caracterizado por uma série de paralisações e atrasos, que se arrastou por mais 10 anos até que os demais perímetros, em diferentes períodos, entrassem em operação e começassem a produzir com agricultura irrigada.

Associado a isso, havia o interesse da Chesf em transferir as atividades de administração dos perímetros para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que já apresentava experiência na promoção de assistência técnica e de agricultura irrigada em perímetros públicos de irrigação. A Chesf estava acuada diante dos projetos de Itaparica e a ela não interessava as falhas na administração de um projeto de agricultura irrigada que caracteriza a própria instituição.

É nesse contexto, que a Chesf e a CODEVASF formalizam um convênio em 1992, no qual a CODEVASF se comprometeu a prestar assessoria técnica à Chesf durante a implantação dos projetos de irrigação e assumir, a partir do quinto ano, a responsabilidade pela manutenção dos sistemas (VIANNA; MENEZES, 1994 apud SCOTT, 2009). Muito embora tenha demonstrado, desde o início do convênio, que nas condições em que o

reassentamento se encontrava, não havia o interesse de assumir essa responsabilidade. Publicando inclusive um relatório no qual acusava a Chesf de incompetência técnica na execução de projetos de irrigação

Apesar das críticas, passados os cinco anos do convênio, a CODEVASF assumiu em 1997 a coordenação da assistência técnica e a manutenção dos sistemas de irrigação nos projetos. A partir disso, a CODEVASF passou a atuar, sistematicamente, para que os perímetros do sistema Itaparica desenvolvessem um processo a autogestão, assim com os demais perímetros por ela administrados (MELO, 2015).

Noutra perspectiva, Sobral et al. (2006) ao analisar o uso e a ocupação das margens do reservatório de Itaparica, destacou os principais problemas ambientais decorrentes do uso descontrolado das margens do lago por atividades agrícolas e ocupações urbanas. A criação e expansão de núcleos urbanos, as novas sedes municipais e as agrovilas, próximos às margens do lago, têm contribuído para o lançamento de esgotos domésticos não tratados diretamente no reservatório. Nos lotes irrigados dos perímetros, a água do sistema de drenagem superficial tem a sua qualidade degradada, escoando para o reservatório sais, pesticidas, metais pesados e sedimentos. A irrigação tem acarretado tanto problemas associados à qualidade e disponibilidade da água, quanto de erosão e assoreamento do reservatório, em razão da retirada da cobertura vegetal.

Diante do exposto, portanto, reitera-se a necessidade de refletir criticamente sobre as transformações sócio-territoriais desencadeadas pelos empreendimentos hidrelétricos sobre as relações campo-cidade, haja vista a necessidade de apreender as especificidades da ação desses grandes equipamentos nas áreas diretamente ou indiretamente atingidas por esse espiral transformador.

## **5. RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA - PE**

No âmbito de uma política desenvolvimentista do Estado brasileiro, voltada para combater o subdesenvolvimento regional, através da industrialização como o caminho para o desenvolvimento e a integração nacional, estimulou-se a partir dos anos 1950 a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos nas cachoeiras do rio São Francisco. As hidrelétricas foram concebidas como forma de implementar a infraestrutura necessária a industrialização, através da geração de energia elétrica, e também para levar o desenvolvimento às regiões onde foram implantadas.

A implantação desses grandes empreendimentos hidrelétricos, entretanto, desencadeou um conjunto de transformações sobre as relações campo-cidade e rural-urbano das regiões receptoras, intensificando os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura. As relações campo-cidade e rural-urbano na região Semiárida ganharam uma nova complexidade com a implantação das grandes usinas hidrelétricas, um processo que vem reconfigurando o território do Semiárido, sobretudo os vales úmidos do submédio São Francisco, impondo-lhes uma nova dinâmica, ao diversificar os serviços urbanos e intensificar os fluxos de transportes e comunicações, reestruturando as interações dos espaços rurais com os espaços urbanos.

Essas novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, exigem a compreensão de que esses recortes territoriais devem ser pensados, enquanto totalidade, como espaços interdependentes e complementares. Emerge, assim, a necessidade de se refletir criticamente sobre esse espiral de transformações sócio-territoriais, haja vista a necessidade de apreender as especificidades desse processo na escala local, isto é, na escala dos municípios diretamente ou indiretamente sob a área de influência dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Diante disso, a partir do entendimento do espaço geográfico enquanto totalidade, um espaço híbrido que pressupõe uma interação entre objetos e práticas sociais, uma forma-conteúdo, considera-se campo e cidade como formas espaciais, cujos conteúdos sociais, urbano e rural não se limitam aos seus possíveis limites físico-territoriais de abrangência, extrapolando-os e se manifestando através de urbanidades e ruralidades em uma única espacialidade.

## 5.1 DESVENDANDO OS ESPAÇOS URBANO E RURAL DE PETROLÂNDIA

No século XVIII, no início do processo de colonização, o povoado de Bebedouro de Jatobá, que mais tarde viria a constituir o município de Petrolândia, correspondia a uma porção do território do município de Tacaratu, localizada às margens do Rio São Francisco, distando 25 km da sede da freguesia. O pequeno povoamento de Jatobá era constituído por duas fazendas de gado e um reduzido número de casas.

O município de Tacaratu foi criado em 16 de junho de 1849 pela Lei Provincial nº 248, que elevou a povoação de Tacaratu à categoria de vila. Tacaratu era constituída pela sua povoação sede e pela povoação de Floresta (Fazenda Grande), o que equivalia atualmente ao município de Floresta, Betânia, Itacuruba, Carnaubeira da Penha, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2016).

Essa situação perduraria até 30 de abril de 1864, quando a povoação de Floresta, através da Lei Provincial nº 579, voltou a exercer a função de sede do município, retornando a Vila de Tacaratu a condição de povoação da Vila de Floresta. Tacaratu se manteria sob essa jurisdição até 1883, quando, em razão da chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso no povoado de Jatobá, ocorreu o desenvolvimento do comércio e uma rápida expansão dessa povoação, que foi elevada à condição de Vila, desmembrando-se da Vila de Floresta. A vila de Jatobá foi criada em 01 de maio de 1887, através da Lei Provincial nº 1.885, tornando-se a nova sede do outrora município de Tacaratu, que passou a se denominar município de Jatobá.

Em 01 de junho de 1909, já no período republicano, a vila de Jatobá foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 991, tornando-se a sede política administrativa do município, assim se mantendo até dezembro de 1926, quando a Lei Estadual nº 1.830 rebaixou a cidade de Jatobá à condição de distrito de Tacaratu, que voltou a ser a cidade sede do município, novamente denominado de Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2014).

A vila de Jatobá só voltaria a readquirir os foros de cidade em 09 de dezembro de 1938, quando o Decreto Lei nº 235 designou que o agora denominado distrito de Itaparica passasse a ser a nova sede do município de mesma nomenclatura. Em 01 de janeiro de 1939, o distrito sede de Itaparica foi instalado, rebaixando a cidade de Tacaratu à condição de distrito do município de Itaparica (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Uma nova alteração toponímica só viria a ocorrer em 31 de dezembro de 1938, através do Decreto Estadual nº 952, quando, por imposição do IBGE, proibiu-se que duas cidades ou vilas tivessem a mesma nomenclatura. Assim, considerando a existência da cidade Itaparica na Bahia, a cidade pernambucana de Itaparica passou a ser denominada de Petrolândia, “Terra

de Pedro”, em homenagem ao Imperador D. Pedro II que ainda no século XIX, após conhecer essa Região, autorizou a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso e de um porto fluvial na antiga Vila de Jatobá (SÁ, 2000).

Todavia, as principais transformações sócio-territoriais do município de Petrolândia ainda viriam a ocorrer com a chegada da Chesf nos anos 1970 e as obras de construção da UHE de Itaparica nos anos 1980. Em maio de 1988, 12 bilhões de metros cúbicos de água do lago do reservatório de Itaparica inundaram uma área de 716,30 km<sup>2</sup> entre os estados de Pernambuco e Bahia, provocando o deslocamento de 10.500 famílias que residiam na área atingida pela barragem.

Com o enchimento do reservatório, as águas atingiram uma área de 143,10 km<sup>2</sup> do município de Petrolândia, inundando 8,9% do seu território, deixando submersas a antiga sede municipal e boa parte do seu espaço rural. Nessa época, o território do município de Petrolândia abrangia uma área total de 1.607 km<sup>2</sup>, sendo constituído pelos distritos de Petrolândia (sede) e de Volta (GALINDO et al., 2000; CONDEPE/FIDEM, 2014).

Petrolândia, dentre os municípios impactados, teve o maior número de atingidos, apresentando um quantitativo de 14.368 pessoas impactadas, sendo 9.024 pessoas na cidade e 5.344 no campo (CARVALHO, 2009). Nesse contexto, enquanto política de compensação, a Chesf reconstruiu, em um novo sítio, a sede do município para realocar a população urbana e no campo foram construídos e implantados três perímetros de irrigação e os seus respectivos blocos de agrovilas para reassentar a população rural.

No âmbito desse espiral de transformações desencadeadas pela construção e implantação desse grande empreendimento hidrelétrico, as tradicionais relações campo-cidade que caracterizavam o município de Petrolândia foram radicalmente transformadas, fazendo emergir um novo contexto sócio-territorial. Uma nova realidade que precisa ser apreendida no conjunto das relações que caracterizam o espaço urbano e rural de Petrolândia, considerando suas interações e complementaridades, visto que seus característicos conteúdos, o urbano e o rural, na maioria das vezes, extrapolam os seus possíveis limites de origem e se manifestam através de urbanidades e ruralidades.

O município de Petrolândia atualmente ocupa uma área de 1.056,60 km<sup>2</sup>, sendo constituído apenas pelo seu distrito sede, de acordo com a Lei Estadual nº 11.256 de 28/09/1995 que desmembrou os distritos de Jatobá e Volta do território petrolandense, e por 17 povoados formados pelas agrovilas dos perímetros irrigados (CONDEPE/FIDEM, 2008).

O território de Petrolândia, de acordo com o Plano Diretor do município, está dividido nas macrozonas urbana e rural. A macrozona urbana corresponde à porção urbanizada do

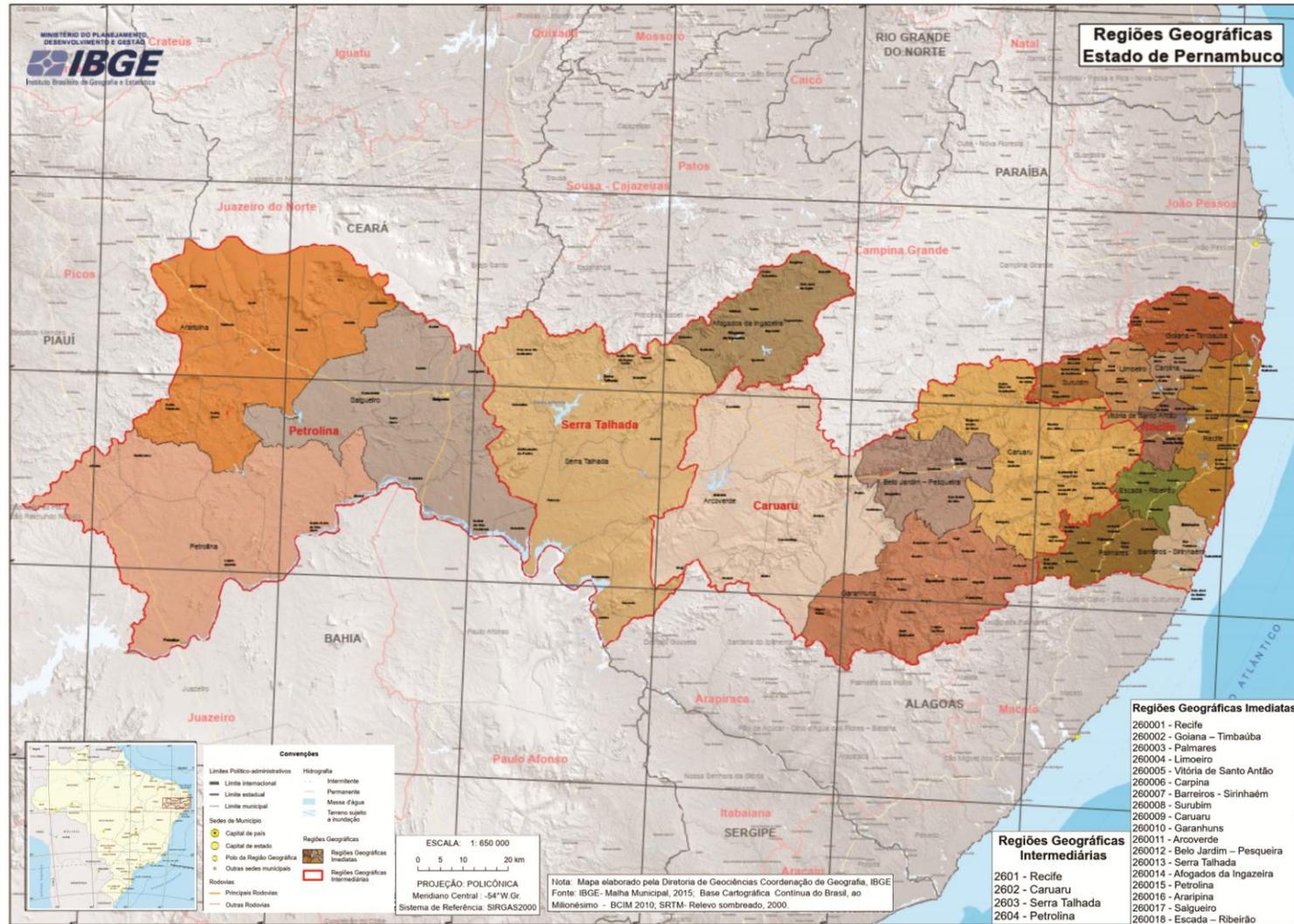
município que dispõe de infraestrutura, equipamentos públicos, serviços urbanos e áreas destinadas a uma futura expansão. A macrozona rural abrange as áreas mais apropriadas à exploração de atividades agropecuárias, ao turismo rural e ecológico, à conservação dos mananciais de abastecimento d'água e à proteção do patrimônio natural. O perímetro urbano petrolandense é constituído pelas zonas urbanas, zonas de expansão urbana e pelos núcleos urbanos situados na zona rural do município, constituídos pelas agrovilas dos projetos de irrigação (P.M.P, 2006).

Destaque-se o interesse dos municípios em ampliar os seus perímetros urbanos, haja vista que sobre os imóveis urbanos incidem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), um tributo de competência municipal para instituir, cobrar e destinar a sua arrecadação, diferente do Imposto Territorial Rural (ITR) de competência da União. O IPTU constitui uma das mais importantes fontes de renda dos municípios, cuja receita tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e supostamente assegurar o bem-estar de seus habitantes.

O município de Petrolândia se encontra localizado às margens do Rio São Francisco, no Sertão de Pernambuco, integrando respectivamente as Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Serra Talhada (Mapa 4) e a Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica (Mapa 5). Limita-se ao norte com o município de Floresta, ao sul com o município de Jatobá, a leste com o município de Tacaratu e a oeste com o estado da Bahia. A distância da cidade de Petrolândia em relação à Recife, a capital do Estado, é de cerca de 420 km.

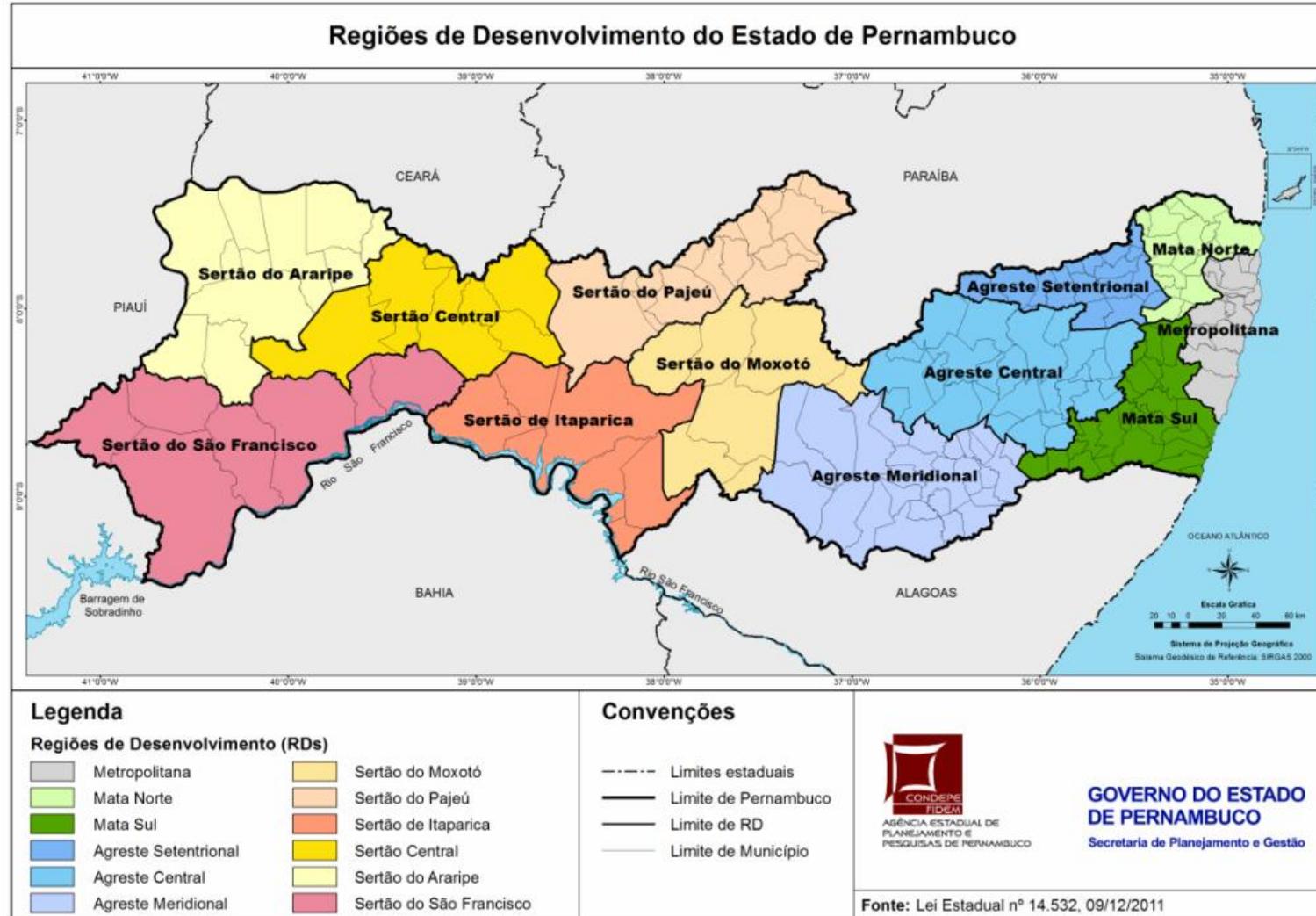
Em relação à divisão anterior em Mesorregiões e Microrregiões (Mapa 6), a nova regionalização brasileira alterou a nomenclatura e os limites das divisões regionais vigentes até 2017. O Estado de Pernambuco, por exemplo, que anteriormente apresentava 05 (cinco) Mesorregiões e 19 Microrregiões, com a nova divisão passou a ter 04 (quatro) Regiões Intermediárias e 18 Regiões Imediatas, com destaque para a fragmentação das Mesorregiões do Sertão Pernambucano, da Mata Pernambucana e a Metropolitana do Recife. Nessa nova divisão regional se destacam a cidade de Recife, que expandiu a sua área de influência para os municípios além da sua Região Metropolitana, e a cidade de Petrolina, que expandiu a sua influência sobre municípios das Microrregiões de Araripina, Salgueiro e Itaparica.

Mapa 4 –Regiões Imediatas e Intermediárias de Pernambuco



Fonte: IBGE, 2015  
Adaptado pelo autor em 2018

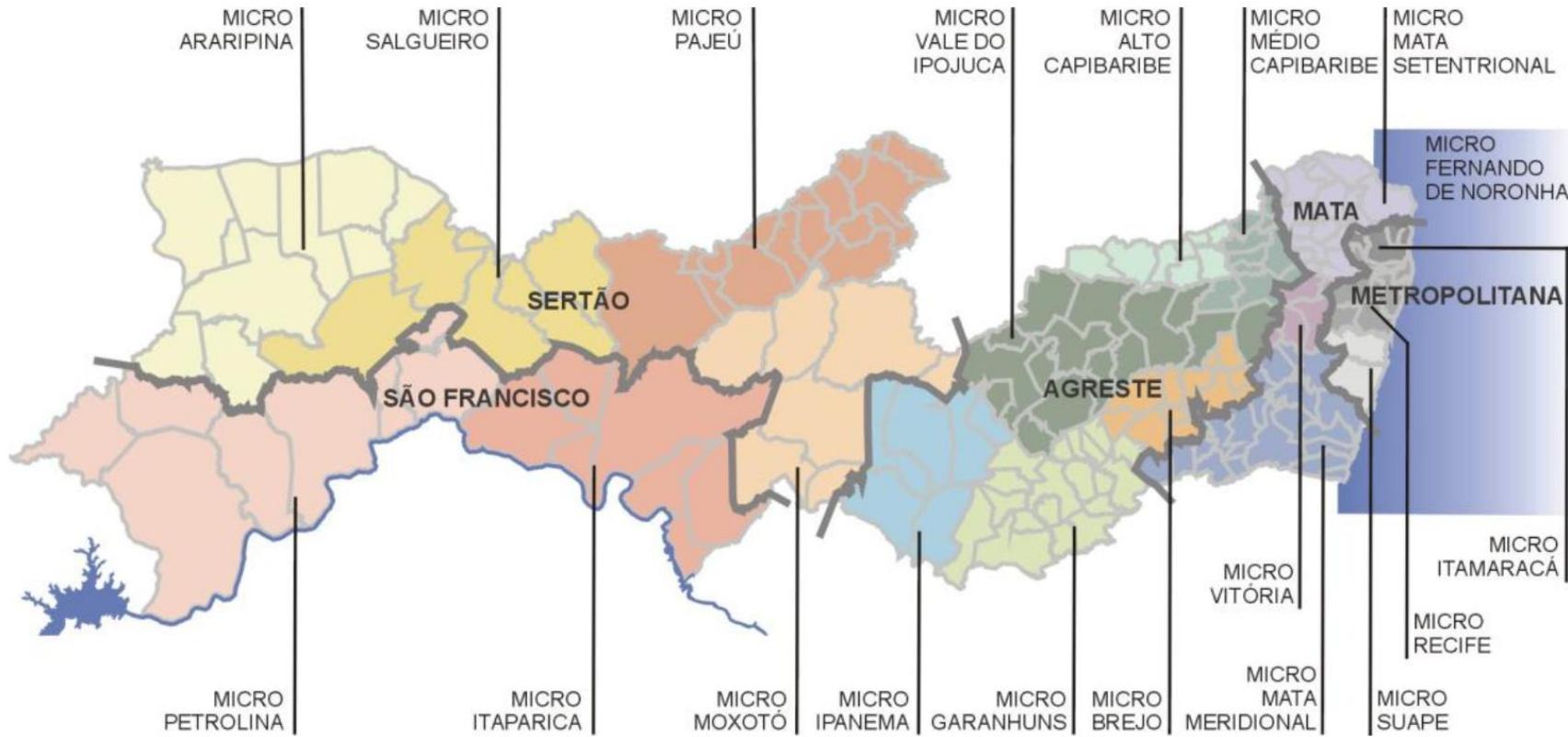
Mapa 5 – Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco



Fonte: Agencia CONDEPE/FIDEM – julho, 2014

Mapa 6 –Meso e Microrregiões de Pernambuco

### Meso e Microrregiões de Pernambuco – IBGE



Fonte: IBGE, 2008  
Elaboração: CONDEPE/FIDEM, 2003

A Região Intermediária de Serra Talhada (Quadro 3), especificamente, abarcou todos os municípios que constituíam a Microrregião do Pajeú e mais alguns outros das Microrregiões de Itaparica, Salgueiro e Moxotó, constituindo-se de 25 municípios distribuídos em 02 (duas) Regiões Imediatas (Serra Talhada e Afogados da Ingazeira). Serra Talhada passou a ser a cidade - polo dessa região, sendo classificada como um Centro Sub-Região A<sup>10</sup>.

Quadro 3 – Região Geográfica Intermediária de Serra Talhada e suas Regiões Imediatas

| <b>Região Geográfica Intermediária de Serra Talhada</b> |                           |
|---|---------------------------|
| <b>Regiões Geográficas Imediatas</b>                    | <b>Municípios</b>         |
| Serra Talhada   | Betânia                   |
|   | Calumbi                   |
|   | Carnaubeira da Penha      |
|   | Flores                    |
|   | Floresta                  |
|   | Jatobá                    |
|   | Mirandiba                 |
|   | Petrolândia               |
|   | Santa Cruz da Baixa Verde |
|   | São José do Belmonte      |
|   | Serra Talhada             |
|   | Tacaratu                  |
| Triunfo   |                           |
| Afogados da Ingazeira                                   | Afogados da Ingazeira     |
|   | Brejinho                  |
|   | Carnaíba                  |
|   | Iguaracy                  |
|   | Ingazeira                 |
|   | Itapetim                  |
|   | Quixaba                   |
|   | Santa Terezinha           |
|   | São José do Egito         |
|   | Solidão                   |
|   | Tabira                    |
|   | Tuparetama                |

Fonte: IBGE, 2017c

Organizado pelo autor, 2018

<sup>10</sup> Os Centros Sub-regionais têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais (IBGE, 2008).

A nova divisão do Brasil em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, apresentadas em 2017, corresponde a uma revisão das Mesorregiões e Microrregiões que estavam em vigor desde 1989. Em linhas gerais, a regionalização foi elaborada a partir da identificação das cidades - polo e dos municípios que estabelecem relações diretas com cada uma delas. As Regiões Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência, sendo estruturadas a partir de centros urbanos próximos capazes de satisfazer as necessidades imediatas das populações. As Regiões Intermediárias correspondem a uma escala que articula as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas, envolvendo funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017c).

No caso Microrregião de Itaparica, que era constituída por 07 (sete) municípios: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Tacaratu e Petrolândia e integrava, junto com a Microrregião de Petrolina, a Mesorregião do São Francisco Pernambucano (Quadro 4), ocorreu uma reconfiguração da sua composição e limites, sendo 05 (cinco) dos seus municípios (Carnaubeira da Penha, Floresta, Jatobá, Tacaratu e Petrolândia) incorporados pela Região Imediata de Serra Talhada e 02 (dois) (Belém do São Francisco e Itacuruba) incorporados pela Região Imediata de Salgueiro, que integra a Região Intermediária de Petrolina.

Quadro 4 – Mesorregião do São Francisco Pernambucano

| <b>Mesorregião do São Francisco Pernambucano</b> |                          |
|--|--------------------------|
| <b>Microrregiões</b>                             | <b>Municípios</b>        |
| Petrolina  | Afrânio                  |
|  | Cabrobó                  |
|  | Dormentes                |
|  | Lagoa Grande             |
|  | Orocó                    |
|  | Petrolina                |
|  | Santa Maria da Boa Vista |
|  | Terra Nova               |
| Itaparica  | Belém do São Francisco   |
|  | Carnaubeira da Penha     |
|  | Floresta                 |
|  | Itacuruba                |
|  | Jatobá                   |
|  | Petrolândia              |
|  | Tacaratu                 |

Fonte: IBGE, 1990

Organizado pelo autor, 2018

A regionalização em Microrregiões, embasada no conceito de espaço homogêneo, considerava a forma de organização do espaço em torno da produção, expressando a combinação de fatos físicos, sociais e econômicos, possibilitando a individualização de áreas. Nesse sentido, a Microrregião de Itaparica reunia os municípios pernambucanos localizados no entorno do reservatório criado em 1988 com a implantação desse grande empreendimento técnico, a UHE de Itaparica, que lhes atribuía uma característica semelhante quanto à organização do espaço. Dentre esses municípios, Petrolândia se destaca, principalmente, por apresentar a maior população, o maior Produto Interno Bruto (PIB) e por sediar em seu território a atualmente denominada UHE Luiz Gonzaga.

No âmbito do planejamento estadual, tendo como base a Regionalização em Regiões Homogêneas do IBGE, o Governo de Pernambuco dividiu o território estadual em 12 Regiões de Desenvolvimento (RDs), mantendo a delimitação das 05 (cinco) Mesorregiões e agrupando as 19 Microrregiões em Unidades Territoriais de Planejamento, com o objetivo de implantar um processo de planejamento descentralizado e participativo.

O Governo, a princípio, estabeleceu, através da Lei nº 11.725 de 23/12/1999, 10 RDs. Posteriormente, considerando as queixas e reivindicações da população e as sugestões políticas, criou em 04 de julho de 2000, através da Lei nº 11.791, seguida pela Lei nº 12.049 de 18 de julho de 2001 a 11ª Região de Desenvolvimento, a RD do Sertão Central e em 25 de setembro de 2003, através da Lei nº 12.427, desmembrou a RD Pajeú/Moxotó em duas RDs distintas: RD Pajeú e RD Moxotó, criando a 12ª RD (Mapa 05).

A RD do Sertão de Itaparica, especificamente, semelhante à composição da Microrregião de Itaparica do IBGE, manteve os mesmos limites e composição, sendo constituída pelos mesmos 07 (sete) municípios, dentre eles o município de Petrolândia (Quadro 5). Essa regionalização em Unidades Territoriais de Planejamento segue vigente até hoje, mesmo após as mudanças na regionalização do IBGE, muito embora o Governo do Estado já tenha indicado à necessidade da realização de estudos para novos ajustes e adequações.

No âmbito dessas discussões acerca da regionalização do Estado de Pernambuco e do papel exercido pelas sedes municipais na rede urbana, a cidade de Petrolândia se caracteriza como um centro local, haja vista não dispor, de acordo com os critérios empregados pelo IBGE para classificar os centros urbanos, de equipamentos e serviços capazes de exercer centralidade no conjunto dos municípios onde está localizada.

De acordo com a pesquisa realizada pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) em 2012, “Pernambuco em Rede”, tendo

como base o estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – 2007, publicado pelo IBGE em 2008, as cidades de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá, situadas na RD Sertão de Itaparica, estariam desarticuladas da rede Recife, capital do Estado e metrópole nacional, sofrendo a influência da cidade de Paulo Afonso, um Centro Sub-Regional A, na Bahia. Muito embora, essa tenha sido uma das preocupações dos técnicos da Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (SEHAB), quando da escolha da localização da nova sede na época do planejamento, no intuito de se evitar a polarização de Petrolândia pela cidade de Paulo Afonso.

Quadro 5 – Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica

| <b>Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica</b> |                       |                             |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| <b>Municípios</b>                                       | <b>População 2010</b> | <b>PIB (mil Reais) 2010</b> |
| Belém do São Francisco                                  | 20.253                | 99.820                      |
| Carnaubeira da Penha                                    | 11.782                | 47.155                      |
| Floresta  | 29.285                | 248.290                     |
| Itacuruba   | 4.369                 | 30.961                      |
| Jatobá  | 13.963                | 62.557                      |
| Petrolândia   | 32.492                | 932.345                     |
| Tacaratu  | 22.068                | 79.676                      |
| <b>Total</b>  | <b>134.212</b>        | <b>1.500.804</b>            |

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2012; IBGE, 2010  
Organizado pelo autor, 2018

Em outra perspectiva, considerando-se a divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017, as cidades de Petrolândia, Carnaubeira da Penha, Floresta, Tacaratu e Jatobá se encontram sob a influência da cidade - polo de Serra Talhada, que se articula com os demais municípios que integram a sua Região Intermediária e as suas Regiões Imediatas, através de uma malha viária constituída pelas BR 232, PE 320 e PE 390.

A cidade de Serra Talhada, classificada como um Centro Sub-Regional A, concentra em seu território a maioria dos equipamentos urbanos da sua rede de influência. Na sede municipal se encontram um aeródromo, faculdades, uma escola Técnica estadual, o Centro Tecnológico do Pajeú, Unidades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), uma Escola de Tempo Integral Estadual, um Hospital Regional, uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), uma Agência do Trabalho, a XI Gerência Regional de Saúde (Geres), uma Área Integrada de Segurança (AIS), 06 (seis)

agências bancárias, uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), um escritório da Receita Federal, entre outros (CONDEPE/FIDEM, 2012).

O município de Petrolândia, por sua vez, tem nas rodovias BR 316, BR 110 e PE 375 seus principais acessos, através dos quais se liga a maioria dos municípios que integram a Região e a capital do Estado. No tocante aos equipamentos urbanos, contrariando o entendimento de que centros locais são cidades que prestam pequenos e simples serviços à população local do seu próprio município, a cidade de Petrolândia dispõe de 03 (três) agências bancárias, 02 (dois) hospitais, uma policlínica, 07 (sete) escolas de ensino médio, uma escola de Referência em ensino médio, um Centro de Referência do Instituto Federal do Sertão, uma agência dos Correios, uma agência do INSS, uma Agência do Trabalho, uma Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), um Posto Avançado dos Bombeiros, entre outros.

Nesse sentido, convém destacar que em razão das transformações das relações campo-cidade e rural-urbano ao longo dos anos 1970, foi abandonado o tradicional esquema hierárquico de rede urbana, no qual haveria uma escala de cidades maiores tendo as menores como tributárias, já que as cidades não mantêm relações apenas com as outras mais próximas. No atual período histórico, com os avanços dos meios de transporte e de comunicações uma cidade não tem apenas um campo do qual depende e vive-versa. Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são suas relações com áreas distantes da cidade próxima (SANTOS, 2008d).

Diante disso, reitera-se o entendimento de que a construção da UHE Luiz Gonzaga se constitui no principal vetor dos processos de urbanização, industrialização e modernização no campo do Semiárido, transformando a organização sócio-espacial dos municípios que integram a RD do Sertão de Itaparica, tornando mais complexas as relações campo-cidade e rural-urbano.

Nesse contexto, de acordo com os dados do IBGE, Petrolândia apresentava em 2010 um total de 8.572 domicílios permanentes, sendo 6.305 urbanos e 2.267 rurais. O padrão habitacional predominante era a casa, representado 95% das moradias existentes no município. E, considerando o padrão de qualidade das moradias, 96% das casas eram de alvenaria (Foto 1), com ou sem revestimento nas paredes, constituindo-se num indicador positivo da qualidade de vida de seus habitantes. No tocante às moradias precárias, essas não passavam de 4% e em sua maioria eram casas de taipa (Foto 2) localizadas nas áreas de expansão da cidade e/ou no espaço rural do município (IBGE, 2018).

Foto 1 – Casas de Alvenaria em Petrolândia



Foto: Guilherme Araújo, 2013

Foto 2 – Casa de taipa em Petrolândia



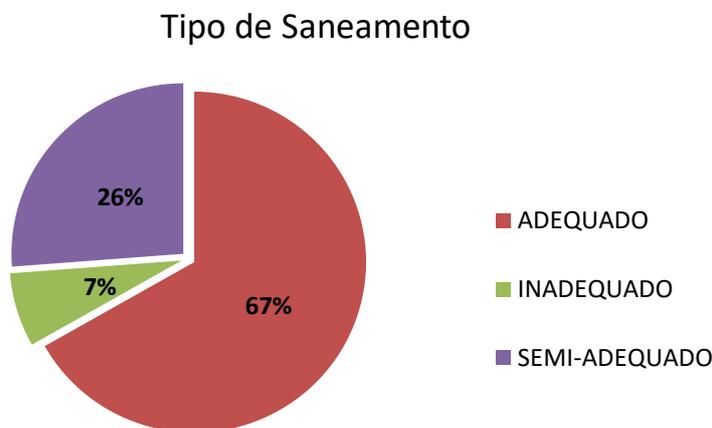
Foto: Wilma Souza, 2013

Em relação à infraestrutura do município, Petrolândia apresentava em 2010 o percentual de 66,8% dos domicílios com saneamento adequado, isto é, domicílios com rede d'água, rede de esgoto e coleta de lixo (Gráfico 1). A maior parte desses domicílios, 90,8% estavam localizados no espaço urbano. No campo, localizavam-se 77,3% dos domicílios com saneamento semi-adequados (com ao menos uma forma de saneamento) e 22,7% dos totalmente inadequados (IBGE, 2018).

Nesse contexto, os dados do censo de 2010 revelam que 89,8% dos domicílios petrolandenses apresentavam a rede geral como a principal forma de abastecimento de água. Ao passo que, em relação ao esgotamento sanitário, 66% dos domicílios estavam ligados a rede geral de esgoto ou pluvial e 26,5% dispunham de fossa séptica ou rudimentar. Destaque-se que 95% dos domicílios possuíam banheiro ou sanitário. Quanto à destinação do lixo,

72,3% dos domicílios tinham o seu lixo coletado pelo serviço de limpeza ou através de caçamba, mas havia ainda 21% que queimava o lixo na propriedade (IBGE, 2018).

Gráfico 1



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.  
Elaborado pelo autor, 2018.

Em Petrolândia funcionam duas estações de Tratamento de Esgotos (ETE) que respondem por 89,3% do tratamento do esgoto coletado nos domicílios urbanos. Os dados de 2013 também registravam que apenas 1,9% fazem uso de soluções individuais, a exemplo das fossas sépticas, e 8,8% das habitações não tinham o esgoto coletado e despejavam o esgoto, sem tratamento, diretamente no rio São Francisco (BRASIL, 2017b).

Ainda sobre a infraestrutura do município, Petrolândia, em 2018, registrava 14.573 estabelecimentos consumidores cadastrados, apresentando um consumo total de 62.048 Mwh. Desse montante, 27% do consumo eram de estabelecimentos residenciais e 57% eram consumidos por estabelecimentos rurais (CONDEPE/FIDEM, 2019b). Muito embora, seja importante lembrar que a água e a energia consumidas nos lotes dos perímetros irrigados de Petrolândia são subsidiadas pela Chesf.

A partir desses dados convém registrar que o município de Petrolândia mesmo tendo sofrido uma intervenção estatal de planificação responsável pela construção de uma nova cidade planejada e de 17 núcleos urbanos nos perímetros irrigados, as agrovilas, não consegue se desvencilhar do quadro de precariedade de prestação dos serviços públicos que caracterizam a maioria dos municípios brasileiros. É no campo, sobretudo, onde essa precariedade emerge com mais ênfase. Um quadro caracterizado por conflitos de gestão entre as diferentes escalas de poder, tendo no fato da área ter sofrido uma intervenção do Governo Federal, através da Chesf, um dos principais aspectos utilizados como argumentos para

justificar o afastamento e/ou a total ausência de atuação dos Governos Estadual e Municipal na área dos perímetros.

A atual sede do município, a cidade de Petrolândia, reconstruída de forma planejada e oficialmente entregue à população em 1987, localiza-se na porção sudeste do município e apresenta uma superfície territorial de aproximadamente 3,77 km<sup>2</sup> (Figura 8), sendo constituída de quadras de traçado ortogonal (Figura 9), divididas em 17 quadras residenciais, uma quadra de serviços e outra central (SANTOS; SOUZA; LIMA, 2016).

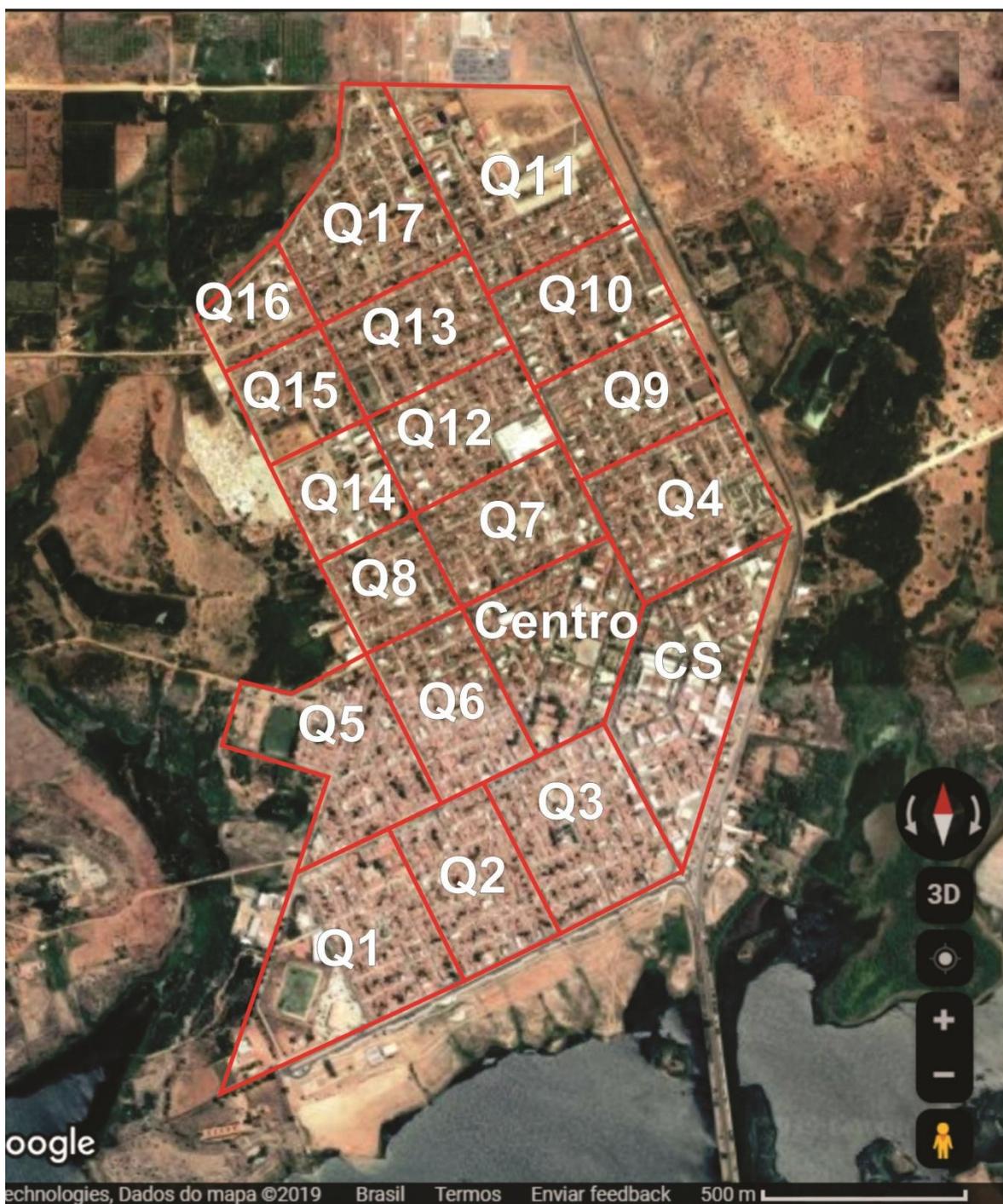
Figura 8 – Vista aérea da Cidade de Petrolândia



Fonte: <http://www.petrolandia.pe.gov.br/a-cidade/3/historia.html>, 2016

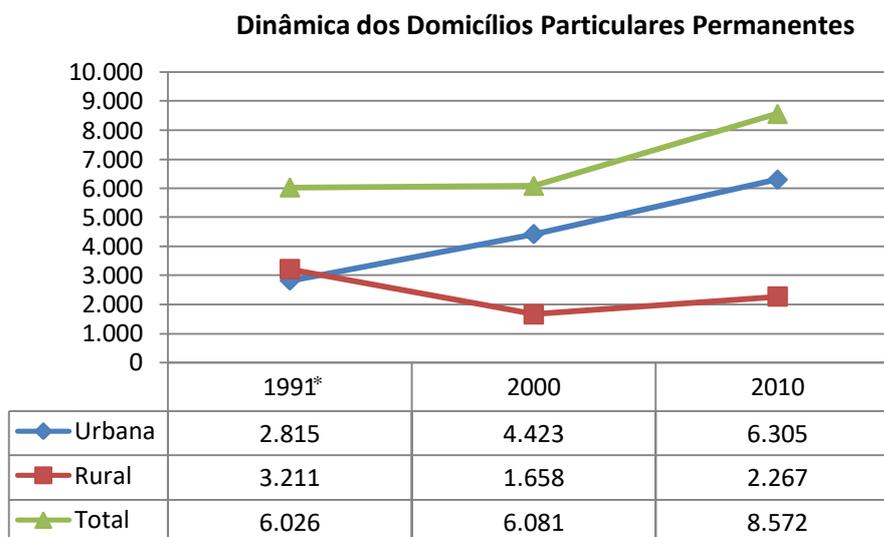
Da cidade planejada de 2.800 domicílios em 1987, Petrolândia se apresentava em 2010 com 6.305 domicílios, isto é, uma taxa de crescimento de 3,59%. Petrolândia desde os primeiros anos de sua inauguração já apresentava uma grande demanda por moradias, haja vista o expressivo fluxo de migrantes chegados à nova cidade na época e a primeira expansão do espaço urbano planejado, quando da realização de um mutirão para construção de novas casas na cidade. Essa é uma tendência que se confirma pelo aumento no número de domicílios particulares permanentes registrados pelos dados dos três últimos censos demográficos (Gráfico 2).

Figura 9 – Delimitação das Quadras que constituem a Cidade de Petrolândia



Fonte: Google.com/maps, 2019; Pernambuco, 1986  
Elaborado pelo autor, 2019

Gráfico 2



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Elaborado pelo autor, 2018.

\*Os dados de 1991 são relativos apenas ao distrito sede na época.

A análise do gráfico 2 também revela uma expressiva redução no número de domicílios rurais no ano de 2000, em razão do desmembramento dos distritos de Jatobá e Volta do município de Petrolândia, o que implicou em uma considerável perda de população rural em 1995. Outrossim, o significativo aumento no número de domicílios urbanos está relacionado ao processo de urbanização vivenciado pelo município em 1996, quando o número de pessoas residindo no espaço urbano superou o do campo.

Nesse contexto, o final da década de 1990 registra o surgimento do bairro “Nova Esperança”, numa área periférica da cidade, às margens da BR 316. Um bairro pobre, localizado fora da área planejada e caracterizado pela necessidade de regularização fundiária, pelas condições precárias das moradias, pela falta de saneamento básico, pela ausência de calçamento nas ruas, pela falta de equipamentos públicos, entre outras carências (Foto 3). Em 2017, a Câmara de Vereadores de Petrolândia criou outro bairro na cidade, ao transformar o loteamento da COHAB, localizado ao lado do bairro Nova Esperança, no bairro “Alto da Conquista” (Figura 10).

Foto 3 – Bairro Nova Esperança

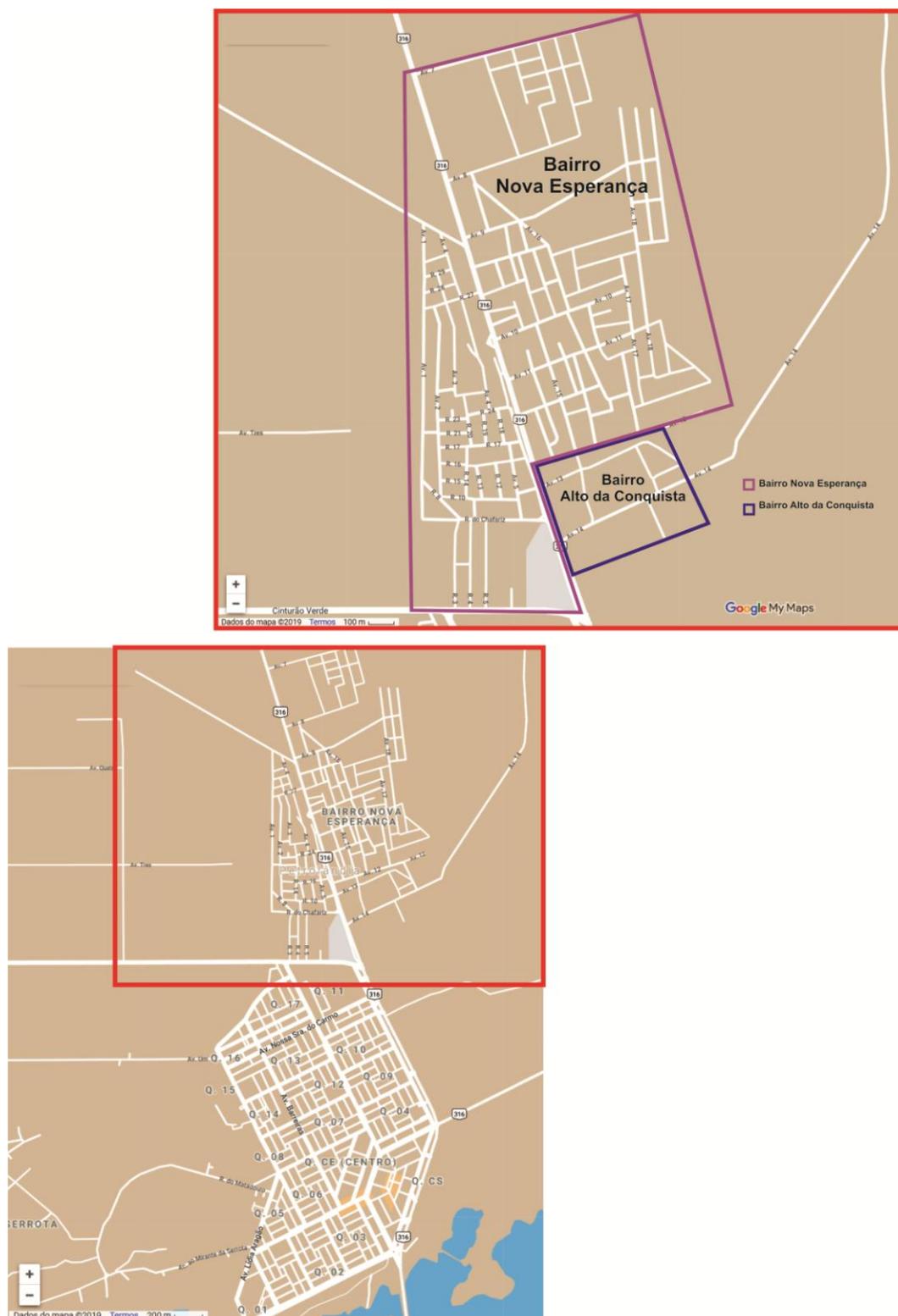


Foto: Clélio Santos, 2015

Essa expansão do espaço urbano planejado de Petrolândia pode ser melhor apreendida quando se analisa as imagens de satélite da Região e se compara as mesmas ao traçado da planta baixa da cidade planejada. É o que propõe Medeiros (2017) ao analisar o processo de transformação territorial relacionado ao crescimento da população de Petrolândia. A análise da figura 11, com as imagens sobrepostas, possibilita apreender que para além das 13 quadras planejadas, a cidade se expandiu na direção Noroeste, em direção ao bairro Nova Esperança, onde foram criadas as quadras 14, 15, 16 e 17. Além disso, as quadras 01, 05 e 11 tiveram as suas áreas ampliadas em relação ao que foi concebido originalmente.

Todavia, apesar do crescimento no número de domicílios e da expansão da cidade, existe uma forte demanda por novas moradias em Petrolândia, haja vista que, de acordo com os dados do IBGE de 2010, 30% dos domicílios petrolandenses não eram próprios e 4% apresentavam precárias condições de revestimentos (madeira, taipa e outros materiais). Nesse sentido, registrou-se no ano de 2010 o início da construção de 60 moradias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1, do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Petrolândia (SANTOS, C. et al., 2018a). E mais recentemente, em 2018, iniciaram-se as obras de construção de mais 192 unidades habitacionais do PMCMV, que virão a constituir os Residenciais Doutor Francisco Simões Lima I e II.

Figura 10 – Delimitação dos Bairros de Petrolândia



Fonte: Google.com/maps, 2019  
Elaborado pelo autor, 2019

Figura 11 – Expansão da Cidade de Petrolândia



Fonte: Google.com/maps, 2019; Pernambuco, 1986  
Elaborado pelo autor, 2019

Em Pernambuco, de acordo com o Plano Estadual de Habitação de 2008, havia um déficit habitacional de 19% do seu estoque de domicílios. Em cinco anos, o déficit de habitações no Estado apresentou um aumento de 47%, passando de 290.300 em 2000 para 427.923 em 2005. A espacialização desse déficit acompanha a elevada concentração populacional e o alto índice de urbanização em quase todas as regiões do Estado, mas se intensificando a medida que se aproxima do litoral (PERNAMBUCO, 2008).

Em 2000, as áreas urbanas concentravam 74% do déficit habitacional de Pernambuco, com destaque para as Regiões de Desenvolvimento Metropolitana, Mata Sul, Mata Norte e Agreste Central. Essas regiões concentram as maiores oportunidades econômicas de emprego e renda do estado, o que as torna atrativas para os fluxos migratórios. A RD Metropolitana concentrava cerca de 60% do déficit urbano estadual, ao passo que a RD Mata Sul respondia por 17% do déficit rural (PERNAMBUCO, 2008).

Com relação à RD Sertão Itaparica, essa região respondia, em 2000, por apenas 2% do déficit habitacional de Pernambuco, contribuindo com apenas 1% para o déficit urbano e 4% para o déficit rural do estado. Todavia, apesar dessa incipiente participação estadual, é significativa a precariedade dos domicílios do espaço rural em relação ao espaço urbano petrolandense, quando se considera os componentes do déficit habitacional básico, no tocante ao número de domicílios improvisados, de cômodos e de domicílios rústicos.

Quanto à mobilidade, um dos principais fatores para o desenvolvimento da noção de crescimento e modificação dos espaços urbano e rural, as vias da cidade de Petrolândia foram concebidas de forma hierarquizada constituindo um sistema composto por três tipos de vias: principal, secundária e local (Foto 4 e 5). Nesse sistema, apenas as vias principais e secundárias eram asfaltadas, ao passo que as vias locais eram pavimentadas com paralelepípedos (PERNAMBUCO, 1986).

De acordo com o Plano Diretor, a rede viária urbana é composta por quatro tipos de vias: trânsito rápido, arterial, coletora e local. Essa malha se encontra interligada às vias rurais, classificadas em estrada não pavimentada e rodovia pavimentada, com o intuito de assegurar a circulação de pessoas e mercadorias entre os espaços urbano e rural de Petrolândia (P.M.P., 2006). Essa circulação, entretanto, impõe-se uma série de obstáculos, haja vista que o município não dispõe de um serviço de transporte público por ônibus, apesar de o transporte coletivo ser considerado uma prioridade pelo Plano Diretor, e muitas vias rurais de acesso as agrovilas se encontram em péssimas condições de conservação, necessitando de algum tipo de intervenção pública.

Foto 4 – Avenida dos Três Poderes



Foto: Clélio Santos, 2015

Foto 5 – Rua João Rocha Lima, Q 3



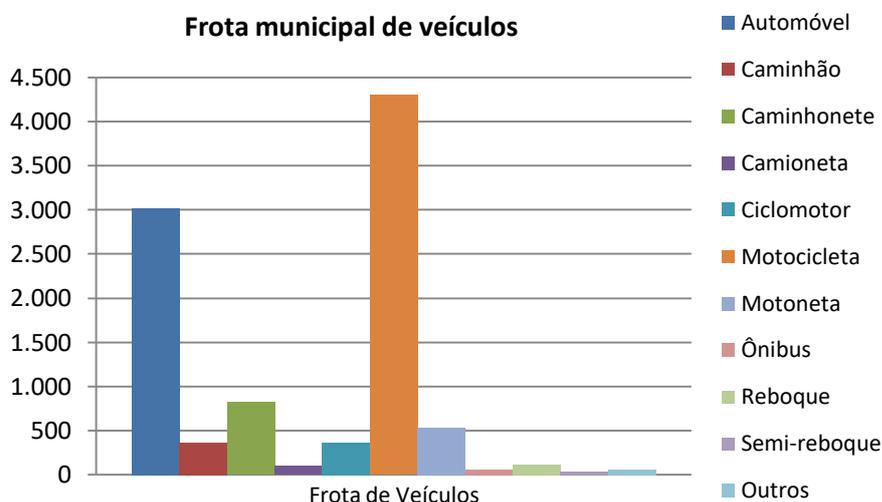
Foto: Clélio Santos, 2015

Diante da inexistência de um sistema de transporte público coletivo, a população recorre ao táxi e à prestação de serviços de transporte alternativos, tais como o mototáxi e as vans de lotação para realizar os deslocamentos cotidianos entre os espaços urbano e rural de Petrolândia e demais municípios circunvizinhos. Destaca-se o serviço de mototáxi, que pela facilidade de acesso e pelo seu baixo custo-benefício, apesar da elevada periculosidade, é o mais utilizado pelos petrolandenses (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2016).

Em dias de feira-livre, as sextas-feiras, os moradores das áreas urbanas periféricas e das áreas rurais fazem uso de outras alternativas de transporte para facilitar o deslocamento de produtos agropecuários comercializados, tais como caminhonetes, motocicletas particulares e carroças de tração animal. A bicicleta é outra alternativa de transporte utilizada pela população para baratear os custos com os deslocamentos cotidianos, muito embora a infraestrutura viária do município, apesar das metas estabelecidas no Plano Diretor de valorização dos ciclistas, não possibilite uma efetiva integração da bicicleta aos demais meios de transportes utilizados (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2016).

Petrolândia apresenta atualmente, segundo dados do IBGE de 2018, uma frota de 9.795 veículos, com destaque para o expressivo número de motocicletas e automóveis (Gráfico 3). Uma quantidade de veículos que em relação aos 932 veículos registrados em 1981, quando da concepção e planejamento da cidade de Petrolândia, representa uma taxa de crescimento anual de 6,56%, contrariando, assim, a concepção de que as pequenas cidades, na época, por apresentarem baixo índice de motorização, não necessitariam de grandes vias de circulação. Aspecto este, bastante criticado pelos moradores de Petrolândia logo nos primeiros anos após a remoção da população para a nova cidade.

Gráfico 3



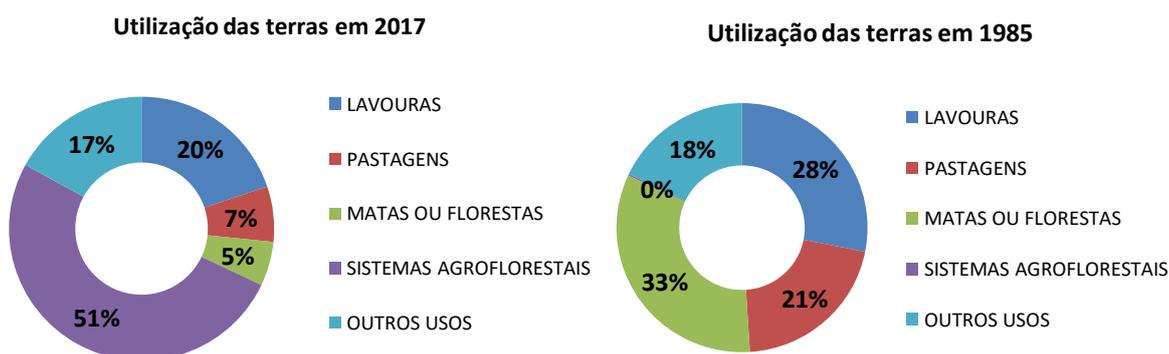
Fonte: Ministério da Infraestrutura, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2018  
Elaborado pelo autor, 2018

No bojo dessas transformações desencadeadas pela UHE Luiz Gonzaga, o espaço rural de Petrolândia se caracteriza pela inserção de perímetros de irrigados, modernas técnicas de irrigação, núcleos urbanos e pela permanência da tradicional agropecuária do Semiárido, um espaço onde distintas realidades coexistem simultaneamente. O campo petrolandense é constituído por 2.267 domicílios particulares permanentes e por 1.579 estabelecimentos

agropecuários, organizados em três perímetros irrigados, 17 blocos de agrovilas e em propriedades agropecuárias remanescentes, haja vista que apenas 9% do território petrolandense foi submerso pelas águas do reservatório de Itaparica.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, os 1.579 estabelecimentos agropecuários existentes em Petrolândia ocupam uma área total de 21,77 mil hectares, uma área média de 13 ha por estabelecimento. Quando se compara a atual utilização das terras do município em relação à situação anterior à construção do reservatório em 1985, constata-se uma maior participação dos sistemas agroflorestais, incluindo-se as áreas de reserva legal, em detrimento das áreas anteriormente ocupadas por matas e florestas e uma significativa redução das áreas de pastagem, em razão da perda de importância da pecuária bovina na região (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Comparação da Utilização das terras em Petrolândia – 2017-1985

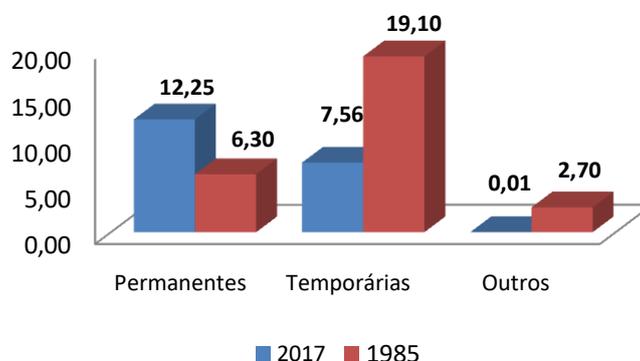


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 e 1985  
Elaborado pelo autor, 2018

Outro aspecto a se considerar é o aumento do uso das terras destinadas às lavouras permanentes em relação às lavouras temporárias, que anteriormente representavam 19% da área total utilizada por lavouras. Esta inversão se justifica, sobretudo, pelo acesso à posse da terra, conquistada pelos antigos arrendatários e parceiros no processo de reassentamento, e pela regularização do acesso à água, através da implantação no município dos sistemas de irrigação nos perímetros irrigados (Gráfico 5).

Gráfico 5

**Comparação do uso da terra por lavouras em Petrolândia**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 e 1985  
Elaborado pelo autor, 2018

Quanto à condição do responsável pela exploração da terra, em 2017, Petrolândia apresentava 83,5% dos seus estabelecimentos agropecuários sob a responsabilidade do proprietário, ocupando 92% das terras, e 16,8% sendo conduzidos por não proprietários, abrangendo apenas 8% da área (Tabela 1). Em relação a 1985, ampliou-se o percentual de proprietários que era de 76%, o que nessa época já destoava da realidade dos demais municípios atingidos da margem pernambucana e o aproxima da situação dos municípios da margem baiana, onde as unidades produtivas, em sua maioria, eram exploradas por proprietários.

Tabela 1 - Condição do Produtor no Município de Petrolândia – 2017

| Condição do Produtor no Município de Petrolândia - 1985-2017 |                    |               |                    |               |
|--|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Condições  | 1985               |               | 2017               |               |
|  | % Estabelecimentos | % Área        | % Estabelecimentos | % Área        |
| Arrendatário   | 3,3                | 1,4           | 3                  | 1             |
| Ocupante   | 15                 | 6             | 11                 | 3             |
| Parceiro   | 5,7                | 2,2           | 2,8                | 4             |
| Proprietário   | 76                 | 90,4          | 83,5               | 92            |
| <b>Total Nº Absoluto</b>                                     | <b>1.309</b>       | <b>16.720</b> | <b>1.579</b>       | <b>21.774</b> |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1985-2017.  
Organizado pelo autor, 2019.

A estrutura fundiária do município é composta, principalmente, de pequenas propriedades (menos de 10 ha), representando 87,7% dos estabelecimentos, muito embora a área ocupada corresponda a apenas 17% do total. As médias propriedades (entre 10 e 100 ha),

por sua vez, constituem 10% dos estabelecimentos e respondem por 20% da área. Por fim, as grandes propriedades (superior a 100 ha) respondem por apenas 2,3% do número de estabelecimentos, mas abrangem uma área de 63% do território petrolandense (IBGE, 2017).

Diante dessa expressiva concentração de terras, constata-se que a maioria dos estabelecimentos agropecuários apresenta dimensões inferiores aos 55 ha do Módulo Fiscal, cuja definição do seu valor pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o município, expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja considerada economicamente viável.

O Módulo Fiscal é uma unidade de medida que varia para cada município, levando-se em conta: o tipo de exploração predominante, a renda obtida, outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar. A definição de agricultor familiar e de empreendedor familiar rural estabelece que, dentre outros requisitos, este não disponha de uma área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais.

Em Petrolândia, 75% dos estabelecimentos agropecuários são caracterizados pela agricultura familiar, ocupando 32% do território municipal. Esses estabelecimentos familiares, considerando a classificação dos imóveis rurais<sup>11</sup> proposta pelo INCRA, podem ser classificados, em sua maioria, como minifúndios (área inferior a 01 módulo fiscal), compreendendo 98% dos estabelecimentos e abrangendo 67% da área. As pequenas propriedades (área entre 01 e 04 módulos fiscais), por seu turno, representam apenas 2% dos estabelecimentos e ocupam 33% do território destinado à agricultura familiar. Diante desse quadro, revela-se a fragilidade da agricultura familiar em Petrolândia, haja vista, a maioria dos agricultores ocuparem uma área inferior a um módulo fiscal 55 ha, o que em tese constituiria a área mínima para que a unidade produtiva fosse economicamente viável nesse município.

A discussão acerca do processo de modernização da agropecuária, por sua vez, envolve a investigação da introdução de equipamentos e insumos modernos e de avançadas técnicas de produção agrícola. Nesse sentido, é possível apreender a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2017, como se apresenta a inserção de tratores, fertilizantes, técnicas de irrigação, energia elétrica e de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários de Petrolândia.

---

<sup>11</sup> Para fins de cadastro rural, o imóvel rural é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo proprietário, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independentemente de sua localização.

Em relação aos quocientes trator/propriedade, cujos dados atuais revelam a existência de apenas 123 tratores, implementos ou máquinas nos estabelecimentos agropecuários do município, a tabela 02 apresenta os baixos valores que caracterizam a sua distribuição no município. Nesse sentido, depreende-se que o baixo poder aquisitivo da população reassentada constitua um expressivo fator proibitivo ao aumento do número de maquinários nos perímetros irrigados.

Essa mesma tabela 2 apresenta os baixíssimos percentuais dos estabelecimentos que fazem uso de fertilizantes, uma situação que praticamente não se alterou ao longo dos 32 anos que caracterizam o período em análise. Acredita-se que essa aparente inércia, expressa pelos números, seja um reflexo do modelo sócio-econômico de exploração adotado pelos perímetros irrigados de Itaparica, que têm na agricultura familiar a base de seu funcionamento, haja vista os dados do Censo 2017 revelarem que 37,5% dos estabelecimentos fazem uso de adubação orgânica ou híbrida em oposição ao uso de adubos químicos.

Tabela 2 – Comparação dos percentuais de uso de fertilizantes e tratores nos estabelecimentos agropecuários de Petrolândia – 1985 - 2017

| Estabelecimento por Uso de Fertilizantes e Tratores no Município de Petrolândia - 1985 e 2017 |      |      |
|---|------|------|
| Especificação dos Usos  | 1985 | 2017 |
| % dos Estab. que fazem uso de fertilizantes   | 27,9 | 29,9 |
| Rel. Tratores/ Estab.   | 1,1  | 1,3  |

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – 1985 e 2017  
Organizado pelo autor, 2018

Por outro lado, é preciso destacar que 58% dos estabelecimentos petrolandenses fazem uso de agrotóxicos, um insumo moderno, mas com sérias implicações para o ambiente e para a saúde do produtor rural. Nos perímetros irrigados, o descarte das embalagens nem sempre é feito de forma adequada, sendo as mesmas, algumas vezes, descartadas ao longo das vias de acesso aos perímetros (Foto 6) ou ficando as mesmas acumuladas, por um bom tempo, em alguma parte do terreno nos lotes, sem os devidos cuidados, aguardando para serem recolhidas pelos estabelecimentos que as comercializaram.

Com relação ao uso de energia elétrica, os estabelecimentos agropecuários de Petrolândia apresentavam em 1985 baixíssimos percentuais, apenas 13,7% dispunham de energia elétrica. Passados 32 anos, entretanto, registrou-se uma taxa de crescimento de 4,8% no número de estabelecimentos que fazem uso de energia elétrica, passando a apresentar um

percentual de 61,5% estabelecimentos. Cabe o registro que esse expressivo aumento pode ser explicado pelo crescimento da área irrigada no município.

Foto 6 – Descarte inadequado de embalagens de agrotóxicos -  
Proximidades da Agrovila 4 – Bloco 03



Foto: Maiara Melo, 2014

Nesse sentido, a análise dos dados sobre o uso de irrigação em Petrolândia revela que, em relação a 1985, apenas 8,1% da área dos estabelecimentos era irrigada, ao passo que em 2017 esse percentual passou para 20,9% de área irrigada, registrando uma taxa de crescimento de 3% no período. Dentre os principais métodos de irrigação utilizados em 2017, a microaspersão responde por 51,9% e o gotejamento por 32,8% da área dos estabelecimentos irrigados. Esta ampliação da área de irrigação está diretamente associada à implantação dos perímetros irrigados no município, que entraram em funcionamento a partir do ano de 1993.

No tocante aos perímetros irrigados, a Chesf implantou diferentes modelos de projetos de irrigação em Petrolândia, sendo dois Projetos de Borda de Lago, Icó-Mandantes e Barreiras Bloco 1, e um Projeto de Grupos Específicos, o Projeto Apolônio Sales, cuja principal diferença era o local de residência dos agricultores reassentados. Nos Projetos de Borda do Lago, o local de moradia são as agrovilas, aglomerados urbanos localizados fora dos lotes irrigados e, nos Projetos Específicos, as casas foram construídas dentro dos lotes. Destaque-se que desde o início das negociações com a Chesf, o Polo Sindical foi contrário à proposta da construção das agrovilas.

O projeto Apolônio Sales se situa ao norte da UHE Itaparica, na margem esquerda do rio São Francisco e ocupa uma área superior a 03 mil ha (Figura 12). O perímetro é

constituído por 101 lotes irrigados, área de domínio exclusivo, terras de sequeiro, reserva legal, reserva técnica e áreas incorporadas ao patrimônio público (infraestrutura viária e de irrigação, implantação de centro urbano e centro agroindustrial).

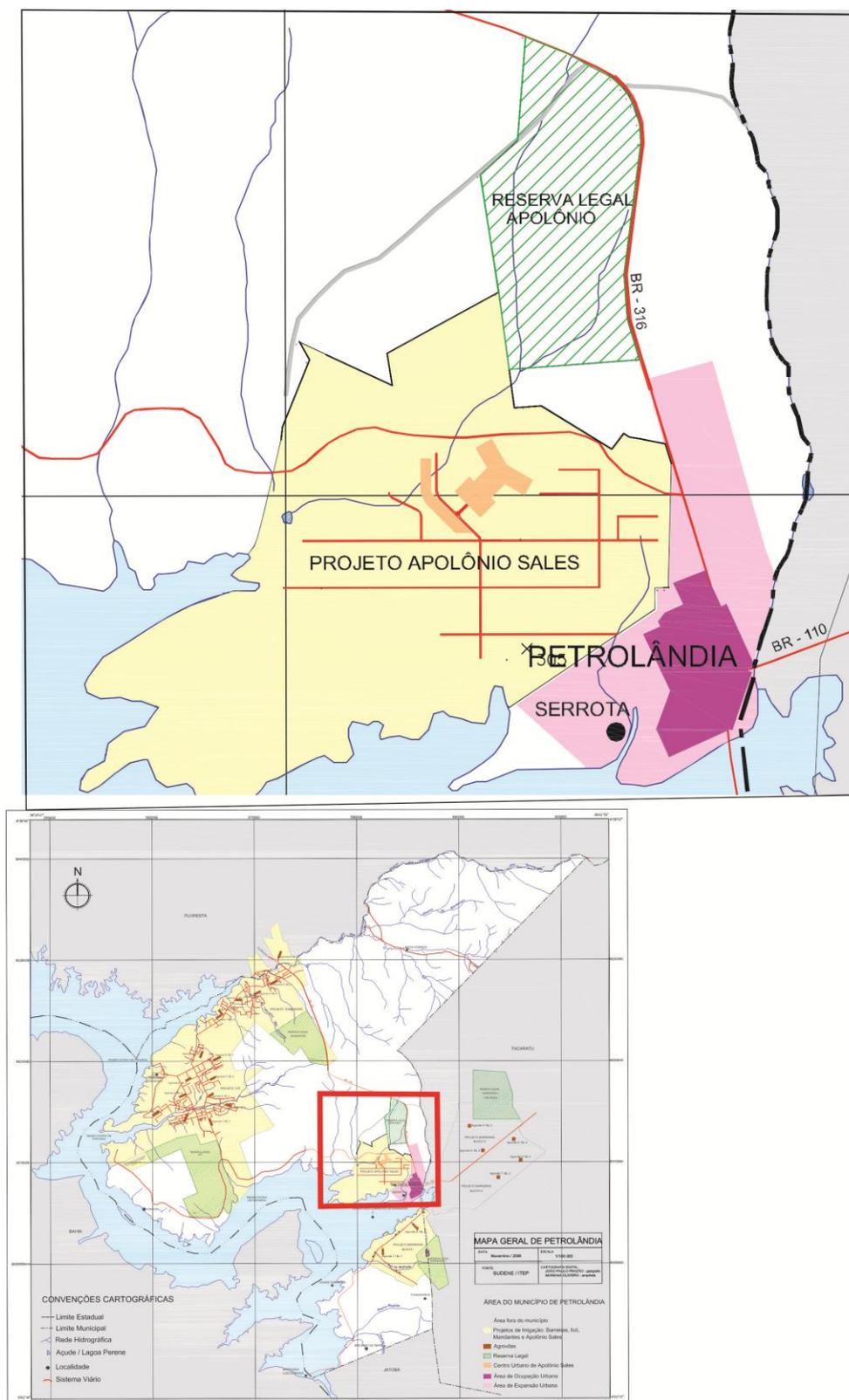
O perímetro Icó-Mandantes se situa na margem esquerda do reservatório de Itaparica, entre os municípios de Petrolândia e Floresta, e ocupa uma área total de aproximadamente 23 mil ha. Icó-Mandantes é formado pelos blocos 03 e 04, onde se localizam 16 agrovilas e 736 lotes agrícolas de tamanhos diferenciados (Figura 13). Além disso, há também área de sequeiro, reserva legal, núcleo principal, reserva técnica e áreas incorporadas ao patrimônio público (infraestrutura viária e de irrigação, logradouros públicos e equipamentos comunitários).

O perímetro Barreiras Bloco 1 se situa a sudoeste do lago de Itaparica, entre os municípios de Petrolândia e Tacaratu e ocupa uma área de cerca de 3 mil ha, sendo formado por 02 agrovilas e 70 lotes irrigados (Figura 14). Apresenta também área de sequeiro, núcleo principal, reserva legal, reserva técnica e áreas incorporadas ao patrimônio público (infraestrutura viária e de irrigação, logradouros públicos e equipamentos comunitários).

Todavia, passados mais de 30 anos, os perímetros apresentam uma série de transformações quer seja na sua composição ou no seu conteúdo. Atualmente a população dos perímetros não é mais composta apenas por reassentados. Novos moradores foram atraídos a partir da implantação dos equipamentos de irrigação nos anos 1990, mas, sobretudo, pelos usos gratuitos da água e da energia nos lotes irrigados. Muitos reassentados, por outro lado, sem recursos e sem condições de produzir, dada a longa espera pelos equipamentos de irrigação, venderam os seus lotes e partiram em busca de outras oportunidades.

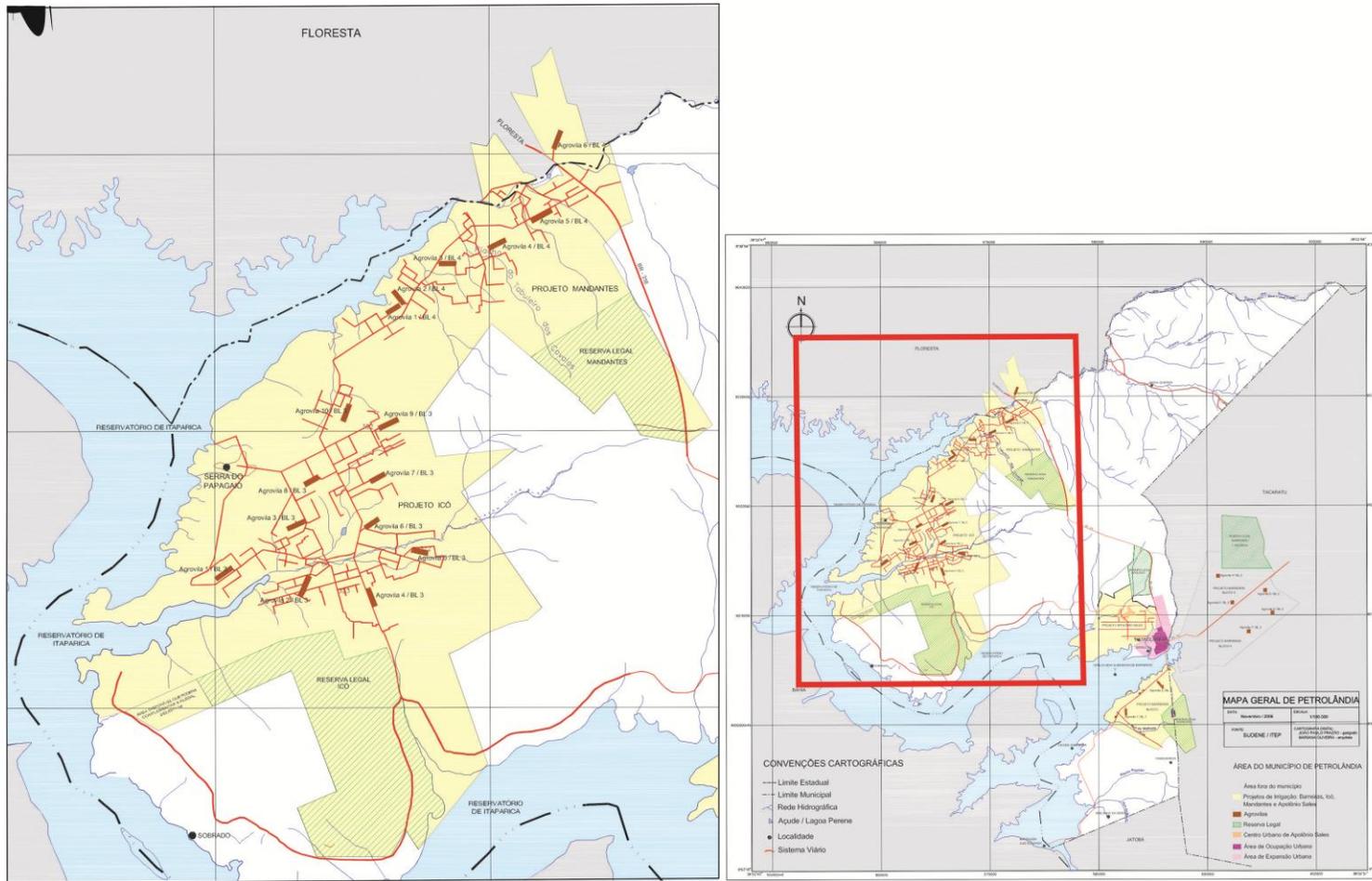
Associado isso, registra-se o crescimento da população e o surgimento de comunidades irregulares nos perímetros. De acordo com Araújo (2017), no Perímetro Apolônio Sales existe a comunidade Sagrado Coração de Jesus, composta por 150 famílias e no Perímetro Icó-Mandantes a comunidade Vila dos Pescadores com 100 famílias. Nesse contexto, Medeiros (2017) destaca que, em razão do crescimento populacional nos perímetros, as Agrovilas 01 e 02 do Bloco 04 estão se expandindo e se conurbando.

Figura 12 – Localização do Perímetro Irrigado Apolônio Sales



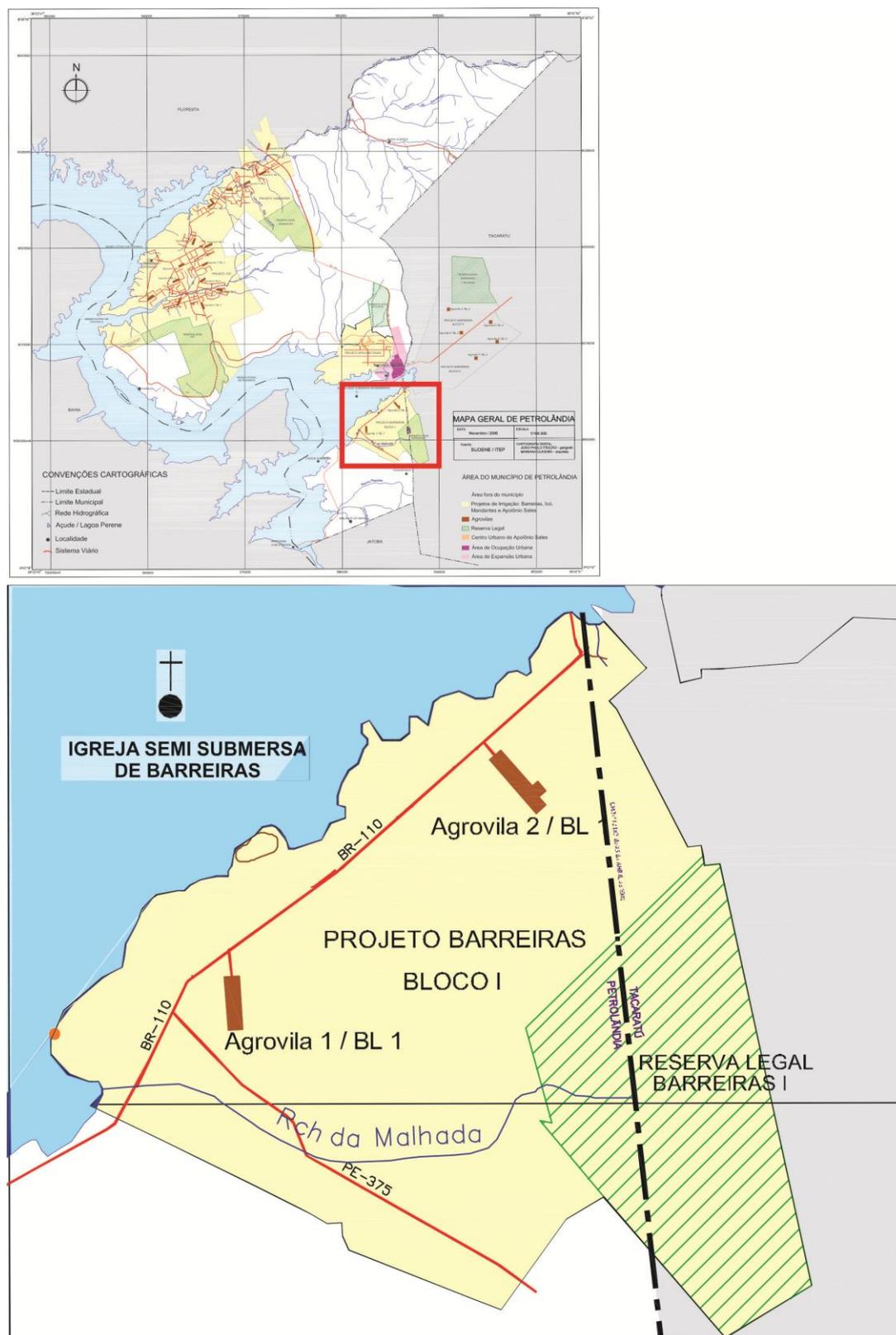
Fonte: Petrolândia, Plano Diretor, 2006  
Adaptado pelo autor, 2019

Figura 13 – Localização do Perímetro Ic6-Mandantes



Fonte: Petrolândia, Plano Diretor, 2006  
 Adaptado pelo autor, 2019

Figura 14 – Localização do Perímetro Irrigado Barreiras Bloco 1



Fonte: Petrolândia, Plano Diretor, 2006  
 Adaptado pelo autor, 2019

Atualmente, os perímetros não apresentam mais as dimensões originalmente estabelecidas pela Chesf, através do acordo realizado com o Polo Sindical, muito embora haja uma série de restrições quanto ao repasse dos lotes irrigados. Os lotes hoje apresentam as seguintes subdivisões: 1,5 ha, 03 ha, 4,5 ha, 06 ha e 08 ha, mas há casos de lotes com mais de 60 ha. No entanto, em todos os perímetros a maioria dos lotes apresenta 03 ha (ARAÚJO, 2017).

Em geral, os casos de parcelamento dos solos estão associados às questões de herança ou de repasse entre familiares. No entanto, existem vários relatos de compra e venda de lotes entre reassentados e também entre não reassentados. Segundo Araújo (2017), existe hoje um verdadeiro comércio de lotes.

Em Apolônio Sales, especificamente, observa-se uma gradual substituição do conteúdo social dos seus moradores por pessoas advindas do espaço urbano. Dada a proximidade do perímetro da sede municipal e a especificidade dos moradores residirem nos lotes, constata-se a ocorrência de um lento processo de urbanização associado ao parcelamento dos lotes e a implantação de granjas com finalidades urbanas nos perímetros.

Mesmo diante dessa dinâmica que vem reconfigurando os perímetros, a maioria dos reassentados ainda se enquadra no perfil de agricultores familiares. Quanto aos novos agricultores, existem tanto pequenos produtores quanto empresários que adquiriram lotes e investem na plantação de coco, a principal cultura de exportação dos perímetros. Há ainda reassentados classificados como não produtores que, em razão de dificuldades relacionadas à qualidade do solo, à escassez de água ou à falta de recursos, deixaram de cultivar.

Os perímetros, hoje, apresentam situações bem distintas em relação às condições econômicas, sociais e de infraestrutura. Dentre os principais problemas e desafios encontrados nos perímetros, destacam-se as questões relacionadas à gestão dos perímetros, à manutenção da infraestrutura, à prestação de serviços públicos e o acesso à água.

Os perímetros atualmente são administrados pela CODEVASF, responsável pelo suporte técnico nos assentamentos, através da prestação dos serviços de assistência e extensão rural. Para tanto são contratadas empresas terceirizadas que se responsabilizam pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Operação e Manutenção (OeM) e pela elaboração de projetos de desenvolvimento dos perímetros.

A princípio, três empresas atuavam nos perímetros prestando esses serviços, mas desde 2015 a prestação desses serviços ficou sob a responsabilidade de uma única empresa, a Plena Consultoria. A Plena, entretanto, em razão da falta de recursos, limitou-se a prestar o serviço de OeM, deixando os agricultores desassistidos do serviço de ATER.

Outro aspecto relacionado à gestão dos perímetros é a questão das relações interinstitucionais. Os Governos Estadual e Municipal consideram que os perímetros irrigados são de competência do Governo Federal em razão de terem sido construídos pela Chesf. Nesse sentido, não se responsabilizam pela oferta e manutenção de vários serviços públicos essenciais, sendo necessária a celebração de convênios e repasses para que algumas dessas instâncias venham a prestar esses serviços (RODORFF et al., 2013 apud ARAÚJO, 2017)

O acesso e o uso da água constitui outra importante questão nos perímetros. Captada diretamente no reservatório, a água segue para as estações de bombeamento e de lá é distribuída tanto para as estações de tratamento, no caso do uso residencial, quanto para os lotes, para fins de irrigação. No entanto, ao longo desse trajeto, em razão da falta de manutenção dos equipamentos, instalados nos anos 1990, essa água vem sendo desperdiçada até chegar aos seus destinos finais.

Associado a isso, é grande também o desperdício de água nos lotes, em razão do uso de equipamentos de irrigação inadequados e do uso indiscriminado e excessivo de água nas lavouras. Nesse sentido, vêm sendo desenvolvidas ações que visam implantar um sistema de cobrança da água utilizada nos perímetros.

O uso excessivo de água na irrigação associado às características dos solos nos perímetros vêm intensificando o processo de salinização. Sem orientação técnica adequada, os reassentados estão saturando o solo durante o processo produtivo. Em razão disso, alguns lotes foram descartados por apresentarem terras salinizadas.

Outra questão relacionada ao uso da água diz respeito à expansão da irrigação sobre as áreas de sequeiro. Essa expansão tem desencadeado problemas na distribuição de água do sistema de irrigação, aumentando o consumo de água do reservatório. Em alguns casos os agricultores de maior poder aquisitivo estão instalando sistemas de irrigação para explorar essas áreas de sequeiro.

O espaço rural de Petrolândia se caracteriza, portanto, pela coexistência de tradicionais propriedades agrícolas ao lado de diferentes modelos de perímetros irrigados e os seus núcleos urbanos. Uma complexa realidade onde a tradicional agricultura familiar de subsistência coexiste ao lado da moderna agricultura científica, cujas demandas estabelecem novas relações de interações e complementaridades com o espaço urbano em diferentes escalas.

Ressalta-se, assim, a importância de se apreender o espaço como um conjunto de formas mais a vida que as anima. Nesse sentido, a ideia de forma-conteúdo une o objeto e o

sujeito o que possibilita analisar o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Diante disso, faz-se necessário resgatar as relações campo-cidade que caracterizaram o processo histórico de constituição de Petrolândia, haja vista que ao se analisar o processo de constituição do território, busca-se apreender diferentes usos do território em diversos momentos históricos. A história do território brasileiro, portanto, é simultaneamente una e diversa, abarcando a soma e a síntese das histórias de suas regiões.

## 5.2 RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

O presente texto se propõe a resgatar as relações campo-cidade e rural-urbano que caracterizaram o processo histórico de constituição do município de Petrolândia. Para tanto, fez-se necessário esboçar uma periodização, pois os usos do território são diferentes em diversos momentos históricos.

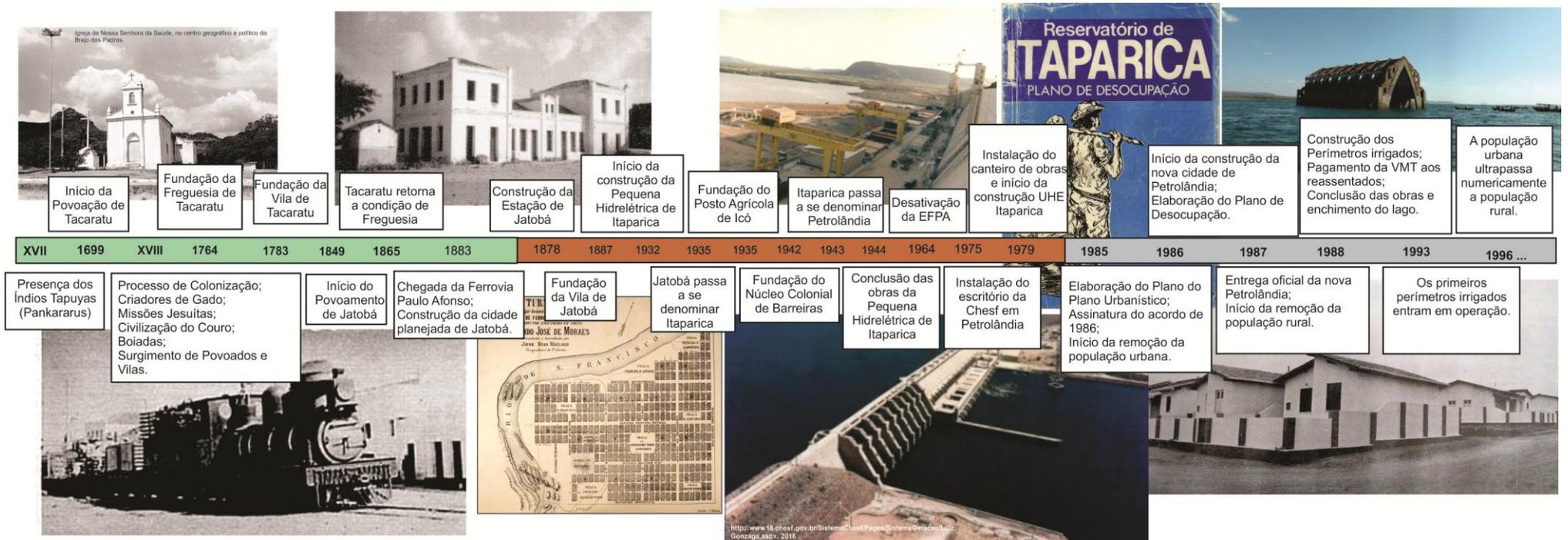
Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais (SANTOS, 2006, p. 20).

A evolução que se busca é dos contextos, pois a história do território brasileiro é simultaneamente una e diversa, abarcando a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Por se tratar de uma proposta empirizável, deve-se trabalhar as variáveis no interior de uma situação sempre datada. “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS, 2006, p. 20).

Nesse sentido, ao analisar o processo de constituição do território que viria a ser o município de Petrolândia, na região do Sertão do São Francisco, propôs-se organizá-lo em três diferentes fases, definidas a partir dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que caracterizam o processo histórico de povoamento e a sua relação com as formas geográficas materiais que constituem o espaço (Figura 15).

Assim, é possível apontar três grandes fases: a primeira estaria associada ao primitivo povoamento do espaço por tribos indígenas do grupo linguístico Macro-Jê, no século XVII, passando pelo processo de colonização ao longo do séc. XVIII, e se estendendo até a chegada da Ferrovia em 1883, no séc. XIX; a segunda se iniciaria com a chegada da Ferrovia Paulo Afonso a Petrolândia, abarcando diferentes momentos de desenvolvimento e declínio político, econômico e social do município no período de 1887 a 1928, findando-se no período de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaparica em 1979; a última fase teria início com a conclusão das obras e o reassentamento da população atingida em 1988, estendendo-se pelo período de implantação dos perímetros irrigados nos anos 1990 (SANTOS, 2016; SANTOS et al., 2018a).

Figura 15: Linha do tempo com as três grandes fases que caracterizam o processo de constituição do território de Petrolândia



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

### **5.2.1 Do Povoamento Indígena do Grupo Linguístico Macro-Jê no século XVII ao Processo de Colonização no século XVIII**

O processo de povoamento se inicia com o reconhecimento da presença primitiva de tribos indígenas tapuias do grupo linguístico Macro-Jê na região do São Francisco, em especial os índios Pankararus. As tribos Tapuyas, como foram designados os índios com tradição linguística diferente da Tupi que se localizavam no Agreste e Sertão de Pernambuco, ficaram mais isoladas nos recônditos do território e só iniciaram suas relações com os colonizadores no período que abrange o final do século XVI e início do século XVII (BARBOSA, 1998).

Os índios Tapuyas eram nômades, desconheciam a agricultura, e viviam da caça, coleta e pesca. Eles, originalmente, dominaram o sul do Brasil, até que foram expulsos pelos Tupis para o interior do território. Nesse sentido, o termo Tapuya também era usado pelos povos Tupis para denominar os inimigos vencidos e que foram banidos (BARBOSA, 1998).

Expulsos do litoral, os Tapuyas, a princípio, ocuparam um vasto território que se estendia da foz do rio São Francisco até o rio Cricaré na Bahia. Posteriormente, passaram a ocupar a região Sertaneja de Pernambuco, estendendo-se da margem do rio São Francisco, adentrando o interior, até o rio Piauí (COSTA, 1951 apud BARBOSA, 1998). Segundo Pinto (1938), os Tapuyas, em geral, viviam no Sertão e não tinham aldeias nem casas, abrigavam-se em toldos feitos de folhagens ou de peles de animais estendidas em quatro forquilhas.

As populações indígenas da região do São Francisco, apesar das diferenças linguísticas entre as tribos, pertenciam, segundo Melatti, ao grupo de língua do tronco Macro-Jê e eram constituídas, entre outras, pelas aldeias Atikum, Pankararu, Tuxá e Trucá (1970 apud BARBOSA, 1998). Muito embora, de acordo com Pinto (1938), tenha-se acreditado, durante algum tempo, com base nos estudos de Sebastião de Vasconcelos Galvão, que os Pankararus pertencessem ao grupo cultural-linguístico dos Kariris.

Pereira da Costa, com base nos aldeamentos indígenas, fez uma descrição dos grupos de Tapuyas aldeados numa área que se estendia de Petrolina, descendo o São Francisco, até o município de Paulo Afonso. Em território pernambucano, Costa localizou, em ilha ou terra firme, as seguintes aldeias indígenas: Tamaqueus (Ilha do Pontal), Coripós (Ilha dos Coripós) e Kariri (Ilha de Inahanhum), localizadas no município de Santa Maria da Boa Vista; Kariri (Ilha Santa Maria da Boa Vista, Ilha de São Miguel, Ilha do Cavalo, Ilha de Aracapé, Ilha de Assunção e a Ilha de Pambu), situadas no município de Orocó; Poru e Brancararu (Ilha de Beato Serafim e Ilha de Acará), estabelecidas no município de Belém do São Francisco; Porue

Brancararu (Ilha de Sorobabel), fixadas no município de Itacuruba; Pipipã (Missão Jacaré), localizada no município de Floresta; e Pankararu (Missão Brejo dos Padres), estabelecida no município de Tacaratu. E de todas as tribos citadas, os Pankararus são os únicos que ainda ocupam o antigo local de aldeamento, o Brejo dos Padres (1951 apud BARBOSA, 1998).

Segundo relatos de Estevão Pinto, que, em missão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passou as suas férias de junho de 1937 entre as populações primitivas do Brejo dos Padres, no município de Tacaratu, a aldeia dos Pankararus se situava a seis quilômetros da sede municipal, no Brejo dos Padres, ocupando uma área de, aproximadamente, 250 km<sup>2</sup> no contraforte do Planalto da Borborema.

O aldeamento era um aglomerado de habitações rústicas, espalhadas pela franja da Serra de Tacaratu, onde viviam cerca de mil índios. Eles se abrigavam em choupanas ou choças, abrigos arcaicos confeccionados de palha de ouricuri ou cana de açúcar, e, em geral, sem nenhuma divisão interna. Os Pankararus, segundo as tradições orais, são provenientes de um lugar denominado de Curral-dos-Bois, hoje, Santo Antônio da Glória, na Bahia, de onde foram retirados, por dois padres, e levados para o Brejo dos Padres (PINTO, 1938).

O primeiro registro histórico da presença dos Pankararus na região do São Francisco data do século XVII, remetendo à existência de uma maloca ou ajuntamento de índios bravios, denominada de “Cana-Brava”. Posteriormente, esses índios foram aldeados no Brejo dos Padres pelos religiosos da congregação de São Filipe Nery, no espaço que viria a constituir o território do município de Tacaratu (PINTO, 1938).

Nessa época, o Sertão era considerado inóspito e de difícil acesso pelo colonizador europeu. Um meio geográfico caracterizado pela presença de amplas depressões, vales e maciços residuais. O domínio das Caatingas apresenta um clima semiárido quente e seco, sujeito a secas periódicas, uma vegetação xerófila, adaptada às condições de deficiência hídrica e solos rasos e pedregosos.

Outro importante elemento da paisagem sertaneja é o Rio São Francisco. Esse grande rio, com 2.700 km de extensão, nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque em Minas Gerais, e atravessa quatro Estados nordestinos, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, até desaguar no Atlântico entre a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe. O São Francisco é o único rio perene a cortar o Semiárido e o seu curso está diretamente relacionado ao processo de povoamento do Sertão, um importante elo na constituição do território brasileiro.

No início do processo de ocupação do território pernambucano, no século XVI, os portugueses se concentraram no litoral, pois encontraram dificuldades para adentrar as terras sertanejas. Posteriormente, associado à economia açucareira de exportação, desenvolvida no

Litoral e na Zona da Mata, teve início o processo de integração do Sertão nordestino à colonização portuguesa. Dentre as diversas causas que motivaram os deslocamentos dos colonos portugueses em direção à hinterlândia a oeste, destacam-se: a preação de indígenas, o desenvolvimento da pecuária e a invasão holandesa.

No período em que o tráfico negreiro não atendia às demandas por mão-de-obra, a preação de indígenas era realizada por desbravadores e aventureiros que adentravam os sertões em busca de “negros da terra”. Os nativos, em razão disso, passaram a se refugiar em pontos mais altos do território no Agreste, no planalto da Borborema, o que influenciou a direção do povoamento português para o Sertão (SÁ, 2000).

À pecuária se dedicaram os portugueses que não dispunham de posses para instalar engenhos ou fazer plantios de cana-de-açúcar. A princípio, os bovinos e os equinos, indispensáveis ao fornecimento de animais de tração, carne e couro, foram criados nos vales litorâneos distantes dos canaviais. Posteriormente, com a expansão da *plantation*, os criadores tiveram que se afastarem direção a terras mais distantes, até atingirem o rio São Francisco ao sul.

A invasão holandesa, de 1630 a 1654, fora outro evento que estimulou mais uma leva migratória de portugueses em direção ao Sertão. Em busca de terras seguras, os colonos penetraram o vale do São Francisco ao sul e os Vales do Açu, do Apodi-Mossoró e do Jaguaribe, ao norte, para implementarem uma nova atividade nas terras sertanejas, as fazendas de gado (SÁ, 2000).

[Surgiram] os currais, ou fazendas, em que os proprietários, dispondo de grandes sesmarias, demarcadas ao longo dos rios, com um determinado número de léguas de comprimento e uma largura, exploravam diretamente a atividade pecuária, usando escravos e arrendavam sítios a pequenos criadores (CONDEPE, 1976, p. 23 apud SÁ, 2000, p. 59).

O rio São Francisco representava para os povoadores portugueses um permanente convite a penetrar as terras sertanejas. Ávidos por pastagens naturais, os criadores viam no “rio dos currais”, “caminho para as minas” e “das missões”, a esperança de se encontrar ouro, prata e pedras preciosas no Sertão. E foi através do rio São Francisco, marco divisor das capitânicas da Bahia e Pernambuco, que os fluxos populacionais irradiados das cidades de Salvador e Olinda adentraram o Sertão.

Seguindo os povoadores, também vieram os missionários, a procura de terras e de “almas”, aldeando os indígenas, combatendo o nomadismo e os costumes pagãos, como a poligamia e a antropofagia. Os grupos indígenas eram reunidos em aldeamentos,

denominados de missões, onde lhes eram ensinados os princípios básicos da religião católica e as práticas agrícolas. “Os indígenas foram catequizados e aldeados pelos jesuítas, franciscanos e, posteriormente, pelos capuchinhos, em ilhas do rio São Francisco onde era fácil fazer a agricultura de vazante e desenvolver a pesca e a caça” (ANDRADE, 1983, p. 31).

Entre os séculos XVII e XVIII foram instaladas missões religiosas em várias ilhas do Submédio São Francisco. A maioria das missões possuía propriedades urbanas e rurais (fazendas, colégios, conventos, Igrejas, prédios e os aldeamentos) e se dedicavam à pecuária. Os Jesuítas possuíam missões nas ilhas de Araxá(Acará), Aricobe, Coripós, Inhanhum, Sorobabel, Pambu, Pontal, Santa Maria e a Missão de Rodelas. As missões dos Capuchinhos se localizavam nas ilhas de Aracapá, do Cavalo, São Miguel, Pambu e Vargem (SANTOS JÚNIOR, 2015).

Tem-se início, assim, a partir dos séculos XVI e XVII, o processo de povoamento português da hinterlândia sertaneja. Os criadores de gado, oriundos da Bahia e de Pernambuco, sob o pretexto de procurar minas, combater e catequizar indígenas e, sobretudo, conquistar áreas de pastagens para seus rebanhos, trataram de obter sesmarias e favores de autoridades governamentais. Os criadores, às suas próprias custas, organizavam tropas para penetrar o interior e à medida que avançavam sobre o Sertão, através dos seus vaqueiros e prepostos, requeriam às autoridades competentes, o Governador Geral do Brasil ou o Capitão Mor de Pernambuco, a doação das terras, em forma de sesmarias. (ANDRADE, 1983; SÁ, 2000).

As sesmarias, grandes latifúndios que compreendiam léguas de terras, não eram concedidas aos simples vaqueiros, pequenos criadores que penetravam o interior, enfrentavam o índio e se apossavam das pastagens, mas a pessoas influentes da chamada nobreza, que viviam no Recife, em Olinda e em Salvador, gozando de prestígio e prestando serviços pessoais às autoridades coloniais (ANDRADE, 1983, p. 36).

No século XVII, os povoadores baianos alcançaram o Rio São Francisco ao norte, subindo o seu vale até o médio curso e a partir dele desbravaram os sertões de Pernambuco, Piauí e Ceará, chegando até o litoral norte. De acordo com Andrade (2005), os baianos, da “Casa da Torre”, constituíram os maiores latifúndios do Brasil. Possuíam, em 1710, mais de 340 léguas de terra nas margens do rio São Francisco e de seus afluentes.

Os pernambucanos, por sua vez, adentram o Sertão através de duas distintas correntes migratórias. A partir de Olinda, uma corrente seguiu para o sul até atingir o vale do São Francisco e a partir desse, a montante, em direção ao norte. Os povoadores subiram os

afluentes da margem esquerda do São Francisco, contornaram o Planalto da Borborema ao sul, adentrando-o pelo oeste e sudoeste. O outro fluxo migratório seguiu para o norte, subindo os cursos dos rios Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe, contornando a Borborema pelo Noroeste e pelo Oeste (SÁ, 2000).

Segundo Andrade (2005, p. 186), os currais pernambucanos se estendiam de Olinda, a leste, até a fronteira do Maranhão a oeste. Eles “[...] ocupavam a margem esquerda do rio São Francisco e os vales dos rios Preto, Guaraíra, Corrente, Pajeú, Moxotó, além do São Miguel, em Alagoas, do Paraíba do Norte, do Piranhas-Açu, do Apodi, do Jaguaribe, do Acaraú, do Piauí e até do Parnaíba”.

No fim do século XVII os conquistadores, que eram um conglomerado de guerreiros e que viviam em arraiais vão se transmutar em curraleiros. Adaptar-se-ão às novas contingências, tendo o gado como o móvel da nova era. Se por um lado os conquistadores vão anexando mais terras ao seu domínio e vão ocupando-as com o gado, por outro dar-se-á o despovoamento com o aniquilamento ou expulsão de milhares de indivíduos que povoavam essas terras. É a substituição das gentes pelo gado (FERRAZ, 1999, n.p apud SÁ, 2000, p. 60).

A chegada dos povoadores ao sertão foi marcada por ataques, destruição e escravização de tribos indígenas, que perderam o seu território de caça, o acesso a fontes permanentes de águas, a liberdade e a vida. Os portugueses se apropriaram das ribeiras férteis, onde soltaram o gado no pasto e construíram casas e currais de pau-a-pique. Afugentados, os indígenas foram se refugiar nas serras e nas caatingas dos interflúvios, onde não havia água o ano todo (ANDRADE, 1983; ANDRADE, 2005).

Eclodiu, assim, uma série de conflitos, marcados pelo uso da força e violência, entre as populações indígenas Tapuya se os criadores de gado que ampliavam as suas propriedades (fazendas, currais e rebanhos) pelos espaços sertanejos. Conflitos relacionados ao abate de animais pelos índios que, acostumados com a caça, viam os bois, os cavalos e os cabritos como mais uma presa em seu território (ANDRADE, 2005). E principalmente conflitos pelo acesso e controle das fontes de água, ribeiras, riachos, serras e olhos d'água na região (SANTOS JÚNIOR, 2015). Acontecimentos que desencadearam retaliações dos colonos e reações indígenas que culminaram com a eclosão de uma revolta.

A revolta indígena ao processo de colonização no Sertão se estendeu por mais de dez anos, sendo denominada “Guerra dos Bárbaros”. Essa resistência indígena se iniciou na segunda metade do século XVII, no Sertão do Recôncavo Baiano nas áreas de criação de gado às margens do Riacho da Jacobina, nos rios das Contas, Vaza Barris, Orobó, Jacuípe e Salitre

e alcançou também o Rio São Francisco (PE), Cariris Velhos (PB) e Rio Açu (RN), ocorrendo o seu desfecho na década de 1720 (SANTOS JÚNIOR, 2015).

Todavia, ao término do conflito, constatou-se a aniquilação de poderosas tribos e o aldeamento de vários povos indígenas remanescentes na região. Também ocorreu o aumento do número de aldeamentos missionários e a incorporação econômica de mais terras à coroa portuguesa, através da expansão das fazendas e da atividade pecuarista.

As sesmarias se espalhavam por uma grande área, constituindo grandes latifúndios. Essas grandes propriedades eram divididas em fazendas e sítios, cujas dimensões, quase sempre, eram de um lote de uma légua em quadro, e entregues a posseiros, ora como foreiros ou arrendatários, que se estabeleciam com o seu curral e gado pagando um foro anual em dinheiro, que correspondia a 10 mil-réis em 1710 (ANDRADE, 1983; ANDRADE, 2005).

Os sesmeiros, em geral, não viviam nas propriedades, mas em Salvador, Olinda ou Recife, onde prestavam serviços ao governo, pleiteando títulos e vantagens, ou exploravam outras atividades agrícolas ou comerciais. Nesse período, os proprietários das terras, além de fazendeiros, eram chefes políticos e foram transformados em oficiais de milícias, os coronéis. “Coronéis que se arregimentavam em poderosos clãs familiares que dominavam inteiramente um município ou um distrito, ou que disputavam esse domínio a outras famílias” (ANDRADE, 1983, p. 42).

Os fazendeiros delegavam a administração das terras aos vaqueiros. Estes, dispendo de grande força e poder, cuidavam do gado, fiscalizavam os sitiados, enfrentavam os indígenas e distribuía tarefas aos escravos. Os vaqueiros não eram pagos em moedas, mas em espécie, através de um sistema de “quarteação” ou “sorte”, recebendo um bezerro em cada quatro que nascessem. Desses animais, podiam se apropriar do leite *in natura* e como matéria-prima para a fabricação de queijo e manteiga. Também podiam criar animais de pequeno porte, as miúças, carneiros, bodes e porcos e desenvolver culturas de subsistência (CONDEPE, 1976 apud SÁ, 2000; ANDRADE, 1983).

Os sertanejos, em razão das grandes distâncias em relação à Zona da Mata e ao litoral e das dificuldades de comunicação e transporte, constituíram uma civilização que precisava retirar do próprio Sertão o máximo para atender às suas necessidades. Eles cultivavam pequenos pedaços de terra com milho, feijão, fava e mandioca para o auto-abastecimento. Também plantavam o algodão, que transformavam artesanalmente em tecido. E do couro eram confeccionados os mais diversos utensílios domésticos e móveis. Desenvolveu-se uma civilização que Capistrano de Abreu denominou de “civilização de couro” (ANDRADE, 2005).

As atividades agrícolas se desenvolveram, de forma medíocre, à sombra dos currais e eram reduzidas ao mínimo indispensável à sobrevivência de uma população pobre, pouco numerosa e dispersa. A agricultura se desenvolvia em função dos interesses dos grandes pecuaristas, que sediam a terra aos agricultores sem terras, recebendo como renda a “palha”, ou seja, o restolho das culturas que era utilizado para alimentar o gado (ANDRADE, 1983). A agricultura ocupava pequenas áreas nos locais mais úmidos, verdadeiras manchas na imensidão das caatingas, onde os solos eram mais espessos, como os leitos dos rios e as lagoas secas, e também nas serras frescas, os brejos, superfícies cobertas por florestas úmidas.

No leito do rio São Francisco e seus afluentes, à proporção que as águas baixavam, deixavam descobertas as “praias” e “ilhas”, nas quais se desenvolviam culturas de vazante. Essa agricultura feita na beira-rio, regulada pela oscilação do nível das águas era chamada de agricultura de vazante (ANDRADE, 2005). Entretanto, esse sistema de agricultura de várzea desapareceu a partir da segunda metade do século XX, com a construção de represas que passaram a regular o ritmo das cheias e com o desenvolvimento da moderna agricultura irrigada.

O São Francisco, antes da construção das grandes barragens, tinha um regime muito irregular, oscilando o seu débito durante o ano de 900 m<sup>3</sup> por segundo até os 13.000 m<sup>3</sup> por segundo. No período da cheia cobria grandes porções das ilhas e as várzeas da margem, enchendo uma série de depressões que se transformavam por alguns meses em lagoas. O nível das águas, controlado pelas chuvas que caíam no alto São Francisco em Minas Gerais, determinava a atividade agrícola na beira-rio, permitindo que se controlasse o ritmo das atividades agrícolas, conforme a altura das terras e o período em que permaneciam inundadas (ANDRADE, 1983, p. 41).

Associado aos cultivos de subsistência, o comércio, através das feiras, desempenhou um importante papel na fixação da população ao longo do vale do São Francisco. O excedente da produção era levado para as feiras, onde era trocado pelos artigos necessários à complementação de sua subsistência (FORMAN, 1979 apud BARROS, 1985). Nesse contexto, os agricultores da povoação de Jatobá (Petrolândia) levavam à feira de Tacaratu, sede do município, aquilo que não haviam consumido, onde comercializavam esse excedente e adquiriam os demais gêneros necessários à sobrevivência: café, açúcar, rapadura, sal, tecidos etc. (MENEZES, 2014).

Além das culturas de subsistência, também se cultivou a cana-de-açúcar nas terras altas inundadas pelo rio São Francisco e nos brejos sertanejos. Os primeiros engenhos de mel, rapadura e aguardente surgiram no século XVIII. Eram pequenos engenhos com uma moenda e, em sua maioria, movidos à tração animal.

Nas manchas úmidas sertanejas, onde foram implantados os engenhos, os proprietários, vindos da região da Mata, transformaram a fisionomia e as relações de trabalho. Ao tentarem organizar a *plantation*, empregavam o trabalho escravo e lavradores, homens livres, através do pagamento de salário e/ou do sistema de cultivo da cana para moer “de meia” em seus engenhos. Contudo, como a produção desses engenhos era voltada para o consumo local e não alcançava grandes preços, a capacidade das moendas era pequena e os canaviais pouco cresciam. Esses engenhos, hoje, se encontram em decadência ou desapareceram, frente à ação das usinas e a inserção do açúcar cristal nas principais cidades sertanejas (ANDRADE, 2005).

No final do século XVIII fora a vez do cultivo do algodão também se desenvolver nas terras sertanejas. A princípio, a maior parte da produção era consumida na própria região, sendo o algodão tecido manualmente pelas tecedeiras. Posteriormente, no século XIX, impulsionado pela forte demanda do mercado europeu, o algodão, de curto ciclo vegetativo, rapidamente se expandiu, tornando-se a cultura dominante na região. O algodão produzido no Sertão, como o do Vale do Pajeú, era enviado, por caminhos através Caatinga, ao porto do Recife, de onde era despachado para beneficiamento na Inglaterra (ANDRADE, 2005).

Na segunda metade do século XIX, o surto do algodão tomou ainda maior vulto, quando a estrada de ferro, partindo de Salvador, chegou à cidade baiana de Juazeiro e de lá se estendeu até Paulistana no Piauí. A ferrovia facilitou o escoamento da produção para o porto de Salvador, possibilitando o crescimento das lavouras algodoeiras. Nesse contexto, muitos produtores, através do estabelecimento de descaroadores de algodão em suas propriedades, passaram a beneficiar a produção antes de exportá-la (ANDRADE, 1983).

O advento da cultura do algodão também proporcionou um grande desenvolvimento do trabalho assalariado no Sertão, em razão das desvantagens econômicas do uso do trabalho escravo na produção. Muito embora, os valores pagos aos trabalhadores variassem muito ao longo do ano segundo a lei da oferta e da demanda e também das perspectivas da produção agrícola. O trabalhador, contudo, pouco lucrava deste salário, pois, com a redução das lavouras de subsistência, os preços dos gêneros alimentícios, trazidos de outros Estados, alcançavam valores extraordinários (THEÓPHILO, 1883 apud ANDRADE, 2005).

Passados cem anos da chegada do algodão, fora a vez do café. A partir de 1840, a cultura do café começou a se desenvolver nas manchas úmidas de altitude do Sertão. Ibiapaba, Meruoca, Baurité, Baixa Verde e o Cariri cearense se tornaram grandes produtores dessa rubiácea. O café, sem roubar terras do algodão, tornou-se um sério concorrente dos

pequenos engenhos rapadureiros, haja vista que matas e canaviais foram transformados em cafezais (ANDRADE, 2005).

O café produzido na região abastecia também o Ceará e o litoral pernambucano, que se tornaram exportadores do produto. Em alguns locais, como em Baturité, formou-se a “pequena nobreza dos cafezais”, uma vez que muitas famílias enriquecidas se destacaram por “hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente” (GIRÃO, 1947, p. 371-72 apud ANDRADE, 2005, p. 194).

Mas era o gado, no Sertão pecuarista, o principal produto de exportação, de comércio com a Zona da Mata e o Litoral. Uma mercadoria que se autotransportava por centenas de léguas, mas que precisava descansar por meses, ao longo do caminho, para recuperar o peso. As boiadas eram conduzidas por vaqueiros e tangedores, sendo compostas de 100 a 300 cabeças de gado (ANDRADE, 2005).

O gado sertanejo era adaptado a deslocamentos regulares ao longo do ano, realizando migrações sazonais que obedeciam ao ritmo da natureza e dos homens. No Sertão, a distribuição das chuvas durante o ano é o principal fator determinante dessas migrações. No período seco, o gado era conduzido para locais onde havia pastagem e água em abundância e lá esperavam a época das chuvas para retornar aos campos abertos da caatinga. No período chuvoso, o gado retornava a caatinga, onde os pastos naturais e as “ramas”, remanescentes do período seco, eram utilizados para engordar o gado a ser enviado para Olinda, Recife ou Salvador (ANDRADE, 1983).

O gado, a caminho da Bahia, percorria longos caminhos e, devido ao emagrecimento, precisava passar algum tempo se recuperando nos campos de Jacobina e só depois que recuperavam o peso é que seguiam para Capoeira, nas imediações de Salvador (ANDRADE, 2005). Nesses pontos de parada, em razão da necessidade de alimentar as comitivas que acompanhavam as boiadas, a agricultura se desenvolveu e possibilitou o surgimento de povoados e vilas.

Em direção à Olinda e Recife havia, a princípio, dois longos caminhos percorridos pelo gado. A partir de Fortaleza, no litoral setentrional, o primeiro caminho passava por Aracati, Praia do Tibau, Mossoró, Açu, Natal, São José do Mipibu, Papari, Canguaratema, Mamanguape, Paraíba (Espírito Santo), Goiana e chegava a Olinda. O segundo caminho tinha o seu início em Cratêus, no Piauí, passando por Tauá, Icó, São João do rio do Peixe, Sousa, Pombal, Patos, Taperoá, Vale das Espinharas, Tambémé, Goiana, até alcançar Olinda (ANDRADE, 2005).

Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, o governo de Olinda, buscando ampliar a sua influência no Sertão pernambucano, traçou dois novos caminhos que, a partir do Recife, seguiam pelos vales dos rios Capibaribe e Ipojuca, atravessando a Borborema, em direção ao São Francisco e de lá se dirigiam à freguesia pernambucana de Cabrobó no médio São Francisco. O primeiro caminho, partindo do Recife, dirigia-se para Limoeiro pelo Vale do Capibaribe, subindo o rio até alcançar as suas nascentes. De lá, atravessava os interflúvios e atingia o curso do Pajeú na fazenda de São Pedro, descia o vale, passando por Serra Talhada e seguia até Floresta, de onde desviava para o oeste e alcançava Cabrobó. O segundo caminho seguia à montante o vale do Ipojuca até a Serra de Ororobá, descia para o sul até a atual cidade de Inajá, onde desviava para o oeste, passando por Tacaratu e Belém do São Francisco, até chegar a Cabrobó (ANDRADE, 2005).

Os caminhos percorridos pelo gado, portanto, cortavam ou margeavam os rios, propiciando que se formasse também uma estrutura de transporte terrestre ao lado de uma estrutura de transportes predominantemente fluvial. Ao longo desses caminhos, sobretudo nos pontos de parada das boiadas, havia as melhores condições para o surgimento e o desenvolvimento de cidades e povoações.

Nesse sentido, a povoação de Juazeiro, fundada em 1706, tornou-se um importante centro ao se beneficiar da sua localização, em um ponto de passagem no rio São Francisco, e das estradas por onde transitavam as boiadas que se dirigiam, via Jacobina, para Salvador. Além de Juazeiro, outros centros urbanos, criados no século XVIII, como Tacaratu, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Rodelas, São Francisco, Floresta, Petrolândia, Jeremoabo, Glória, dentre outros, também se originaram, em sua maioria, como centros de abastecimento da área rural ou como pontos de passagem em longos caminhos que atravessavam a caatinga (ANDRADE, 1983).

Em 1841, a província era constituída por apenas 17 municípios, com um reduzido número de habitações na maioria das vilas, evidenciando a pequena importância da vida urbana no país. Dois desses municípios se localizavam no Sertão, as vilas de Flores e de Santa Maria da Boa Vista (SÁ, 2000). Todavia, ressalta-se a relevância da função administrativa dessas cidades para o desenvolvimento urbano no Brasil, haja vista que “todas as sedes de municípios existentes em 1841, continuam a ter esta função, embora muitos destes tenham tido vários desmembramentos, dando origem a outros, cujas sedes são, em grande parte, as povoações então existentes” (CONDEPE, 1976, p. 50 apud SÁ, 2000, p. 82).

No tocante à Petrolândia, objeto de estudo desta pesquisa, vários nomes já designaram esse município ao longo do tempo, tais como Bebedouro de Jatobá, Jatobá de Tacaratu e

Itaparica. Uma história de povoamento densamente imbricada com o processo de constituição dos demais municípios que integram a região do Sertão do São Francisco, em especial, o município de Tacaratu.

A princípio, no século XVII, as terras que viriam a constituir o município de Petrolândia eram habitadas pelos índios da tribo Pankararus. Com a chegada dos padres da congregação de São Felipe Nery, no século XVIII, os índios foram aldeados em um dos brejos existentes na região, onde fora organizada uma missão de catequese denominada “Brejo dos Padres”, nas terras que posteriormente integrariam o município de Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2015).

A povoação de Tacaratu surge no alto de uma serra de mesmo nome, conhecida entre os índios Pankararus por “Serra de muitas pontas ou cabeças”. Não se sabe ao certo a data da sua fundação, mas um dos primeiros registros de sua existência data do século XVII. A carta Régia de 20 de janeiro de 1699 cria no Sertão alguns distritos judiciários sob a forma de julgados, dentre os quais o da Capitania de Ararobá com jurisdição sobre a região de Tacaratu (MENEZES, 2014).

Documentos datados de 1752 registram que na povoação de Tacaratu existia uma pequena capela consagrada a Nossa Senhora da Saúde, erguida, provavelmente, pelos padres ordenados na missão de catequese. Tacaratu era considerado um curado, isto é, termo religioso usado para designar povoados com condições necessárias para se tornar uma freguesia<sup>12</sup>. Nesse sentido, em atendimento à solicitação dos seus moradores, a desenvolvida povoação de Tacaratu é elevada a categoria de freguesia em 1761. Somente se dando a sua instalação em 1764, após a pequena capela ser reformada e transformada em Igreja Matriz (CONDEPE/FIDEM, 2015).

Nesse contexto, o município de Petrolândia tem a sua origem associada a uma porção do território de Tacaratu, localizada às margens do Rio São Francisco e distando cerca de 25 Km da sede da freguesia. Conhecido como Bebedouro do Jatobá, em razão da existência de vários jatobazeiros, o local era utilizado pelos vaqueiros como bebedouro para dessedentar o gado a ser conduzido aos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe (MENEZES, 2014; CONDEPE/FIDEM, 2014).

---

<sup>12</sup> As freguesias eram unidades administrativas criadas pela igreja, que acompanhou o processo de colonização e estava ligada ao Estado português (SÁ, 2000).

O primeiro documento que menciona a existência dessas terras beira-rio data de 1776 quando o fidalgo português Garcia d'Ávila Pereira e Aragão vendeu a Vitorio de Souza Rocha, na cidade de Salvador, Bahia, uma área de terra para criar nas margens do rio S. Francisco em que se menciona "as terras do Jatobá" incluindo um brejo para plantar denominado Brejo da Taboa (Brejinho de Fora) (MENEZES, 2014, p. 20).

Com a chegada dos colonizadores, foram estabelecidas, em 1783, as fazendas Brejinho da Serra e Brejinho de Fora, iniciando-se, assim, o povoamento de Jatobá (CONDEPE/FIDEM, 2014). Quando da construção das primeiras casas, os vaqueiros procuraram se estabelecer nas proximidades do bebedouro, mas respeitando o uso coletivo do local por todos os criadores de gado da região (MENEZES, 2014).

Em 24 de maio de 1808, através de um Alvará Régio, a freguesia de Tacaratu é elevada à condição de distrito (CONDEPE/FIDEM, 2014). O distrito de Tacaratu era subordinado à Comarca<sup>13</sup> de Pernambuco, sediada em Olinda, que na época abrangia toda capitania de Pernambuco. Situação que se manteria até a criação da Comarca do Sertão, a segunda de Pernambuco.

Em 15 de janeiro de 1810, através de Alvará Régio, é criada a Comarca do Sertão, juntamente com a sua sede, a vila<sup>14</sup> de Pajeú de Flores, a segunda vila do Vale do Pajeú. Assim, os casos de justiça passaram a ser resolvidos na sede da comarca e no julgado de Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2016).

Haverá uma nova comarca, que se há denominar do Sertão de Pernambuco e compreenderá a vila de Cimbres [atual Pesqueira], os julgados de Garanhuns, de Flores da Ribeira do Pajeú, de Tacaratu, de Cabrobó, a vila de S. Francisco das Chagas, na Barra do Rio Grande, vulgarmente chamada de Barra, as povoações do Pilão Arcado, Campo Largo e Carunhanha, que hei por bem desmembrar da Comarca de Pernambuco [...] erige em vila a povoação de Flores na Ribeira do Pajeú (FIAM/CEHM, 1994 apud SÁ, 2000, p. 70).

Em 31 de março de 1846, através da Lei Provincial nº 153, criou-se a vila de Floresta. Desmembrado da Vila de Flores, o território de Floresta compreendia as freguesias de Tacaratu e Fazenda Grande (povoação de Floresta), atualmente equivalendo ao município de Floresta, Betânia, Itacuruba, Carnaubeira da Penha, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2016).

---

<sup>13</sup>As comarcas eram divisões judiciais das capitanias, criadas juntamente com as vilas que as sediavam e possuíam um ouvidor próprio (SÁ, 2000).

<sup>14</sup>As vilas eram as sedes dos municípios (dos termos) e das comarcas, era o local onde as autoridades se concentravam (SÁ, 2000).

A Lei Provincial nº 248, de 16 de junho de 1849, posteriormente, transfere a sede da vila de Floresta da povoação Fazenda Grande para a povoação de Tacaratu, elevando-a a condição de vila. A vila de Tacaratu passa a abranger as freguesias de Fazenda Grande e Tacaratu. Depois, mantendo-se os mesmos limites do termo (município) e a sede da vila de Tacaratu, a Lei Provincial nº 345, de 13 de maio de 1854, cria a comarca de Tacaratu (CONDEPE/FIDEM, 2015).

Em 30 de abril de 1864, passada quase uma década, a Lei Provincial nº 579 restaura a Vila de Floresta na povoação Fazenda Grande, que voltou a exercer a função de sede do termo. Mas, a transferência da sede do termo e da comarca de Tacaratu, só ocorreu em 09 de maio de 1865, através da Lei Provincial nº 620 (CONDEPE/FIDEM, 2016).

Nesse contexto, Jatobá se manteve como um pequeno povoamento constituído, sobretudo, por fazendas de gado e um reduzido número de habitações que, ao sabor dos desígnios políticos da época, esteve sob a jurisdição de três diferentes municípios. Esta situação perduraria até 1883, quando, em razão da chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso, houve uma dinamização da economia da povoação, que foi elevada à condição de vila de Jatobá pela Lei Provincial nº 1.885, de 1º de maio de 1887, tornando-se a nova sede do município de Tacaratu, desmembrando-se da vila de Floresta e passando a ser denominado de município de Jatobá (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Nesta primeira fase, portanto, constata-se que as paisagens sertanejas eram caracterizadas, a princípio, pelo predomínio de elementos naturais, destacando-se o rio São Francisco, em contraponto à rarefeita presença humana, a exceção das tribos Tapuyas que habitavam a região. Com a chegada dos criadores de gado e de missionários, seguindo a calha do São Francisco, iniciou-se um tímido processo de reorganização espacial, cuja construção das fazendas de gado, dos sítios, missões e dos primeiros povoados e vilas marcaram o processo de ocupação portuguesa nessa região do Sertão.

A criação ultraextensiva de gado, associada à agricultura de subsistência, as feiras-livres, os pequenos engenhos rapadureiros, as culturas comerciais do algodão e do café e os longos caminhos percorridos pelos rebanhos rumo aos mercados consumidores das regiões produtoras de cana-de-açúcar, em especial Salvador e Olinda, caracterizavam as atividades desenvolvidas na região do São Francisco Pernambucano. Um território, cujas relações sociais eram marcadas pela figura dos grandes proprietários sesmeiros, os coronéis, que em sua maioria não residia no Sertão, e seus vaqueiros, os verdadeiros administradores das fazendas e do trabalho dos posseiros, arrendatários e dos poucos escravos existentes na região.

## 5.2.2 Da Chegada da Ferrovia em 1883 à Construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica em 1979

O processo de constituição do território petrolandense se caracteriza pela inserção de grandes empreendimentos técnicos e neste sentido a chegada da Ferrovia Paulo Afonso e a construção da UHE Itaparica desencadearam significativas transformações sócio-territoriais em Petrolândia. O campo, a cidade, o rural e o urbano, ao longo desse processo, estabelecem um conjunto de relações que se interpenetram e se complementam de forma integrada, em múltiplas escalas, constituindo novas territorialidades.

### 5.2.2.1 A chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso à Petrolândia

O Governo Imperial, buscando conjugar interiorização e crescimento econômico, determinou a realização de estudos para a implantação de estradas de ferro nos vales dos rios São Francisco e Tocantins. Entre 1852 e 1854, contratou-se o engenheiro alemão Henrique Halfeld que realizou os primeiros estudos técnicos em toda região do São Francisco. Depois, em 1868, foram encomendados novos estudos ao engenheiro Carlos Kraus, cujo objetivo era verificar qual a opção mais viável para contornar os obstáculos que impediam a navegação fluvial entre o alto e o baixo São Francisco (CORREIA, 2015).

Esses estudos compararam a opção entre uma via terrestre, uma estrada de rodagem ou uma ferrovia, ou uma via fluvial, através de um canal. Dentre essas, deu-se um parecer favorável à construção de uma ferrovia do tipo *tram-road*, orçada em três mil, setecentos e trinta e cinco conto de Réis. O relatório também ressaltava a importância de interligar as partes navegáveis do São Francisco para o desenvolvimento do comércio, não apenas das províncias de Pernambuco e Alagoas, mas também de Minas, Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará e Goiás (CORREIA, 2015).

Em 1859, em busca de apoio político para se sustentar no poder, o Imperador D. Pedro II visitou a Região do São Francisco. Abordo da fragata Pirajá, o Imperador esteve em Penedo e em Piranhas, depois seguiu a cavalo até Delmiro Gouveia, de onde conheceu a cachoeira de Paulo Afonso (Figura 16). Ao longo do caminho, D. Pedro II pode observar os efeitos da seca e constatar que associada à falta de alimentos, havia também dificuldades para transportar alimentos de outras áreas mais favorecidas. Em seu diário, o Imperador registrou todos os detalhes dessa exaustiva viagem e ao regressar ao Rio de Janeiro, nutriu a ideia de unir o médio ao baixo São Francisco (P.M.P., 1976; MENEZES, 2014).

Figura 16 - Roteiro da visita de Dom Pedro II ao Sertão do Nordeste em 1859



Foto: Museu Imperial/RJ

Fonte: <http://www.petrolandia.pe.gov.br/~petrolandiapego/a-cidade/3/historia.html>

Acesso: 24/03/2018

A autorização para a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA) foi dada pelo alagoano Senador do Império, o Visconde João Lins Vieira C. de Sinimbu. De acordo com Douglas Apprato Tenório, a intenção do ministro era amparar os flagelados da seca, através de uma medida duradoura, e de beneficiar uma área tão sofrida e desassistida pelos poderes públicos (1996 apud CORREIA, 2015).

Nesse sentido, a EFPA foi concebida com o propósito de ligar o baixo ao médio São Francisco e de socorrer os flagelados da seca de 1877 (OLIVEIRA, 2003). Segundo Correia (2015, p. 30), citando Estêvão Pinto, havia um duplo objetivo na instalação da EFPA: “(a) Ligar social e comercialmente as regiões do alto e baixo São Francisco (divididos pelos obstáculos das cachoeiras) e (b) proporcionar recursos às populações flageladas pelas secas dos sertões da Bahia, de Pernambuco e do Ceará”.

Todavia, aqueles que se opunham à construção da EFPA destacavam erros de natureza técnica e econômica na escolha do trajeto. Argumentavam que o trecho encachoeirado do rio São Francisco, acima de Jatobá, não havia sido desimpedido, e isto constituiria um obstáculo à navegação. Ressaltavam também que numa região despovoada como o Sertão, a economia local ou regional estaria restrita às áreas de implantação das estações da ferrovia.

No entanto, a prioridade da EFPA, de acordo com o relatório do Engenheiro Carlos Krauss, era socorrer a lavoura de vinte mil léguas quadradas do alto São Francisco, reduzindo a despesa de transporte dos seus produtos, não sendo possível, assim, atender às reclamações que não passavam de interesses locais mesquinhos (BONFIM, 2007 apud CORREIA, 2015).

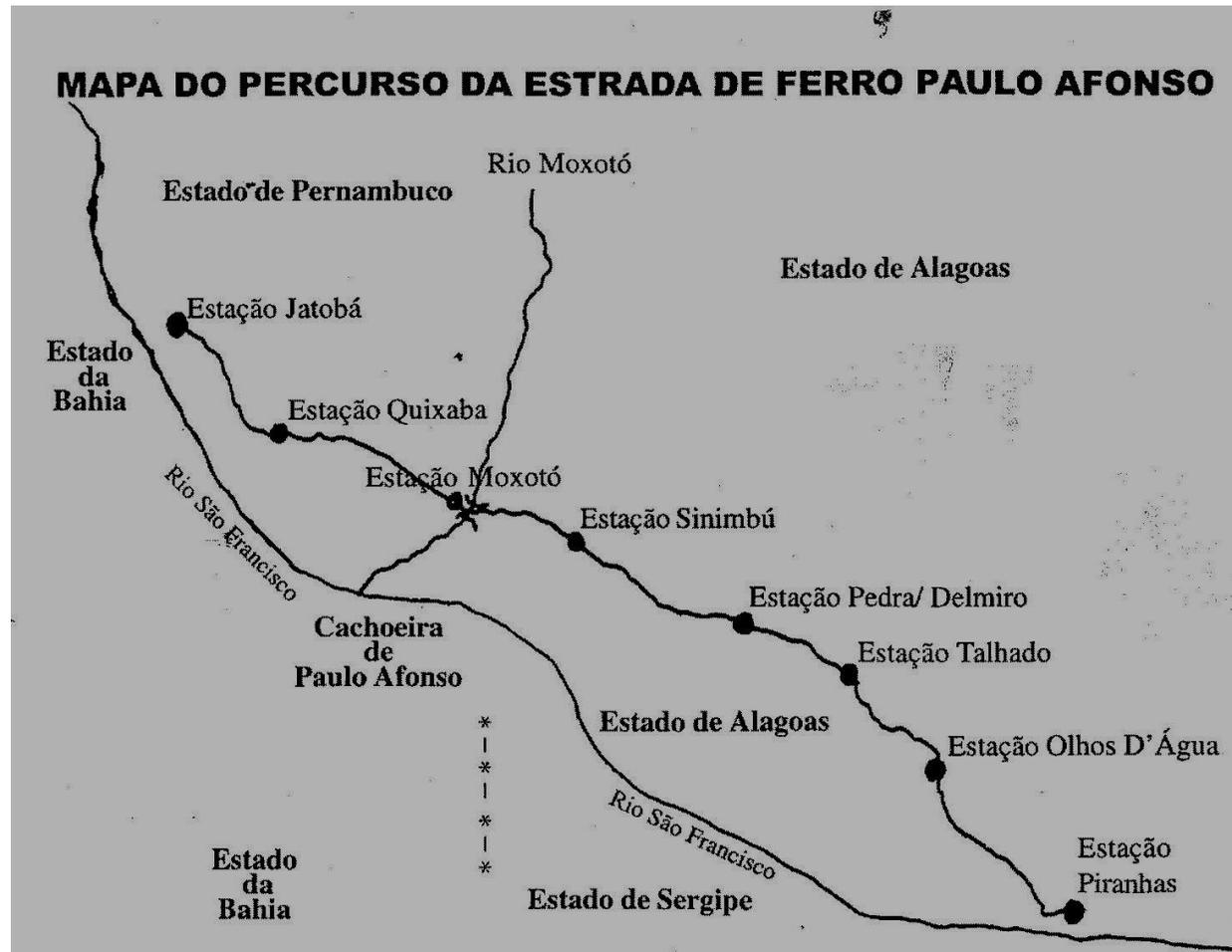
A decisão governamental de fomentar novos investimentos no setor ferroviário apontava, assim, para a necessidade de ampliar os mercados interno e externo, haja vista que a produção de açúcar e algodão no Nordeste “[...] precisava não apenas do transporte fluvial para alcançar o mercado externo e do ferroviário para agilizar a circulação internamente, mas também de alguma habilidade técnica e administrativa nos negócios relativos a trens, navios e canoas, para que isso ocorresse” (OLIVEIRA, 2003, p. 264).

Além disso, no tocante à construção da ferrovia ser uma ação estruturante no combate aos danos da seca, Oliveira (2003) destaca que ao longo dos cinco anos que decorreram o processo de construção da EFPA, ofertou-se ocupação e alimento para mais de sete mil pessoas pobres. Utilizou-se a mão-de-obra disponível, sobretudo os desvalidados da seca, cujo pagamento, dessa mão-de-obra assalariada, era feito com “ração” (comida). Uma ação pontual que cumpriu o papel de dar atenção à seca no Nordeste.

A EFPA foi idealizada pelo engenheiro André Rebouças, com planejamento do norte-americano W. M. Roberts e responsabilidade técnica dos engenheiros Carlos Kraus, Reinaldo Von Kruger e Jean Monthier (OLIVEIRA, 2003). A construção da estrada ficou sob a responsabilidade do engenheiro Eduardo Morais, que também foi nomeado Juiz Comissário da Comarca de Tacaratu para que pudesse julgar a legitimidade dos documentos de posse das terras a serem utilizadas pela ferrovia (MENEZES, 2014).

A ferrovia começou a ser construída em 23 de outubro de 1878, em Piranhas – AL, e o seu trecho final, em Jatobá de Tacaratu – PE, foi inaugurado em 02 de agosto de 1883. Ao longo dos seus 116 km de extensão (Figura 17 e 18), o trem saía de Piranhas (AL), parava em Olho D’Água do Casado (AL), Talhado (AL), Sinimbu (AL), Delmiro Gouveia (AL), Volta de Moxotó (PE), Quixaba (PE) até chegar a Jatobá (PE). A ferrovia era composta por até oito vagões: um de primeira classe, um ou dois de segunda classe, um ou dois de grade para animais e de um a três para transporte de outras mercadorias (OLIVEIRA, 2003).

Figura 17 – Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/fotos/mapa-pauloafonso.jpg>  
 Acesso em: 29/06/2017

Figura 18 – Estações ao longo do Percurso da Estrada de Ferro Paulo Afonso



Fonte: <https://trilhanostrilhos.wixsite.com/trilhanostrilhos/programacao?lightbox=dataItem-iy7z51rf5>  
 Acesso em: 29/06/2017

A EFPA demorou cinco anos para ser construída, em razão da troca de empreiteiros e paralisações das obras por falta de recursos. Segundo Menezes (2014), a construção da ferrovia apresentou as seguintes etapas de desenvolvimento:

[...] em 25/02/1881 foi inaugurada a estação de Olhos D'Água dos Casados no Km 27.847; em 10/07/1882 já eram inauguradas as estações do Talhado no Km 30.804 e Pedra no Km 54.446; em 02/08/1882 foram inauguradas as estações Sinimbu no Km 79.939 encerrando o lado alagoano e Moxotó no Km 83.736 já em Pernambuco. As outras duas estações pernambucanas foram Quixaba, no Km 111, 232 inaugurada em 09/07/1883 e, finalmente, Jatobá, no Km 115.136 inaugurada em 02/08/1883(MENEZES, 2014, p.25).

Associado à construção da EFPA, o governo também planejou a construção de um grande porto fluvial na povoação de Jatobá. O plano era que os navios trazendo mercadorias e passageiros de Juazeiro (BA) descarregariam em Jatobá, de onde seguiriam de trem até Piranhas, onde já havia um porto fluvial, e de lá seguiriam de navio para Penedo (AL) e Propriá (SE). No sentido inverso, as mercadorias e os passageiros desembarcados em Propriá e Penedo, seguiriam de trem até Jatobá, de onde seriam levados de barco até Juazeiro e de lá para as demais cidades banhadas pelo Rio São Francisco até Minas Gerais.

Antes da chegada da EFPA, Jatobá era um pequeno povoado frequentado por vaqueiros que, segundo Halfeld, era constituído, em 1854, por apenas três casas localizadas no Sítio do Jatobá (COSTA, 1951 apud MENEZES, 2014). Com a perspectiva de progresso e civilização trazida pela estrada de ferro, a povoação de Jatobá rapidamente se expandiu e em 1883, quando a ferrovia chegou, várias casas já haviam sido construídas, inclusive às destinadas aos administradores e funcionários que trabalhavam na linha férrea (IBGE, 1958).

Com a chegada da ferrovia, o comércio da povoação de Jatobá se desenvolveu, tornando-se um dos mais florescentes do Sertão. Intensificou-se o movimento de barcos, que carregavam e descarregavam mercadorias na parte baixa da cidade, no chamado Porto da Rua. Diante disso, procedeu-se a construção do porto, o cais D. Pedro II, mesmo sem ter sido realizada a desobstrução das corredeiras de São Pedro Dias, localizadas a 12 km do cais.

Em 1883, D. Pedro II ordenou a construção de um ancoradouro, dentro dos estilos arquitetônicos da época, com guindastes, para descargas de volumes pesados e escadarias de desembarque de passageiros (P.M.P., 1976). O cais D. Pedro II (Figura 19) era uma construção imponente toda em pedra com três lances de escada ligados a um paredão de 30 m de comprimento e a base do guindaste medindo, aproximadamente, 17 m de altura do lado do rio (MENEZES, 2014).

Figura 19–Cais Dom Pedro II

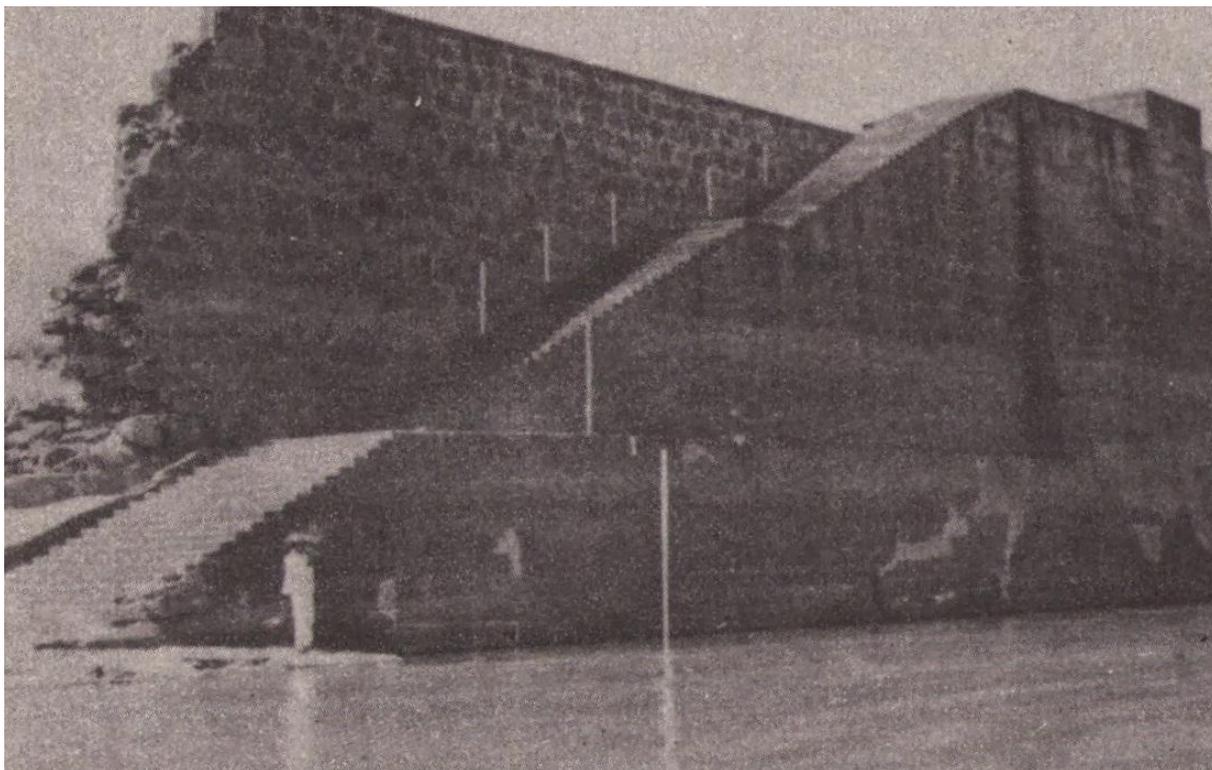


Foto: IBGE, 1958

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/petrolandia.htm>

Acesso: 29/06/2017

A construção do cais, entretanto, não cumpriu plenamente a sua finalidade, haja vista que a passagem de barcos, de pequeno calado, pelas corredeiras de São Pedro Dias, só era possível no período das cheias no rio. No restante do ano, apenas canoas pequenas podiam trafegar. Para alguns técnicos, a eficiência do ancoradouro poderia ter sido maior, caso tivesse sido construído acima das corredeiras, na localidade Várzea Redonda, evitando-se que os barcos enfrentassem as correntezas (MENEZES, 2014).

Entre 1877 e 1878, foi construída e inaugurada a Estação Jatobá. Projetada por Eduardo Moraes, a sua configuração era volumétrica, possuía grandes espaços destinados à carga e a plataforma de desembarque ficava voltada para o rio (Figura 20). Muito embora fosse uma estação de cargas e de passageiros, alguns acreditam que o seu principal propósito fosse o transporte de cargas, pois a sua plataforma de embarque não possuía e nem mostrava vestígios de ter tido um abrigo de proteção, através dos grandes beirais, para os passageiros (SÁ, 2000).

Figura 20 – Estação de Petrolândia



Foto: Luiz Bonfim, 1980

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/petrolandia.htm>

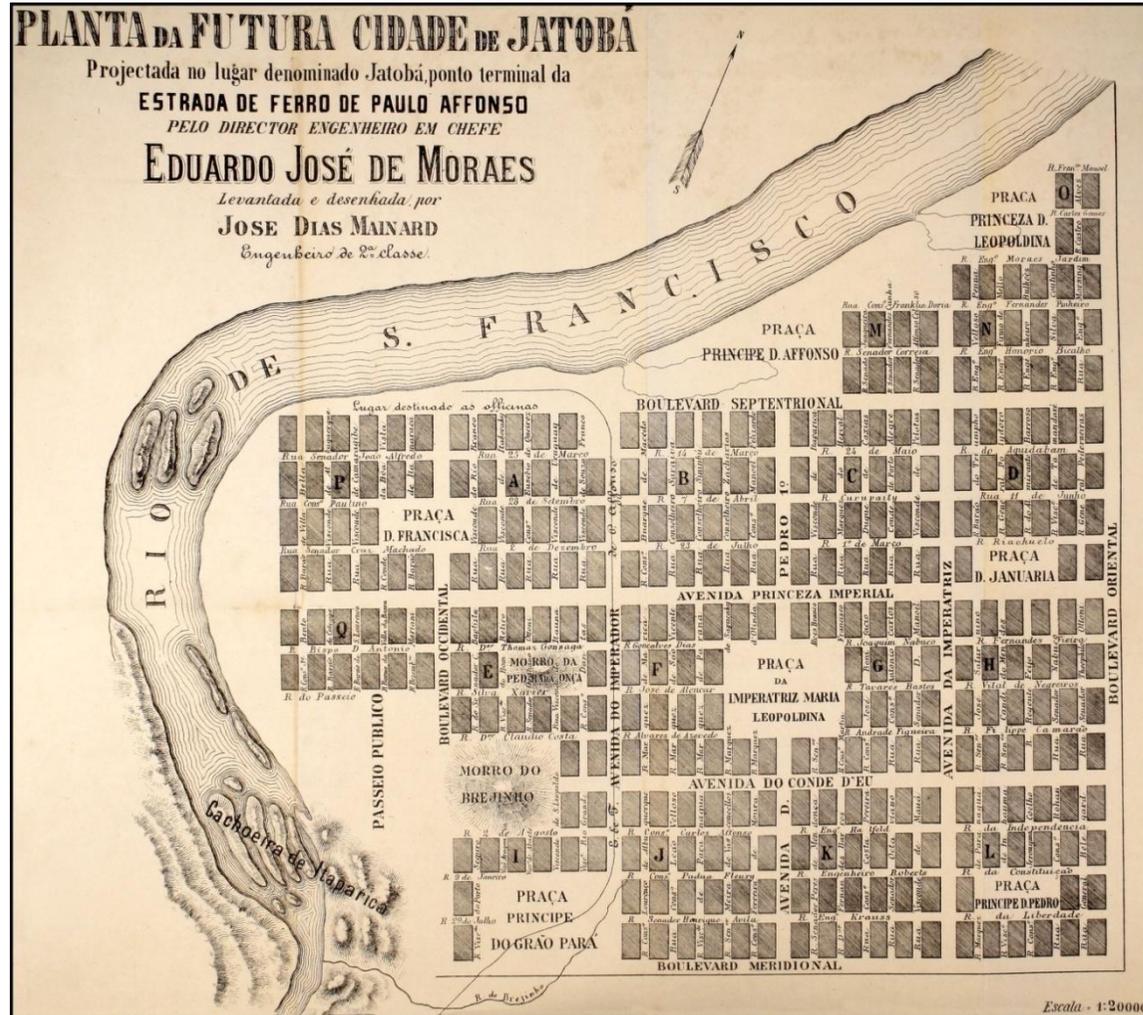
Acesso: 29/06/2017

O engenheiro Eduardo Morais, diante da perspectiva de crescimento da povoação, elaborou o planejamento da futura cidade de Jatobá. A cidade ocuparia uma área superior a 14 mil metros quadrados, na parte mais alta, numa planície voltada para a Cachoeira de Itaparica, buscando-se evitar os prejuízos causados pelas cheias. A nova cidade de Jatobá teria avenidas (100 m) e ruas (50 m) largas e arborizadas, ficando uma faixa central destinada a futuras instalações de carris de ferro, rede de esgotos e distribuição de gás. Esta talvez tenha sido a primeira cidade planejada do Sertão (IBGE, 1958; MENEZES, 2014).

A princípio, as construções obedeceram ao plano traçado, sobretudo aquelas ligadas à estrada de ferro (Figura 21). Era rigorosamente proibida a construção de casas que não seguissem o projeto. Todavia, os administradores municipais que se seguiram, puseram de lado a planta, e passaram a construir de acordo com as próprias conveniências (MENEZES, 2014).

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais desencadeadas pela EFPA fizeram com que a povoação de Jatobá vivenciasse um rápido crescimento. Tanto que, em 01 de maio de 1887, pela Lei Provincial nº 1885, a povoação foi elevada a condição de Vila de Jatobá, passando a ser a nova sede do anteriormente denominado município de Tacaratu (IBGE, 1958; CONDEPE/FIDEM, 2014).

Figura 21 – Planta da Futura Cidade de Jatobá de 1883



Fonte: MORAES, Eduardo J. de. A Futura Cidade de Jatobá. Rio de Janeiro: Typographia de Miranda & Almeida, 1883

De acordo com Pereira da Costa, Jatobá se desenvolveu de forma tão significativa que em 1889 existiam nessa Vila 150 casas e em 1908 esse número voltou a subir para 400 casas, onde viviam 3.000 pessoas (1951 apud MENEZES, 2014). Acompanhando esse aumento populacional, surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais para atender à demanda por gêneros alimentícios e bebidas, foram criados armazéns e/ou bodegas<sup>15</sup> para a população se abastecer.

O armazém de cereais do Sr. Salu, a armazém do Cel. Aureliano Gomes de Menezes onde a mercadoria trazida de trem ou de barcos aguardava transporte para o local de destino, a Casa Esperança de Manoel Ovídio da Silva e a Casa Lealdade de João da Silva Leal que o povo na sua sabedoria simplificou para Bodega de “seu” Manoel Ovídio e Bodega do “seu” João Leal (MENEZES, 2014, p. 45).

Nesse contexto, a vila de Jatobá é elevada a categoria de cidade<sup>16</sup> em 1 de julho de 1909, pela Lei Estadual nº 991. Registra-se em 1911, que a divisão administrativa do município era constituída de quatro distritos: Jatobá (sede), Tacaratu, Espírito Santo e Volta do Moxotó (CONDEPE/FIDEM, 2014). De acordo com o Artigo 3º § 4º dessa Lei Estadual nº 991: “Terão a categoria de cidade as sedes dos municípios e de villas as dos districtos municipais que constituírem povoações distintas da sede do município” (FIAM-CEHM, 1994, p. 108 apud SÁ, 2000, p. 73).

Nessa época, segundo Costa, Jatobá desenvolvia um importante comércio de peles com a cidade de Piranhas e de sal com as cidades do alto São Francisco até a cidade de Januária em Minas Gerais, exportando mensalmente milhares de sacas, através de “grandes barcas”, que traziam desses lugares, entre outras mercadorias, café, borracha e penas de ema, que eram enviados para o mercado da capital (1951 apud MENEZES, 2014).

De acordo com Andrade (1983), as mercadorias eram transportadas até Jatobá em lombo de burros, em carros de boi, ou em embarcações de pequeno porte que navegavam nos trechos das corredeiras. De Jatobá, o algodão, os couros e as peles eram despachados de trem até Piranhas, depois seguiam de barco até Penedo, onde havia um importante porto flúvio-marinho.

No tocante ao movimento de mercadorias nas estações da EFPA entre 1909 e 1910, Oliveira (2003) destaca uma forte dependência de produtos básicos importados, reforçando a conexão do rio São Francisco com a ferrovia, uma produção regional especializada e uma

<sup>15</sup> Bodega era o nome atribuído ao estabelecimento comercial que vendia gêneros alimentícios e bebidas (MENEZES, 2014).

<sup>16</sup> No período republicano as cidades se consolidam como sedes políticas administrativas dos municípios. E os prefeitos passam a representar o poder executivo dos municípios (SÁ, 2000).

restrita capacidade da EFPA em relação à estrada de ferro Recife – São Francisco. Mercadorias como peles, farinha de mandioca, milho, querosene e sal constituíam importantes fluxos comerciais numa região de agropecuária e iluminada por candeeiros. Todavia, o inexpressivo fluxo de açúcar e de algodão indicava que a EFPA não era uma rota comercial importante, quando comparada às demais ferrovias existentes, sobretudo a ferrovia Recife – São Francisco, a mais importante da Região (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Principais Mercadorias Importadas EFPA e Recife-São Francisco (em toneladas)

| MERCADORIAS      | 1909 |       | 1910 |       |
|------------------|------|-------|------|-------|
|                  | EFPA | RC-SF | EFPA | RC-SF |
| VINHO – VINAGRE  | 16   | 313   | 27   | 369   |
| QUEROSENE        | 414  | 1718  | 205  | 2.289 |
| CHARQUE          | 10   | 3.889 | 6    | 4.289 |
| BACALHAU         | 3    | 2.085 | 1    | 2.689 |
| FARINHA DE TRIGO | 95   | 3.587 | 64   | 4.195 |
| TECIDOS          | 40   | 1.114 | 49   | 1.159 |
| ESPECIARIAS      |      | -     | 6    | 3.105 |
| FERRAGENS        | 26   | -     | 63   | -     |
| SAL              | 486  | -     | 346  | -     |
| ARAME            | 94   | 103   | 68   | 22    |

Fonte: Relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1909 - 1910, EFPA; RC-SF.

Adaptado de Oliveira (2003)

Tabela 4 - Principais Mercadorias Exportadas EFPA e Recife-São Francisco (em toneladas)

| MERCADORIAS         | 1909 |        | 1910 |        |
|---------------------|------|--------|------|--------|
|                     | EFPA | RC-SF  | EFPA | RC-SF  |
| AÇÚCAR              | 10   | 94.464 | 13   | 85.727 |
| ÁLCOOL - AGUARDENTE | 67   | 9.727  | 125  | 8.172  |
| CAROÇO DE ALGODÃO   | 55   | 4.729  | 410  | 5.552  |
| MILHO               | 771  | 14.498 | 200  | 18.857 |
| FARINHA DE MANDIOCA | 550  | 8.754  | 230  | 19.079 |
| COUROS              | 22   | 193    | 67   | 144    |
| PELES               | 685  | 108    | 507  | 32     |
| MADEIRAS            | 61   | 4.026  | 115  | 6.281  |
| LENHA               | 54   | 7.850  | 131  | 8.390  |
| CAFÉ                | 25   | -      | 13   | -      |

Fonte: Relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1909 - 1910, EFPA; RC-SF.

Adaptado de Oliveira (2003)

A estação de Jatobá, diferente da de Piranhas, cuja estação se conectava a um cais, de porte internacional, localizado em Penedo, era limitada pelas cachoeiras de Itaparica e o seu comércio, com os Estados da Bahia e de Minas Gerais, dependia das barcaças para transpor as corredeiras. Entretanto, o comércio de Jatobá entrou em declínio com os conflitos políticos dos clãs Cavalcanti e Mororos e o desenvolvimento de alternativas de transporte à EFPA na Região. Com a construção das estradas de ferro Rio-Pirapora (1910); Salvador-Juazeiro da Bahia (1896) e a ligação fluvial entre as cidades de Pirapora e Juazeiro, a cidade de Jatobá viu a outrora pujança do seu comércio, dar lugar à decadência (IBGE, 1958).

Associado a isto, Jatobá fora muitas vezes atingida por enchentes do rio São Francisco. Em 1906, o rio invadiu a cidade e destruiu 48 casas. Em 1919, a cheia destruiu 22 casas e danificou 19. E em 1926, outra enchente trouxe sérios transtornos à Jatobá e a necessidade de reconstruir uma parte da cidade numa área mais elevada (IBGE, 1958). Coube ao engenheiro, do departamento de municipalidades, Luiz Campello, a incumbência de, em 1934, traçar a nova planta da cidade de Jatobá (A SEMENTE, 1934 apud SÁ, 2000).

De acordo com o jornal local, “A Semente”, em uma reportagem intitulada “Queixas Innocuas”, era inexpressiva a atuação dos políticos locais, junto ao governo do Estado, diante da situação de crise, há muito, vivenciada na cidade. “A actual situação de Jatobá, quer política quer administrativa, é d’aquellas que inspira lastima, se ella não estivesse a dizer mal do nosso nome, a dar por ahi a fora, a idéia de que elle não tem quem seja capaz de girir os seus destinos com acerto e probidade” (A SEMENTE, 1924, p. 1-2 apud SÁ, 2000, p. 76).

Em crise, a cidade de Jatobá é rebaixada à condição de distrito de Tacaratu, pela Lei Estadual nº 1.830 de dezembro de 1926. Tacaratu passa a ser a sede do município e é elevado à condição de vila (CONDEPE/FIDEM, 2014). Segundo essa lei, em seu Art. 1º - “Fica transferida a cidade de Jatobá para a Vila de Tacaratu, a sede do município de Jatobá para Tacaratu”. E no seu Art. 2º - “Fica elevada à categoria de cidade a atual Vila de Tacaratu, passando a atual cidade de Jatobá a ter a categoria de Vila” (FIAM/CEHM, 1994, p. 109 apud SÁ, 2000, p.76).

Depois, em 11 de setembro de 1928, a Lei Estadual nº 1.931 extingue o distrito de Espírito Santo, anexando o seu território ao distrito de Moxotó. Em divisão administrativa de 1933, o município de Tacaratu aparece constituído pelo seu distrito sede (Tacaratu), Jatobá de Tacaratu (ex-Jatobá) e Moxotó (ex-Volta de Moxotó) (CONDEPE/FIDEM, 2014).

### 5.2.2.2 Das primeiras iniciativas de aproveitamento das águas do São Francisco às intervenções das Instituições Federais na Região

Na década de 1920 emergem propostas que visavam alavancar a economia de Jatobá que se encontrava em crise. Em 1923, o engenheiro e industrial recifense Francisco Brandão Cavalcanti, que havia fundado a firma Brandão Cavalcanti & Cia Ltda. em Jatobá, propôs explorar a cachoeira de Itaparica. A proposta, apresentada ao Governador Sérgio Loreto, previa o aproveitamento da Cachoeira de Itaparica para captação de energia com fins agrícolas. O plano abrangia a irrigação do vale do São Francisco, de Jatobá a Petrolina, a fundação de colônias agrícolas, voltadas para o cultivo intenso e extensivo de algodão e de outras culturas industrializáveis e o fornecimento de energia para o Recife (IBGE, 1958; SÁ, 2000; MENEZES, 2014).

O vultoso projeto, entretanto, foi recebido com ceticismo pelo Governo e por grande parte da imprensa na época, que questionavam a capacidade financeira de uma pequena empresa particular, com poucos recursos, de gerir um empreendimento dessa monta. Diante disso, o Governo não destinou apoio financeiro ao projeto, por considerá-lo inviável, mas autorizou o início dos trabalhos.

A firma Brandão Cavalcanti & Cia Ltda., mesmo sem o apoio do governo, adquiriu, com recursos próprios, terras num lugar denominado Barreiras, onde pretendia implantar a primeira colônia de irrigação. Dos proprietários de terras jatobaenses, entusiastas do projeto, recebeu, através de doação, um terreno que abarcava a cachoeira de Itaparica, onde seriam construídas as instalações hidroelétricas. Para tanto, havia comprado um motor de 400 HP para instalar na pequena usina de Itaparica, cujas obras tiveram início em 1932. Do Estado recebeu o prédio das antigas oficinas da EFPA, em troca da construção dos prédios das Escolas Reunidas 10 de novembro e o da cadeia da cidade (IBGE, 1958; MENEZES, 2014).

Todavia, sem os recursos financeiros necessários para dar continuidade ao projeto, o empresário Francisco Brandão vendeu, em 1933, os direitos que tinha sobre os terrenos marginais a Itaparica e demais bens que possuía à Cia Agrícola Pastoril do São Francisco, que assumiu o compromisso de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela empresa antecessora (IBGE, 1958; SÁ, 2000; MENEZES, 2014).

A Cia Agrícola Pastoril do São Francisco, para a alegria dos jatobaenses, executou o cercamento de 3.000 ha de terras em Barreiras e realizou uma completa reforma do antigo prédio da EFPA, instalando no local uma oficina mecânica, uma marcenaria e serviços de cerâmica. A empresa também adquiriu uma turbina hidroelétrica de 1.000 HP e construiu a

casa de máquinas, os túneis e os canais da pequena usina hidrelétrica a ser instalada em Itaparica (IBGE, 1958; MENEZES, 2014).

De acordo com o jornal “A Semente” de 1933, as atividades da Cia Agrícola Pastoril do São Francisco resultaram em um período de grande prosperidade para a vila de Jatobá. Aumentou o número de pessoas empregadas, mais dinheiro passou a circular e o comércio voltou a se movimentar. A população da cidade cresceu e também aumentou o número de moradias.

[...] Jatobá tem na Cia. Agrícola do S. Francisco, a garantia certa de um futuro de grandeza. As melhorias já começaram: cresce o numero das edificações, a população augmenta, vultoso é já o numero dos que trabalham nos serviços da sympathica e poderosa empreza, duas são as feiras semanaes em vez de uma e o commercio tende a tomar um incremento esperançoso. E assim não tardará muito que Jatobá tenha no sertão pernambucano, o logar de destaque a que está fadado pelas suas immensas possibilidades (A SEMENTE, 1933, p. 1-3 apud SÁ, 2000, p. 106).

O comércio de Jatobá cresceu e se diversificou, aumentando o número de casas comerciais, totalizando 10 estabelecimentos. Segundo Menezes (2014), no segundo quinquênio dos anos 1930, existiam na Rua do Comércio (Rua D. Pedro II), subindo em direção à Rua do Governo, do lado esquerdo, a Merceria Ponto Ideal (Zé Paquina), a Bodega de Chico Dé, a Padaria Cabôco Lola, a Drogaria Menezes e a Barbearia de Antônio, onde em uma de suas dependências também funcionava o jornal Correio do Sertão. E do lado direito, tínhamos a Loja do Povo, a Bodega de José Ferraz, a Loja Martins tecidos, a Casa Esperança de M. Ovídio & Sobrinho (Barracão de “seu” Manoel Ovídio) e a Casa Lealdade (Bodega de João Leal) (MENEZES, 2014).

A feira-livre ocorria às sextas-feiras e ocupava a Rua do Comércio, no trecho entre a Bodega de João Leal e a Merceria de Zé Paquina. A maioria dos produtos comercializados era proveniente do próprio município, mas havia alguns de municípios circunvizinhos. Nos setores de frutas, verduras e hortaliças era possível encontrar tomate silvestre, coentro e cebolinha, usados como temperos, e as melhores frutas da região: pinhas, umbu, graviola, condessa, araticum, quixaba, murici, jatobá, laranja cravo, lima de “imbigo” e melancias e melões, quando os invernos eram chuvosos (MENEZES, 2014).

No setor de utensílios de barro, eram comercializados potes, panelas, quartinhas e filtros de pedra. Nessa época não havia água encanada e as famílias precisavam acondicionar água para uso doméstico e beber. No setor de artigos de palha, era possível adquirir abanadores, para atizar o fogo, vassouras, chapéus e esteiras, utilizadas como camas pelas famílias mais pobres (MENEZES, 2014).

Em meio a essa dinâmica, a vila de Jatobá de Tacaratu passou a se denominar Itaparica pela Lei Estadual nº 12, de 11 de setembro de 1935. E, de acordo com as divisões administrativas de 31 de dezembro de 1936 e de 1937, o município de Tacaratu apareceu constituído de três distritos: Tacaratu (a sede), Itaparica (ex-Jatobá de Tacaratu) e Moxotó. Situação que se manteve até 31 de março de 1938, quando, em outra divisão territorial, o município de Tacaratu permaneceu constituído pelos mesmos três distritos, mas alterando o nome do distrito de Moxotó para Volta (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Nessa época, os trabalhos da Cia Agrícola Pastoril do São Francisco se encontravam bastante adiantados. Os 3.000 ha de terras em Barreiras já estavam prontos para receber a irrigação, todos os postes já haviam sido assentados e faltava apenas construir as adufas (comportas) e 70 m de canais da hidroelétrica, um serviço orçado em 1.500:000\$000, hum mil e quinhentos contos de réis (MENEZES, 2014).

Em 1937, porém, sem dispor de recursos financeiros e sem conseguir a liberação de um empréstimo negociado anteriormente junto ao Governo do Estado, a Companhia viu todos os seus esforços para concluir as obras se exaurirem e faliu. O Interventor Federal, Agamenon Magalhães, nomeado para Pernambuco pelo Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, ao negar o empréstimo, decretou o fim da Cia Agrícola Pastoril do São Francisco (MENEZES, 2014).

A falência da Companhia representou um duro golpe no processo de desenvolvimento da, agora, denominada Vila de Itaparica, haja vista que, entre outros aspectos, a paralisação dos trabalhos nas obras deixou um grande número de pessoas desempregadas. E os impactos só não foram maiores em razão das ações desenvolvidas pela Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) na região.

A Inspeção de Obras Contra a Secas (IOCS) foi criada em 21 de outubro de 1906 pelo Decreto nº 7619 e posteriormente transformada em IFOCS em nove de julho de 1919, pelo Decreto nº 13.687 (BRASIL, 2016). A Inspeção era subordinada ao Ministério de Viação e Obras Públicas e foi criada com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região Nordeste. À IFOCS competia à implantação de uma política de irrigação para o Sertão. No entanto, a sua atuação se concentrou na contenção dos efeitos da seca no Semiárido, através do desenvolvimento de uma política de construção de açudes (ARAÚJO, 1990 apud SÁ, 2000; MENEZES, 2014).

Em 1945, a IFOCS foi transformada no Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), uma autarquia federal<sup>17</sup> que, apesar de manter a perspectiva de soluções hidráulicas<sup>18</sup> para o problema da estiagem, teve algumas de suas atribuições alteradas, passando a ser responsável pela implantação de perímetros públicos de irrigação na região ribeirinha do rio São Francisco (SÁ, 2000; BRASIL, 2016).

O DNOCS executou várias obras de engenharia na região, construiu açudes, estradas de rodagem e carroçáveis, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas e usinas hidrelétricas (BRASIL, 2016). A atuação do DNOCS, contudo, é objeto de críticas, haja vista que houve uma apropriação dos mecanismos de intervenção criados pelo Estado, por parte dos grupos dominantes locais. O órgão foi transformando em um reduto das oligarquias nordestinas, que passaram a controlar a distribuição de verbas públicas (SÁ, 2000).

A IFOCS começou a atuar em Itaparica em 1935, através da realização de estudos científicos voltados para a identificação dos principais aspectos que caracterizavam o espaço sertanejo e os seus habitantes. Mas foi a partir de 1936 que as suas ações passaram a envolver a contratação de uma grande quantidade de pessoas, como a fundação do Posto Agrícola do Icó e a construção do campo de aviação (MENEZES, 2014).

O Posto Agrícola do Icó era um campo de irrigação experimental construído numa grande área de 400 hectares. O Posto Agrícola era constituído por casas residenciais para os servidores e o chefe do posto, escritório da administração, posto de enfermagem e um pequeno açude (MENEZES, 2014).

Em pouco tempo, formou-se, em torno do Posto Agrícola, o núcleo de Icó, um florescente povoado, dotado de boas casas comerciais e de um posto médico. Com a instalação do primeiro posto médico de Itaparica, não havia mais necessidade da população se deslocar para Pedra, em Alagoas. A IFOCS também construiu o grande açude de Poço da Cruz e uma nova estrada ligando Itaparica a Mirim (Ibimirm), também conhecida como a Reta do Mirim, com 98 km em linha reta, considerada, nos anos 1940, a maior estrada em linha reta do mundo (MENEZES, 2014).

A fundação do Posto Agrícola de Icó impulsionou a produção agrícola de horticultura e fruticultura de Itaparica. Eram produzidos vários tipos de hortaliças, bananas, melões,

---

<sup>17</sup> O DNOCS é transformado em uma autarquia federal em 01 de junho de 1963, pela Lei nº 4.229.

<sup>18</sup> Entende-se por soluções hidráulicas o momento em que o modelo de desenvolvimento para o Nordeste viria por meio do armazenamento de água, como, por exemplo, a construção de açudes.

melancias e laranjas cacau, também conhecidas como laranja do Icó. Esses produtos abasteciam, dentre outros municípios, as feiras-livres de Floresta, Petrolândia e Tacaratu.

Nesse contexto, o comércio da vila de Itaparica também teve que se adaptar às novas demandas oriundas da chegada da IFOCS e de seus funcionários e familiares. Os jovens funcionários da Inspeção reivindicavam um espaço onde pudessem se reunir para conversar, beber e conhecer pessoas da cidade (MENEZES, 2014).

No entanto, não existiam em Itaparica bares e nem refrigeradores, as bebidas eram vendidas em doses nos balcões das bodegas. O bar mais próximo, onde havia um rádio e um refrigerador, era o bar de Antônio Lopes, que se localizava na vila de Pedra de Delmiro em Alagoas. Surgem, assim, em razão dessas demandas, os primeiros bares de Itaparica. O comerciante Manoel Ovídio adquiriu uma geladeira “*frigidaire*”, a querosene, e criou um local onde era possível encontrar bebidas geladas, cervejas, guaraná e picolés (MENEZES, 2014).

Em 14 de dezembro de 1937, chegava a Itaparica o hidroavião Tacutu, trazendo pessoas para inspecionarem os trabalhos da IFOCS. A população, entusiasmada com a novidade, aglomerou-se às margens do rio para admirar o primeiro avião a chegar a Itaparica. Alguns meses depois, registrou-se a chegada de outro hidroavião, o Taquery, que também pousou as margens do rio (MENEZES, 2014).

Em 1938, a IFOCS inaugurou um campo de pouso em Itaparica. O campo de aviação foi construído em uma área plana com 600 m de extensão por 300 m de largura, voltada para a Cachoeira de Itaparica. No local também foram construídos um hangar e uma casa residencial. A Inspeção adquiriu dois aviões de tamanho médio, o São Francisco e o Nordeste, com capacidade para seis passageiros, ao preço de setecentos e cinquenta contos de réis cada um deles (MENEZES, 2014).

O ano de 1938 marcou também a data que a vila de Itaparica readquiriu os foros de cidade. O Decreto Lei nº 235 de nove de dezembro de 1938 designou que a sede do município de Tacaratu fosse transferida para o distrito de Itaparica, passando o município a ter a mesma denominação da sua sede e sem alteração do seu território. O novo distrito – sede foi instalado em um de janeiro de 1939 e a cidade de Tacaratu rebaixada a condição de distrito de Itaparica. A divisão territorial fixada para o período 1938-1943 estabelece que o município de Itaparica seja constituído de três distritos: Itaparica (sede), Tacaratu e Volta (ex-Moxotó) (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Em 1942, o Ministério da Agricultura, sob a direção do agrônomo pernambucano Apolônio Sales, ciente dos bons resultados obtidos pelo Posto Agrícola do Icó, instalado pela

IFOCS, adquiriu o acervo da Cia Agrícola Pastoril do São Francisco e realizou importantes investimentos na região. Por iniciativa do ministro Apolônio Sales, concluem-se as obras da pequena usina hidrelétrica de Itaparica e funda-se o primeiro projeto de colonização da região.

O Núcleo Colonial Agro Industrial do São Francisco foi o primeiro projeto em larga escala e em caráter industrial, de colonização e irrigação na Região do São Francisco. O Núcleo foi criado em 1943 e administrado, inicialmente, pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), e posteriormente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), tendo como seu primeiro administrador o engenheiro agrônomo Djalma Almir Wanderley (BARROS, 1985; MENEZES, 2014).

O popularmente denominado Núcleo Colonial de Barreiras ocupava uma área de 6.600 ha, abrangendo terras de variados aspectos, desde as pedregosas, as excessivamente arenosas até as escuras, ricas em humo e bom teor de argila, localizadas nas manchas de terras no vale da ribeira, denominada Barreiras (BARREIRA, 1952). O Núcleo encampou as terras que haviam sido preparadas para a irrigação pela Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco na localidade de Barreiras.

A proposta do núcleo previa a construção e instalação de olaria, serraria, carpintaria, oficina mecânica, usina hidroelétrica, prédios residenciais para os funcionários e instalação de dependências administrativas. Além de escola, igreja, convento, hospital e cinema. Havia também um serviço de irrigação com moto-bomba de 3.500 rotações e capacidade de 400 litros por segundo, com rede geral de canos de ferro e vazão de 3 litros por segundo (BARREIRA, 1952).

Aos colonos seriam distribuídas 100 granjas de 52.000 m<sup>2</sup>, dotadas de uma casa para o colono, duas casas para os agregados, pocilga, estábulo, galinheiros. Também lhes seriam entregues: 200 coqueiros anões, 3.000 goiabeiras, 3.000 galinhas, 10 suínos, 05 vacas, 20 fruteiras e 02 colmeias. Os custos iniciais com a implantação das granjas seriam de competência do Núcleo, sendo previsto que os colonos pagariam os valores gastos em 10 parcelas anuais, sem juros, a partir do terceiro ano do recebimento da granja completamente instalada e em plena irrigação e produção. (BARREIRA, 1952).

Para Milton Barreira (1952), o modelo de colonização adotado no Núcleo era impraticável economicamente e socialmente injusto com o verdadeiro lavrador, sobretudo, quando se considera o fato do colono não pagar pela água da irrigação e ainda ter agregados ao seu serviço.

Considerando [...] a circunstância de cada granjeiro ter dois agregados a seu serviço, morando em casas para tal fim destinadas pelo próprio Núcleo, conclui-se que esse tipo de colonização, adotado pelo Ministério da Agricultura, aberra dos princípios hodiernos da economia rural de que o lavrador deve trabalhar a sua terra com a sua família e não explorando o trabalho do verdadeiro lavrador como seu agregado, parceiro ou arrendatário (BARREIRA, 1952, p. 243).

Nessa mesma época, por imposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Itaparica passa a se denominar Petrolândia<sup>19</sup>, haja vista a existência da Itaparica baiana. O Decreto Estadual nº 952 de 31 de dezembro de 1943 proibia que duas cidades ou vilas tivessem a mesma nomenclatura. De acordo com a divisão territorial judiciário-administrativa, fixada para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município era constituído pelos distritos de Petrolândia (ex-Itaparica), Tacaratu e Volta (IBGE, 1958).

Com relação à pequena Usina hidrelétrica da cachoeira de Itaparica, suas obras foram concluídas em 1944, mais de uma década após o seu início em 1932. Ela foi construída na Cachoeira de Itaparica, no *canyon* do São Francisco, 3 km ao sul da sede do município. Tratava-se de um modelo típico de usina hidrelétrica, no qual não havia a necessidade de represamento da água, sendo o seu fluxo controlado por comportas. Essa pequena unidade geradora de energia forneceu eletricidade para Petrolândia, Tacaratu, Floresta e, principalmente, para o Núcleo Colonial Agro Industrial do São Francisco (BARROS, 1985; SÁ, 2000).

No entanto, nos períodos normais de cheias ou vazantes do rio, ocorriam frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica em Petrolândia. Segundo Menezes (2014), erros na execução do projeto impossibilitaram o pleno funcionamento da unidade hidrelétrica de Itaparica. As quatro comportas projetadas, pela Companhia Agropastoril, para a hidrelétrica funcionar independentemente das cheias e as vazantes do rio, não foram construídas. Além disso, os canais que levavam água à Usina, assoreados pelo tempo de abandono, não foram devidamente desobstruídos, dificultando a passagem da água.

Passados os percalços iniciais, foram concluídas as obras de implantação do Núcleo Barreiras, sendo construídos os edifícios administrativos, o bairro comercial, os estábulos, as pocilgas, a instalação da primeira bomba de recalque, a igreja e o hospital. No tocante ao hospital, entretanto, Menezes (2014) ressalta que este deveria ter sido construído em Petrolândia, no distrito sede, e não em Barreiras. Posteriormente, o hospital foi reformado e reinaugurado, no início dos anos 1950, com o nome de Hospital Regional de Petrolândia.

---

<sup>19</sup>O nome Petrolândia, Terra de Pedro, é uma homenagem ao Imperador D. Pedro II que ainda no século XIX autorizou a construção de um porto fluvial e a EFPA (SÁ, 2000).

Com relação às granjas, a princípio só foram entregues 14 das 100 planejadas em 1943. Nas quais, os colonos desenvolveram a avicultura e os cultivos do coqueiro anão, goiabeiras, bananeiras, jerimum, melão, etc. Mas, não tardaram a aparecer os primeiros sinais de salinização nas granjas, pois os sertanejos, sem conhecimento técnico, acreditavam que bastava jogar água no solo. As demais granjas só viriam a ser entregues, em pleno funcionamento, mais de uma década depois. Em 1957, foram entregues 105 granjas, com lotes ampliados para 08 ha, aos colonos, que fundaram, juntamente com os funcionários do Núcleo, a Cooperativa Mista dos Funcionários e Colonos do Núcleo Colonial de Petrolândia (MENEZES, 2014).

Em relação às atividades industriais, funcionavam no Núcleo uma cerâmica e uma pequena fábrica de doce de goiaba e banana, que posteriormente passou a funcionar no prédio que havia sido construído para a “charqueada” (MENEZES, 2014). Dados do censo de 1950 revelam que existiam 19 estabelecimentos industriais funcionando em Petrolândia (IBGE, 1958). Moradores da época relatam a existência de uma grande indústria de farinha e de um grande frigorífico no município (SÁ, 2000).

A produção agrícola do Núcleo abastecia as feiras de Petrolândia, Tacaratu e de cidades circunvizinhas. Logo, também se instituiu uma feira em Barreiras e passou-se a ofertar transporte gratuito para os petrolandenses que tivessem interesse de vir montar suas barracas. Fato este que gerou uma série de insatisfações por parte dos moradores e dos comerciantes do distrito sede do município, o mais desenvolvido e populoso.

Segundo Menezes (2014), o primeiro administrador do Núcleo concentrou verbas e investimentos no povoado de Barreiras, que dirigia com poderes absolutos, ignorando as demandas de Petrolândia. No período das festas tradicionais do município, por exemplo, ao invés de ofertar transporte para os barreirenses irem participar dos eventos da sede, organizava festas no clube do Núcleo e fornecia transporte para os petrolandenses. Posteriormente, com as mudanças de administradores, esses problemas foram superados e o Núcleo passou a atuar de forma articulada com as demandas do distrito sede.

A implantação e a atuação do Posto Agrícola do Icó e do Núcleo Colonial Agro Industrial do São Francisco desencadearam uma série de transformações, que se refletiu em possibilidades de desenvolvimento econômico para o município, com especial destaque para os setores da agricultura e do comércio de Petrolândia.

A análise dos dados censitários de 1940 e 1950 revela que a população residente no município cresceu 28,4% nesse período, um incremento de 5.607 pessoas, atraídas, sobretudo, pelas oportunidades ofertadas pelos projetos implantados em Petrolândia. Constata-se que

houve um crescimento das populações urbana e rural do município, com maior destaque para a população urbana, cujo crescimento de 45,2%, representa um aumento de 2.116 pessoas que passaram a residir no espaço urbano (Tabela 5).

Tabela 5– População Residente por Situação de Domicílio.  
Município de Petrolândia. Censos de 1940 – 1950 - 1960

| Ano  | População |        |        |
|------|-----------|--------|--------|
|      | Urbana    | Rural  | Total  |
| 1940 | 2.565     | 11.551 | 14.116 |
| 1950 | 4.681     | 15.042 | 19.723 |
| 1960 | 3.094     | 6.854  | 9.948  |

Fonte: CONDEPE, FISEPE, BDE, 2000; Sá (2000)  
Organizado pelo autor, 2018

Entretanto, convém registrar que essa tendência de crescimento da população petrolandense, expressa nos dados de 1950, sofreu uma forte retração na década de 1960, em razão, sobretudo, do desmembramento do distrito de Tacaratu. A Lei Estadual nº 1.818 de 29 de dezembro de 1953 desmembrou de Petrolândia o distrito de Tacaratu, o qual foi novamente elevado à categoria de município com igual nome, ficando Petrolândia apenas com dois distritos: Petrolândia (sede) e Volta (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Nesse período de 1940 a 1960, Petrolândia era essencialmente um município rural, haja vista que a maior parte da sua população residia no campo e a sua economia estava alicerçada na agricultura, destacando-se as culturas do feijão, do milho, da mandioca e do algodão (Tabela 6). Reforçando esta tônica, 34% das pessoas economicamente ativas no município, segundo dados de 1954, estavam ocupadas nos setores da agricultura, pecuária e silvicultura (IBGE, 1958). Todavia, os dados do censo de 1960 também revelaram que, apesar da ênfase rural do município, boa parte da população economicamente ativa de Petrolândia estava ocupada no setor industrial, com mais de 20%, e no setor terciário, com 11,02% (ANDRADE, 1983).

Na década de 1950, a sede do município era constituída de 27 logradouros, três pavimentados, quatro arborizados e todos dotados de iluminação pública e domiciliar. Na cidade funcionava uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Agência da Rede Ferroviária do Nordeste, a antiga EFPA. Nessa época, não havia agências bancárias em Petrolândia (IBGE, 1958).

Tabela 6 - Volume e Produção dos Principais Produtos Agrícolas. Município de Petrolândia - 1954

| Produto  | Unidade    | Volume  |
|----------|------------|---------|
| Algodão  | Arroba     | 260.000 |
| Feijão   | Saco 60 kg | 2.800   |
| Mandioca | Tonelada   | 995     |
| Milho    | Saco 60 kg | 800     |

Fonte: IBGE, 1958

Organizado pelo autor, 2018

O comércio petrolandense, apesar de ter se expandido, até os anos 1960 era pequeno e não ofertava muita diversidade, existiam 22 estabelecimentos comerciais, voltados, sobretudo, para as demandas locais. As casas comerciais vendiam praticamente os mesmos artigos e para adquirir qualquer produto que não fosse o tradicionalmente vendido no local, era preciso viajar para comprar fora (MENEZES, 2014).

Nessa época, funcionava o bar de Alexandre Leal, a bodega de Zé Paquina, o Abrigo Estudantil, o bar de Zé Constância, a sorveteria de Luiz Carlos, o bar de Né Dantas, a Farmácia de Walter Barros, a loja de tecidos de Olegário, a Casa Baiana, o bar de Zezinho de Celestina, o bar de João de Boa, o Abrigo São João, o bar de Pariconha, o bar de Zelino de Icó, a padaria de João Rodrigues, a loja de tecidos e gás de Rodrigues, a bodega de Afonso de Pedro Toinho, o Hotel de Debeça, o Hotel de Panta, o alambique de João e a ERCAL – padaria, moagem e torrefação de café (MENEZES, 2014). Havia também o Cine Petrolândia, com capacidade para 200 pessoas (IBGE, 1958).

Quanto aos meios de transporte, funcionava uma linha de ônibus intermunicipal que ligava Petrolândia à capital do Estado, 423 km por via rodoviária ou 411 km por via mista, sendo 142 km por via rodoviária até Arcoverde e de lá 269 km por ferrovia. Havia também a possibilidade da via aérea, 395 km, já que o município dispunha de um campo de pouso localizado no Posto Agrícola de Icó. Além da capital, Petrolândia também estava ligada aos municípios de Floresta (72 km), Tacaratu (23 Km), Santo Antônio da Glória – BA (18 km) e Delmiro Gouveia – AL (61 km). Nessa época só havia 22 veículos registrados na Prefeitura, sendo três automóveis, dois jipes, sete caminhonetes e 14 caminhões (IBGE, 1958).

A EFPA, que passou a pertencer à Rede Ferroviária do Nordeste em 1950, também seguiu funcionando até os anos 1960. Essa ferrovia, devido às más condições ou mesmo ausência de rodovias, constituiu-se, durante todo o seu período de funcionamento, como o principal meio de transporte e comunicação entre as cidades localizadas ao longo do seu percurso. Em 19 de maio de 1964, o governo militar, através da Resolução nº 29, extinguiu a

EFPA. Para a população, restou apenas um grande sentimento de perda, quando em 08 de junho de 1964 ocorreu a última viagem do trem da EFPA (OLIVEIRA, 2003; MENEZES, 2014).

Contudo, as principais transformações sócio-espaciais do município de Petrolândia ainda estavam por vir, quando nos anos 1970 a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) estabeleceu na cidade de Petrolândia um escritório para coordenar os trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaparica (MENEZES, 2014).

#### 5.2.2.3 A chegada da Chesf em Petrolândia e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica

Na década 1970, quando da chegada da Chesf, a cidade de Petrolândia, apesar do predomínio de atividades agrícolas no município, dispunha de um setor de comércio e serviços capaz de dar suporte às demandas das atividades do campo. Além disso, Petrolândia se destacava das outras cidades da Região, por dispor de uma infraestrutura dotada de hotéis, serviços médico-hospitalares, dois grupos educacionais e um Colégio Normal Municipal. Em 1975, segundo levantamento realizado pela Chesf, Petrolândia possuía 86,3% de sua população urbana em atividades próprias da cidade (SÁ, 2000).

A Chesf contratou a empresa INCOBAL SA para construir duas vilas de casas, em madeira, para alojar trabalhadores e funcionários envolvidos na implantação do canteiro de obras UHE Itaparica. Na área cercada da antiga estrada de ferro, foi construída uma vila de casas espaçosas e de bom acabamento para os funcionários de maior qualificação, também conhecida como “Vilita”. Numa grande área ao lado da antiga estação ferroviária, foi erguida a vila para os trabalhadores de menor qualificação, denominada de “Vila Incobal”, composta por casas populares, cobertas com telha brasilite, e uma escola de educação infantil exclusiva para os filhos dos trabalhadores, a Escola da Mônica (MENEZES, 2014).

Na década de 1970, a população de Petrolândia era de 14.499 pessoas, sendo 4.863 residentes no espaço urbano e 9.636 no espaço rural. Em relação à década anterior, superada a perda de população ocorrida com o desmembramento do município de Tacaratu, aumentaram as populações urbana e rural de Petrolândia, com destaque para a urbana que cresceu 5% ao ano (SÁ, 2000). Mas foi com a chegada da Chesf, que a população de Petrolândia apresentou os maiores índices de crescimento, pois com a instalação do canteiro de obras da UHE Itaparica e a construção do acampamento de funcionários e da vila de operários, próximos ao canteiro, o município passou a exercer uma maior força de atração migratória.

Na década de 1980, a população de Petrolândia manteve essa tendência de aumento, apresentando um crescimento de 63,5% em relação ao período anterior. Merece destaque a taxa de crescimento da população urbana, que cresceu mais que a rural, a maior entre todos os municípios da Região, passando de 5% para 7% ao ano, uma taxa de urbanização de 41,4% (Tabela 7).

Tabela 7 - População Residente por Situação de Domicílio, Taxa de Crescimento Anual, Município de Petrolândia Censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980

| População | 1940   | 1950   | 1960  | 1970   | 1980   | % a.a.<br>1940/<br>1950 | % a.a.<br>1950/<br>1960 | % a.a.<br>1960/<br>1970 | % a.a.<br>1970/<br>1980 |
|-----------|--------|--------|-------|--------|--------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Urbana    | 2.565  | 4.681  | 3.094 | 4.863  | 9.818  | 6                       | -4                      | 5                       | 7                       |
| Rural     | 11.551 | 15.042 | 6.854 | 9.636  | 13.891 | 2                       | -7                      | 3                       | 4                       |
| Total     | 14.116 | 19.723 | 9.948 | 14.499 | 23.709 | 3                       | -6                      | 3                       | 5                       |

Fonte: CONDEPE, FISEPE, BDE, 2000; Sá (2000)

Organizado pelo autor, 2018

O canteiro de obras da UHE Itaparica foi construído no período de 1976 a 1979, a 14 km da cidade de Petrolândia. E nas imediações desse local, a Chesf definiu as áreas onde seriam construídos o Acampamento da Chesf e o alojamento dos funcionários, o seu povoado satélite, também conhecido como “Cidade Livre”, pois, além de trabalhadores da obra, qualquer pessoa poderia construir (BARROS, 1985; MENEZES, 2014).

As obras da Cidade Livre, depois denominada “Vila Jatobá”, tiveram início em 26 de junho de 1977, quando foram realizados os serviços de desmatamento e terraplenagem do local conhecido como Alto da Raposa, situado a pouco mais de 6 km do canteiro de obras da usina hidrelétrica. A vila foi construída para abrigar os mais de 5.000 trabalhadores envolvidos na construção de Itaparica e também as demais pessoas e os comerciantes atraídos pelo fluxo de dinheiro que seria gerado no local. Logo surgiu um intenso comércio, uma movimentada feira-livre, clubes, igrejas, bares, supermercados e postos de medicamentos (CONDEPE/FIDEM, 2018). Em 1982, a população da Vila era de 4.906 habitantes, aumentando para 5.966 em 1983 e passando a declinar em 1984, com 5.497 habitantes, com a proximidade do encerramento das obras (BARROS, 1985).

A Chesf foi criada em 1947 com a missão de aproveitar o potencial das quedas do Rio São Francisco, em Paulo Afonso, para gerar energia boa e barata a ser distribuída para as capitais de cinco estados nordestinos: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Assim, em 1955, é inaugurada a Usina Hidro Elétrica de Paulo Afonso. Nos anos seguintes, a partir

do desenvolvimento de uma política de construção de grandes barragens, a CHESF empreendeu a construção das demais usinas que viriam a compor o complexo Paulo Afonso: Paulo Afonso II (1961), Paulo Afonso III (1971) e Paulo Afonso IV (1979). E também as usinas de Moxotó (1977) e de Sobradinho (1979).

Diante disso, o trabalho da Chesf passou a ser reconhecido por sua qualidade no setor energético e a empresa, agora subsidiária do sistema das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), criada em 1962, teve a sua área de atuação ampliada em 1964, tornando-se responsável pela produção e transmissão de energia elétrica também para as capitais dos estados do Ceará e do Piauí (BRANDI, 2009).

Nesse contexto, insere-se o aproveitamento do potencial hidrelétrico das cachoeiras de Itaparica, cujo primeiro projeto, proposto em 1968, foi descartado devido aos altos custos operacionais e as repercussões políticas e sociais da obra, quando comparada à construção da UHE Sobradinho. Todavia, em meio à crise mundial de energia, desencadeada no segundo semestre de 1973, e a crescente demanda por energia elétrica do setor industrial, o Governo Militar retomou, em 1975, a proposta de aproveitamento de Itaparica para a geração de energia, através da construção da UHE Itaparica (CHESF, 1985; SÁ, 2000).

A construção da UHE Itaparica e a consequente formação do reservatório, o lago de Itaparica, inundou uma grande área de 150 km de extensão, cobrindo uma superfície territorial de 834 km<sup>2</sup>, estendendo-se da Usina, entre os municípios de Petrolândia, em Pernambuco, e de Glória, na Bahia, até os municípios de Belém do São Francisco, margem pernambucana, e de Barra do Tarrachil, na Bahia (CODEVASF, 2010).

Os impactos desse grande empreendimento envolveram a desapropriação da área de inundação e o reassentamento da população rural e urbana de sete municípios dos estados de Pernambuco e da Bahia. Em Pernambuco, foram atingidos os municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco. Na Bahia, os municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó. Cinco sedes municipais foram inundadas e destruídas pelas águas do reservatório e tiveram que ser reconstruídas: Petrolândia, Itacuruba, Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória. A área inundada pelo Lago de Itaparica, em 1988, atingiu 10.500 famílias, das quais 4.600 residiam nos espaços urbanos e 5.900 nos espaços rurais, incluindo-se 200 famílias indígenas da tribo Tuxá (BARROS, 1985; CODEVASF, 2010).

As obras de construção da barragem atingiram diretamente cerca de 40 mil pessoas, sendo 19 mil no espaço urbano e 21 mil no espaço rural. E considerando a população dos sete municípios dos Estados de Pernambuco e da Bahia indiretamente atingida pela construção do

reservatório, esse quantitativo salta para cerca de 120 mil pessoas (IICA, 2001 apud CARVALHO, 2009; CODEVASF, 2010).

Historicamente, a maior parte dessa população atingida ocupava as terras localizadas ao longo do curso do rio São Francisco. Às suas margens estavam localizadas as cidades e também a maior parte das ocupações rurais que foram inundadas com as águas do reservatório. No campo, a população se encontrava dispersa em um grande número de aglomerados, sejam povoados constituídos por um núcleo residencial e comercial bem definido ou propriedades rurais onde residiam as famílias que ali trabalhavam (BARROS, 1985).

A Região atingida se caracterizava por uma grande desigualdade no uso e propriedade da terra. De acordo com Scott (2009, p. 24): “71,3% (10.159) dos estabelecimentos rurais tinham menos de 10 hectares, e representavam apenas 6,5% da área total, enquanto 6,4% dos estabelecimentos de mais de 100 hectares possuíam 71,4% da terra”.

As grandes propriedades abarcavam vastas porções de terra que se estendiam das margens do rio até as áreas mais afastadas de sequeiro, onde o gado pastava. As elites locais, proprietárias de fazendas, exerciam o controle da terra, capital e decisões políticas, estabelecendo intensas relações de clientelismo com aqueles que delas dependiam.

As pequenas propriedades, em geral, concentravam-se próximas ao rio, abrangendo 45,6% da população rural atingida. De acordo com os dados do Censo Agrícola de 1980, 61% dos pequenos agricultores eram proprietários, 4,6% arrendatários, 17,8% meeiros e 16,3% posseiros (SCOTT, 2009).

A economia da região se embasava na agropecuária, registrando-se um significativo uso de irrigação. As atividades agrícolas contribuíam com cerca de 70% do valor total da produção dos municípios atingidos, com destaque para a agricultura de subsistência, praticada pelos proprietários com titulação, sem titulação, posseiros, arrendatários, meeiros e outros ocupantes sem propriedade legal das terras (BANCO MUNDIAL, 2005 apud CARVALHO, 2009; SCOTT, 2009).

Esses agricultores realizavam uma agricultura de vazante, regulada pelas cheias do rio, e nos períodos de estiagem, os mais abastados, utilizavam motobombas para irrigação por sulco ou por inundação (CARVALHO, 2009). As principais culturas temporárias produzidas, no lado pernambucano do rio, eram o feijão em grão, o algodão herbáceo, o alho, o arroz em casaca, a batata doce, a cebola, a cana-de-açúcar, a mamona, a mandioca, a melancia, o melão, o milho em grão e o tomate. Em relação às culturas permanentes, destacavam-se o

algodão arbóreo, a banana, o caju, o coco-da-baia, a laranja, o mamão, a manga e a uva (DANTAS, 1972 apud ARAÚJO, 2017).

As atividades pecuárias na região apresentavam um rebanho de aproximadamente 600.000 cabeças, com destaque para os gados bovino e caprino. O rebanho bovino, produto individual mais valioso, era criado nas áreas de sequeiro afastadas do rio. No entanto, mesmo sendo um produto valorizado pelos grandes proprietários, o gado bovino se encontrava em declínio, com um efetivo de 100.000 cabeças de gado, representando apenas 14% do rebanho da região. Quanto ao criatório de caprinos, associado aos pequenos proprietários, o rebanho apresentava um contingente de cerca de 300.000 cabeças, isto é, o equivalente a 50% do efetivo do rebanho registrado nos municípios atingidos (SCOTT, 2009; CARVALHO, 2009).

No tocante aos espaços urbanos, a população se dedicava à construção civil, ao comércio, à prestação de serviços e a outras atividades como olarias, casas de farinha, beneficiadoras de arroz, fabriquetas de doces ou de bebidas. De acordo com Araújo et al. (2000), essas atividades, em geral, eram desenvolvidas em estabelecimentos de pequeno porte, com baixa produtividade e um reduzido número de pessoas envolvidas.

A Chesf, em razão dos impactos da obra da UHE, teve que desenvolver uma política compensatória que, entre outros aspectos, envolvia o reassentamento das populações urbana e rural, a reconstrução das cidades inundadas e também a implantação de 10 perímetros irrigados, visando recompor a base econômica da população rural da Região.

Todavia, o processo de construção da barragem de Itaparica se constituiu em uma realidade totalmente diferente para o Governo Federal, pois a Chesf teve que negociar com as populações que foram atingidas para poder construir a UHE. Os agricultores, cientes da desastrosa evacuação das populações atingidas pela barragem de Sobradinho, organizaram-se, através da criação do Pólo Sindical em 1979, para reivindicar que o Estado assumisse o compromisso de assegurar o reassentamento da população atingida, enquanto compensação das perdas com a inundação, sob o lema: “Terra por Terra na Margem do Lago” (SÁ, 2000; SCOTT, 2009).

Em meio a esse cenário de incertezas, resistências e negociações que envolveram o processo de construção da UHE Itaparica, um grande fluxo de pessoas convergiu para a cidade de Petrolândia em busca de oportunidades de emprego, acarretando um intenso processo de transformação sócio-espacial. Os debates sobre os impactos da construção de grandes represas destacam que as cidades, por sua proximidade do canteiro de obras, tornam-se o local de moradia ou lazer de um grande contingente de pessoas vindas de fora, com

pouca ou sem nenhuma afinidade com os costumes e o modo de vida da população local (SUÁREZ, 1983 apud BARROS, 1985).

Muito mais que um apanhado estatístico, a chegada desse fluxo de pessoas à cidade transformou os hábitos e os costumes da população petrolandense. Os relatos da época destacam mudanças nas relações de vizinhança, aumento do índice de violência e do sentimento de insegurança (SÁ, 2000). Além disso, as pequenas dimensões e a falta de estrutura da cidade tornaram o impacto desse fluxo migratório ainda maior, pois a urbe não estava preparada para receber tantas pessoas.

De acordo com o cadastramento urbano de Petrolândia, realizado pela Chesf em 1981, a proporção de famílias migrantes era de 58%, das quais, 87,1% haviam chegado à cidade nos últimos 10 anos. A análise do tempo de permanência dos migrantes revelou que dos 9.024 habitantes da cidade nesse ano, 5.352 haviam chegado a partir de 1970. Além disso, foram registradas chegadas e partidas da cidade de ao menos 803 pessoas nesse período (BARROS, 1985).

A dinâmica do fluxo de migrantes em Petrolândia era condicionada, sobretudo, pelo ritmo das obras da barragem, alternando períodos de maior e menor admissão e dispensa de trabalhadores. Mas, à medida que os prazos de conclusão da obra foram se dilatando para além dos nove anos previstos inicialmente, a demanda por mão-de-obra foi se estabilizando, ao longo do tempo, e gerando frustração naqueles que procuravam à cidade em busca de trabalho.

Em 1981, a construção da barragem empregava 43,4% da população economicamente ativa de Petrolândia (BARROS, 1985). Essa mão-de-obra, em geral, era proveniente do campo, apresentava baixa qualificação e exercia tarefas complementares à implantação do reservatório, como a construção de estradas e da nova cidade, recebendo das empreiteiras uma baixa remuneração.

O desemprego em Petrolândia se agravou, sobretudo, em razão da desativação dos projetos de irrigação de Icó e Barreiras que ofereciam emprego temporário às famílias residentes nos povoados situados no entorno dos projetos. A população desses povoados, destoando dos projetos de irrigação estatais, vivia em condição de miséria, sobrevivendo do emprego temporário no período da colheita e de outras tarefas demandadas pelos colonos irrigantes (BARROS, 1985).

O DNOCS, diante da perspectiva de inundação pelas águas do reservatório de Itaparica, desativou em 1976 o Núcleo de Icó. Quanto ao projeto Barreiras, o processo de desativação teve início nos anos 1980, com a Chesf negociando as parcelas individuais dos

lotes diretamente com os colonos. Muitos desses, entretanto, bem antes das alternativas de realocização terem sido propostas, puseram seus lotes à disposição da Chesf por um elevado valor de indenização, em razão do volume de cultivos permanentes e das benfeitorias existentes nas propriedades. Assim, à medida que a indenização dos lotes era paga, a Chesf destruía todas as benfeitorias e culturas existentes, sem deixar nenhuma possibilidade de prosseguimento de atividades produtivas no campo.

Diante dessa ausência de alternativas de ocupação no campo e da reduzida oferta de postos de trabalho nas obras de Itaparica, agravaram-se as condições de desemprego e miséria nas comunidades da periferia de Petrolândia. Essa população economicamente ativa, em busca de oportunidades de sobrevivência na cidade, entretanto, também não conseguiu ser absorvida pelas atividades terciárias existentes, vindo a constituir um contingente de trabalhadores avulsos em permanente disponibilidade para qualquer eventual trabalho.

Em 1981, a distribuição da população da cidade de Petrolândia ocupada por setores de atividade revelava que o setor terciário empregava 83,5% da população (Tabela 8). Desse contingente, 65% se constituíam de trabalhadores avulsos e empregados em outras atividades. Os setores de comércio e serviços, juntos, respondiam pelos 35% restantes desse montante (BARROS, 1985).

Tabela 8 - Distribuição da População Ocupada por Setores de Atividades. Cidade de Petrolândia - 1981

| Setores    | População Ocupada | %     |
|------------|-------------------|-------|
| Primário   | 235               | 11,2  |
| Secundário | 110               | 5,3   |
| Terciário  | 1.744             | 83,5  |
| Total      | 2.089             | 100,0 |

Fonte: Chesf/DIR, 1981

Adaptado de Barros, 1985

Os setores de comércio e serviços de Petrolândia, mesmo não sendo capazes de absorver a grande quantidade de mão-de-obra ociosa na cidade, apresentaram um significativo crescimento em número de estabelecimentos comerciais e bancários no período de 1978 a 1981 (Tabela 9). Em três anos o número de estabelecimentos comerciais cresceu 5,2 vezes, passando de 59 para 309 novos comércios. Em 1978 foi instalada a primeira agência bancária do município, cujo número de estabelecimentos cresceu 200% em três anos (BARROS, 1985).

Tabela 9 - Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Bancários. Cidade de Petrolândia - 1978, 1980, 1981

| Discriminação | Valores Absolutos |      |      | % Cresc. 1978/1981 |
|---------------|-------------------|------|------|--------------------|
|               | 1978              | 1980 | 1981 |                    |
| Industriais   | 9                 | 13   | 12   | 33,3               |
| Comerciais    | 59                | 216  | 309  | 423,7              |
| Bancários     | 1                 | 2    | 3    | 200                |
| Total         | 69                | 230  | 324  | 369,6              |

Fonte: Chesf - Hidroservice, 1978; Chesf/DIR, 1981

Adaptado de Barros, 1985

De acordo com Menezes (2014), com a chegada da Chesf nos anos 1970, novos comerciantes foram atraídos pelo bom momento e foram se instalando na cidade, inclusive os proprietários de casas comerciais em Barreiras, que abriram filiais ou transferiram os seus comércios para a sede de Petrolândia. Vieram se juntar às casas comerciais já existentes, o bar e restaurante “O Redondo”, a pop Disco, o bar de Aurindo, o Nordestão, o Supermercado Pesqueira, o Sheik Hotel, a loja de tecidos de João José, a loja de Domício, a Sapataria de Cassiano, o Rei do Suco, o mercadinho de Lourinho e Chiquinho Rodolfo, a livraria de Gilberto e Maria de Santos, o galetto de Zé Dantas, a churrascaria de Pedrinho de Nicinha e o Armarinho Tabira.

Quanto às atividades industriais, Andrade (1983) ressaltava que em todas as cidades da Região se encontravam estabelecimentos industriais que empregavam menos de cinco trabalhadores, sendo muito mais uma atividade artesanal que industrial, como as padarias e as primeiras oficinas mecânicas, haja vista que cavalos, burros e jumentos estavam sendo substituídos por automóveis, motos e caminhões. E ao lado dessas, também se encontravam as tradicionais atividades artesanais como a fabricação de móveis, de redes, as confecções e a produção de bolos e doces.

Em Petrolândia, os estabelecimentos industriais existentes incluíam olarias, serrarias, padarias, uma fábrica de calçados e uma pequena fábrica de sorvete. De acordo com o levantamento realizado pela Hidroservice em 1978, encontravam-se em Petrolândia os mais importantes estabelecimentos industriais da Região, sendo 15 empresas distribuídas em sete tipos de atividades: quatro olarias, quatro padarias, duas fábricas de goiaba, duas serrarias, uma fábrica de reação, um engenho de rapadura e um matadouro (CHESF/DIR, 1978 apud SÁ, 2000). E com o início da construção da nova cidade de Petrolândia em 1985, previa-se um considerável aumento da demanda por material de construção, que favoreceria, ainda que

temporariamente, o aumento e a expansão das atividades da indústria da construção civil (BARROS, 1985).

Nesse período ocorreram os principais embates entre os órgãos públicos federais e as populações direta ou indiretamente envolvidas na implantação da UHE Itaparica. A Chesf, atendendo às reivindicações, principalmente do movimento dos trabalhadores rurais do Submédio, estabeleceu um procedimento de diálogo com as populações atingidas, ouvindo-as e negociando os termos do reassentamento e do deslocamento, uma prática totalmente distinta das anteriormente adotadas pelo Estado na implantação dos grandes projetos hidrelétricos.

Condizente com o discurso da Nova República de restabelecer as práticas democráticas no país, o “Plano de Desocupação”, publicado pela Chesf em 1985, e o “Plano Urbanístico da Nova Cidade de Petrolândia”, elaborado pela Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (SEHAB), em convênio com a Chesf, em 1986, expressavam o intuito dos poderes públicos de empreender a construção da UHE Itaparica em diálogo e com a participação da população diretamente atingida. Itaparica havia extrapolado os limites geográficos de sua área de influência, transformando-se em uma questão social de notoriedade nacional e internacional (SÁ, 2000).

O Plano de Desocupação foi elaborado pelo grupo de trabalho, criado pela portaria nº 51 de 1985, para consolidar as ações necessárias à formação do reservatório de Itaparica. Esse documento se propôs a oferecer um Plano de Desapropriação e um Plano de Reassentamento, atendendo o propósito de garantir às comunidades realocadas condições de retomarem suas atividades econômicas e vida comunitária. Uma proposta resultante das várias consultas realizadas junto à população e aos seus líderes, incorporando também as sugestões e propostas das Prefeituras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associação de Moradores (CHESF, 1985).

Para Antônio Britto, presidente da Chesf na época, trata-se de um roteiro que poderia ser alterado, mesmo durante a sua execução, sempre que a realidade ou o interesse social o aconselhar. Convocando, assim, toda a sociedade a participar do processo de reassentamento de Itaparica.

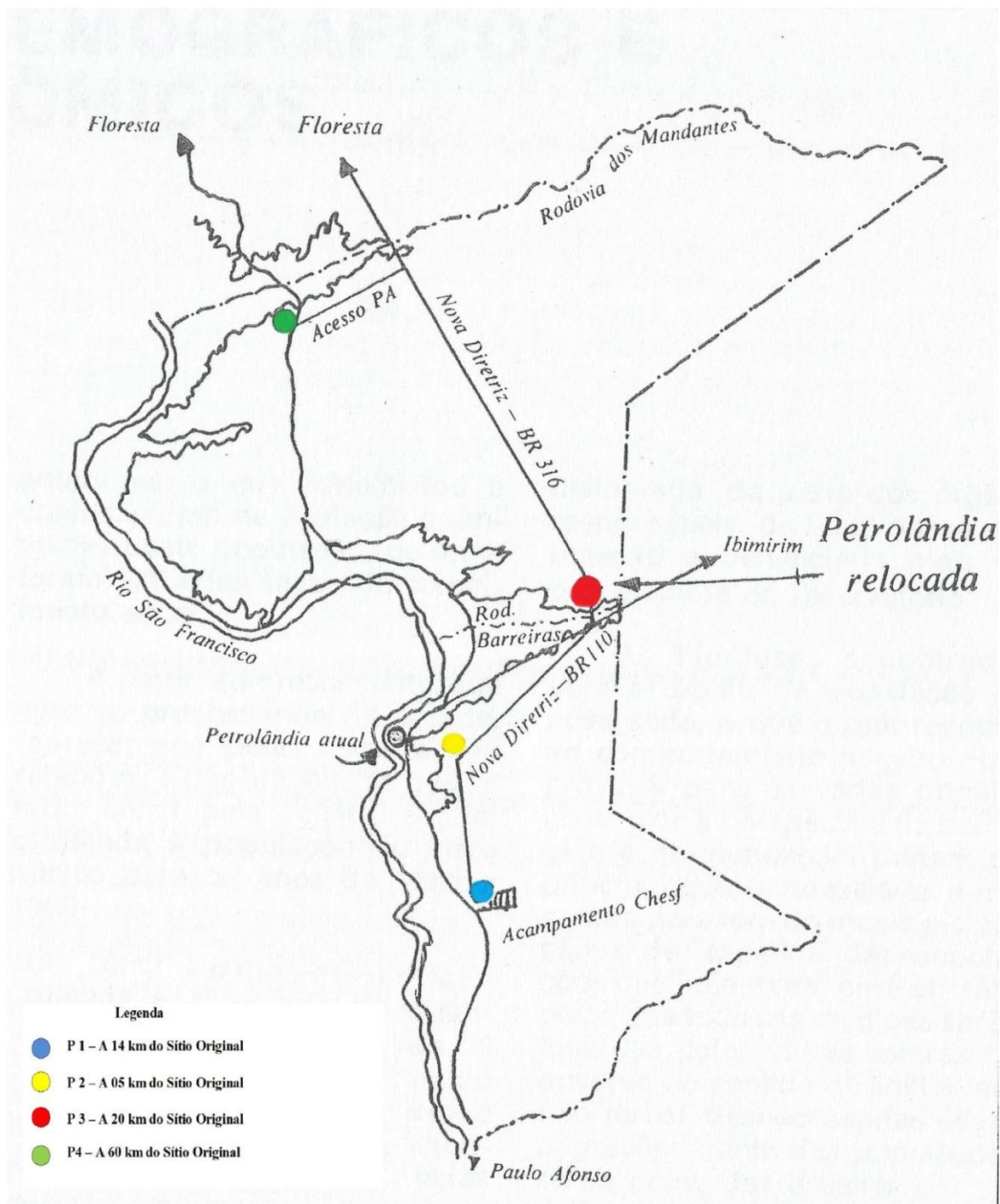
Convoca, assim, a todos – comunidade diretamente interessada, lideranças locais representativas dos diversos segmentos políticos, associativos, sindicais, religiosos, governos estaduais e órgãos federais, enfim, a sociedade como um todo – para, somando-se ao esforço da CHESF, fazermos do reassentamento de Itaparica um exemplo, que possa ser seguido em outras oportunidades e sirva como redenção de procedimentos anteriores por força dos quais muitas vezes o homem ribeirinho do *Velho Chico* foi ignorado em holocausto ao progresso material e em benefício, não raro, dos que dele vivem distantes (CHESF, 1985).

O Plano Urbanístico da Nova Cidade foi desenvolvido pela equipe da SEHAB, a partir de um convênio da Chesf com o Governo do Estado de Pernambuco, estabelecido em 08 de agosto de 1981, para elaboração do plano diretor da nova Petrolândia. De acordo como Silvio Granville, coordenador do projeto, a SEHAB, a participação popular constituiu o pilar básico de sustentação de todas as etapas do processo, a partir de uma consulta permanente e bilateral (PERNAMBUCO, 1986).

A Chesf, através do Departamento de Implantação de Reservatórios (DIR), elaborou, com bases em estudos realizados entre 1975 e 1978, um quadro com quatro alternativas de localização do sítio para a construção da nova sede do município. Esse documento foi encaminhado à SEHAB que, após analisar as sugestões propostas (Figura 22), emitiu parecer favorável à opção denominada de P-3, sendo considerado o sítio mais viável à construção da nova Petrolândia (SÁ, 2000). A escolha do sítio se baseou na análise das quatro alternativas de localização propostas, considerando-se os seguintes critérios: “[...] a proximidade da sede atual, a polarização dos municípios vizinhos, a integração do sistema viário regional, uma melhor centralização quanto ao território municipal, a topografia e o potencial agriculturável” (PERNAMBUCO, 1986, p. 17).

Esses documentos foram disponibilizados à população para embasar a discussão sobre a escolha das alternativas de localização da nova cidade. A Prefeitura e a Câmara organizaram um plebiscito, no qual a maioria, seguindo o parecer da SEHAB, escolheu o sítio P-3, um lugar, denominado de Serrote, localizado à montante da barragem, na margem direita do Riacho Barreira, a 20 km da antiga sede e a aproximadamente 1 km do entroncamento das BR – 110 e 316 (SÁ, 2000).

Figura 22 – Propostas de Localização da Nova Petrolândia



Fonte: Pernambuco, 1986.  
Adaptado pelo autor, 2018.

Em março de 1983, o Decreto Estadual nº 7.819 declarou de utilidade pública uma área de 4.210 ha para a implantação da nova cidade de Petrolândia, autorizando a Chesf a promover a sua desapropriação. Com o início da construção do novo sítio urbano, houve um momento entre 1985 e 1987 em que existiram simultaneamente duas cidades denominadas Petrolândia, uma incompleta, ainda em construção, e outra prestes a ser inundada pelas águas do reservatório. Para distingui-las, passou-se a adotar, de forma transitória, os adjetivos nova e velha associados ao nome da cidade. Muito embora, para os seus habitantes continuasse a ser apenas Petrolândia (SÁ, 2000).

Em dezembro de 1986 teve início o processo de mudança da população urbana, sendo transferidas 80 famílias para a nova sede municipal. Esses precursores, entretanto, enfrentaram uma série de dificuldades, haja vista que a infraestrutura da nova cidade não estava concluída e ainda não era suficiente para atender as suas necessidades. Diante disso, a Chesf implantou um serviço de transporte coletivo entre as duas cidades, visando simultaneamente minimizar os desconfortos causados à população e estimular novas mudanças. Entretanto, a intensificação desse processo de transferência da população só veio a ocorrer ao longo dos meses de dezembro de 1987 a março de 1988, com a proximidade da data de enchimento do reservatório.

A nova sede, cidade planejada, de linhas modernas, foi oficialmente entregue a população em 1987. A sua localização foi pensada em função da polarização dos municípios vizinhos, Ibimirim e Floresta, e da integração do sistema viário regional as rodovias federais BR 110 e BR 316 (PERNAMBUCO, 1986). Concebida a partir de interesses e necessidades externos, a nova Petrolândia despertou comparações, incertezas e expectativas em sua população.

Ainda em dezembro de 1986, apesar do Plano de Desocupação ter estabelecido em 1985 as condições preliminares sobre o reassentamento da população rural, foi negociado um acordo entre a Chesf e os trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, definindo condições para transferência da população do campo. Denominado de “Acordo de 06 de dezembro de 1986”, esse documento foi fruto das reivindicações do Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco, expressas no “Manifesto dos Trabalhadores Rurais Atingidos pela Barragem de Itaparica”, que culminaram na ocupação do canteiro de obras da UHE Itaparica (CARVALHO, 2009; ARAÚJO, 2017).

O documento foi assinado por representantes da Chesf, do Polo Sindical, de organizações de trabalhadores na agricultura e dos sindicatos rurais da região, sendo referendado pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de águas e Energia (DNAEE)

(IICA, 2001 apud CARVALHO, 2009). O acordo assegurou o reassentamento da população rural, atendendo às seguintes reivindicações: lotes de terra na margem do lago de dimensão familiar, infraestrutura para irrigação, assistência técnica, núcleos residenciais dotados de infraestrutura, área comunitária para criatório, indenização justa das benfeitorias, pagamento de uma verba de manutenção temporária (VMT) no valor de 2,5 salários mínimos até o início da produção e efetiva participação nas decisões do reassentamento (BOLETIM DOS TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA, 1979; SÁ, 2000).

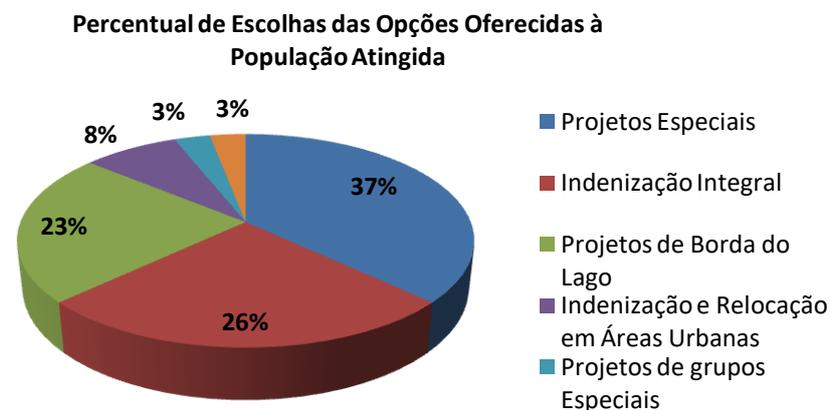
A partir desse acordo, caberia à Chesf, com base no cálculo da força de trabalho familiar, realizar o reassentamento e a distribuição dos lotes irrigados. Foram estabelecidos quatro tipos de lotes segundo a dimensão: 1,50 ha, 3,00 ha, 4,50 ha e 6,00 ha. A essas áreas irrigáveis úteis dos lotes, foram acrescentados 10% para acesso e eventuais edificações. Em razão disto, as áreas totais dos lotes efetivamente possuíam as seguintes dimensões: 1,65 ha, 3,30 ha, 4,95 ha e 6,60 ha. A exceção do projeto Apolônio Sales, onde todos os lotes tiveram a dimensão de 8,00 ha, esses critérios foram adotados em todos os Perímetros de Irrigação do Sistema Itaparica (CARVALHO, 2009).

Além dos lotes irrigados, as famílias reassentadas também tiveram direito a uma área coletiva nas imediações dos projetos para desenvolverem agricultura de sequeiro (cultivo de lavouras temporárias) ou pecuária. Os projetos de borda do lago disponibilizariam uma área que variava entre 19,2 ha a 23,5 ha e nos projetos especiais esta área seria de 10 ha (SAMPAIO et al., 2001 apud MELO, 2015).

Em todos os perímetros irrigados, a exceção do projeto Apolônio Sales, foram construídas agrovilas. Planejadas para funcionarem como núcleos urbanos nos perímetros, as agrovilas são constituídas, em média, por 50 casas de alvenaria, uma escola de ensino fundamental, uma estação de tratamento de água e, apenas em algumas, um posto de saúde. De acordo com Scott (2009, p. 34), as agrovilas “[...] são carreiras de residências vizinhas em dois lados de uma rua, juntadas para racionalizar os custos da implementação dos serviços (água, eletricidade, saúde, educação, administração, etc.).

A Chesf, reconhecendo que a população teria diferentes preferências para o reassentamento, e, em função das limitações ecológicas de áreas viáveis, ofereceu seis opções de assentamento ou indenização à população rural atingida pela barragem de Itaparica. Com destaque para os Projetos Especiais, a indenização integral e os Projetos da Borda do Lago, que abarcaram cerca de 80% das escolhas realizadas pelos atingidos (Gráfico 6).

Gráfico 6



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 1988.  
Elaborado pelo autor, 2018.

Os projetos especiais foram destinados aos pequenos produtores de agricultura de subsistência, de pouca relevância para o mercado, estando localizados mais afastados da borda do lago. Os projetos de borda do lago se localizavam próximos às margens do reservatório e foram destinados à produção mercantil, com maiores exigências do sistema de produção e de um contínuo sistema de irrigação (LIMA, 2007). A indenização integral foi a opção preferencial de agricultores capitalizados e de proprietários com áreas remanescentes ainda viáveis à produção (SAMPAIO et al., 2001 apud MELO, 20015).

A construção da UHE Itaparica representou uma mudança de paradigma, constituindo-se no primeiro empreendimento financiado pelo Banco Mundial, no qual as famílias atingidas foram reassentadas em projetos de irrigação e não apenas indenizadas em dinheiro. O Banco Mundial financiou, com prazo de execução de sete anos, os projetos de borda de lago e os projetos especiais, exceto o Jusante, ficando acertado que ao término desse prazo a infraestrutura dos projetos seria repassada para a administração da CODEVASF (WORD BANK, 1987 apud MELO, 2015).

Em 15 de dezembro de 1986 foi publicado o Decreto de desapropriação da borda do lago e em 30 de dezembro a desapropriação da área em Petrolândia. Nesse mesmo ano, iniciou-se a construção das agrovilas. Em janeiro de 1987 foi concluído o estudo de viabilidade do Projeto Jusante e em abril teve início a construção de moradias nos Projetos Especiais (LIMA, 2007; CARVALHO, 2009).

A proposta era transferir a população rural entre agosto de 1987 e junho de 1988, quando a construção das agrovilas, a delimitação dos lotes, a demarcação das áreas de sequeiro e a implantação da infraestrutura de irrigação estivessem concluídas. Esse prazo

estabelecido, entretanto, não foi cumprido e os projetos de irrigação só foram instalados em março de 1988, mesmo assim de forma incompleta, haja vista que as áreas de sequeiro não haviam sido demarcadas e nem a infraestrutura de irrigação devidamente implantada (LIMA, 2007; CARVALHO, 2009).

A Chesf construiu e implantou, inicialmente, nove perímetros de irrigação que só entraram em operação na década de 1990. No Estado de Pernambuco foram construídos seis perímetros: Caraíbas, Brígida, Icó-Mandantes (Blocos 3 e 4), Barreiras (Bloco 1), Manga de Baixo e Apolônio Sales. No Estado da Bahia se encontram três perímetros: Pedra Branca, Rodelas e Glória. Posteriormente, foi construído e implantado o perímetro de Jusante e foram ampliados os perímetros de Barreiras<sup>20</sup> (Bloco 2), em Pernambuco, e na Bahia, Rodelas (R1, R2 e R3) e (CODEVASF, 2010).

No município de Petrolândia estão localizados três dos sete perímetros construídos em Pernambuco: os Projetos Apolônio Sales, Icó Mandantes<sup>21</sup> (Blocos 3 e 4) e Barreiras (Bloco 1). Esses projetos ocupam uma área de aproximadamente 33 mil ha, onde residem cerca de 900 famílias distribuídas em 18 agrovilas<sup>22</sup>, a exceção de Apolônio Sales, onde os reassentados residem nos lotes (CODEVASF, 2010; MELO, 2015).

Em outubro de 1987 teve início o processo de remoção das primeiras famílias para as agrovilas dos projetos de irrigação que haviam sido concluídos. Todavia, a maior parte da população ainda não podia ser realocada, pois a maioria dos perímetros de irrigação ainda não estava pronta. De acordo com a Chesf, no início de fevereiro de 1988, apenas 50% das remoções haviam sido realizadas e o fechamento da barragem estava previsto para o dia 22 desse mesmo mês. Esse período foi marcado por um clima de intranquilidade que gerou muita tensão para a população já reassentada e também para a que ainda aguardava o traslado (CARVALHO, 2009).

Em face desse descompasso entre o reassentamento das famílias e a instalação do sistema de irrigação nos lotes, a Chesf determinou, em janeiro de 1988, que os reassentados recebessem a VMT, uma ajuda financeira mensal calculada, na época, em dois salários mínimos. A verba seria paga a partir do momento do reassentamento até passados seis meses do início da produção nos lotes, quando os agricultores já estivessem produzindo para sustentar suas famílias (SCOTT, 2009; CARVALHO, 2009).

---

<sup>20</sup> O Bloco 2 de Barreiras está localizado no município de Tacaratu.

<sup>21</sup> Uma reduzida fração das terras do Projeto Icó-Mandantes está localizada nos limites do município de Floresta.

<sup>22</sup> Das 18 Agrovilas construídas nos perímetros, apenas a Agrovila 6 do Bloco - 4 não está localizada no município de Petrolândia.

A Chesf, a princípio, estabeleceu que em julho de 1988 o sistema de irrigação estaria instalado nos perímetros (CARVALHO, 2009). No entanto, face aos atrasos e as paralisações, os primeiros perímetros só entraram em operação em 1993, arrastando-se, assim, ao longo de mais 10 anos, a implantação e o início das atividades com agricultura irrigada nos demais perímetros (CODEVASF, 2010).

Os agricultores, em razão do atraso da implantação do sistema de irrigação, ficaram impossibilitados de exercerem suas atividades produtivas e passaram a depender economicamente do auxílio da Chesf. De acordo com Scott (2009, p, 35): “Enquanto mais se alastrava o período da não implementação completa de condições de produção nas agrovilas, mais importante se figurava a VMT”. Estabeleceu-se uma relação de dependência e de desestruturação das famílias dos trabalhadores agrícolas reassentados nos perímetros do Sistema Itaparica.

Em 27 de fevereiro de 1988, finalmente as comportas da barragem da UHE Itaparica foram efetivamente fechadas para o enchimento do seu reservatório. Ao longo de pouco mais de três meses, em maio do mesmo ano, as águas do Lago de Itaparica inundaram uma área de 143,1 km<sup>2</sup> do município de Petrolândia, encobrendo propriedades rurais e a antiga sede municipal. Aos petrolandenses, além das recordações das experiências vividas, restaram as expectativas e os desafios desencadeados por um reassentamento compulsório.

Nessa segunda fase do processo de constituição do território petrolandense, portanto, apesar das paisagens sertanejas ainda se apresentarem pouco transformadas pelas atividades humanas e da forte ênfase das ocupações e atividades econômicas rurais, já era expressivo o número de vilas e cidades na Região. As cidades, em razão das atividades agropecuárias e das facilidades de captação de água e de transporte, foram surgindo e se desenvolvendo às margens do rio São Francisco. As sedes municipais sertanejas desempenham, historicamente, uma relevante função administrativa e também econômica, atuando como centros de comercialização dos produtos agrícolas produzidos na sua área de influência, estruturando as redes de comercialização e o escoamento da produção.

Em Pernambuco, o número de municípios passou de 17 em 1841 para 58 em 1900, um crescimento superior a 200% em 41 anos. No Sertão, esse crescimento é ainda mais significativo, pois passou de dois municípios, em 1841, para 19 em 1900. Mantendo essa tendência de crescimento, o Estado adentrou o século XX apresentando, em 1976, um total de 164 municípios, 49 dos quais localizados no Sertão (SÁ, 2000). Hoje, passado o surto de criação de novos municípios, Pernambuco é constituído por 185 unidades político-administrativas municipais, estando 59 destas situadas no Sertão.

Associado a isso, a implantação de grandes empreendimentos técnicos, a exemplo das ferrovias e das hidrelétricas, desencadeou uma série de transformações sociais, econômicas e territoriais no Semiárido. A instalação desses equipamentos, associada às intervenções do Governo Federal na Região, impulsionaram o comércio entre as vilas e cidades, proporcionando o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional dessas ocupações urbanas do Semiárido.

Em Petrolândia, especificamente, a chegada da EFPA suscitou o primeiro conjunto de transformações sócio-territoriais no município. Junto com a instalação da ferrovia, construiu-se a primeira cidade planejada do Sertão, a cidade de Jatobá. Nesse contexto, o comércio da cidade cresceu e se desenvolveu, tornando-se um dos mais importantes da Região.

No campo, a instalação do Núcleo Experimental de Icó e a posterior implantação do Núcleo Barreiras, dinamizaram as atividades agropecuárias do município, gerando empregos e modernizando as tradicionais agriculturas de vazante e sequeiro desenvolvidas na Região. A inserção da agricultura irrigada, associada à implantação e ao estímulo às atividades industriais voltadas para essa produção, propiciaram um maior dinamismo da economia petrolandense.

É com a chegada da Chesf, entretanto, que ocorreram as maiores transformações no município. A construção UHE Itaparica e o conseqüente reassentamento da população atingida pelas águas do reservatório, obrigaram a Companhia a desenvolver uma política compensatória, que, entre outros aspectos, envolveu a reconstrução da cidade e a implantação de perímetros de irrigação para a população rural.

Com enchimento do reservatório de Itaparica, a antiga cidade de Petrolândia e boa parte do seu espaço rural ficaram submersas. A população urbana atingida foi remanejada para a nova sede do município e a população rural para as Agrovilas dos perímetros irrigados. Nesse contexto, as tradicionais relações que caracterizavam o campo e a cidade no município, foram radicalmente transformadas, emergindo um novo contexto sócio-espacial a ser estudado.

### **5.2.3 Da Conclusão das Obras da UHE Itaparica e o Reassentamento da População Atingida em 1988 ao Início do Funcionamento dos Perímetros Irrigados de Petrolândia nos anos 1990**

As obras de construção da UHE Itaparica foram concluídas em maio de 1988, quando ocorreu o término do enchimento do reservatório. As águas do lago inundaram uma superfície territorial<sup>23</sup> de 834 km<sup>2</sup> entre os estados de Pernambuco e Bahia, provocando o deslocamento de 10.500 famílias que residiam na área atingida pela barragem.

No período compreendido entre o final de 1987 e os primeiros meses de 1988, ocorreu a transferência das famílias desalojadas pelas águas do reservatório. A população urbana afetada, cerca de 19.000 pessoas, foi remanejada para as cidades reconstruídas de Petrolândia e Itacuruba, no lado pernambucano, e, no lado baiano, para as cidades de Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória. A população residente no campo, por sua vez, cerca de 21.000 pessoas, foi removida para os perímetros de irrigação construídos e implantados pela Chesf.

O Sistema Itaparica é constituído por 10 perímetros de irrigação, sendo seis no estado de Pernambuco e quatro na Bahia. Do lado pernambucano, foram construídos os perímetros de Caraúbas, Brígida, Icó-Mandantes (Blocos 3 e 4), Barreiras (Bloco 1 e 2), Manga de Baixo e Apolônio Sales. No território baiano, foram edificadas os perímetros de Pedra Branca, Glória, Rodelas (R1, R2 e R3) e Jusante (CODEVASF, 2010).

No Estado de Pernambuco, as águas da barragem inundaram 458,60 km<sup>2</sup> do território, atingindo os municípios de Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco. A construção do reservatório afetou 26.940 pessoas, provocando o deslocamento de 5.542 famílias, sendo 2.450 provenientes do espaço urbano e 3.092 do espaço rural (CHESF, 1985).

Em Petrolândia, especificamente, a área atingida foi de 143,10 km<sup>2</sup>, cerca de 9% do seu território ficou submerso pelas águas do reservatório. Petrolândia, depois de Itacuruba, foi o segundo município mais afetado pela inundação. E com relação ao número de atingidos, Petrolândia teve 14.368 pessoas afetadas, o maior quantitativo dentre os municípios impactados, sendo 9.024 pessoas residentes na cidade e 5.344 residentes no campo (CARVALHO, 2009).

Nesse período, de acordo com a divisão territorial de 18 de agosto de 1988, o município de Petrolândia era constituído pelos distritos de Petrolândia (sede) e Volta. Posteriormente, em 1º de junho de 1990, foi criado, pela Lei Municipal nº 645, o distrito de

---

<sup>23</sup> A área total do espelho d'água do reservatório é de 834 km<sup>2</sup>, correspondendo a 117,7 km<sup>2</sup> da calha do rio São Francisco e 716,3 km<sup>2</sup> de área inundada (GALINDO; NETO, 2000).

Jatobá. Assim, em divisão territorial de 1 de junho de 1995, o município de Petrolândia se constituía de três distritos: Petrolândia (sede), Jatobá e Volta (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Entre 1986 e 1988 ocorreu o processo de transferência da população urbana para a nova cidade de Petrolândia. A nova sede municipal, planejada pela SEAHB, foi oficialmente entregue à população em 1987 (SÁ, 2000). O sítio escolhido, medindo 4.210 ha, localiza-se nas proximidades da borda do lago de Itaparica e das rodovias federais BR 110 e BR 316 (PERNAMBUCO, 1986).

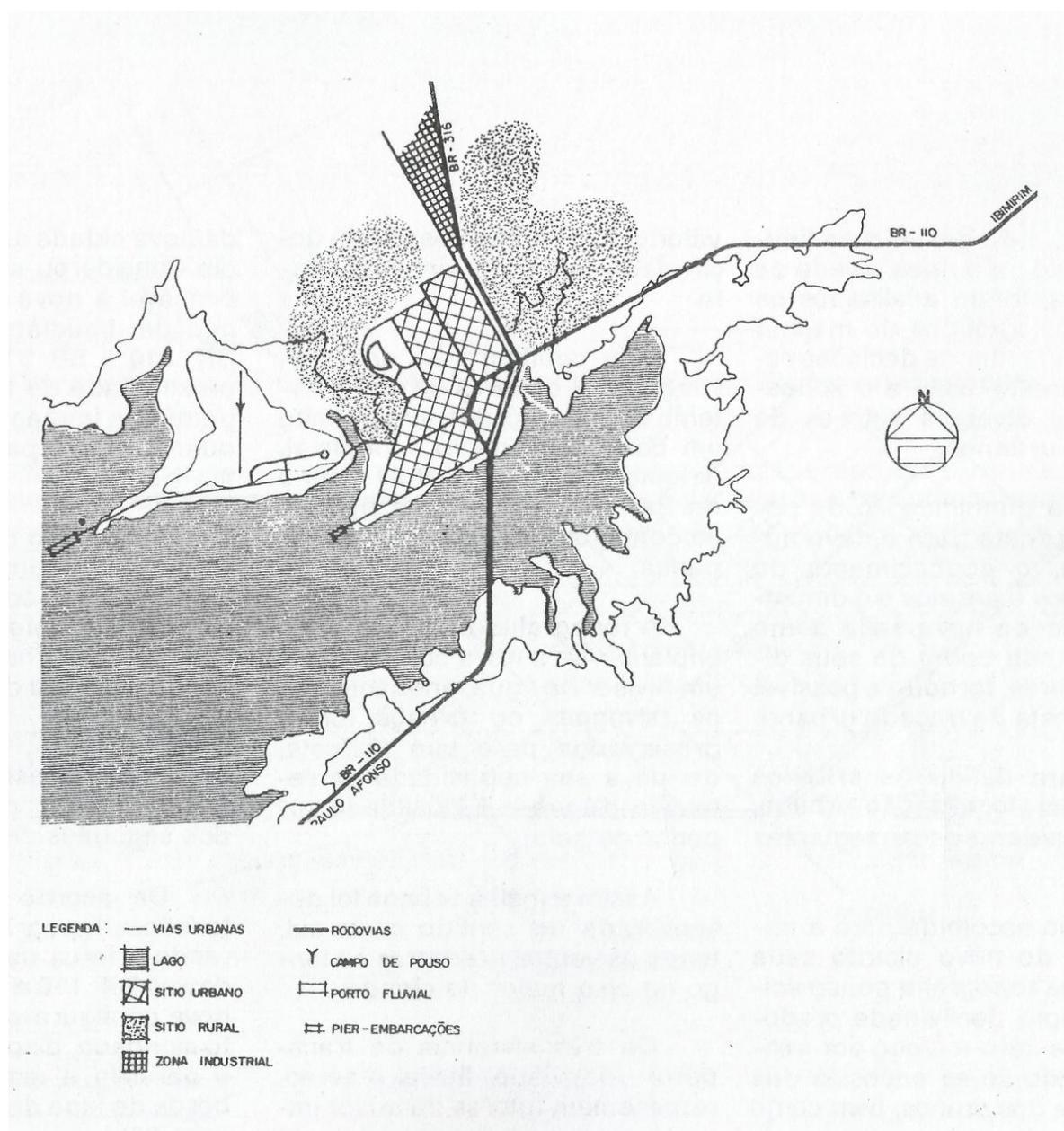
Na escolha da localização do sítio da nova sede, como resultado de um consenso entre Chesf, SEHAB, Prefeitura e população petrolandense, considerou-se a proximidade da antiga sede, a polarização dos municípios vizinhos, Ibimirim e Floresta, a integração ao sistema viário regional, a melhor centralização em relação ao território municipal, a topografia levemente acidentada e o potencial agriculturável (PERNAMBUCO, 1986).

A malha urbana da nova cidade se configura sob um formato alongado, no sentido norte-sul, disposta linearmente e paralela as rodovias BR 110 e BR 316 e à borda do lago de Itaparica (Figura 23). Dada a importância das vias de acesso para a nova sede, foi proposto um eixo principal em forma de alça que se liga a BR 110 em dois pontos. Em torno desse eixo se situa o centro da cidade e é onde se localizam os principais equipamentos públicos e privados (Figura 24), tais com: o centro administrativo, o terminal rodoviário, o mercado público, a feira e o centro de comércio e serviços (PERNAMBUCO, 1986).

Com relação ao setor habitacional, distingue-se as quadras residenciais situadas em torno da praça central e da Igreja Matriz, com lotes de melhor padrão, das macro quadras residenciais de desenho padronizado. Para compor o setor habitacional, foram construídas 2.800 habitações. “A nova sede urbana foi projetada para uma população com hábitos remanescente da antiga cidade, e relações de vizinhança, espaço e distância já estratificada ao longo do tempo” (PERNAMBUCO, 1986, p. 25).

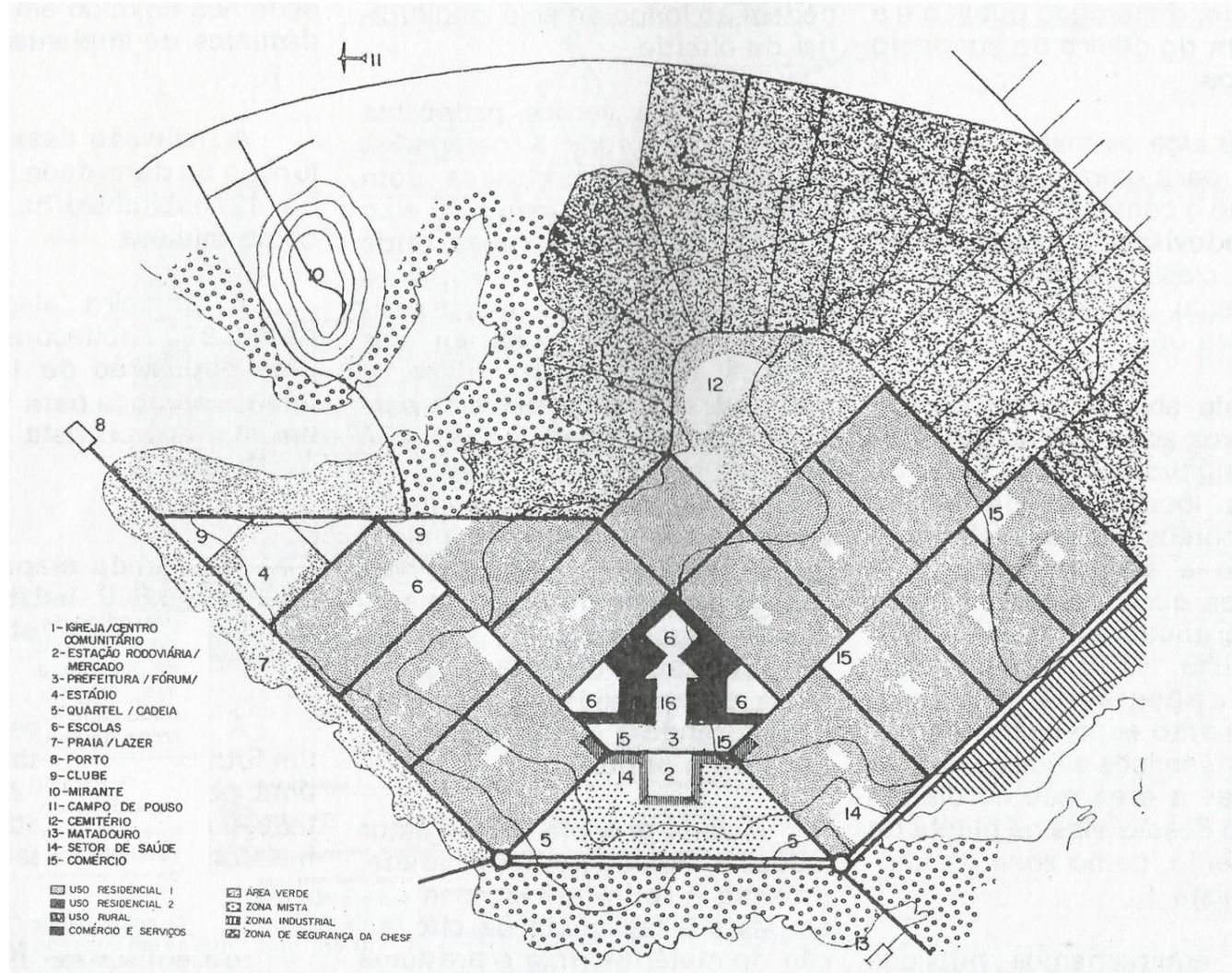
O setor industrial, por sua vez, considerando-se a necessidade de facilitar a circulação de matéria-prima e produtos acabados, ficou localizado ao norte da cidade, numa área de aproximadamente 2,75 ha, próxima à rodovia 316. As demais indústrias de pequeno porte seriam alocadas, de forma espontânea, nas quadras de uso misto localizadas entre a zona central da cidade e a rodoviária. “O quadro industrial de Petrolândia, na época, consta de 3 olarias; 3 serrarias; 1 fábrica de calçados; 1 fábrica de goiabada e um matadouro” (PERNAMBUCO, 1986, p. 31).

Figura 23 – Localização da Nova cidade de Petrolândia em Relação às Rodovias e à Borda do Lago de Itaparica



Fonte: Pernambuco, 1986.

Figura 24: Planta da nova cidade de Petrolândia e seus equipamentos



Fonte: Pernambuco, 1986  
 Adaptado pelo autor, 2019

Idealizada por engenheiros e arquitetos da SEHAB, a nova cidade planejada de Petrolândia foi considerada pelos seus idealizadores uma das mais modernas de Pernambuco. Muito embora não viesse a se constituir em uma novidade, o adjetivo moderno foi utilizado para comparar a nova cidade com a velha cidade submersa, associando-a a ideia de algo novo que até então ali não existia (SÁ, 2000). Implantou-se, no meio do Sertão, uma nova cidade, dotada de infraestrutura básica (saneamento, água encanada, pavimentação, praças, etc.), cuja população teria oportunidade de usufruir da qualidade do seu arranjo urbanístico.

No entanto, a recém construída cidade apresentou vários problemas decorrentes, sobretudo, da pressa em concluir as obras e a necessidade de transferir a população. Entregue em 1987, a nova sede, ainda com uma infraestrutura insuficiente, apresentava rachaduras e fissuras<sup>24</sup> nos primeiros imóveis construídos, ruas estreitas, problemas de saneamento e precárias vias de acesso. Mesmo assim, quando comparada à velha cidade, o acesso aos bens e serviços públicos, assim como o número e a infraestrutura dos prédios que os comportam, era melhor na nova cidade.

Na Petrolândia submersa, considerando-se o padrão de qualidade das edificações, um significativo indicador da qualidade de vida de seus habitantes, constatava-se que 58% dos prédios particulares, incluindo os utilizados para residência, comércio e serviços, eram considerados precários ou baixos. Mais da metade da população, isto é, 55,1% dos habitantes residiam em prédios residenciais de níveis precários ou baixos (CHESF/DIR, 1981 apud BARROS, 1985).

Com relação aos rendimentos da população, os dados do Censo Demográfico de 1980 revelavam que 61,5% dos petrolandenses de 10 anos e mais ganhavam um ou menos de um salário mínimo na época (GALINDO; NETO, 2000). De um modo geral, essa também era a situação dos demais municípios atingidos pela barragem, cujas condições de vida das populações já eram precárias, antes mesmo da construção do reservatório.

Outro aspecto que desencadeou uma série de problemas para a população petrolandense foi à ruptura das trocas realizadas entre o campo e a cidade no município, em razão da construção da nova sede ter precedido ao reassentamento rural. Apontada como um dos grandes erros da Chesf, essa decisão desconsiderou as interações existentes entre a cidade e o seu campo, aspectos característicos das pequenas cidades sertanejas.

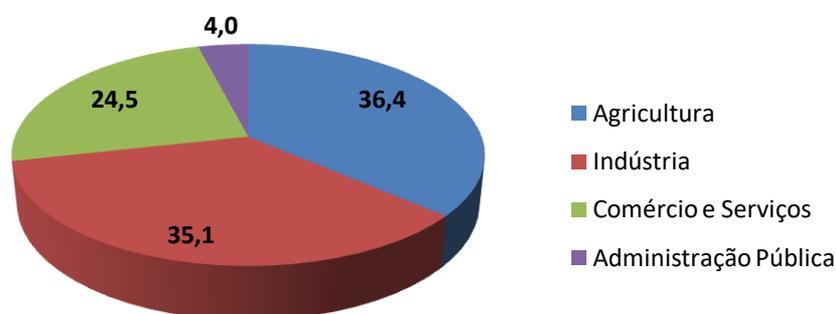
---

<sup>24</sup> A Chesf constituiu uma comissão com representantes da Prefeitura, SEHAB, especialistas de Universidades e consultores especializados, que identificou o fenômeno da “colapsividade do solo”, presente em quase toda a área do município (SÁ, 2000).

Apesar da antiga cidade de Petrolândia apresentar uma diversidade de funções urbanas, quando comparada aos demais municípios atingidos, as características da sua economia se apresentavam diretamente relacionadas às atividades agropecuárias, assim como outras cidades do Semiárido. De acordo com os dados do IBGE de 1980, 36,4% da população economicamente ativa (PEA) de Petrolândia (Gráfico 7) estava engajada em atividades agropecuárias (GALINDO; NETO, 2000).

Gráfico 7

**Distribuição da População Economicamente Ativa  
segundo os Setores Produtivos - 1980**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1980.  
Elaborado pelo autor, 2018.

A velha Petrolândia mantinha uma forte ligação com o campo, haja vista que o seu desenvolvimento urbano se realizava em função das relações estabelecidas com a sua hinterlândia. De acordo com Scott (2009), grande parte das atividades nas cidades girava em torno da produção agrícola. Assim, os moradores das cidades, juntamente com os agricultores que perderam a terra que plantavam, também perderam fornecedores e fregueses.

A cidade dispunha de uma significativa quantidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, capaz de dar suporte às atividades do campo, estruturando as redes de comercialização e o escoamento da produção. Em Petrolândia, por exemplo, funcionavam os escritórios da CODEVASF e do DNOCS, instituições federais que administravam respectivamente o Projeto Barreiras e o Projeto Experimental de Icó.

A SEHAB, ciente desse desajuste entre a implantação do novo sítio urbano e o reassentamento rural, esboçou, através do plano urbanístico da nova cidade, uma preocupação com uma desorganização ainda maior da economia do município.

Buscou-se [...] a ligação do novo sítio como todos os acessos que ligavam a antiga cidade do interior do Município e com as Br. 110 e Br. 316, respectivamente Ibimirim e Floresta, minimizando como isso a perda na economia do Município pela baixa na circulação de mercadorias (PERNAMBUCO, 1986, p. 22).

Houve uma preocupação com as vias de acesso municipais, haja vista a necessidade de assegurar a circulação de mercadorias que abasteceriam a nova cidade até que se restabelesse a produção agrícola do município. Muito embora, a integração da nova cidade com o sistema viário regional tenha ficado comprometida. Uma queixa antiga, que antecede, em muito, o contexto da construção da UHE Itaparica (SÁ, 2000).

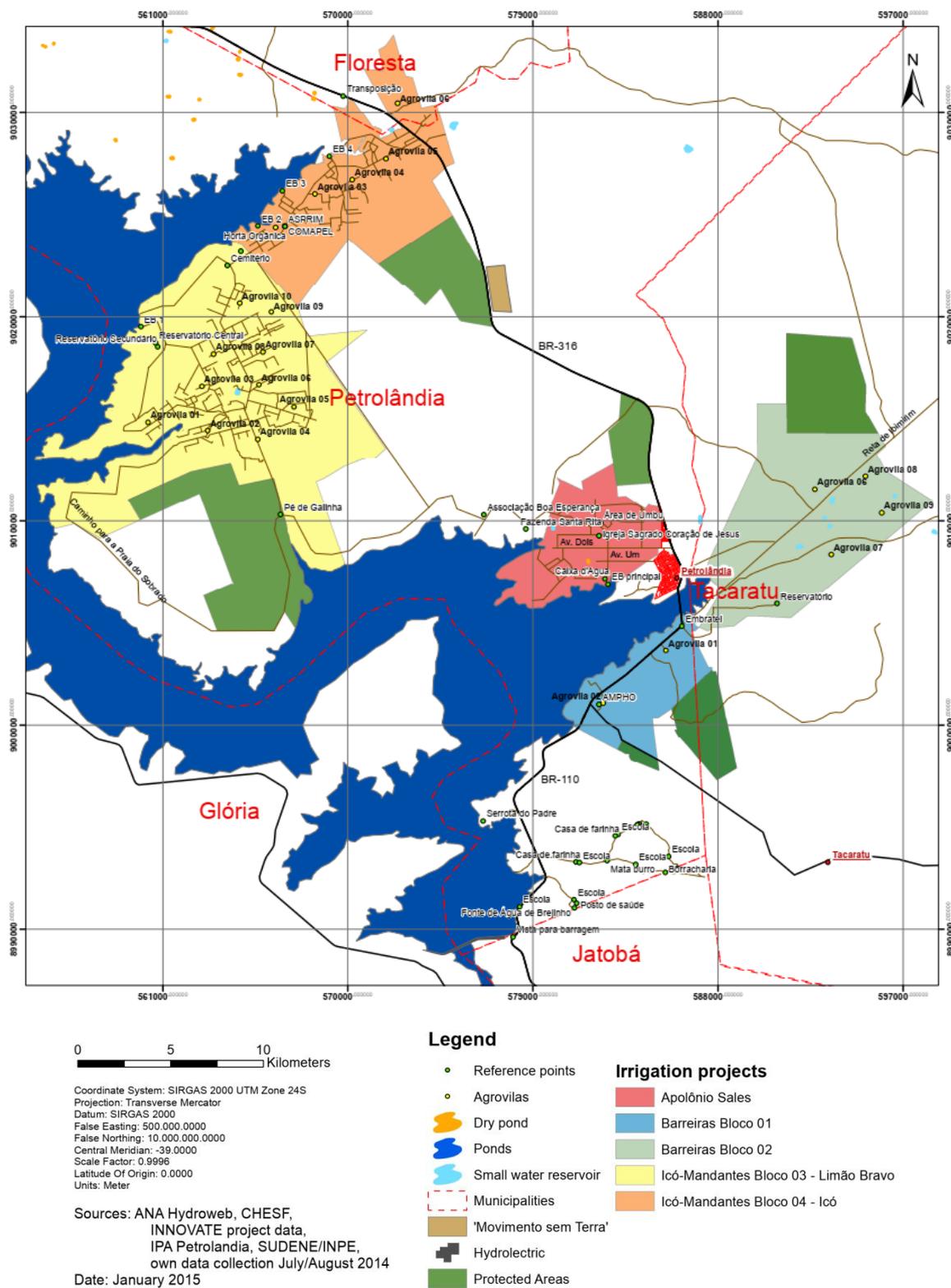
Superadas as dificuldades iniciais, a expectativa da população era de que a nova Petrolândia, com suas quadras e lotes, superasse a antiga, pois de acordo com os panfletos da Chesf na época: “Vamos mudar para melhor”. Uma cidade toda planejada, cujo plano urbanístico propiciaria melhores condições básicas de infraestrutura que os demais municípios da Região.

Nesse sentido, os moradores questionavam a estreiteza das ruas da cidade, que haviam sido concebidas, no âmbito de um sistema hierarquizado de vias, considerando a importância de cada uma delas no perímetro urbano. Para os planejadores, as cidades de pequeno porte não necessitavam de vias de grandes dimensões, pois não apresentavam alto índice de motorização (PERNAMBUCO, 1986). Todavia, contrariando essa expectativa, a cidade de Petrolândia que em 1981 apresentava uma frota de 932 veículos registrados, passou a contar, em 1997, com uma frota de 3.223 veículos, um aumento de superior a 200% (FIDEM, 2000 apud SÁ, 2000).

No âmbito dessas discussões sobre os problemas do ordenamento da urbe, os moradores da nova cidade planejada de Petrolândia passaram a exigir o mínimo de infraestrutura que uma cidade deveria proporcionar aos seus habitantes. Emergiram, assim, reflexões acerca do papel dos poderes públicos, suas competências e obrigações.

No campo, a população rural começou a ser remanejada em outubro de 1987, um processo lento que se prolongou até fevereiro de 1988, quando ocorreu o fechamento da barragem. Em Petrolândia foram construídos os perímetros Apolônio Sales, Icó-Mandantes e Barreiras – Bloco 1. Dos municípios atingidos, Petrolândia foi o único cuja população rural foi toda reassentada no próprio território (Mapa 7).

Mapa 7 – Localização dos Perímetros de Irrigação de Petrolândia



Fonte: Sarah Gottwald, 2015

Houve também casos em que o agricultor, ao invés de ser reassentado nos perímetros, optou em morar na cidade, mas com direito a um lote irrigado em um dos perímetros. Essa categoria de reassentados foi denominada de pararurais (GALINDO et al., 2000; CARVALHO, 2009).

Os perímetros foram constituídos, inicialmente, por uma área para criatório e para uso comum, área de reserva legal, lotes agrícolas irrigados individualizados e agrovilas, exceto em Apolônio Sales, onde não há agrovilas e as moradias estão localizadas nos próprios lotes. Concebidas como núcleos urbanos, as agrovilas eram compostas por 50 casas, em média, dispostas ordenadamente em filas nos dois lados de uma única rua de terra. No centro da rua se localizava uma escola de um lado e do outro uma capela e tanques de água. Em algumas delas também havia postos de saúde. E em todas as agrovilas existiam estações de tratamento de água.

Os reassentados também receberiam da Chesf, por um período de cinco anos, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prestados por empresas consorciadas à CODEVASF. Além disso, a Chesf também financiaria o abastecimento d'água e a energia utilizada pelos equipamentos de irrigação até os perímetros alcançarem a fase de autogestão (CARVALHO, 2009; ARAÚJO, 2017).

O perímetro de irrigação Apolônio Sales se situa ao norte da UHE Itaparica, na margem esquerda do rio São Francisco, distando 4 km da cidade de Petrolândia. O perímetro ocupa uma área de 3.845 ha, sendo 808 ha de domínio exclusivo, 1.515 ha de terras de sequeiro, 757 ha de reserva legal, 101 ha de áreas incorporadas ao patrimônio público (infraestrutura viária e de irrigação, implantação de centro urbano e centro agroindustrial) e 664 ha de reserva técnica. O acesso ao perímetro se faz através das BR 110 e BR 316 (CARVALHO, 2009).

Apolônio Sales é um projeto de grupo específico acordado entre a Chesf e a Associação dos Colonos Agropecuários do Município de Petrolândia (ACAMP) e intermediado pela CODEVASF, que administrava o antigo Perímetro Barreiras. Cerca de 100 famílias atingidas foram reassentadas em 101 lotes de 08 ha, haja vista que, diferente dos projetos de borda de lago, não há agrovilas em Apolônio Sales.

O perímetro Icó-Mandantes se situa na margem esquerda do reservatório de Itaparica, entre os municípios de Petrolândia e Floresta. A área total do perímetro é de 22.914 ha, com a maior parte das terras localizadas no município de Petrolândia. Icó-Mandantes é formado por dois blocos separados: bloco 03 com 14.981 ha e o bloco 04 com 7.933 ha. Dessa área total, 2.484 ha são de domínio exclusivo, incluindo 16 agrovilas, 15.209 ha são de área de sequeiro,

4.737 ha são de reserva legal, 23 ha são do núcleo principal, 257 ha são de reserva técnica e 194 ha são de áreas incorporadas ao patrimônio público (infraestrutura viária e de irrigação, logradouros públicos e equipamentos comunitários). O perímetro é cortado pela BR 316, sua principal via de acesso, distando 46 km da sede de Petrolândia e 48 km da cidade de Floresta (CARVALHO, 2009).

Em Icó-Mandantes foram reassentadas, em 16 agrovilas, 650 famílias provenientes dos municípios de Petrolândia, Floresta e Tacaratu. Dos blocos que compõem o perímetro, o Bloco 3 é o mais extenso e é o que abriga o maior número de famílias, possuindo 10 agrovilas. O perímetro é constituído por 736 lotes agrícolas de tamanhos diferenciados, de acordo com a mão de obra familiar, com várias famílias ocupando mais de um lote.

O perímetro Barreiras se situa a sudoeste do lago de Itaparica, entre os municípios de Petrolândia e Tacaratu. A área total do perímetro é de 3.599 ha, sendo formado por dois blocos separados, implantados em diferentes períodos, que apresentam 778 ha de área irrigável: bloco 01 com 316 ha e o bloco 02 com 462 ha. O perímetro é cortado pela BR 110, sua principal via de acesso.

Em Barreiras foram reassentadas 168 famílias nas 07 agrovilas existentes no perímetro. O Bloco 1 foi o primeiro a ser implantado e a quase totalidade das suas terras está localizada no município de Petrolândia. Esse bloco possui 02 agrovilas, nas quais foram reassentadas 70 famílias. O Bloco 2 que se localiza no município de Tacaratu, é maior em área e possui 05 agrovilas, onde foram reassentadas 98 famílias.

Todavia, ocorreu um descompasso entre o reassentamento e a implantação dos sistemas de irrigação nos perímetros. Nenhum perímetro irrigado estava em condições de produção quando as famílias foram realocadas para as agrovilas, inclusive em Apolônio Sales, onde as famílias residiam diretamente nos lotes. A Chesf não havia preparado os lotes para serem entregues à população, pois sem irrigação não era possível o plantio com um significativo retorno ao agricultor. Foi só a partir de 1993 que os equipamentos de irrigação foram instalados e os assentados começaram a plantar nos lotes irrigados (SCOTT, 2009, p. 160).

Além desse problema, os perímetros também apresentavam limitações para o plantio nas áreas de sequeiro, haja vista que as análises do solo, realizadas pela Chesf, revelavam uma limitada capacidade de plantio nas terras reservadas para sequeiro e pasto. Associado a isto, houve também restrições ao traslado do rebanho das terras de origem para o reassentamento, em razão da reduzida capacidade das novas terras, que resultaram na limitação de apenas 02 (dois) reses de gado bovino e 10 de gado caprino.

As famílias foram reassentadas, portanto, em perímetros que, apesar das moradias, as agrovilas, terem sido construídas, não se encontravam em condições de funcionamento, haja vista que os equipamentos de irrigação não haviam sido implantados nos lotes, as áreas de sequeiro não haviam sido delimitadas e nem as áreas de criatório demarcadas. Diante desse quadro de enfraquecimento das condições de reprodução social, os agricultores e trabalhadores rurais reassentados tiveram que adaptar as suas estratégias de vida ao novo ambiente.

Para a maioria das famílias reassentadas, entretanto, constituída por 60% de sem terra (meeiros, arrendatários, posseiros e assalariados), a espera pela instalação do sistema de irrigação e a falta de recursos próprios para explorar os lotes, agravaram o estado de pobreza em que se encontravam. Os sem terra, que trabalhavam para terceiros antes do reassentamento, foram os primeiros a sentir os efeitos da queda do nível de renda, quando as roças dos proprietários indenizados foram desativadas pela Chesf no período de remoção das famílias.

Associado a isto, a limitação no número de animais que cada família poderia levar para os perímetros onde iriam residir, constituiu-se em outro fator de perda econômica, haja vista que tiveram que se desfazerem às pressas de seus rebanhos, vendendo-os a preços irrisórios. Tradicionalmente, os criatórios eram a poupança do sertanejo, protegendo-o em suas dificuldades econômicas. Com o desmantelamento dos rebanhos, os agricultores familiares perderam uma das salvaguardas mais tradicionais contra o processo de empobrecimento.

Em 1987, a Chesf, para amenizar a crise econômica instalada, distribuiu cestas básicas para os agricultores que estivessem comprovadamente sem plantios. Nesse contexto, a Chesf havia acertado junto ao Polo Sindical, através do acordo firmado em dezembro de 1986, o pagamento de uma compensação monetária mensal no valor de 2,5 salários-mínimos, em razão da falta de condições de produção nos lotes irrigados. Em janeiro de 1988, a Chesf confirmou que os reassentados receberiam a VMT durante o processo de implantação dos sistemas de irrigação, e que tal benefício só seria suspenso seis meses após a entrada em funcionamento dos perímetros irrigados (GALINDO et al., 2000).

A população reassentada, enquanto aguardava a designação, preparação e entrega dos seus lotes irrigados, recebeu de 1988 a 2003 a VMT. E posteriormente, mesmo após a essa data, variando entre projetos, essa verba ainda continuou a ser paga. Para muitas famílias de reassentados, a VMT era a principal fonte de sustento. E quanto mais a Chesf postergava a entrega dos lotes irrigados, maior era a dependência da VMT. Uma verba que não oferecia aos

reassentados nenhuma atividade, enquanto estratégia de reprodução social, que pudesse ser incorporada num investimento na continuação da ética de trabalho que caracterizava a agricultura familiar na beira do rio (SCOTT, 2009).

Associado a isto, os agricultores reassentados receavam perder a casa, o lote e a VMT, a única fonte de renda segura que restava, caso a Chesf viesse a descobrir que eles, em busca de fontes adicionais de renda, estavam trabalhando fora dos perímetros. Assim, como não se sabia, no início do reassentamento, o que era permitido ou proibido pela Chesf, vários chefes de família se sentiam impedidos de trabalhar para terceiros, reforçando a imagem de improdutividade e ociosidade que vinha sendo vinculada aos reassentados.

Na opinião de administradores e técnicos contrários à concessão da VMT, o pagamento dessa verba viciou os agricultores à ajuda do Estado, gerou o ócio e desacostumou os agricultores ao trabalho na terra. Os que se contrapunham a esse entendimento argumentavam que a VMT serviu para manter os agricultores nos perímetros, que o vício da dependência foi criado pela própria morosidade do Estado em executar as ações planejadas e que o ócio se constituiria numa fase passageira de uma população trabalhadora que ainda tem uma forte vontade de produzir.

De acordo com Scott (2009), é uma má representação caracterizar as famílias dos reassentados de ociosas, haja vista que elas procuraram manter o delicado equilíbrio entre a garantia dos seus direitos aos lotes irrigados e a ocupação dos familiares. Enquanto os chefes das famílias com direito à VMT continuavam residindo nas agrovilas, mesmo quando as alternativas de trabalho nas próprias terras se tornavam inviáveis, os demais membros das famílias se dedicavam a outras atividades, muitas das quais mal contribuía para a reprodução desses agricultores.

As famílias dos reassentados, sem terem em que trabalhar nos perímetros, exceto em atividades informais muito diversas, pequeno comércio e plantio ocasional de chuva, passaram a buscar oportunidades de trabalho em outras atividades econômicas, variando de acordo com a distância e o acesso às cidades e fazendas, nos limites dos projetos de reassentamento. “As estratégias de reprodução social destas famílias foram sistematicamente enfraquecidas ao lado da agricultura familiar autônoma, e reforçadas ao lado de outras atividades mais diversas” (SCOTT, 2009, p. 88).

Os agricultores reassentados sofreram uma forte perda da capacidade de controle da força de trabalho familiar, haja vista que sem ter acesso à terra para plantar nos lotes, não tinham como repassar os seus conhecimentos diretamente aos filhos, muito embora os conhecimentos técnicos exigidos pela moderna agricultura irrigada também não integrassem o

seu patrimônio de conhecimentos paternos. Além disso, o conjunto de atividades que os familiares dos agricultores passaram a desenvolver, sobretudo, nos centros urbanos, enquanto alternativas de fonte de renda, também não preparava os seus filhos para trabalharem com a agricultura. Diante disso, os filhos dos agricultores, sobretudo nas agrovilas, frequentemente, não se percebiam como futuros agricultores e nem apresentavam aspirações em trabalhar com a agricultura. Um conflito de gerações que se constituiu em uma forte ameaça à reprodução social do agricultor familiar.

As famílias de reassentados, outrora ativos agricultores, de meios modestos, que viviam na beira do rio, tiveram que aguardar nas agrovilas, por mais de seis anos, pela implantação dos sistemas de irrigação para começarem a produzir em seus lotes. Nessa nova moradia, ainda incompleta, os agricultores e os trabalhadores rurais reassentados procuraram se adaptar à disposição urbanizada das agrovilas. Diferente das casas dispersas no campo, próximas às roças, onde viviam, nas agrovilas as casas eram amontoadas, cerca com cerca, ao longo de ruas planejadas, expondo problemas privados de cada casa ao olhar público da vizinhança.

Os moradores das agrovilas, além dos problemas de vizinhança, também se queixavam: da qualidade e quantidade da água, das falhas nas edificações das residências, da precariedade do saneamento, do transporte irregular e precário, da prestação dos serviços de saúde e da localização e distância das escolas. Em pouco tempo, os reassentados, que haviam deixado as suas propriedades para irem morar numa casa idealizada por um planejador, começaram a manifestar estresse das condições de vida na nova moradia: ócio, desorientação, incerteza, perda da capacidade de decisão e aumento do consumo de álcool, sobretudo, junto aos jovens (SCOTT, 2009).

Nessa nova realidade, outra dificuldade vivenciada, em razão da inexpressiva produção para o consumo e das limitações dos criatórios nos perímetros, diz respeito ao ciclo de endividamento mensal dos reassentados junto aos comerciantes fixos ou itinerantes. A maioria das famílias, diante das limitações de abastecimento, adquiria mensalmente suprimentos junto aos comerciantes locais, comprometendo, em vários casos, quase que integralmente, os valores recebidos da VMT, a principal fonte de renda dos reassentados.

Os comerciantes, para assegurar o pagamento das dívidas, desenvolveram mecanismos de controle do dinheiro recebido, passando a acompanhar os reassentados ao banco, na sede municipal, no dia em que iriam receber o pagamento da VMT. E quitadas às dívidas do mês anterior, o restante do valor recebido era gasto ali mesmo na cidade, seja no dia do pagamento

da VMT ou nos dias de feira, retomando, assim, o ciclo de endividamento mensal e a dependência comercial do reassentado consumidor (SCOTT, 2009).

Nesse contexto, intensificam-se as relações entre os perímetros e a cidade, haja vista que a circulação do dinheiro dos reassentados no comércio, aqueceu o mercado local, atraindo um número cada vez maior de comerciantes. Além disso, a cidade continua a atrair e a abrigar aqueles que não encontraram casas nas agrovilas ou que buscavam outras oportunidades de emprego e renda fora dos perímetros.

Em decorrência desse descompasso campo-cidade, mas também pela infraestrutura e pelos serviços ofertados, a nova Petrolândia, assim como já havia acontecido na velha cidade, passou a atrair um grande contingente populacional. As pessoas buscavam em Petrolândia refúgio e trabalho, mas também a regularidade do abastecimento de água, em período de estiagem, e os serviços de educação e saúde ofertados pela nova cidade planejada.

Esse aumento populacional, entretanto, acarretou uma grande demanda por novas moradias, haja vista que as pessoas recém-chegadas à cidade passaram a morar em barracos, constituindo a Vila do Rato ou do Pescador como era conhecida. Diante disso, Prefeitura, Chesf e comunidade organizaram um mutirão, doando lotes, material e parte da mão-de-obra necessária para auxiliar os migrantes na construção de novas casas. Então, na área onde hoje se encontram as quadras 1, 2 e 13, foram construídas as casas do mutirão (SÁ, 2000).

O município de Petrolândia, desde o início da construção da UHE Itaparica, apresentou altos índices de crescimento populacional, tanto absoluto como relativo de sua população urbana e rural. Entre 1980 e 1991, os dados do censo revelam um crescimento absoluto de 39% da sua população, no período que abrangeu o início das obras da barragem e após o reassentamento das famílias atingidas (Tabela 10).

Nesse mesmo período, Petrolândia apresentou uma taxa geométrica de crescimento de 3% ao ano, tanto de sua população urbana quanto rural, mantendo uma tendência de crescimento, muito embora os dados também revelem um relativo decréscimo em relação ao período anterior, 1970-1980, em razão de uma intensa dispersão da mão-de-obra, após a conclusão das obras e o enchimento do Lago de Itaparica em 1988 (Tabela 10).

Em 1996, entretanto, os dados da contagem populacional do IBGE revelavam que o município de Petrolândia apresentara uma perda de 32% de sua população absoluta, uma expressiva redução de 12.100 pessoas no campo, correspondendo a uma taxa geométrica de crescimento negativa de 19% de sua população rural. Na cidade, por outro lado, a população urbana apresentou uma taxa geométrica de crescimento de 2%.

Tabela 10 - **População Residente por Situação de Domicílio, Taxa de Crescimento Anual, Município de Petrolândia**

Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996 (Contagem Populacional)

| População | 1940   | 1950   | 1960  | 1970   | 1980   | 1991   | 1996   | % a.a.<br>1940/1950 | % a.a.<br>1950/1960 | % a.a.<br>1960/1970 | % a.a.<br>1970/1980 | % a.a.<br>1980/1991 | % a.a.<br>1991/1996 |
|-----------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Urbana    | 2.565  | 4.681  | 3.094 | 4.863  | 9.818  | 14.319 | 15.765 | 6                   | -4                  | 5                   | 7                   | 3                   | 2                   |
| Rural     | 11.551 | 15.042 | 6.854 | 9.636  | 13.891 | 18.644 | 6.544  | 2                   | -7                  | 3                   | 4                   | 3                   | -19                 |
| Total     | 14.116 | 19.723 | 9.948 | 14.499 | 23.709 | 32.963 | 22.309 | 3                   | -6                  | 3                   | 5                   | 3                   | -7                  |

Fonte: CONDEPE, FISEPE, BDE, 2000; Sá (2000)

Organizado pelo autor, 2018

Esta significativa perda de população do município de Petrolândia se justificou pelo desmembramento dos distritos de Jatobá e Volta, ocorrido em 28 de setembro de 1995, através da Lei Estadual nº 11.256 que criou o novo município de Jatobá incorporando o território do distrito de Volta. A partir do qual, de acordo com a divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, o município de Petrolândia passou a ser constituído apenas pelo seu distrito sede (CONDEPE/FIDEM, 2014).

Em 1996, a população urbana do município de Petrolândia, acompanhado a tendência geral dos demais municípios que integram a região de influência da barragem de Itaparica, superou a sua população rural em mais de 70%. Essa dinâmica demográfica, ainda que tardia em relação ao processo de urbanização vivenciado pelo país como um todo nos anos 1970, revela a força do espiral transformador da UHE Itaparica sobre os espaços urbanos e rurais dos municípios em sua área de influência.

De uma forma geral, os municípios da região de Itaparica apresentavam, a partir de 1980, uma tendência de declínio de sua população rural e um lento crescimento de sua população urbana. Petrolândia, entretanto, contrariando essa tendência, foi o único município, na margem pernambucana, que mesmo tendo aumentado a sua população urbana, conseguiu manter a sua população rural em projetos de irrigação dentro do seu território (SÁ, 2000).

Os anos 1990 marcam também o início do plantio irrigado nos perímetros do sistema Itaparica, muito embora esse processo tenha seguido diferentes cronogramas em cada projeto. Fatores como a inviabilidade dos lotes para a agricultura, a qualidade da construção das casas das agrovilas, insolvência das empreiteiras contratadas, invasões dos lotes, dificuldades técnicas para implantar os equipamentos de irrigação, entre outros, procuram explicar as diferenças de cronogramas na implantação dos projetos (SCOTT, 2009).

A partir de 1993, após seis anos de espera, entraram em operação os primeiros projetos de irrigação, enquanto outros tiveram que aguardar por mais de 15 anos pela instalação dos equipamentos de irrigação. Ao longo desse período, havia projetos que já estavam produzindo e até exportando, ao passo que em outros nada havia sido instalado, nem um cano e nem uma bomba, e não havia nem previsão de implantação da irrigação.

Diante desse quadro, a Chesf formaliza, em 1992, um convênio de assistência técnica com a CODEVASF, incluindo a contratação de dois consórcios, por cinco anos. A estratégia da Chesf era manter o controle financeiro e administrativo das obras de implantação da infraestrutura física dos projetos e repassar para esta Companhia, a partir do quinto ano, a responsabilidade pelo funcionamento agrícola-técnica dos perímetros.

A inserção da CODEVASF nesse projeto foi uma exigência do Banco Mundial de que a supervisão da assistência técnica estivesse sob o controle de uma empresa nacional de irrigação. No entanto, não havia o interesse por parte desta entidade em assumir um projeto que ela julgava ser cheio de problemas decorrentes de uma concepção política e técnica diferente dos perímetros que ela já administrava em Juazeiro e Petrolina.

Em 1997, passados cinco anos do convênio, a CODEVASF assumiu a coordenação da assistência técnica nos projetos, apesar das divergências em relação à forma como a Chesf vinha conduzindo o processo, reafirmando o seu papel norteador dos rumos da irrigação no Vale do São Francisco. A Companhia procurou se isentar da responsabilidade sobre erros cometidos pela gestão anterior e evitou o confronto direto em relação às diferenças de modelos de irrigação propostos para a agricultura familiar nos perímetros.

O modelo dos perímetros irrigados do Sistema Itaparica destoava dos projetos que a CODEVASF administrava em Juazeiro e Petrolina. Enquanto esta Companhia apoiava empresas rurais capitalizadas, organizadas nos moldes da produção econômica racional de acordo com as regras de mercado, a proposta implantada em Itaparica se embasava na agricultura familiar, voltada à satisfação das demandas de pequenos agricultores, interligada ao comércio regional através de redes de escoamento da produção.

De acordo com Scott (2009, p. 90), essas divergências de perspectivas ficam mais evidentes quando os técnicos da CODEVASF, insatisfeitos por não terem selecionado o perfil dos reassentados em Itaparica, comparava-os aos colonos dos perímetros irrigados de Juazeiro e Petrolina. “Segundo eles, os reassentados não foram selecionados de acordo com os critérios de potencial para a produção e administração, usados para selecionar colonos. Portanto, [...] não têm o ‘preparo’ adequado para o modelo de ‘empresas familiares’ [...]”. Ademais, essa classificação de colono, atribuída aos pequenos agricultores empresários dos perímetros já administrados pela Companhia, não foi bem aceita pelos reassentados de Itaparica, haja vista que eles valorizavam a sua história de luta organizada em torno de recompensas por perdas.

A proposta da CODEVASF era implantar o processo de autogestão nos perímetros do Sistema Itaparica, o mesmo que já utilizava nos demais perímetros que administrava. O plano de operacionalização dos projetos de irrigação previa a formação de um Comitê Co-gestor, constituído por técnicos desta entidade e representantes dos agricultores, para administrar os projetos em sua fase de consolidação. Vinculava-se à emancipação dos projetos, à necessária participação, com caráter deliberativo, dos agricultores. A emancipação se daria quando os agricultores assumissem as decisões inerentes ao funcionamento e operacionalização dos projetos em seu todo, contando com recursos humanos, financeiros e logísticos para execução

de tarefas específicas, junto a instituições federais, estaduais e municipais (COVEVASF, s/d apud SCOTT, 2009).

Com relação a essa proposta, os representantes do Polo Sindical defendiam a negociação política dessa questão de responsabilidades relacionadas à emancipação dos perímetros e consideravam que qualquer decisão sobre o modelo de organização de gestão dos perímetros só poderia ser definida pelos agricultores, considerando o conjunto de suas atividades. Além disso, o Polo Sindical era contra a emancipação dos projetos mais adiantados, antes da resolução de todos os problemas pendentes e da conclusão da implantação dos demais projetos a serem implantados, tendo em vista que essa emancipação poderia dificultar a formação de associações fortes e combativas a favor dos interesses dos pequenos agricultores irrigantes.

A CODEVASF, entretanto, ao assumir a assistência técnica e a operação e manutenção dos sistemas de irrigação dos perímetros, impôs o seu modelo de autogestão no plano de irrigação das agrovilas. Seus técnicos, ao assistirem os agricultores, passaram a condicionar as suas formas de viver e produzir, transmitindo os conhecimentos associados aos modernos equipamentos de irrigação, até então desconhecidos ao seu mundo de trabalho e de vida (LIMA, 2007). De acordo com Sobral et al. (2006, p. s/n), a irrigação “[...] é feita pelo método de aspersão, em sistemas portáteis e permanentes, ou em pequena escala pelo método localizado, por meio de aspersão e gotejamento, distribuída ao longo do dia, sem horários pré-definidos”.

Nesse contexto, a concepção inicial de desenvolver os projetos de irrigação para a agricultura de subsistência se mostrou economicamente inviável, haja vista que as culturas de ciclo curto não tinham retorno monetário. Em razão disso, os reassentados passaram a explorar as culturas permanentes, sobretudo as fruteiras, o que se mostrou economicamente viável, apesar das sérias restrições ambientais, sobretudo de natureza edáfica (SOBRAL et al., 2006).

É a partir desse quadro, portanto, que o município de Petrolândia se insere no conjunto de discussões que caracterizam as relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Uma realidade marcada pela inserção de um grande projeto de desenvolvimento nacional, no caso a construção da UHE Luiz Gonzaga, destinado a gerar energia elétrica para iluminar cidades e abastecer às demandas das indústrias ávidas por expandirem a produção, atendendo, na maioria das vezes, a interesses externos, mas cujos impactos são gerados nas regiões receptoras, transformando a dinâmica sócio-territorial dos lugares atingidos, muito embora os interesses locais não integrem a concepção desses projetos.

A implantação desses grandes empreendimentos hidrelétricos transformou brutalmente o cotidiano de uma grande quantidade de pessoas, produzindo novas tramas de relações sociais em espaços constituídos de suas próprias histórias. Uma realidade que precisa ser apreendida no conjunto das relações que caracterizam os espaços urbanos e rurais das áreas diretamente ou indiretamente atingidas, considerando suas interações e complementaridades, visto que seus conteúdos extrapolam os seus limites de origem e se materializam através de urbanidades e ruralidades.

Nessa terceira fase do processo de constituição do território de Petrolândia, portanto, a configuração territorial dos municípios sob a área de influência da UHE Luiz Gonzaga foi profundamente transformada pela construção da barragem e formação do Lago de Itaparica. Em diferentes proporções, os espaços urbanos e rurais desses municípios foram atingidos pelas águas do reservatório e ficaram submersos. Assim, enquanto política compensatória, a Chesf construiu, em outros sítios, cinco novas sedes municipais e 10 perímetros de irrigação, haja vista a necessidade de assegurar que não houvesse uma ruptura da economia dos municípios atingidos.

Todavia, quando da remoção da população atingida, a Chesf optou por remover primeiro a população rural, fato que associado à quebra da produção agrícola, desencadeou, entre outros aspectos, uma ruptura temporária das relações campo-cidade na região atingida, considerando-se as imbricadas relações existentes entre esses espaços. As novas sedes municipais foram construídas primeiro que os perímetros de irrigação. Muito embora, várias edificações e obras de infraestrutura tenham vindo a apresentar problemas pouco tempo após a população ter sido reassentada.

No campo, a construção dos perímetros irrigados não foi concluída, tendo em vista que os equipamentos de irrigação não foram instalados. Além disso, vários perímetros apresentaram problemas de fertilidade do solo, áreas de sequeiro sem delimitação e limitações na quantidade de animais nos criatórios. A população rural foi reassentada nas agrovilas, núcleos urbanos no campo, enquanto aguardavam a entrega dos lotes para começarem a produzir.

Em razão desse descompasso, os primeiros equipamentos de irrigação só vieram a ser implantados seis anos após as famílias terem sido reassentadas nas agrovilas. A demora em implantar a irrigação nos lotes desencadeou uma série de problemas para a população rural, gerando desocupação, fome, violência e, sobretudo, dependência, tendo em vista que as famílias atingidas passaram a receber o pagamento da VMT até os lotes estarem em condições de produzir.

Nesse contexto, intensificaram-se as relações campo-cidade em Petrolândia, em razão do aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias e capital entre esses espaços. A população absoluta do município cresceu, com destaque para a população urbana. A nova cidade planejada, dotada de uma gama de serviços, passou a ser procurada por um expressivo fluxo de pessoas em busca de oportunidades de emprego e renda. Nos anos 1990, acompanhando a tendência geral da região atingida pela barragem, a população urbana de Petrolândia superou a rural, ainda que tardiamente quando considerada a dinâmica demográfica do país.

No espaço rural do município, com a construção dos perímetros irrigados, passa a coexistir o campo de casas esparsas e da tradicional de agricultura de subsistência ao lado do campo das agrovilas e da moderna agricultura de irrigação. Nessa nova realidade, emergem problemas de gestão associados às novas demandas e desafios que passam a caracterizar o cotidiano da população rural de Petrolândia.

Por fim, a partir desse resgate dos principais aspectos que caracterizaram as relações campo cidade ao longo do processo histórico de constituição do município de Petrolândia, organizou-se um quadro síntese dos eventos mais significativos no decorrer das três grandes fases analisadas, buscando estabelecer uma possível classificação de suas implicações com os conteúdos rural, urbano ou híbrido (Quadro 6). Diante disso, identificou-se um predomínio de relações híbridas no conjunto dos eventos, reiterando o entendimento da necessidade de se apreender o espaço enquanto totalidade, considerando-se suas múltiplas escalas de interação, e não de forma dicotômica setorizada.

Quadro 6 – Quadro síntese dos principais eventos do processo de constituição do município de Petrolândia - PE

| Principais Eventos do Processo de Constituição do Município de Petrolândia   |   |
|--|---|
| Fases  | Eventos   |
| I - Do Povoamento Indígena do Grupo Linguístico Macro-Jê no século XVII ao Processo de Colonização no século XVIII   | 1 Ocupação primitiva do espaço por índios Pankararus;   |
|  | 2 Chegada de Missões Jesuítas e dos primeiros colonos;  |
|  | 3 Doação de Sesmarias e o surgimento de grandes latifúndios;  |
|  | 4 Implantação de grandes fazendas de gado e de pequenos sítios;   |
|  | 5 Desenvolvimento de uma pecuária ultraextensiva, destinada ao abastecimento da sociedade canavieira;             |
|  | 6 Desenvolvimento de uma agricultura de subsistência voltada para o consumo dos posseiros;                        |
|  | 7 Comercialização do excedente produzido nas feiras-livres;   |
|  | 8 Relações de trabalho baseadas na sorte, doação da quarta cria de gado ao vaqueiro;                              |
|  | 9 Transformação de grandes proprietários de terras em poderosos coronéis de milícias;                             |
|  | 10 Estabelecimento de rotas comerciais associadas aos caminhos das boiadas;                                       |
|  | 11 Surgimento dos primeiros povoados, aldeias e cidades;  |
|  | 12 Formação de uma cultura sertaneja do couro.  |
| II - Da Chegada da Ferrovia em 1883 à Construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica em 1979  | 13 Construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso;   |
|  | 14 Construção da primeira cidade planejada do Sertão, destinada aos funcionários da ferrovia, a cidade de Jatobá; |
|  | 15 Construção do Cais Dom Pedro II;   |
|  | 16 Crescimento e desenvolvimento do comércio de Jatobá, um dos mais prósperos do Sertão;                          |
|  | 17 Instalação do Núcleo Experimental de Icó pelo DNOCS;   |
|  | 18 Construção de uma pista de pouso e a chegada do primeiro avião à cidade;                                       |
|  | 19 Desenvolvimento das atividades agropecuárias e industriais;  |
|  | 20 Implantação do Núcleo Barreiras, primeiro projeto de irrigação do município;                                   |
|  | 21 Construção da pequena hidrelétrica de Itaparica;   |
|  | 22 Instalação do escritório da Chesf na cidade;   |
|  | 23 Instalação do canteiro de obras da UHE Itaparica;  |
|  | 24 Construção do Acampamento dos funcionários e da Vila de operários da Chesf;                                    |
|  | 25 Criação do Polo Sindical e emergência do Movimento de Resistência dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;     |
|  | 26 Invasão do Canteiro de Obras da UHE Itaparica em 1986;   |
|  | 27 Assinatura do Acordo de 1986;  |
|  | 28 Elaboração do Plano de Desocupação;  |
|  | 29 Elaboração do Plano Urbanístico da Nova Cidade;  |
|  | 30 Enchimento do Reservatório de Itaparica;   |
|  | 31 Inundação da cidade e de áreas rurais do município.  |
| III - Da Conclusão das Obras da UHE Itaparica e o Reassentamento da População Atingida em 1988 ao Início do Funcionamento dos Perímetros Irrigados de Petrolândia nos anos 1990. | 32 Construção da Nova Cidade de Petrolândia;  |
|  | 33 Construção das Agrovilas;  |
|  | 34 Deslocamento e Reassentamento da população atingida com a construção da barragem;                              |
|  | 35 Pagamento da VMT;  |
|  | 36 Implantação dos Perímetros de Irrigação;   |
|  | 37 Introdução de novas técnicas e modernização da agricultura;  |
|  | 38 Conflitos de gestão entre as esferas do poder público;   |
|  | 39 A CODEVASF assume o serviço de assistência técnica e a administração dos perímetros;                           |
|  | 40 A população urbana ultrapassou numericamente a população rural em 1996;  |
|  | 41 Intensificação e maior complexidade das Relações Campo-Cidade;   |
|  | 42 Surgimento de novas atividades econômicas;   |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

|   |                      |   |                       |   |                      |
|---|----------------------|---|-----------------------|---|----------------------|
|  | Implicações no rural |  | Implicações no urbano |  | Implicações híbridas |
|---|----------------------|---|-----------------------|---|----------------------|

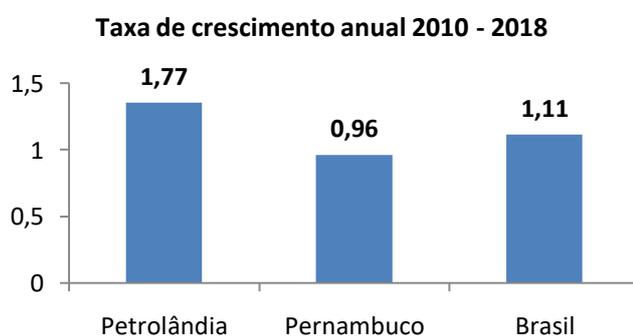
### 5.3 PETROLÂNDIA: ENTRE RURALIDADES E URBANIDADES

O território usado enquanto sinônimo de espaço humano é constituído de objetos e ações. É uma forma impura, um híbrido que constitui o nosso quadro de vida. A partir do uso do território é possível compreender o espaço, em sua totalidade, a partir das formas, funções, estruturas e processos. Um espaço em constante transformação que a cada nova forma de uso do território cria ou refuncionaliza novas formas-conteúdo.

É nesta perspectiva que se busca apreender a atual dinâmica sócio-territorial das relações campo-cidade e rural-urbano em Petrolândia, através da análise das urbanidades e ruralidades que se manifestam no uso do território petrolandense. Urbanidades e ruralidades compreendidas enquanto novas territorialidades decorrentes tanto das formas, objetos técnicos característicos do campo e da cidade, quanto das ações, usos e funções característicos dos modos de vida urbano e rural. Territorialidades que, combinadas, possibilitam apreender as particularidades da escala local.

A partir desse entendimento, observa-se que o município de Petrolândia, segundo o censo de 2010, apresentava uma população de 32.492 habitantes e uma densidade demográfica de 30,75 hab/km<sup>2</sup>. E quando comparamos esse valor à estimativa de população do município para 2018, que era de 36.187 pessoas, identificamos uma taxa de crescimento anual de 1,77%. Uma taxa superior àquela registrada no Estado, que foi de 0,96% ao ano e superior também à taxa do país no mesmo período que foi de 1,11% ao ano (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Comparação da taxa de crescimento anual 2010-2018



Fonte: IBGE, 2018  
Organizado pelo autor, 2019

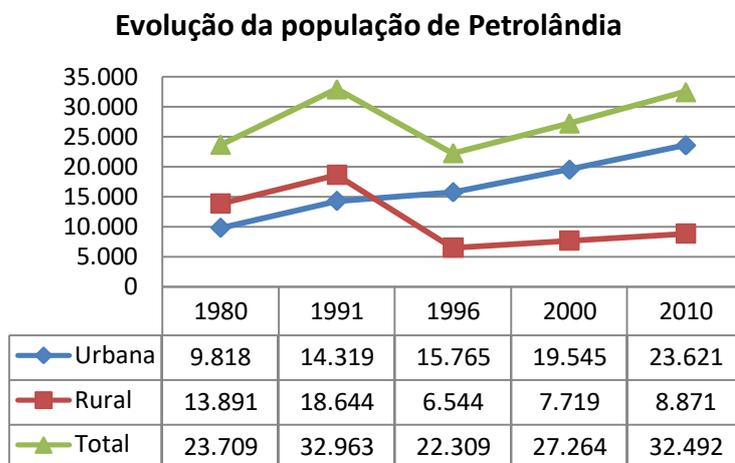
Desde os anos 1980, quando teve início o processo de construção da UHE Itaparica, Petrolândia apresenta elevados índices de crescimento populacional, mantendo essa tendência nos anos seguintes, exceto no ano de 1996, quando o município apresentou perda de

população em razão do desmembramento de dois distritos. Recentemente podemos vincular esse expressivo crescimento populacional, entre outros aspectos, à capacidade atrativa dos perímetros irrigados, que entraram em funcionamento a partir de 1993, e aos novos projetos desenvolvimentistas implantados na Região, a exemplo do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Em 2010, Petrolândia apresentava uma taxa de urbanização de 72,7%, com 23.621 pessoas residindo no espaço urbano e 8.871 residindo no espaço rural. Essa predominância urbana, entretanto, é recente, pois foi só em 1996 que a população urbana superou em 60% a população rural.

A partir da análise do gráfico 9, constata-se uma expressiva tendência de crescimento da população urbana, mesmo em 1996, quando o município apresentou perda de população. A população rural, por outro lado, apesar do campo petrolandense ofertar atrativos, apresentou um discreto crescimento ao longo do período analisado.

Gráfico 9 – Evolução da População de Petrolândia 1980-2010



Fonte: IBGE, 2018

Organizado pelo autor, 2019

Essa tônica urbana caracterizou, ao longo do tempo, todo o processo de constituição do território petrolandense. Vinculadas, sobretudo, a inserção de grandes objetos técnicos, a exemplo da EFPA e da UHE Itaparica, e de um intenso fluxo migratório, as características urbanas se faziam presentes na dinâmica dos setores de comércio e serviços da sede municipal, responsáveis por dar suporte às demandas das atividades do campo, estruturando as redes de comercialização e o escoamento da produção.

A velha Petrolândia, apesar da diversidade de funções urbanas, apresentava uma economia diretamente relacionada às atividades agropecuárias e um modo de vida marcadamente rural. As tradicionais ruralidades caracterizavam o cotidiano da população petrolandense, uma realidade marcada pela religiosidade, a devoção ao padroeiro São Francisco de Assis, a realização da feira-livre, às sextas-feiras, nas ruas do centro, os banhos de rio, a criação de animais e as pequenas hortas nos quintais das casas, entre outros aspectos.

As urbanidades, por sua vez, também se faziam presentes nos novos hábitos e costumes trazidos pelos fluxos migratórios e pelos ares de modernidade que a inserção de cada novo objeto técnico desencadeava ao se instalar no território. Com a chegada da estrada de ferro Paulo Afonso à Petrolândia no século XIX, por exemplo, construiu-se a primeira cidade planejada do Sertão, o comércio e os serviços se intensificaram e a cidade apresentou um rápido desenvolvimento e expansão.

Nesse sentido, também se destaca a atuação de instituições e órgãos públicos em Petrolândia, que desencadearam uma série de transformações, que se refletiu em possibilidades de desenvolvimento econômico para o município, em especial para a agropecuária e o comércio de Petrolândia. Destacam-se as atuações da IFOCS, posteriormente transformada no DNOCS, e do Ministério da Agricultura, sob a direção do agrônomo pernambucano Apolônio Sales.

A IFOCS começou a atuar no município em 1935, executando várias obras de engenharia, dentre elas: o açude de Poço da Cruz, uma grande estrada de rodagem, ligando Petrolândia ao município de Ibimirim, um campo de pouso, um posto médico, o primeiro de Petrolândia, e um campo de irrigação experimental, o Posto Agrícola do Icó. A atuação do IFOCS, associada à chegada dos seus funcionários e familiares, também estabeleceu novas demandas ao comércio local, surgindo, assim, o primeiro bar, com rádio e geladeira a querosene, um local de encontros e conversas, onde era possível consumir uma bebida gelada.

Em 1943, o Ministério da Agricultura fundou em Petrolândia o primeiro projeto de colonização da região, o Núcleo Colonial Barreiras. Administrado pela CODEVASF, o projeto era constituído por mais de 100 granjas e apresentava uma infraestrutura composta por estabelecimentos industriais de pequeno porte, escola, igreja, um grande hospital e uma pequena usina hidrelétrica na cachoeira de Itaparica, cuja produção de energia elétrica se destinava, sobretudo, a suprir as demandas do Núcleo, mas também atendia aos municípios de Petrolândia, Tacaratu e Floresta. A expressiva produção agrícola do projeto abastecia não só a feira livre de Petrolândia, mas também atendia as demandas dos demais municípios

circunvizinhos, ao passo que se instituiu posteriormente uma feira livre no próprio Núcleo Barreiras.

Nesse contexto, os dados censitários das décadas de 1940 e 1950 revelam que a população residente total de Petrolândia, atraída, em grande parte, pelas oportunidades de emprego e renda ofertadas pela implantação desses projetos agrícolas, apresentou um crescimento superior a 28%, passando de 14.116 mil para 19.723, um incremento de 5.607 pessoas no município. No entanto, apesar da população rural representar 76% do total de residentes no município em 1950, foi a população urbana, que apresentou o maior percentual de crescimento nesse mesmo período, crescendo 45% em relação à década anterior, um aumento de 2.116 pessoas em relação às 2.565 pessoas que residiam no espaço urbano em 1940.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, mesmo conservando a tendência de crescimento da população urbana, Petrolândia se manteve essencialmente rural, com a maior parte da sua população residindo no campo e com uma economia fortemente embasada na agropecuária. Na década de 1970, a população total do município era de 14.499 pessoas, apresentando uma concentração de 66% da população residindo no seu espaço rural.

Todavia, as principais transformações na dinâmica populacional do município estão associadas, sobretudo, à chegada da Chesf ao município no final da década de 1970. Com o estabelecimento de um escritório na sede municipal e o início dos trabalhos de instalação do canteiro de obras de UHE Itaparica e a construção do acampamento dos funcionários e da vila de operários, atraiu-se um grande fluxo migratório de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego e renda.

Na década de 1980, a população petrolandense havia crescido 63,5% em relação à década anterior, alcançando o total de 23.709 pessoas. Muito embora a população rural ainda prevalecesse sobre população rural (gráfico 9), destaca-se o expressivo crescimento da população urbana, uma taxa de 7% ao ano, com um incremento de quase 5.000 pessoas que passaram a residir no espaço urbano de Petrolândia.

A chegada desse incremento populacional, entretanto, associado às pequenas dimensões e a falta de infraestrutura da velha cidade de Petrolândia, muito mais que um quantitativo estatístico, difundiu novos hábitos e costumes, alterando relações de vizinhança e a sensação de segurança, haja vista o aumento dos índices de violência. Nesse período, agravaram-se o desemprego e as condições de miséria no município, principalmente, em razão da desativação dos projetos de irrigação de Icó e Barreiras, responsáveis pela oferta de empregos temporários às famílias residentes nos povoados circunvizinhos aos projetos.

A cidade de Petrolândia, mesmo dispondo de uma significativa quantidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, não foi capaz de absorver a grande quantidade de mão-de-obra ociosa, um contingente de trabalhadores avulsos em permanente disponibilidade para qualquer eventual trabalho. Em 1981, os setores de comércio e serviços empregavam 83,5% da população ocupada na sede municipal.

A década seguinte se caracterizou pela consolidação do processo de realocação da população atingida para a nova sede municipal e para as agrovilas dos projetos de irrigação implantados pela Chesf. Em 1993, entraram em funcionamento os primeiros projetos de irrigação, após um longo período de espera, que em alguns casos chegou a demorar mais de 15 anos, desde o reassentamento em 1987, para que os equipamentos fossem instalados e os assentados pudessem plantar nos lotes irrigados.

Os dados censitários de 1991 revelam que a população total do município apresentou um crescimento absoluto de 39% em relação à década anterior, com uma taxa geométrica de crescimento de 3% ao ano, tanto da população urbana quanto da rural. Todavia, mesmo mantendo uma tendência de crescimento em relação ao período anterior, constatou-se uma ligeira desaceleração desse ritmo, em razão, sobretudo, da dispersão da mão-de-obra envolvida na construção da hidrelétrica, ao término das obras em 1988.

Os anos 1990 também se caracterizaram por uma tendência geral de declínio da população rural e um gradativo crescimento da população urbana nos municípios que integram a RD Itaparica. Em Petrolândia, segundo os dados do IBGE de 1996, a população urbana superou a população rural em mais de 70%, apresentando, em relação ao período anterior, uma taxa geométrica de crescimento de 2% ao ano. Nesse mesmo período, a população rural do município, em razão do desmembramento de dois distritos, sofreu uma brusca redução, apresentando uma taxa geométrica de crescimento negativa de 19% ao ano.

Diante desse quadro, o município de Petrolândia adentra as décadas de 2000 e de 2010 apresentando uma população predominantemente urbana, com uma taxa de urbanização superior aos 70%, e uma população rural, que apesar da expressiva redução, manteve-se estável e apresenta taxas geométricas de crescimento anual nas casas de 4% e 1% respectivamente.

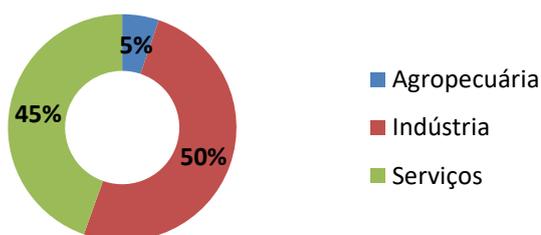
Com relação à economia, em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do município era de 897.996 milhões, ocupando 24ª posição no Estado, com uma participação de 0,54% no PIB de Pernambuco, e a primeira posição entre os municípios que integram a RD do Sertão de Itaparica. No tocante ao PIB per capita, isto é, à riqueza gerada em relação ao total de sua

população, Petrolândia ocupava a 8ª posição entre os 185 municípios pernambucanos, com R\$ 25.132 mil no ano de 2015 (CONDEPE/FIDEM, 2019b).

No concernente à composição do PIB, como podemos observar no gráfico 10, o setor industrial se apresenta com 50%, seguido pelo setor de serviços com 44% e uma inexpressiva participação do setor agropecuário com apenas 5% do PIB (CONDEPE/FIDEM, 2019b). Destaque-se que, em razão da presença da hidrelétrica, a RD Itaparica é a única do Estado, cuja participação do setor industrial compreende uma participação tão expressiva. Nessa região, no período anterior a construção da hidrelétrica, as tradicionais atividades industriais se caracterizavam, em geral, por pequenos estabelecimentos, como por exemplo, marcenarias e serralharias, que empregavam de três a quatro pessoas.

Gráfico 10

Setores do PIB de Petrolândia - 2016



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2019b  
Elaborado pelo autor, 2019

Petrolândia, em razão desse expressivo percentual do setor industrial no PIB municipal, relacionado à localização da UHE Luiz Gonzaga no seu território, recebeu, em 2016, R\$ 1.290.924,03 de compensação financeira do setor elétrico pela utilização dos recursos hídricos, o que representava 0,14% do seu PIB (ANEEL, 2017).

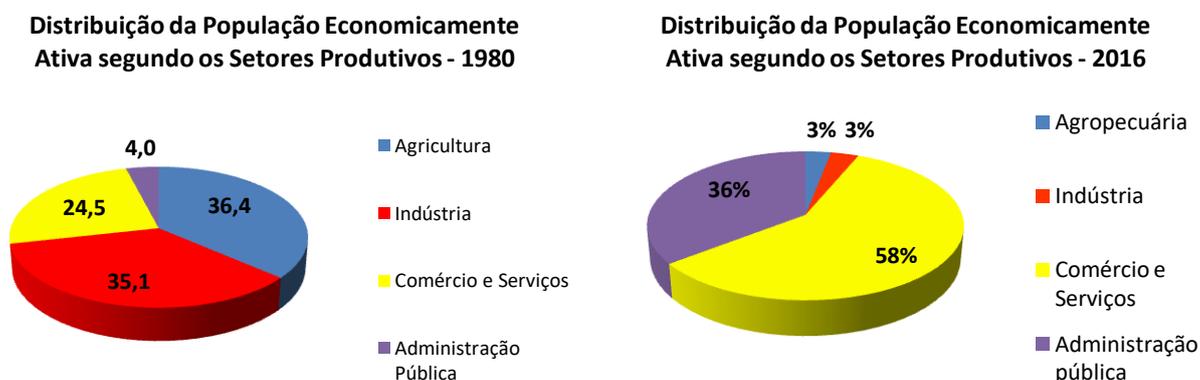
A Lei de Compensação Financeira foi criada como um dispositivo para atender às quedas de receita ocasionadas pela implantação compulsória de empreendimentos de interesse suprarregional. A Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) é o valor que os titulares de concessão ou autorização de usinas pagam pela exploração do potencial hidráulico aos municípios e Estados onde se localizam usinas hidrelétricas ou que tenham terras atingidas pelas águas dos reservatórios e a órgãos da administração direta (DOMINGUES, 2012).

Muito embora os valores repassados pela CFURH não se aproximem das expectativas do setor elétrico, as quais apontam o repasse de um montante superior ao PIB dos municípios receptores, os mesmos constituem um significativo repasse de recursos públicos às receitas

municipais. Os municípios receptores dessas verbas, entretanto, não declaram o recebimento dessa receita e nem prestam contas de seu uso.

Assim como o PIB, a distribuição dos postos de trabalho no mercado formal também apresenta uma tendência urbana, concentrando na cidade a maioria dos 4.418 empregados em 2016. A administração pública, com 1.568, responde pelo maior número de empregados, seguida pelo setor de serviços, com 1.450, e pelo comércio, com 1.073 empregos formais (Gráfico 11). A agropecuária responde por apenas 133 vagas de trabalho, o que, em parte, pode ser explicado pela forte presença da agricultura familiar nos perímetros (CONDEPE/FIDEM, 2019a).

Gráfico 11 – Comparação da distribuição da População Economicamente Ativa 1980-2016



Fonte: Censo Demográfico, 1980; CONDEPE/FIDEM, 2019a  
Elaborado pelo autor, 2019

A análise do gráfico 11 também revela uma significativa redução dos postos de trabalho na agricultura no período em análise, sobretudo, em razão de muitos dos antigos parceiros e arrendatários terem sido reassentados nos perímetros irrigados e terem passado a condição de proprietários. Quando do enchimento do reservatório, as terras ribeirinhas onde esses agricultores trabalhavam foram diretamente atingidas e as negociações para reassentar a população rural exigiram a inclusão dos não proprietários de terras no processo de reassentamento.

Com relação à administração pública, a forte presença de instituições públicas no município e o incremento financeiro relacionado à presença da hidrelétrica, potencializaram a participação do Estado no PIB municipal. Todavia, convém frisar que a relação entre os diferentes entes públicos no município, caracteriza-se por conflitos de gestão, sobretudo, em razão da forte presença do Chesf nos perímetros irrigados.

Os setores de comércio e serviços, por sua vez, apresentaram o mais expressivo crescimento no período. A cidade de Petrolândia, historicamente, sempre se caracterizou por um conjunto de funções urbanas associadas à implantação de grandes empreendimentos técnicos que disseminaram ares de modernidade pelo município. No entanto, é com a chegada da hidrelétrica, associada ao grande fluxo populacional, que as atividades urbanas se expandiram e extrapolaram os limites da cidade.

No campo, a pluriatividade, isto é, o fenômeno de inserção de novas atividades econômicas, associadas às tradicionais atividades agropecuárias, intensificou-se com a implantação UHE Luiz Gonzaga. Oriundo de novas ruralidades exógenas, o pluralismo se integra a uma série de urbanidades no rural. Emergem, assim, em meio a um processo de revalorização do rural e da natureza, novas atividades econômicas no espaço rural do município.

Registra-se o surgimento e a expansão de novas atividades econômicas voltadas, por exemplo, para o turismo ecológico, de natureza, de aventura e de lazer. Essas atividades, influenciadas pelos agentes responsáveis pela reprodução do capital, buscam explorar os atrativos físico-naturais da paisagem, dotando-os de novos valores e significados, associando tradicionais e novas ruralidades às urbanidades contemporâneas.

O Lago de Itaparica vem sendo explorado, entre outras atividades, pela prática de mergulho esportivo, passeios de catamarã e pelo turismo de lazer na “Ilha de Rarrá”, uma grande porção de terra que emergiu em meio ao lago (Foto 7, 8 e 9). Além dessas atividades, o turismo de natureza também explora as trilhas ecológicas em meio às paisagens sertanejas (Foto 10).

Foto 7 – Mergulho Esportivo



<https://www.assisramalho.com.br/2018/07/petrolandia-sub-leva-voce-para-conhecer.html>, 2019

Foto 8 – Passeio de Catamarã



<https://www.grandediaturismo.com.br/produto/petrolandia-e-ilha-rarra/>, 2019

Foto 9 – Ilha de Rarrá



[http://sertaobelo.com.br/post\\_passeio/ilha-de-rarra-em-petrolandia-pe](http://sertaobelo.com.br/post_passeio/ilha-de-rarra-em-petrolandia-pe), 2019

Foto 10 – Trilha Ecológica



<https://www.assisramalho.com.br/2018/08/rep-orter-brasil-destaca-turismo-de.html>, 2019

A despeito de uma forte tônica urbana caracterizar os dados econômicos de Petrolândia, faz-se necessário reafirmar o caráter híbrido do território petrolandense, haja vista que a sua organização espacial é marcada por complexas relações campo-cidade que se manifestam através de urbanidades e ruralidades.

Nesse sentido, apesar do espaço rural de Petrolândia ser o local onde se encontram apenas 26% dos domicílios particulares permanentes, onde residem 8.871 pessoas, a sua organização espacial se caracteriza pela coexistência de propriedades rurais tradicionais e modernos perímetros irrigados, casas dispersas e aglomerados urbanos e a agricultura tradicional e a agricultura científica.

A presença dessa moderna agricultura científica nos perímetros irrigados estabelece uma complexa e interdependente relação de suas atividades com a economia urbana. A cidade passa a fornecer produtos, serviços e mão-de-obra necessários ao desenvolvimento da moderna agricultura irrigada. Os perímetros irrigados, por sua vez, demandam insumos, maquinários, assistência técnica, serviços de manutenção, entre outros aspectos necessários à produção.

Nesse processo, a cidade se adapta para atender às novas demandas produtivas do campo, tornando-se responsável por uma série de novos produtos e serviços, que atraem um fluxo cada vez maior de pessoas. Na cidade de Petrolândia, a influência desse campo moderno se faz sentir, entre outros aspectos, no crescimento da sua população, na expansão do seu espaço urbano e, sobretudo, no número de estabelecimentos comerciais voltados para os produtos do campo, como identificaram Santos, Souza e Lima (2016) no quadro 7, elaborado em 2014.

Quadro 7 – Estabelecimentos agropecuários na cidade de Petrolândia - 2014

| <b>Estabelecimentos</b>       | <b>Endereços</b>                        |
|-------------------------------|---|
| Armazém Real                  | Rua Artur Vieira, Centro                |
| AGROPEL                       | Rua Regente Feijó, Centro               |
| Campos Soluções Agrícola      | Rua Manoel Rodrigues de Almeida, Centro |
| Comercial Agropecuária Santos | Av. Marques de Olinda, Centro           |
| Paulinelly Irrigações         | Av. Manoel Borba, Centro                |

Fonte: Santos, Souza e Lima (2016)

A existência desses estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários atesta a imbricada relação campo-cidade no circuito produtivo, no qual a cidade, através do comércio e da prestação de serviços, fornece os insumos e os serviços demandados pelos produtores no campo, quer seja a agricultura tradicional ou a moderna. E o campo, por sua vez, determina a tipologia, a quantidade e a frequência dos estabelecimentos comerciais e dos serviços prestados.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, as principais lavouras produzidas em Petrolândia, segundo o valor da produção, são o coco-da-baía, a melancia, a banana, a goiaba, a manga, e o tomate (IBGE, 2018). Todavia, considerando-se o modelo de exploração dos perímetros, centrado na agricultura familiar, cuja produção se destina para o mercado local e regional, a principal cultura de exportação dos perímetros é o coco-da-baía.

Nesse sentido, Araújo (2017), ao analisar os desafios da cadeia produtiva da água de coco em Petrolândia, identificou as principais relações que a cultura do coco estabelece, a partir dos perímetros, com outros municípios, estados e países ao longo da estrutura da produção e comercialização da água de coco. Diante disso, é possível apreender como campo e cidade, enquanto formas que integram a mesma espacialidade, estabelecem um complexo conjunto de relações marcadas por interdependência e complementaridades.

No tocante à pecuária do município, seguindo a tendência geral do estado de Pernambuco, o principal rebanho é o galináceo, seguido dos caprinos e os ovinos (IBGE, 2018). O rebanho bovino, por sua vez, que já apresentou o maior número de cabeças na Região, atualmente ocupa apenas a quarta posição. Convém lembrar que, mesmo antes do

processo de remoção da população atingida pelas águas do reservatório, o rebanho bovino já se encontrava em declínio na Região.

Outra atividade econômica presente no espaço rural de Petrolândia são os projetos de piscicultura implantados no Lago de Itaparica (Foto 11). De acordo com Rabêlo (2018), há, atualmente, 10 projetos de piscicultura em funcionamento e 06 (seis) em processo de implantação no município. Os piscicultores familiares estão organizados em associações e recebem apoio do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural). O Polo do São Francisco, nos lagos do Moxotó, Itaparica e Xingó, é o segundo maior polo de produção de tilápia do Brasil, produzindo aproximadamente 50 mil toneladas em 2017 (BELFORT, 2017).

Foto 11 – Tanques de Piscicultura



Foto: Kleyton Lima, 2017

Quanto às agrovilas, formas urbanas implantadas no campo, as mesmas representaram na época do reassentamento uma urbanização imposta aos agricultores realocados, cujos hábitos e costumes rurais foram negados e uma nova forma de morar lhes foi apresentada. As agrovilas foram concebidas como núcleos urbanos, um aglomerado de casas reunidas em uma grande rua, onde foram implantados serviços e equipamentos públicos, em sua maioria, tipicamente urbanos. Todavia, passados mais de 30 anos, essas agrovilas apresentam, hoje, uma nova dinâmica, na qual antigos e novos moradores manifestam territorialidades híbridas adaptadas à própria essência dessa forma-conteúdo.

Nesse contexto, cresce nas agrovilas o número de estabelecimentos comerciais voltados tanto para o consumo imediato da população quanto para atender às demandas produtivas dos perímetros irrigados (Foto 12 e 13). Diante dessa nova dinâmica, as agrovilas

passaram a atrair um fluxo de pessoas em busca de oportunidades de emprego e renda, que antes procuravam a sede municipal. Várias agrovilas já apresentam um processo de expansão de suas áreas e vivenciam, associado a isto, vários problemas tipicamente urbanos.

Foto 12 – Comércio agropecuário na Agrovila 10 – Icó-Mandantes



Foto: Clélio Santos, 2013

Foto 13 – Comércio Agrovila 03 – Icó-Mandantes



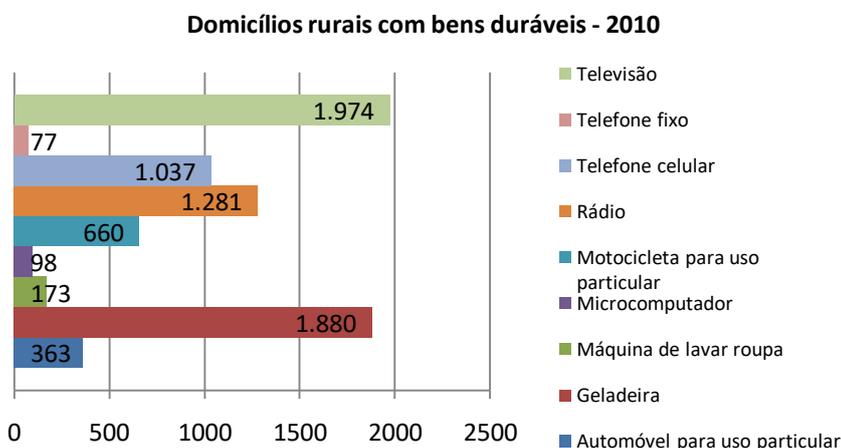
Foto: Guilherme Araújo, 2015

No âmbito dessas novas dinâmicas sócio-territoriais, alguns dados do IBGE respaldam esse entendimento. Em 2010, o número de domicílios rurais com energia elétrica era de 97%. No entanto, mesmo apresentando esse expressivo percentual, um valor bem acima da média estadual, ainda há 03% dos domicílios, isto é, cerca de 60 domicílios que não têm acesso à luz elétrica, mesmo estando localizados ao lado da UHE Luiz Gonzaga.

No tocante à produção, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, 61% dos estabelecimentos agrícolas estavam ligados à rede elétrica, uma condição imprescindível ao processo produtivo no atual período histórico. A moderna agricultura científica é uma grande consumidora de energia elétrica e na realidade dos perímetros irrigados de Petrolândia, a luz elétrica e a água utilizadas na agricultura irrigada são subsidiadas pela Chesf.

No espaço rural, é também expressiva a quantidade de domicílios com acesso a bens duráveis, tais como celular, televisão, computador, entre outros (Gráfico 12). Reforçando esse entendimento, os dados do Censo Agropecuário 2017, revelam que 52% dos estabelecimentos agrícolas apresentam telefone e 35% têm acesso à internet banda larga ou móvel (IBGE, 2018).

Gráfico 12



Fonte: IBGE, 2018  
Elaborado pelo autor, 2019

No campo, a presença dessas urbanidades viabiliza e difunde valores, hábitos e costumes urbanos. É através da televisão e da internet, por exemplo, que as informações e, sobretudo, os padrões de consumo se difundem junto à população rural. Ao lado das tradicionais ruralidades, passam a coexistir novas ruralidades e urbanidades.

A paisagem rural petrolandense é marcada pela presença das antenas parabólicas, pelo uso de motocicletas, associadas às atividades rurais, pela emergência de comércios e serviços urbanos e, sobretudo, pelas novas tecnologias associadas à produção. Nesse contexto, impõe-se um conflito de gerações, haja vista que é crescente o número de jovens atraído pelo modo de vida urbano e avesso ao tradicional trabalho no campo. Constitui-se, assim, um desafio ao modelo de agricultura familiar adotado nos perímetros irrigados.

No entanto, as tradicionais ruralidades resistem, mesmo incorporando valores urbanos. A festa do padroeiro São Francisco de Assis entre os meses de setembro e outubro, por exemplo, para além das atividades religiosas, missas e novenas, incorporou os mega-shows de artistas regionais e nacionais, sendo vivenciada de diferentes formas pela população urbana e rural, a depender idade e das vinculações religiosas.

Por outro lado, festejos tipicamente urbanos também passam a integrar o cotidiano da população, agregando valores rurais e urbanos, adaptando-os as particularidades e as singularidades de cada lugar. O carnaval fora de época de Petrolândia, o Petrofest, reúne no mês de maio aspectos do carnaval da Bahia, de Pernambuco, do sertanejo universitário e das *raves* de música eletrônica, reunindo os simpatizantes dos mais distintos ritmos.

Ruralidades e Urbanidades, portanto, enquanto fenômenos resultantes do rural e do urbano, podem estar presentes, de forma imbricada, tanto na cidade como no campo. Elas são decorrentes tanto do material, objetos técnicos característicos do urbano ou do rural, quanto dos valores subjetivos em relação ao que caracteriza o urbano e o rural.

Um bom exemplo é a feira-livre, que na velha Petrolândia ocorria no centro da cidade às sextas-feiras, um evento que mobilizava a população rural e urbana, uma atividade tradicional, essencialmente híbrida, pois movimenta a economia do campo e da cidade. Na nova Petrolândia, a feira ganhou um espaço próprio, assim como ocorre nos grandes centros urbanos, passando a funcionar no centro comercial (Foto 14), seguindo a lógica do planejamento urbano. Na feira, hoje, além dos tradicionais produtos hortifrutigranjeiros, é possível encontrar de tudo, inclusive os produtos eletroeletrônicos produzidos fora do país (Foto 15). A feira expressa uma territorialidade plural que, muitas vezes, extrapola os limites estabelecidos.

Outra situação híbrida, em que também se identifica novas ruralidades e urbanidades em Petrolândia, estabelece-se a partir do gradativo processo de substituição do conteúdo social do perímetro Apolônio Sales, o mais próximo da sede municipal e o único projeto onde os moradores residem no próprio lote. De maneira informal, esses lotes vêm sendo desmembrados e repassados para moradores oriundos do espaço urbano, que a partir de uma

concepção bucólica, associam o campo à natureza e a um estilo de vida mais tranquilo e saudável. Surgem, assim, sítios e granjas “urbanas”, cujo uso não está mais associado à produção, mas a segunda e/ou primeira residência de cidadãos, isto é, pessoas com hábitos e costumes urbanos.

Foto 14 – Centro Comercial



Fonte:

<http://www.petrolandia.pe.gov.br/~petrolandiapego/noticia/693/prefeitura-apresenta-solucoes-para-melhorias-no-mercado-publico-de-petrolandia.html>, 2019

Foto 15 – Feira-livre de Petrolândia



Fonte: <https://www.petrolandiaemfoco.com.br/2017/07/a-feira-livre-de-petrolandia-pe-em-um.html>, 2019

Depreende-se, assim, que Petrolândia, hoje, apresenta uma dinâmica sócio-territorial caracterizada por complexas relações campo-cidade, com novas interdependências e complementaridades que se manifestam através de urbanidades e ruralidades. Uma realidade que, apesar de apresentar elevados valores de PIB e de um expressivo valor de compensação financeira, caracteriza-se por inúmeras desigualdades, sobretudo aquelas relacionadas à renda. Segundo os dados do IBGE de 2010, em Petrolândia 9.860 pessoas sobreviviam sem nenhum rendimento, 11.058 pessoas viviam com até um salário mínimo e apenas uma pequena elite auferia mais de 20 salários mínimos (IBGE, 2018).

Em 2010, Petrolândia apresentava uma renda per capita média de R\$ 344,04, muito mal distribuída, haja vista que 50% pessoas se encontravam na situação de pobreza e/ou extrema pobreza. A proporção de pessoas pobres, isto é, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 era de 34,12% e o percentual de pessoas na extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00, era de 16,39% (ATLAS, 2013).

De acordo com o índice de GINI, o grau de concentração de renda no município, em 2010, era de 0,569, isto é, a participação dos 20% mais pobres no percentual da riqueza era de apenas 2,6%, ao passo que a participação dos 20% mais ricos era de 58,5%, ou seja, 22,5 vezes maior que a participação dos mais pobres na renda (PORTAL ODM, 2014).

A partir dos dados expostos, é possível depreender acerca da precariedade das condições de vida da população mais pobre, que sem auferir uma renda digna é submetida a residir em lugares insalubres e de difícil acesso, despossuídos de infraestrutura e carentes de equipamentos públicos e privados. Situação esta presente nas periferias da cidade de Petrolândia e também no entorno dos perímetros irrigados, haja vista, que o acesso à água nessa Região é mais importante que a terra.

Diante do exposto, constata-se que o município de Petrolândia se caracteriza como um espaço híbrido, onde urbanidades e ruralidades coexistem de forma imbricada. Um município que, apesar de apresentar uma significativa dinâmica urbana, expressa pelo fato da maior parte da sua população residir em espaços urbanos e, sobretudo, exercer atividades econômicas urbanas, mantém relações de interdependências e complementaridades entre a cidade e o campo, haja vista a forma como as demandas produtivas do espaço rural influenciam a economia urbana petrolandense.

## CONCLUSÃO

A partir do estudo das relações campo-cidade é possível apreender as transformações ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Nos espaços urbanos e rurais brasileiros emergiram novas dinâmicas sócio-territoriais e a exigência de se rediscutir os novos significados e conteúdos do rural e do urbano no país.

Na Região Semiárida, a inserção de grandes empreendimentos hidrelétricos transformou a organização sócio-espacial dos municípios, sobretudo, nos vales úmidos do submédio São Francisco. As Grandes Hidrelétricas constituem os principais vetores dos processos de urbanização, industrialização e modernização no campo, tornando mais complexas as relações campo-cidade. Um processo que vem reconfigurando o território do Semiárido, impondo-lhe uma nova dinâmica, ao diversificar os serviços urbanos e intensificar os fluxos de transporte e comunicações, reestruturando as interações dos espaços rurais com os espaços urbanos.

Essa nova dimensão das relações campo-cidade exige que esses espaços sejam pensados, enquanto totalidade, de maneira interdependente e complementar. Um espaço híbrido que pressupõe uma interação entre objetos e práticas sociais, uma forma-conteúdo. Reitera-se, assim, o entendimento de que o estudo da relação campo-cidade se torna essencial para a compreensão dessa nova dinâmica sócio-territorial, haja vista que os conteúdos desses espaços, o rural e o urbano, extrapolam os seus supostos limites de origem e se combinam em diferentes escalas, municipal e regional, manifestando-se através de urbanidades e ruralidades em uma única espacialidade.

A partir da pesquisa, identificou-se três grandes fases ao longo do processo de constituição do território de Petrolândia, definidas a partir do processo de povoamento e de seus reflexos na configuração territorial do município. Um processo caracterizado, a princípio, por um ritmo lento de apropriação e transformação das paisagens naturais e pela constituição de tradicionais relações campo-cidade, cujas principais atividades econômicas estavam centradas na agropecuária e no poder dos grandes proprietários de terras.

O território do município de Petrolândia não passava, inicialmente, de uma pequena povoação vinculada às fazendas existentes na Região, um local conhecido como Bebedouro de Jatobá, utilizado pelos vaqueiros para dessedentar o gado que seguia em comitiva para os mercados consumidores de Recife e Salvador.

Posteriormente, com a inserção de um importante objeto técnico na Região, a Ferrovia Paulo Afonso, as transformações sócio-espaciais ganharam um impulso, intensificaram-se as

atividades comerciais e isto favoreceu o surgimento e a expansão de novos aglomerados urbanos. Associado a isto, emergiram também as primeiras propostas de exploração do potencial hidroelétrico do Rio São Francisco. Nesse contexto, passaram a atuar na Região as primeiras instituições federais, representando o Estado através de políticas públicas voltadas, sobretudo, ao combate à seca, via soluções hidráulicas, e a inserção dos primeiros projetos de irrigação.

Petrolândia, nessa época, já apresentava uma relativa dinâmica urbana, com uma cidade organizada e uma relativa gama de atividades urbanas, muito embora as atividades econômicas agropecuárias se fizessem hegemônicas. No espaço rural do município existiam dois importantes projetos de agricultura irrigada sob a gestão de instituições federais, DNOCS e CODEVASF, que conferiam a Petrolândia um relativo destaque no conjunto dos demais municípios existentes na Região.

Mas foi com a chegada da Chesf à Região e com a construção do primeiro grande empreendimento hidrelétrico, a UHE Paulo Afonso, que as transformações se intensificaram e as relações campo-cidade passaram a adquirir uma maior complexidade. Em Petrolândia, esse processo se iniciou no final dos anos 1970, com a instalação do escritório da Companhia e posteriormente o canteiro de obras da UHE Itaparica.

A dinâmica sócio-espacial do município, nesse período, apresentou uma série de transformações, com destaque para o aumento do fluxo migratório, inchaço da cidade, dinamização do comércio e, sobretudo, a crescente preocupação com o processo de enchimento do lago do reservatório e a conseqüente remoção da população atingida. Nesse contexto, emergiram os primeiros movimentos de resistência e luta pelos direitos dos atingidos, tendo nos pequenos agricultores, através do Polo Sindical, os seus principais representantes.

Concluídas as obras, em 1988, as comportas foram fechadas e ocorreu o enchimento do lago de Itaparica, o que implicou na remoção de mais de 14 mil pessoas residentes no município de Petrolândia, que teve 9% do seu território alagado, incluindo a sua sede. Enquanto política compensatória, a Chesf reconstruiu a sede municipal, em um novo sítio, e implantou no município três perímetros de irrigação e 17 blocos de agrovilas, aglomerados urbanos no campo, com intuito de restabelecer as bases econômicas da população rural atingida.

Esse período foi marcado por intensas transformações, haja vista que a população atingida buscava se readaptar à nova realidade imposta, agravada por atrasos e falhas na execução do projeto, sobretudo, no tocante à implantação dos equipamentos de irrigação nos

perímetros irrigados, cujos primeiros projetos só entraram em funcionamento mais de cinco após a entrega, a partir de 1993.

Após uma breve ruptura nas relações campo-cidade, desencadeadas pela decisão da Chesf de remover a população urbana primeiro que a população rural e a consequente quebra da produção agrícola, em razão das perdas das plantações nas áreas inundadas, as relações entre esses espaços se intensificam, sobretudo, pela dinamização do comércio, que passou também a atender às necessidades dos moradores dos perímetros, em sua maioria impossibilitados de produzir, e pelo aumento no fluxo de pessoas que passam a buscar na cidade oportunidades de emprego e renda, com destaque para os familiares dos reassentados.

Nesse contexto, registrou-se em 1996, o momento em que a população urbana ultrapassou a população rural do município. E, no campo, boa parte dos perímetros, finalmente, começou a funcionar com novas tecnologias de irrigação que passaram a demandar das cidades novas mercadorias e serviços técnicos especializados. Emergiram também novas relações de dependência dos agricultores reassentados, sobretudo em relação aos órgãos federais, e uma série de conflitos sobre a gestão e a autonomia dos perímetros, que passaram a constituir o cotidiano da população reassentada.

O processo de constituição do território petrolandense, portanto, é marcado por um conjunto de eventos, cuja hibridez das relações campo-cidade já se fazia presente desde a fase inicial de organização sócio-espacial do município. Um território marcado por fortes condicionantes físico-territoriais do Semiárido e pela presença do Estado, através da implementação de grandes projetos desenvolvimentistas.

Hoje, passados mais de 30 anos, desde a conclusão das obras da Usina, o município de Petrolândia apresenta uma taxa de urbanização superior aos 70% e uma economia centrada, predominantemente, em atividades tipicamente urbanas, destacando-se o comércio, os serviços e a indústria, registrando-se a significativa participação dos *royalties* do setor elétrico. Seguindo essa tônica urbana, a maior parte dos postos de trabalho se concentra na administração pública, no comércio e nos serviços.

Todavia, apesar desse aparente subordinação do rural pelo urbano, as relações campo-cidade em Petrolândia revelam uma hibridez, haja vista a existência de um significativo número de estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários, seja na cidade ou nas agrovilas, voltados para as demandas do consumo produtivo no campo. Um espaço caracterizado por distintas realidades, onde a tradicional agricultura familiar de subsistência coexiste ao lado da moderna agricultura científica de exportação, muito embora o modelo sócio-econômico predominante de exploração dos perímetros seja o da agricultura familiar.

O espaço rural de Petrolândia atualmente se caracteriza pela coexistência de tradicionais propriedades agrícolas, remanescentes do período anterior à inundação de uma parte do seu território, ao lado de diferentes modelos de perímetros irrigados construídos pela Chesf. Em Petrolândia, dos três perímetros implantados, dois, Icó-Mandantes e Barreiras – Bloco 1, apresentam o local de moradia separado do lote produtivo. Esses perímetros são constituídos por agrovilas, aglomerados urbanos impostos aos agricultores reassentados, que desde o período de concepção da proposta se posicionaram contrários a esse modelo proposto pela Chesf. Apenas no Projeto Apolônio Sales, constituído por ex-colonos do antigo Núcleo Barreiras, o local de moradia está localizado dentro do lote irrigado.

Diante dessas novas dinâmicas sócio-espaciais emergem problemas e desafios: os relacionados à gestão e à expansão dos sistemas de irrigação, provocando conflitos entre reassentados, Chesf e CODEVASF; os associados à oferta e à manutenção dos serviços públicos, tais como o sistema de esgoto, a coleta de lixo, a mobilidade, a saúde e a educação; e os vinculados às questões ambientais relacionadas ao uso inadequado da água para a irrigação, ao descarte inadequado do lixo, ao despejo dos esgotos nos cursos d'água e ao uso e manuseio de agrotóxicos.

Associado a isso, o município apresenta um significativo crescimento populacional e um processo de expansão da cidade e dos aglomerados urbanos nos perímetros, as agrovilas. O espaço urbano do município se expande para além do seu perímetro inicialmente planejado, surgindo novos bairros na periferia da cidade. No campo, as agrovilas também se expandem, os lotes irrigados têm as suas dimensões alteradas, alguns passam a ser ocupados com moradias e surgem novas áreas de irrigação irregulares. No projeto Apolônio Sales, especificamente, dada a sua proximidade da sede municipal, está ocorrendo um processo de substituição do seu conteúdo social, passando o mesmo a ser ocupado por pessoas oriundas de espaços urbanos.

As interações e complementaridades entre os espaços urbanos e rurais do município também se manifestam através do surgimento e expansão de novas atividades econômicas vinculadas, sobretudo, ao turismo rural, de natureza, de aventura e o de lazer. Além disso, cresce o número de atividades comerciais e de prestação de serviços nos núcleos urbanos dos perímetros irrigados, absorvendo um número cada vez maior de agricultores reassentados que têm nessas atividades um complemento à renda familiar.

A partir da análise dos resultados, portanto, é possível afirmar que os grandes empreendimentos hidrelétricos transformaram a dinâmica sócio-territorial do município de Petrolândia, tornando as relações campo-cidade mais complexas, com novas

interdependências e complementaridades que se manifestam através de urbanidades e ruralidades. Petrolândia, hoje, apresenta uma economia, predominantemente, urbana, centrada nos setores do comércio, dos serviços e significativo peso das atividades industriais, dada a participação da hidrelétrica no PIB municipal. No campo, a tradicional agricultura familiar coexiste com a moderna agricultura irrigada, com uma forte influência sobre a economia urbana.

A cidade de Petrolândia apresenta uma realidade urbana marcada pela intervenção do planejamento estatal e um intenso fluxo migratório que, ao longo do tempo, alterou os hábitos e costumes da população petrolandense, agregando novas urbanidades e ruralidades ao cotidiano das pessoas, quer seja com a inserção de novos objetos técnicos e/ou novas relações cotidianas.

No campo, a inserção das agrovilas alterou as tradicionais ruralidades existentes. Esses aglomerados urbanos alteraram o cotidiano da maior parte da população reassentada, separando o local de produção agrícola do local de residência. Os reassentados tiveram que se adaptar a essas novas urbanidades, uma nova forma de morar. Associado a isto, novas atividades econômicas se juntaram a tradicional agropecuária, agregando uma pluriatividade ao cotidiano da população rural.

Diante disso, a pesquisa aponta para a necessidade das políticas públicas considerarem o espaço em sua totalidade, um espaço híbrido, superando a visão dicotômica setorizada campo-cidade. Reitera-se, assim, a importância do estudo das relações campo-cidade para se apreender as novas dinâmicas sócio-territoriais que caracterizam os municípios da Região Semiárida.

Nesse sentido, pode-se destacar três aspectos considerados centrais para o desenvolvimento do trabalho como as principais contribuições dessa pesquisa. O primeiro está associado à proposta de abordar as relações campo-cidade na Região Semiárida sob a perspectiva das urbanidades e ruralidades, considerando o espaço em sua totalidade; O segundo está relacionado ao pressuposto de considerar os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos como os principais vetores das transformações sócio-territoriais desencadeadas sobre as relações campo-cidade na região Semiárida; E, por último, caberia destacar a importância da escala local nos estudos acerca das novas dinâmicas sócio-territoriais que caracterizam as relações campo-cidade no atual período histórico.

A conclusão de um trabalho de pesquisa, entretanto, não representa o seu fim, haja vista que, ao longo do seu desenvolvimento, novas agendas de pesquisa vão se apresentando e

indicando possíveis desdobramentos analíticos. Nesse sentido, a proposição de alguns temas pode ensejar a realização de novos estudos, tais como:

- O estudo das transformações desencadeadas pela implantação de novos projetos desenvolvimentistas no Semiárido;
- A análise de urbanidades e ruralidades associadas aos projetos de convivência com a seca;
- O uso e o controle dos recursos oriundos da política de compensação financeira do setor energético;
- A análise de serviços ecossistêmicos associados aos empreendimentos hidrelétricos.

Assim, à luz desses e de outros temas que esta pesquisa possa vir a ensejar, espera-se contribuir com os estudos que buscam apreender a atual complexidade das relações cidade e rural-urbano no atual período histórico.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão n° 702**. IPEA. Jan. 2000.
- ALBANO, Gleydson P. Evolução das políticas públicas de irrigação no Semiárido nordestino (do século XIX ao XXI). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXIV, 2018, Dourados - MS. **Anais [...]**. Dourados - MS: UFGD, 2018, p. 371-388.
- ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. de; MACHADO, Maria R. I. de M. (Orgs.). **O rural e o urbano na Região Metropolitana do Recife**. Garanhuns: Ed. Universitária da UFRPE, 2014.
- ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul/dez. 2003.
- ALMADA, José A. B. de. Do território ao território usado: uma reflexão sobre a categoria de análise do espaço geográfico. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória – ES. **Anais [...]**, Vitória - ES: UFES, p. 1-11, 2014.
- ALVES, Flamarion D. A relação campo-cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia ensino & pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 7-18, set./dez. 2012.
- ALVES, Flamarion D.; VALE, Ana R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 33-41, 2013.
- ANA, Agência Nacional de Águas; CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A questão da água no Nordeste**. Brasília – DF: CGEE, 2012.
- ANA, Agência Nacional de Águas; SPR, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. **Atlas Nordeste - abastecimento urbano de água: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais**. Brasília: ANA, SPR, 2006.
- ANDRADE, Artur L.; ALVES, Flamarion D. As representações socioespaciais da relação campo-cidade. Rural-urbano na geografia agrária brasileira análise do período entre 1998 e 2012. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr. 2014.
- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Manuel C. de. **A seca: realidade e mito**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>. Acesso em: 20/08/2017.

AQUINO, L. **Transformações e tensões no sertão dos grandes projetos**. 08/11/2014. Disponível: [http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=80:transforma%C3%A7%C3%B5es-e-tens%C3%B5es-no-sert%C3%A3o-dos-grandes-projetos&tmpl=component&print=1](http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=80:transforma%C3%A7%C3%B5es-e-tens%C3%B5es-no-sert%C3%A3o-dos-grandes-projetos&tmpl=component&print=1). Acesso em: 13/07/2016.

ARAÚJO, Flávia A. V. de; SOARES, Beatriz R. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009.

ARAÚJO, Guilherme J. F. de. **Desafios da agricultura irrigada de base familiar no sistema produtivo de água de coco – Petrolândia, Pernambuco**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 191. 2017.

ARAÚJO, Maria L. C. de; SÁ, Maria A. F. de. Poder Público e Atingidos: impasses e negociação quanto às propostas de intervenção. In: ARAÚJO, Maria L. C. de; NETO, Magda de C.; LIMA, Ana E. V. (Orgs.). **Sonhos Submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica**. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana, 2000, p. 51-68.

ARAÚJO, Maria L. C. de et al. Dinâmica dos deslocamentos populacionais. In: ARAÚJO, Maria L. C. de; NETO, Magda de C.; LIMA, Ana E. V. (Orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica**. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana, 2000, p. 127-150.

ARAÚJO, Sérgio M. S. de. A Região Semiárida do Nordeste do Brasil: Questões Ambientais e Possibilidades de Uso Sustentável dos Recursos. **Rios eletrônica – revista científica da FASETE**. Paulo Afonso – BA, ano 5, n. 5, p. 89-98, dez. 2011.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Semiárido – é no Semiárido que a vida pulsa!** Disponível: <http://www.asabrasil.org.br/semiario>. Acesso: 04/08/2018.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Petrolândia, PE. PNUD, Fundação João Pinheiro, IPEA, 2013. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/petrolandia\\_pe](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/petrolandia_pe). Acesso em; 28/03/2017.

AZEVEDO, Sérgio L. M. de. **Produção do espaço urbano-regional na área das hidrelétricas do Submédio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 189. 2008.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p. 207. 2006.

BARREIRA, Milton. Aspectos Agrícolas do Médio São Francisco. In: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos da zona de influência da cachoeira de Paulo Afonso**. Rio de Janeiro: IBGE; Conselho Nacional de Geografia, 1952, p. 229 – 266.

BARBOSA, Bartira F. Colonização e meio ambiente no Sertão Pernambucano. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**, Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, v. 1, n. 17, p. 7-18, jan.-jun. 1998.

BARBOSA, Walmir. **Marxismo: historia política e método**. Disponível no site [http://www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias\\_marxismo.pdf](http://www.goiania.ifgoias.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias_marxismo.pdf); acesso 16/08/2016;

BARROS, Henrique O. M. de. **Reorganização espacial e mudança social na área do reservatório de Itaparica**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 174. 1985.

BATISTA, Edimar E. Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 18, n. 29, pp. 101-132, jul.-dez. 2015.

BELFORT, Angela F. **Produtores de Itaparica já produzem 100 toneladas de tilápia por mês**. 02 de set. de 2017. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2017/09/02/produtores-de-itaparica-ja-produzem-100-toneladas-de-tilapia-por-mes-304804.php>. Acesso em: 28/04/2019.

BIAZZO, Pedro P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. IV ENGRP, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: FFLCH/USP, p. 132-150, 2008.

BOLETIM DOS TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA. **Terra por terra na margem do lago**. Petrolândia, n. 01, ago. 1979.

BORTOLETO, E. M. A Implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**. Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001.

BRANDI, Paulo. **Companhia hidro elétrica do São Francisco (CHESF)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf>. Acesso em: 14/04/2018.

BRASIL, **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm). Acesso em: 24/10/2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. **Delimitação do Semiárido**. 2017a. Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/infografico-semiarido-delimitacao.png>. Acesso em: 24/04/2019.

BRASIL, Agência nacional de Águas (ANA); Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA/MCID). **Atlas esgotos: despolição de bacias hidrográficas**. Brasília: ANA, 2017b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS. **História**. 2016. Disponível em: <https://www2.dnocs.gov.br/historia>. Acesso em: 22/04/2019.

BRASIL, Ministério das Cidades; FASE, Pernambuco; Observatório das Metrópoles, Pernambuco. Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. **Relatório do município de Petrolândia– PE**, 06/12/2006.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento regional. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Semi-Árido** (versão para discussão). Brasília: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR; Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, 2005.

BUAINAIN, Antônio M.; GARCIA, Junior R. Desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Confins [online]**. N. 19, 2013. Disponível: <http://confins.revues.org/8633>. Acesso: 22/11/2014.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CORRÊA, Walquíria K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO, Renata M. C. M. de O. **Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar no Semiárido pernambucano**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 248, 2009.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. **Reservatório de Itaparica: plano de desocupação**. Recife, setembro de 1985.

CNHSF, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Resumo executivo do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025**. Maceió – AL: CBHSF, 2016.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Sistema Itaparica**. 27/04/2010. Disponível em: [http://www2.codevasf.gov.br/programas\\_acoes/sistema-itaparica-1](http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/sistema-itaparica-1). Acesso em: 26/09/2013.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Anuário Estatístico de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/>. Acesso em: 05/07/2019a.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Base de dados do Estado – BDE.** Disponível em: [http://www.bde.pe.gov.br/EstruturaGeral/conteudo\\_site2.aspx](http://www.bde.pe.gov.br/EstruturaGeral/conteudo_site2.aspx). Acesso em: 22/03/2019b.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Município Jatobá.** Disponível em: <HTTP://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/jatoba.pdf>. Acesso em: 10/06/2018.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Cadernos municipais, município Petrolândia.** Disponível em: <HTTP://www.bde.pe.gov.br/estruturacaoGeral/filtroCadernoEstatistico.aspx>. Acesso em: 26/03/2017.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Município Floresta.** Disponível em: <HTTP://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/floresta.pdf>. Acesso em: 18/03/2016.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Município Tacaratu.** Disponível em: <HTTP://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/tacaratu.pdf>. Acesso em: 06/03/2015.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **BDE – Base de Dados do Estado – História municipal – Petrolândia.** Disponível em: <HTTP://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/petrolandia.pdf>. Acesso em: 17/06/2014.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco em rede: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas.** Recife: CONDEPE/FIDEM, 2012.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Município Petrolândia, 2008.** Disponível em: <HTTP://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/petrolandia.pdf>. Acesso em: 16/03/2016.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Parte I, p. 15-47.

CORREIA, José C. Trabalho, **Seca e capital: da construção da ferrovia Paulo Afonso à fábrica de linhas da Pedra (1878-1914).** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 129. 2015.

CORREIA, Rebert C. et al. A Região Semiárida. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido.** Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011. Cap. 1, p. 21-48.

DOMINGUES, Rita A. Hidrelétricas e a (Des)organização do Território: um reflexão. In: **Simposio internacional sobre historia de la electrificación**, Cuarto, 2017, Barcelona. Anais Cuarto Simposio Internacional sobre Historia de la Electrificación. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2017. p. 01-20. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/IVSimposio/Domingues.pdf>>. Acesso em: 29/06/2017.

DOMINGUES, Rita A. Estratégia de crescimento? O caso dos royalties do setor elétrico. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, XVIII, 2012, Águas de Lindóia – SP. **Anais [...]**. Águas de Lindóia – SP, 2012, p. 01-18.

ELIAS, Denise. Espaço Urbano no Brasil Agrícola Moderno e Desigualdades Socioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia, ano 21, v. 2, n. 25, p. 13-33. Jul.-Dez. 2005.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação Marina B. Ferreira. 8ª Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GALINDO, Osmil; NETO, Leonardo G. Caracterização geo-econômica da área do projeto. In: ARAÚJO, Maria L. C. de; NETO, Magda de C.; LIMA, Ana E. V. (Orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica**. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana, 2000, p. 27 – 50.

GALINDO, Osmil et al. A dimensão econômica: transformações dos municípios diretamente atingidos pela barragem de Itaparica. In: ARAÚJO, Maria L. C. de; NETO, Magda de C.; LIMA, Ana E. V. (Orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica**. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana, 2000, p. 167 – 198.

GALIZA, Cleide; MEDEIROS, Rejane P. de. Equipamentos sociais coletivos em itaparica: a realidade observada. In: ARAÚJO, Maria L. C. de; NETO, Magda de C.; LIMA, Ana E. V. (Orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento? impactos sociais da barragem de Itaparica**. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana, 2000, p. 151 – 166.

GOMES, Edvânia T. A. Rural e o Urbano em um mundo do capital no qual cada vez mais a exceção é a regra – alguns itens relevantes à luz da Região Metropolitana do Recife na contemporaneidade. In: ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. de; MACHADO, Maria R. I. de M. (Orgs.). **O rural e o urbano na Região Metropolitana do Recife**. Garanhuns: Ed. Universitária da UFRPE, 2014, p. 14-60.

GOTTWALD, Srah. **The potential of a public participation gis (ppgis) based ecosystem service assessment – a case study in Petrolândia, Brasil**. Masters thesis (M.Sc. Environmental Planning) – Technische Universität Berlin. Berlin, p. 113. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-78, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural Brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

HASBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009, p. 95-120.

HESPANHOL, Rosangela A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 103-112, set. 2013.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. In: \_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. II, p. 33-50

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/panorama>. Acesso em: 16/01/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monografias municipais: Nordeste/Pernambuco – Petrolândia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográfica imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017c.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

JACINTO, Janério M.; SOUZA, Edson B. C. de. O rural e o urbano – contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2009**. Curitiba: SEED/PR., 2012. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>. Acesso em: 20/11/2017.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Maria H. P. A delimitação legal dos espaços urbanos. In: FIGUEIREDO, A. H. de (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, p. 75-100.

LIMA, Sérgio R. R. Barragem de Itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento – (des)envolvimento e (des) estruturação de vidas. II Encontro Ciências Sociais e Barragens; I Encuentro Latinoamericano de Ciencias Sociales y Represas, Salvador – BA. **Anais [...]**. Salvador – BA: Edufba, 2007. Disponível em: <[http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4\\_BARRAGEM%20DE%20ITAPARICA.pdf](http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4_BARRAGEM%20DE%20ITAPARICA.pdf)>. Acesso em: 10/03/2016.

LOCATEL, Celso D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 85-102, set. 2013.

PORTAL ODM. **Relatórios dinâmicos: monitoramento de indicadores – Petrolândia - PE**. Disponível em: [www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br). Acesso em: 20/05/2014.

PIRES, Ana P. N.; FERREIRA, Idelvone M. Cercas e secas: reflexões sobre a água no Nordeste Semi-Árido. XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente - SP. **Anais [...]**, Pres. Prudente - SP: UNESP, n.p, 2012.

MACHADO, Maria R. I. de; ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. de. O desafio da atualização dos conceitos de rural e campo nos livros didáticos de geografia frente às dinâmicas atuais de transformação espacial. **Revista tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 12, n. 1, p. 114-129, jan/jun. 2016.

MALVEZZI, R. **O desafio das cidades no Semiárido brasileiro**. 18/12/2013. Disponível: <http://www.ecodebate.com.br/2013/12/18/o-desafio-das-cidades-no-semiarido-brasileiro-artigo-de-roberto-malvezzi/>. Acesso em: 22/11/2014.

MARAFON, Gláucio J. Principais transformações em curso no espaço rural na atualidade. **Revista geográfica de América Central**, v. 2, n. 48E, 69-84, 2011.

MARAFON, Gláucio J. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, Ed. Esp. do XXI ENGA – 2012, p. 1-13, jun. 2014.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez., 2002.

MEDEIROS, Marina L. **Estudo das dinâmicas territoriais através das transformações populacionais dos últimos 30 anos no perímetro irrigado em Icó-Mandantes – Petrolândia – PE**. TCC (Bacharelado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, p. 59. 2017.

MEDEIROS, Salomão. **Estabelecimentos agropecuários do Semiárido brasileiro**. Campina Grande – PB: INSA, 2018.

MELO, Maiara G. de S. **Modelagem multi-segmentar para governança de perímetros públicos de irrigação de base familiar no Semiárido nordestino**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 290. 2015.

MENEZES, Gilberto de. **De Jatobá a Petrolândia: Três Nomes, Uma Cidade, Um Povo**. Recife: Ed. do Autor, 2014.

MORAES, Eduardo J. de. **A futura cidade de Jatobá**. Rio de Janeiro: Miranda & Almeida, 1883.

MOREIRA, Roberto J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. In: COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

MORRETO, Evandro M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 141-164, set. – dez. 2012.

MOTA, Dalva M. da; SCHMITZ, Heribert. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciência e agrotecnologia**. Lavras: UFLA, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002.

MUCCINI, Sandra; MALTA, Sérgio. Período pioneiro da hidrelétrica de Paulo Afonso – BA: uma contribuição à historiografia de base local e regional. **Rios eletrônica – revista científica da FASETE**, Paulo Afonso – BA, n. 01, ano 01, p. 72-88, ago. 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NEVES, Karina F. T. V. Relações cidade-campo: estudo da produção de conhecimento no âmbito da ciência geográfica a partir da consolidação do meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIX, 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2009, p. 1-18.

OLIVEIRA, Evelina A. F. de. Nos trilhos da história do baixo São Francisco: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso. **MNEME – Revista de humanidades**, Caicó, v. 04, n. 08, p. 262-281, abr./set. 2003.

OLIVEIRA, Jackson F. B. de; SANTOS, Clélio C.; SOUZA, Diana C. de. O papel dos sistemas de transportes na atual organização espacial do município de Petrolândia – PE. **Revista rural & urbano**, Recife, v. 01, n. 01, p. 104-112, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia L. **O Brasil de JK - a criação da Sudene**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em: 05/05/2018.

PERNAMBUCO. Secretaria das Cidades; Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). **Plano estadual de habitação**: produto 3 – relatório parcial 2, diagnóstico final com relatório de oficinas e plano de ações imediatas. Recife: Secretaria das Cidades; CEHAB, v. 1, maio 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria de Habitação. **Plano urbanístico de Petrolândia**. Recife: Secretaria de Habitação, 1986.

PINA, José H. A.; LIMA, Osmar A. de; SILVA, Vicente de P. município e distrito: um estudo de caso. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.

PINTO, Estevão. Alguns aspéto da cultura artística dos pancarús de tacatú. **Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional**, Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, n. 2, p. 57-92, 1938.

P.M.P. - PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. **Plano diretor participativo de Petrolândia**. Petrolândia – PE: P.M.P, 2006.

P.M.P. - PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. **Livro na prefeitura**. Petrolândia – PE: P.M.P, 1976.

QUEIROZ, Thiago A. N. de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para onde?**, n. 8, ano 2, p. 154-161, ago./dez. 2014.

RABÊLO, Darcio. **Projetos de piscicultura de Petrolândia abastecem os mercados de peixe para a semana santa**. 23 de mar. de 2018. Disponível em: <http://darciorabelo.com.br/noticia/projetos-de-piscicultura-de-petrolandia-abastecem-os-mercados-de-peixe-para-a-semana-santa>. Acesso em: 28/04/2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria C. Franca. São Paulo: Khedyr, 2011.

REIS, Douglas S. dos. O rural e o urbano no Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, XV, 2006, Caxambú – MG. **Anais [...]**. Caxambú– MG, 2006, p. 01-13.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SÁ, Silvânia G. de. **A cidade, o rio e... a represa - a intervenção do estado no Submédio São Francisco: o caso de Petrolândia**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 190. 2000.

SANTOS, Clélio et al. Dinâmicas sócio-territoriais das cidades do campo: uma análise do processo de urbanização do moradia no município de Petrolândia – PE. In: MIRANDA, Ana I. et. al. (Eds.) **Ambiente e direitos humanos**. Aveiro - PT: Universidade de Aveiro Editora, 2018a, p. 586-595.

SANTOS, Clélio et al. Desigualdades sócio-espaciais relacionadas à questão da moradia no município de Petrolândia – PE. In: OLIVEIRA, Vlândia P. V. de; ZANELLA, Maria E.; BIANCHI, Christina. (Orgs.) **XIX encontro da rede de estudos ambientais em países de língua portuguesa: desenvolvimento e sustentabilidade frente às mudanças climáticas globais**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2018b, p. 233-243.

SANTOS, Clélio C.; SOUZA, Diana C. de; LIMA, Francisco G. de. Configuração territorial e dinâmica sócio-espacial do processo de urbanização da cidade de Petrolândia – PE. **Revista Diálogos**, Garanhuns, n. 15, p. 64-73, mar./abr. 2016.

SANTOS, Clélio C. dos. **Estudo de práticas sócio-espaciais a partir de um conjunto habitacional do BNH: reflexões acerca de práticas cotidianas atuais no condomínio residencial Ignêz Andreazza (CRIAZZA) em Recife – PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 138. 2002.

SANTOS JÚNIOR, Carlos F. dos. **Os Índios nos Vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 228. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, [1993] 2008a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2008b.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed. 1ª reimpre. São Paulo: EDUSP, [2002] 2008c.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, [1988] 2008d.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, [1985] 2008e.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2009.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. São Paulo: UNESP, [2002] 2009.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. 4ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, [2000] 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2006.

SANTOS, R. G. Área de influência real de empreendimentos hidroelétricos do ponto de vista da geografia (AIREHG). **Geocrítica**, Atas do II Simpósio Internacional – Eletrificação e Modernização Social. A Expansão de Energia Elétrica para a Periferia do Capitalismo, São Paulo: Universidade de São Paulo e Universidade de Barcelona, 2015. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/IISimp-Eletr-SaoPaulo/ReginaldoSantos.pdf>>, acesso em: 08/08/2016.

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S. da. Milton Santos: concepções de geografia. Espaço e território. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 18, p. 24-42, jul./dez. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SILVA, Pedro C. G. da. Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale do São Francisco. In: **SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVASF**, 2012, Juazeiro, BA. As ciências sociais no Nordeste: um desafio. Curitiba, PR: CRV, 2012, p. 69-78.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SOBRAL, Maria do Carmo M. et al. Uso e ocupação do solo no entorno de reservatórios no semi-árido brasileiro como fator determinante da qualidade da água. In: Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental, XXX, 2006, Punta del Este – Uruguay. **Anais [...]**: Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental – AIDIS, 2006, p. s/n.

SOUZA, Caio M. de M.; FREITAS, André V. A importância da relação cidade-campo no ensino de geografia na educação básica. **Projeção e docência**, v. 7, n. 2, p. 95-105, 2016.

SOUZA, Maria A. A. de. Introdução. In: SOUZA, Maria A. A. de. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: edições Territorial, 2003, p. 17-26.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009, p. 57-72.

SOUZA, Marcelo L.O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Parte I, p. 77-116.

SOUZA, Wilma G. **Entre a abundância e a escassez: a água como elemento de conflito nos perímetros irrigados de Petrolândia no Sertão do São Francisco – PE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 103. 2016.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

STÜRMER, Arthur B. Território: usos e significados de um conceito. **Revista espaço acadêmico**, n. 199, p. 80-90, dez. 2017.

WANDERLEY, Maria de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 15, p. 87-145, out. 2000

WANDERLEY, Maria de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Um nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

**APÊNDICE - A****UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

DOUTORANDO: CLÉLIO CRISTIANO DOS SANTOS

**FORMULÁRIO  
POPULAÇÃO URBANA**DATA:  
QUESTIONÁRIO Nº:

01 QUADRA:

02 SEXO  
01 MASCULINO  
02 FEMININO

03 IDADE

04 ESCOLARIDADE  
01 ANALFABETO  
02 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO  
03 ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO  
04 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO  
05 ENSINO MÉDIO COMPLETO  
06 ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO  
07 ENSINO SUPERIOR COMPLETO

05 PROFISSÃO

06 RENDA MENSAL DA FAMÍLIA  
01 MENOS DE UM SALÁRIO MÍNIMO  
02 UM SALÁRIO MÍNIMO (R\$ 780,00)  
03 DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS  
04 TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS  
05 MAIS DE TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS07 EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA  
01 SIM  
02 NÃO

08 SE SIM, QUAL?

09 SE SIM, POSSUI CARTEIRA ASSINADA?  
01 SIM  
02 NÃO

10 SE NÃO POR QUÊ?

11 POSSUI OUTRA OCUPAÇÃO?

12 SE SIM, QUAL?

13 POSSUI OUTRAS FONTES DE RENDA?  
01 JUROS DE POUPANÇA  
02 ALUGUEL  
03 PENSÃO

04 APOSENTADORIA  
05 NÃO POSSUI

14 TRABALHA QUANTOS DIAS POR SEMANA?

15 QUANTO A CONDIÇÃO DA SUA CASA:

01 PRÓPRIA  
02 ALUGADA  
03 CEDIDA POR EMPREGADOR  
04 CEDIDA DE OUTRA FORMA  
05 OUTRA

16 SE ALUGADA, QUAL O VALOR DO ALUGUEL?

17 ALGUÉM DA SUA CASA MORA OU JÁ MOROU EM OUTRO ESTADO OU PAÍS?

01 SIM  
02 NÃO

18 SE SIM, EM QUAIS LUGARES?

19 SE SIM, QUANDO VIAJOU

20 SE SIM, QUAL O SEXO?

21 QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA?

22 PARENTESCO DESSAS PESSOAS?

01 FILHOS  
02 ESPOSA  
03 NORA  
04 GENRO  
05 SOGRO  
06 SOGRA  
07 OUTROS

23 MUNICÍPIO EM QUE NASCEU?

24 MOTIVO DE FIXAR RESIDÊNCIA EM PETROLÂNDIA?

01 TRABALHO  
02 FAMÍLIA  
03 OUTRO

25 SEMPRE MOROU EM PETROLÂNDIA?

01 SIM  
02 NÃO

26 SE NÃO, POR QUE VEIO MORAR EM PETROLÂNDIA?

27 SE NÃO, ONDE JÁ MOROU?

28 VIAJA REGULARMENTE?

01 SIM  
02 NÃO

29 SE SIM, MOTIVOS DA VIAGEM?

01 TRABALHO  
02 TRATAMENTO MÉDICO  
03 LAZER  
04 ESTUDOS  
05 OUTROS

30 DESTINO DA VIAGEM?

31 JÁ RESIDIU NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO?

- 01 SIM
- 02 NÃO

32 SE SIM, MOTIVO DA SAÍDA?

33 SE SIM, QUANDO RESIDIU?

34 PARTICIPA DE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO?

- 01 SIM
- 02 NÃO

35 SE SIM, QUAL?

36 SE NÃO POR QUÊ?

37 FINALIDADE DO USO DA ÁGUA EM SUA CASA

- 01 CONSUMO DOMÉSTICO
- 02 CONSUMO INDUSTRIAL
- 03 CONSUMO AGRÍCOLA
- 04 OUTRO

38 RECEBEU ALGUMA ORIENTAÇÃO SOBRE O USO ADEQUADO DA ÁGUA?

- 01 SIM
- 02 NÃO

39 SE SIM, QUEM PRESTOU ESSAS ORIENTAÇÕES?

40 SE SIM, QUAIS FORAM AS ORIENTAÇÕES?

41 QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ TEM ÁGUA EM SUA CASA?

42 A ÁGUA QUE CHEGA A SUA CASA É TRATADA?

- 01 SIM
- 02 NÃO

43 OPÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA EM CASA

- 01 POÇO
- 02 CISTERNA
- 03 CACIMBA
- 04 OUTRO

44 OPINIÃO SOBRE O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA PRESTADO PELA COMPESA.

45 DESTINAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO DA SUA CASA

- 01 REDE GERAL
- 02 FOSSA
- 03 CÉU ABERTO
- 04 OUTRO

46 DESTINAÇÃO DO LIXO DA SUA CASA

- 01 COLETA PÚBLICA
- 02 QUEIMADO
- 03 DEIXADO A CÉU ABERTO
- 04 ENTERRADO
- 05 OUTRO

**APÊNDICE - B****UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

DOUTORANDO: CLÉLIO CRISTIANO DOS SANTOS

**FORMULÁRIO  
POPULAÇÃO RURAL**DATA:  
QUESTIONÁRIO Nº:**01 PERÍMETRO:****02 AGROVILA:****03 BLOCO Nº:****04 SEXO:**

01 MASCULINO

02 FEMININO

**05 IDADE:****06 ESCOLARIDADE**

01 ANALFABETO

02 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

03 ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

04 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

05 ENSINO MÉDIO COMPLETO

06 ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

07 ENSINO SUPERIOR COMPLETO

**07 PROFISSÃO:****08 RENDA MENSAL DA FAMÍLIA**

01 MENOS DE UM SALÁRIO MÍNIMO

02 UM SALÁRIO MÍNIMO (R\$ 780,00)

03 DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS

04 TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

**09 EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA?**

01 SIM

02 NÃO

**10 SE SIM, QUAL?****11 SE SIM, POSSUI CARTEIRA ASSINADA?**

01 SIM

02 NÃO

**12 SE NÃO, POR QUÊ?****13 POSSUI OUTRA OCUPAÇÃO?****14 SE SIM, QUAL?**

**15 POSSUI OUTRAS FONTES DE RENDA?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**16 SE SIM, QUAIS?**

- 01 JUROS DE POUPANÇA
- 02 ALUGUEL
- 03 PENSÃO
- 04 APOSENTADORIA
- 05 NÃO POSSUI

**17 TRABALHA QUANTOS DIAS POR SEMANA?**

**18 QUANTO À CONDIÇÃO DA SUA CASA:**

- 01 PRÓPRIA
- 02 ALUGADA
- 03 CEDIDA POR EMPREGADOR
- 04 CEDIDA DE OUTRA FORMA
- 05 OUTRA

**19 SE ALUGADA, QUAL O VALOR DO ALUGUEL?**

**20 ALGUÉM DA SUA CASA MORA OU JÁ MOROU EM OUTRO ESTADO OU PAÍS?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**21 SE SIM, EM QUAIS LUGARES?**

**22 SE SIM, QUANDO VIAJOU?**

**23 SE SIM, QUAL O SEXO?**

- 01 MASCULINO
- 02 FEMININO

**24 QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA?**

**25 PARENTESCO DESSAS PESSOAS?**

- 01 FILHOS
- 02 ESPOSA
- 03 NORA
- 04 GENRO
- 05 SOGRO
- 06 SOGRA
- 07 OUTROS

**26 MUNICÍPIO EM QUE NASCEU:**

**27 MOTIVO DE FIXAR RESIDÊNCIA EM PETROLÂNDIA**

- 01 TRABALHO
- 02 FAMÍLIA
- 03 OUTRO

**28 SEMPRE MOROU EM PETROLÂNDIA?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**29 SE NÃO, POR QUE VEIO MORAR EM PETROLÂNDIA?**

**30 SE NÃO, ONDE JÁ MOROU?**

**31 VIAJA REGULARMENTE?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**32 SE SIM, MOTIVOS DA VIAGEM?**

- 01 TRABALHO
- 02 TRATAMENTO MÉDICO
- 03 LAZER
- 04 ESTUDOS
- 05 OUTROS

**33 SE SIM, DESTINO DA VIAGEM?**

**34 JÁ RESIDIU NO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**35 SE SIM, MOTIVO DA SAÍDA?**

**36 SE SIM, QUANDO RESIDIU?**

**37 QUAL O TAMANHO DO SEU LOTE?**

- 01 1,5 HA
- 02 3,0 HA
- 03 4,0 HA
- 04 6,0 HA
- 05 OUTRO

**38 QUAIS AS CULTURAS QUE VOCÊ PRODUZ?**

- 01 COCO
- 02 MANGA
- 03 MELANCIA
- 04 BANANA
- 05 OUTRA

**39 QUAL É A PRINCIPAL CULTURA?**

**40 QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA SUA PLANTAÇÃO?**

**41 DE ONDE VÊM ESSAS PESSOAS?**

**42 POSSUI TRABALHADORES ASSALARIADOS?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**43 SE SIM, QUANTOS TRABALHADORES?**

- 01 UM
- 02 DOIS
- 03 TRÊS
- 04 QUATRO
- 05 CINCO
- 06 OUTROS

**44 SE SIM, QUAL O VALOR PAGO PELO TRABALHO?**

**45 PARTICIPA DE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**46 SE SIM, QUAL?**

**47 SE NÃO, POR QUÊ?**

**48 POSSUI ALGUM TIPO DE CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**49 SE SIM, QUAL?**

**50 SE NÃO, POR QUÊ?**

**51 A SUA PROPRIEDADE POSSUI ALGUM TIPO DE PROBLEMA NO SOLO?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**52 SE SIM, QUAIS?**

- 01 SALINIZAÇÃO
- 02 EROSÃO
- 03 OUTRO

**53 TEM OU JÁ TEVE ALGUM PROBLEMA COM PRAGAS?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**54 SE SIM, COMO SOLUCIONOU?**

- 01 CONTRATO DE SERVIÇO
- 02 PLANTEC
- 03 OUTRO

**55 TEM CRÉDITO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**56 CONHECE ALGUÉM QUE TENHA VENDIDO O LOTE?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**57 SE SIM, SABE O MOTIVO DA VENDA?**

**58 SE SIM, SABE SE ESTE LOTE FOI VENDIDO PARA ALGUÉM DE FORA DOS PERÍMETROS?**

**59 FINALIDADE DO USO DA ÁGUA EM SUA PROPRIEDADE:**

- 01 CONSUMO DOMÉSTICO
- 02 CONSUMO INDUSTRIAL
- 03 CONSUMO AGRÍCOLA
- 04 OUTRO

**60 RECEBEU ALGUMA ORIENTAÇÃO SOBRE O USO ADEQUADO DA ÁGUA?**

- 01 SIM
- 02 NÃO

**61 SE SIM, QUEM PRESTOU ESSAS ORIENTAÇÕES?**

**62 SE SIM, QUAIS FORAM AS ORIENTAÇÕES?**

**63 QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ TEM ÁGUA EM SEU LOTE?**

**64 QUANTAS HORAS POR DIA VOCÊ TEM ÁGUA EM SUA RESIDÊNCIA?**

**65** A ÁGUA QUE CHEGA A SUA CASA É TRATADA?

- 01 SIM
- 02 NÃO

**66** OPÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA EM CASA

- 01 AÇUDE
- 02 POÇO
- 03 CISTERNA
- 04 CACIMBA
- 05 OUTRO

**67** OPINIÃO SOBRE O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO D'ÁGUA.

**68** DESTINAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO DA SUA CASA

- 01 FOSSA
- 02 CÉU ABERTO
- 03 OUTRO

**69** DESTINAÇÃO DO LIXO DA SUA CASA

- 01 COLETA PÚBLICA
- 02 QUEIMADO
- 03 DEIXADO A CÉU ABERTO
- 04 ENTERRADO
- 05 OUTRO